

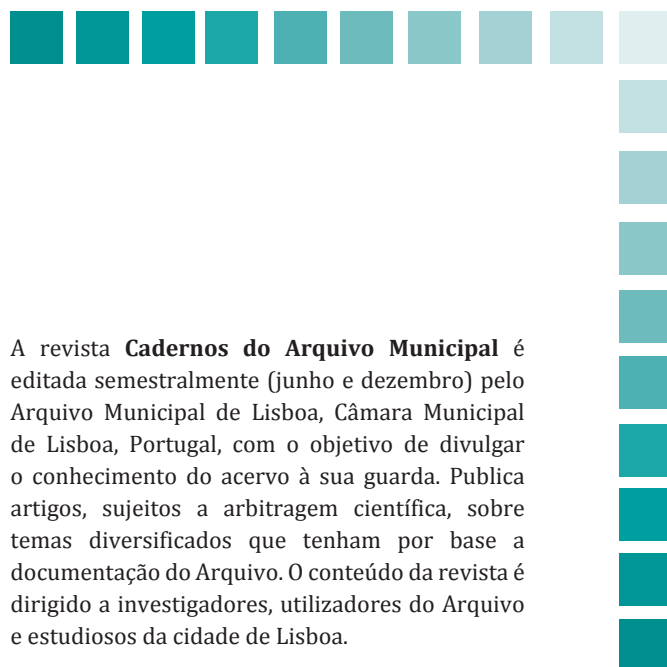
SÉRIE II
NÚMERO 3

cadernos do arquivo municipal

JANEIRO - JUNHO 2015

LISBOA NA ENCRUZILHADA DE POVOS E CULTURAS

coordenação Jorge Fonseca



A revista **Cadernos do Arquivo Municipal** é editada semestralmente (junho e dezembro) pelo Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal, com o objetivo de divulgar o conhecimento do acervo à sua guarda. Publica artigos, sujeitos a arbitragem científica, sobre temas diversificados que tenham por base a documentação do Arquivo. O conteúdo da revista é dirigido a investigadores, utilizadores do Arquivo e estudiosos da cidade de Lisboa.

cadernos do arquivo municipal

FICHA TÉCNICA

Cadernos do Arquivo Municipal

ISSN 2183-3176

Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa

2.ª série n.º 3 janeiro - junho 2015

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Periodicidade semestral

Direção

Inês Morais Viegas

Coordenação Científica

Jorge Fonseca

Conselho Editorial

Ana Teresa Guerreiro de Brito (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; Portugal)

Aurora Alexandrina Vieira Almada e Santos (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; IHC-FCSH/NOVA; Portugal)

Marta Cristina Rebelo da Silva Gomes (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; Portugal)

Sara de Menezes Loureiro (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; Portugal)

Secretariado

Ana Lucas

Publicação

Arquivo Municipal de Lisboa

Edição

Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal da Cultura | Departamento de Património Cultural | Divisão de Arquivo Municipal

Conceção Gráfica

Joana Pinheiro, Marília Afonso

Todos os direitos reservados

Contactos

Arquivo Municipal de Lisboa

Rua B ao Bairro da Liberdade lote 3 a 6 - 1070-017 Lisboa

Telefone: 213 807 100

E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt

Conselho Científico

André Pinto Dias Teixeira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa; Portugal);

Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (Faculdade de Letras/ Universidade do Porto; Portugal);

Dejanirah Silva Couto (Section Sciences Historiques et Philologiques/École Pratique des Hauts Études; França);

Edite Maria da Conceição Martins Alberto (Arquivo Municipal de Lisboa; Centro de História d'Aquém e d'Além Mar - FCSH/NOVA-Uac; Portugal);

Hélder Alexandre Carita Silvestre (Instituto de História da Arte - FCSH/ NOVA; Portugal);

Jorge Manuel Rios da Fonseca (Centro de História d'Aquém e d'Além - FCSH/NOVA-Uac; Portugal);

José Manuel Louzada Lopes Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa; Portugal);

Julio Cerdá Diaz (Universidad Carlos III de Madrid; Ayuntamiento de Arganda del Rey/Servicio de Archivos y Gestión Documental; Espanha);

Maria Fernanda Baptista Bicalho (Departamento e Programa Pós-Graduação em História/Universidade Federal Fluminense; Brasil);


Maria Raquel Henriques da Silva (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa; Portugal);

Silvio de Almeida Toledo Neto (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo; Brasil);

Teresa Leonor Magalhães do Vale (Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa; Portugal).

Cadernos do Arquivo Municipal é uma revista com arbitragem científica (*peer review*)

Indexada no repositório LATINDEX com o nº de Fólio 23733



SÉRIE II
NÚMERO 3

cadernos do arquivo municipal

JANEIRO - JUNHO 2015

LISBOA NA ENCRUZILHADA DE POVOS E CULTURAS

coordenação Jorge Fonseca

Comissão Externa de Avaliadores

- Adélia Maria Caldas Carreira (Instituto de História da Arte - FCSH/NOVA; Portugal);
- Alexandra Maria Pinheiro Pelúcia (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa; Portugal);
- Ana Cristina Fonseca Nogueira da Silva (Faculdade de Direito/Universidade Nova de Lisboa; Portugal);
- Ana Patrícia Rodrigues Alho (ARTis - Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa; Portugal);
- António Adriano Ascensão Pires Ventura (Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa; Portugal);
- António Manuel de Almeida Camões Gouveia (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa; Portugal);
- Carlos Guardado da Silva (Arquivo Municipal de Torres Vedras; Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa; Portugal);
- Daniel Ribeiro Alves (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa; Portugal);
- Emília Isabel Mayer Godinho Mendonça (Instituto de História da Arte - FCSH/NOVA; Portugal);
- Flávio Borda d'Água (Université de Genève; Institut et Musée Voltaire; Suíça);
- Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa (Escola das Artes/Universidade Católica; Portugal);
- José Maria Amado Mendes (Universidade Autónoma de Lisboa; Portugal);
- Laurinda Faria Santos Abreu (Universidade de Évora; Portugal);
- Luísa d'Orey Capucho Arruda (Faculdade de Belas Artes/Universidade de Lisboa; Portugal);
- Maria Alexandra Saramago Castelo Branco Trindade Gago da Câmara (Universidade Aberta; Portugal);
- Maria Fernanda Olival (Universidade de Évora; Portugal);
- Maria João Fontes Pereira Coutinho (Instituto de História da Arte - FCSH/NOVA; Portugal);

- Maria José Azevedo Santos (Faculdade de Artes e Humanidades/Universidade de Coimbra; Portugal);
- Maria Leonor Garcia da Cruz (Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa; Portugal);
- Maria Margarida Teixeira Barradas Calado (Faculdade de Belas Artes/Universidade de Lisboa; Portugal);
- Nuno Gonçalo Freitas Monteiro (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa; Portugal);
- Nuno Miguel de Morais Pestana Tarouca Camarinhas (Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade - Faculdade de Direito/Universidade Nova de Lisboa; Portugal);
- Paulo César Drumond Braga (Escola Superior de Educação Almeida Garrett/Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Portugal);
- Paulo Jorge Chalante Azevedo Fernandes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa; Portugal);
- Pedro António Albuquerque Castro Almeida Cardim (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa; Portugal);
- Pedro Eugénio Dias Ferreira de Almeida Flor (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa; Portugal);
- Rodrigo de Araújo Martins Banha da Silva (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa; Portugal);
- Sandra Patrícia Antunes Ferreira da Costa Saldanha e Quadros (Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; Portugal);
- Silvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva Ferreira (Instituto de História da Arte - FCSH/NOVA; Portugal);
- Susana Maria Munhá Antunes Calado Varela de Almeida Flor (Instituto de História da Arte - FCSH/NOVA; Portugal);
- Susana Münch Miranda (Leiden University; Países Baixos);
- Virgolino Ferreira Jorge (Universidade de Évora; Portugal);
- Walter Rossa Ferreira da Silva (Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade de Coimbra; Portugal).

ÍNDICE

Editorial 11

Inês Moraes Viegas

Introdução 13

Jorge Fonseca

Artigos

Rivalidade e cooperação: algumas notas sobre as casas comerciais alemãs em Lisboa no início de Quinhentos 19

Rivalry and cooperation: some remarks about the German trade houses in Lisbon at the beginning of the sixteenth century

Jürgen Pohle

Freiras longe da pátria. O “Convento das Inglesinhas”, dinâmicas de uma (antiga) casa religiosa estrangeira em Lisboa 39

Nuns far from home. “Convento das Inglesinhas”, dynamics of a (former) religious foreign house in Lisbon

Hélia Cristina Tirano Tomás Silva | Tiago Borges Lourenço

Sinel de Cordes: de mercadores estrangeiros a secretários da Câmara Real 79

Sinel de Cordes: from businessmen to secretaries of the Royal Chamber

Jorge Miguel Lobo Janeiro

Italianos em bairros de Lisboa (século XVII) 109

Italians in Lisbon’s neighbourhoods (17th century)

Nunziatella Alessandrini

Corsários argelinos na Lisboa do século XVIII: um perigo iminente 127

Algerian corsairs in Lisbon by the 18th century: an imminent danger

Edite Martins Alberto

Claude Laprade: um escultor provençal na Lisboa de Setecentos 149

Claude Laprade: a Provençal sculptor in the eighteenth century Lisbon

Sílvia Ferreira

O reformismo pombalino e a Feitoria Britânica de Lisboa 179

The Marquis of Pombal reformism and the British Factory of Lisbon

Teresa Fonseca

“Lisboa dos italianos”: presença italiana e práticas de nacionalidade nos primeiros trinta anos do século XIX 201

“The Lisbon of the italians”: the italian presence in the Portuguese capital and the national practices of the Italian community (early 19th century)

Carmine Cassino

Documenta

Nota introdutória	229
Posturas quinhentistas sobre escravos, libertos e seus descendentes	231
<i>Livro das posturas da cidade de Lisboa</i> , f. 46v., 83v., 84, 101, 101v., 103v., 104, 104v., 107v., 108, 108v., 111, 112, 114, 114v., 115, 115v., 141, 141v., 142, 143, 143v., 144, 144v., 152, 153, 153v., 154, 154v., 155, 193, 193v.	
Fianças de escravos	243
<i>Livro 1.º de fianças de escravos</i> , f. 16, 16v., 18, 18v., 34v., 35, 38v., 39, 57v., 58, 87v., 119, 119v.	

Varia

Lisboa na confluência das rotas comerciais: efeitos na saúde pública (séculos XV a XVII)	251
António Augusto Salgado de Barros	
A digitalização dos processos de obra particulares no Arquivo Municipal de Lisboa	265
Maria Inês Ferreira Morais Viegas Paulo Jorge dos Mártires Batista	

Normas	287
--------	-----

Editorial

Inês Morais Viegas

Dando continuidade à edição da revista científica em formato digital *Cadernos do Arquivo Municipal*, o Arquivo Municipal de Lisboa lança agora o terceiro número, com o tema **Lisboa na encruzilhada de povos e culturas**.

Este número é coordenado pelo doutor Jorge Fonseca, grande conhecedor do acervo do Arquivo, a quem agradeço ter aceite o desafio que lhe propus. Foi com grande satisfação que acompanhei o interesse que o tema suscitou a todos os que nele colaboraram, contribuindo assim para valorizar a documentação à guarda deste Arquivo.

Esta revista tem vindo a assumir-se como um veículo por excelência para a divulgação do acervo junto da comunidade científica estando, a partir deste número, reunidas as condições para a sua candidatura aos repositórios internacionais.

Agradeço aos elementos do Conselho Científico e da Comissão Externa de Avaliadores o seu contributo nesta edição, assim como aos investigadores António Salgado de Barros, Carmine Cassino, Edite Martins Alberto, Jorge Janeiro, Jürgen Pohle, Hélia Silva, Nunziatella Alessandrini, Paulo Jorge Batista, Sílvia Ferreira, Teresa Fonseca e Tiago Borges Lourenço pela sua contribuição com artigos.

Ao Conselho Editorial e restantes elementos do Arquivo que colaboram neste projeto e que sempre demonstraram espírito de equipa e vontade em prosseguir, o meu profundo agradecimento.

Introdução

Jorge Fonseca*

LISBOA NA ENCRUZILHADA DE POVOS E CULTURAS

O tema que foi proposto aos autores dos textos aqui publicados é muito aliciante. Na verdade, àquela que, através dos tempos, foi a mais importante urbe do reino, pela privilegiada localização junto ao seu principal porto marítimo e na passagem das rotas mercantis que ligavam o Norte da Europa ao Mediterrâneo e, através do Atlântico, uniam o continente europeu à África, à Ásia e às Américas, estava reservado um lugar ímpar na História. Foi ele o de acolher, assimilar e disseminar pelo mundo populações de diversificadas origens, assim como muitas das suas marcas culturais. Considerando apenas o período histórico posterior à formação do estado português, começando pelas vagas colonizadoras do território promovidas pelos monarcas da primeira dinastia e pelo expansionismo demográfico e económico dos países nórdicos, ainda na Época Medieval a urbe ribeirinha e as margens do Tejo foram polo de atração de muitos estrangeiros, que se vieram juntar à população já residente, ela própria com diversas origens.

A expansão marítima iniciada no século XV veio ainda aumentar a procura de Lisboa como terra de oportunidades, devido ao próspero comércio potenciado pelas relações intercontinentais de que era o centro e o motor. Muitos foram os europeus que nela se radicaram e muitos outros os que, após algum tempo de residência, dela partiram rumo aos territórios do Ultramar. Os Descobrimentos originaram, por outro lado, a chegada de numerosos

* CHAM (Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal.

Jorge Manuel Rios da Fonseca, licenciado em História e pós-graduado em Ciências Documentais, na variante Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutorado em Estudos Portugueses pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigador integrado do CHAM (Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar) da mesma Faculdade e da Universidade dos Açores. Autor de livros, artigos e comunicações de História Medieval e Moderna, nomeadamente sobre os temas dos escravos e negros em Portugal, da reforma manuelina dos forais, da assistência, administração municipal e outros. Coordenador de livros e revistas.
Correio eletrónico:jmrffonseca2000@yahoo.com.br

africanos e indianos, na condição de escravos, que passaram a incutir, durante séculos, no ambiente citadino uma variedade étnica invulgar num país da Europa.

E assim continuou pelo tempo fora, tendo o poder político desempenhado um papel fundamental nesta matéria. Sempre que a Coroa tentou modernizar o país, atraindo estrangeiros que pudessem trazer-lhe novos capitais e técnicas que desenvolvessem a indústria, o comércio e a agricultura, militares que o ajudassem a defender-se ou artistas e sábios que o elevassem culturalmente, a sua capital adquiria um ar mais aberto e cosmopolita. O mesmo não sucedia quando esse esforço abrandava, devido a conjunturas adversas ou por razões ideológicas, fossem elas religiosas ou políticas. Sucedeu mesmo, como se sabe, terem as motivações religiosas levado ao abandono de muitos dos habitantes mais empreendedores, como os Cristãos Novos, retirando à cidade e ao país capitais e massa crítica. Mas foram igualmente preconceitos religiosos e raciais em vigor noutros países que a ela atraíram fugitivos que, desde a Idade Média ao século XX, a vieram povoar e enriquecer.

Este número dos *Cadernos do Arquivo Municipal* mostra algumas facetas desse longo e descontínuo processo, acolhendo contributos de três investigadores não portugueses, como que para, se dúvidas houvesse, uma vez mais se comprovar a importância dessa participação. Abre com um estudo do historiador alemão Jürgen Pohle sobre as casas comerciais germânicas presentes em Lisboa no início do século XVI. Começando por se referir aos mercadores da Liga Hanseática atraídos à cidade desde finais de Trezentos em busca de sal, mas também de azeite, cortiça, frutos secos e vinhos, destaca a seguir o grande incremento da sua presença depois da abertura da Rota do Cabo, devido ao interesse pelas especiarias orientais. Os privilégios que obtiveram da Coroa tinham por fim conseguir o seu contributo financeiro para a construção naval e a armação dos navios que rumavam à Ásia. Entre as companhias aqui radicadas contavam-se as dos Welser e dos Fugger, de Augsburg, e as dos Imhoff e Hirschvogel, de Nuremberga. O diário de Lucas Rem, feitor dos Welser, e as cartas de Sebald Kneussel, representante dos Imhoff, serviram de base ao autor para se referir a pormenores da vida comercial e mesmo pessoal e doméstica dos agentes alemães em Lisboa, dando-nos um vivo retrato da economia e da sociedade na época manuelina.

Segue-se a este um artigo, da autoria de Hélia Cristina Tomás Silva e Tiago Borges Lourenço, investigadores de história da arte, que vem chamar a atenção para os fatores que impulsionaram a instituição de comunidades religiosas de origem estrangeira em Lisboa e a construção dos respetivos edifícios: perseguições religiosas nos países de origem, necessidade de estabelecer na cidade pontos de acolhimento e apoio temporário para os religiosos de certas ordens, de passagem para as missões ultramarinas, e fundações da iniciativa de acompanhantes de rainhas estrangeiras consorciadas com soberanos portugueses. O trabalho desenvolve especificamente o percurso do convento de Santa Brígida, ou das Inglesinhas, originado no abandono de Inglaterra por essa comunidade devido à perseguição anticatólica iniciada por Henrique VIII com a reforma protestante. As religiosas e religiosos estabeleceram-se inicialmente em vários locais da Flandres, mas as dificuldades continuaram, acabando por vir para Lisboa em 1594. No entanto, só em 1672 puderam contar com um edifício próprio, na rua do Quelhas, onde estiveram até à terceira invasão francesa, após a qual um grupo regressou ao seu país e outro permaneceu em

Lisboa. Só em 1861 o último grupo regressaria à pátria. O edifício conventual albergou a seguir várias instituições religiosas e de ensino.

O trabalho de Jorge Miguel Lobo Janeiro sobre os Sinel de Cordes desenvolve a realidade atrás referida de mercadores e outros profissionais do Norte europeu que se deixaram atrair pelas perspectivas de negócios e de ascensão social que a fixação na cidade do Tejo possibilitava. Originários da Flandres, de famílias ligadas ao comércio a retalho, Cordes e Sinel vieram a unir-se entre si através do casamento de membros seus. O percurso ascendente de ambos os ramos na sociedade tinha sido iniciado pela obtenção, em 1626, de João Batista de Cordes da condição de Familiar do Santo Ofício e, em 1643, da mesma posição pelo seu genro Baltasar Peles Sinel. Em 1686, António Luís de Cordes, neto do primeiro e filho do segundo, recebeu foro de fidalgo cavaleiro, entrando assim na nobreza. Foi também escrivão do Desembargo do Paço e cavaleiro da Ordem de Cristo. A condição nobre foi suportada, em termos de imagem social, por um comportamento compatível com os hábitos da nobreza, investindo em construções religiosas e na renovação das suas propriedades rurais. Os proventos auferidos nesses cargos eram uma boa fonte de rendimentos e o comércio por grosso a que estiveram ligados vários membros da família não deixou de contribuir igualmente para a sua prosperidade. O percurso ascendente destes portugueses de origem flamenga veio a culminar com a construção, nos meados do século XVIII, do seu palácio no Campo de Santa Clara.

A historiadora Nunziatella Alessandrini, que tanto tem contribuído para o conhecimento da presença italiana em Portugal e no seu império, quer através dos estudos que tem realizado, quer através da promoção de ciclos de conferências sobre as Relações Luso-Italianas nas Épocas Medieval e Moderna, aborda aqui a geografia dos Italianos na Lisboa do século XVII. Tendo tido um percurso semelhante ao da comunidade alemã, já referido, o número dos mercadores provenientes dos vários estados da península de Itália estabelecidos na cidade cresceu muito depois da abertura do caminho marítimo para a Índia. E, à semelhança do que ocorreu com a expansão territorial da urbe para ocidente, ao longo do rio, também as áreas de residência dos Italianos deixaram de se restringir aos tradicionais bairros da Sé, de São Julião e de São Nicolau, passando eles a predominar em São Paulo, Loreto, São Roque e mesmo em Alcântara. Resultado dessa tendência foi a construção no Chiado da igreja de N^ª. S^ª. do Loreto, iniciada em 1518, que passou a congregar a comunidade italiana e a atrair para aí muitos dos seus membros, alguns dos quais a autora enumera, referindo-se à sua importância.

O artigo de Edite Martins Alberto intitulado “Corsários argelinos na Lisboa do século XVIII: um perigo iminente” evoca os menos desejados de todos os estrangeiros que contactaram com a população da cidade e seus arredores, os corsários e piratas. Ao longo de séculos, marinheiros muçulmanos atacaram as costas portuguesas, nomeadamente nas imediações do Tejo e da sua mais importante urbe, ou as embarcações que desta saíam para pescar e comerciar. Nos séculos XVII e XVIII destacaram-se nessa ação predadora navegantes vindos das cidades magrebins de Salé e Argel, que aprisionaram, entre outros, muitos lisboetas, constantes das listas de resgatados hoje conhecidas, que incluíam barqueiros, calafates, marinheiros, pilotos da barra, pescadores, tanoeiros e até padres. O perigo de ataques era tal que a 3 de novembro de 1755, logo depois do Terramoto que destruiu grande

parte da cidade, houve notícias da entrada no Tejo de uma lancha argelina, o que levou à tomada, por Sebastião José de Carvalho e Melo, de medidas especiais para proteção militar das praias próximas de Lisboa. Foi este documento que serviu de ponto de partida à autora para desenvolver esta vertente da atribulada vida da cidade.

A historiadora da arte Sílvia Ferreira chama a nossa atenção para a obra em Portugal do escultor setecentista, natural da Provença, Claude Laprade, um dos mais importantes dos inúmeros artistas que, chegados de além-fronteiras, vieram ao longo do tempo dar o seu contributo para a criação artística e o património do país. A autora inicia a sua abordagem pela obra-prima do artista, o túmulo do bispo de Miranda D. Manuel de Moura Manuel, em Ílhavo, analisando depois o conjunto da obra do mesmo, quer em pedra quer em madeira, em Coimbra, Porto, Viseu e Lisboa e seus arredores.

O artigo de Teresa Fonseca “O reformismo pombalino e a Feitoria Britânica de Lisboa” trata das repercussões que a política do marquês de Pombal teve na comunidade dos mais prósperos homens de negócios estabelecidos na cidade. Referindo-se aos privilégios atribuídos pelo poder político, ao longo do tempo, a este grupo social, sintetiza a seguir a ação política pombalina em matéria económica e as medidas que tomou para combater esses privilégios, assim como a reação adversa dos britânicos a tais iniciativas. Com este objetivo trata mais desenvolvidamente o caso do negociante irlandês Denis Connel, que considera paradigmático da atitude dos britânicos face à política de disciplina, contenção social e de diminuição da dependência de Portugal face ao seu país conduzida por Pombal, assim como da resposta deste a essa reação.

O trabalho “Lisboa dos Italianos”, de Carmine Cassino, centra-se na pesquisa dos fatores que contribuíram para a formação de uma consciência nacional italiana antes da instituição do respetivo Estado, nos anos sessenta do século XIX, concluindo que essa consciência nasceu primeiro fora das respetivas fronteiras geográficas, entre as comunidades emigradas noutros países, devido ao distanciamento e à necessidade de união dos “italianos” de diversas origens entre si. Nessa medida, o autor refere-se a vários momentos históricos que exemplificam o aumento dessa tomada de consciência pelos italianos de Lisboa, desde a criação, em 1518, da igreja do Loreto, já mencionada noutro artigo, à construção de arcos triunfais pelas “nações” estrangeiras em ocasiões festivas, nos séculos XVII e XVIII e à instituição da *Conservatória Italiana*, em 1800. Destaca por fim algumas figuras de italianos dos primeiros trinta anos do século XIX que se notabilizaram nas artes, nas ciências e na atividade comercial.

A secção *Documenta* é destinada à divulgação de fontes originais à guarda do Arquivo. No presente número inclui-se um conjunto de posturas camarárias do século XVI que procuravam regulamentar o comportamento dos escravos, libertos e seus descendentes, compatibilizando-o com o da restante população. Incluem-se igualmente autos das fianças prestadas pelos donos de escravos barqueiros, tornadas necessárias pelo perigo de fuga de muitos deles para “terra de mouros”.

Iniciando a secção *Varia*, António Augusto Salgado de Barros, autor de “Lisboa na confluência das rotas comerciais: efeitos na saúde pública (séculos XV a XVII)”, aborda uma das consequências mais negativas da boa

localização da cidade em relação ao comércio marítimo, a exposição dos seus habitantes a epidemias vindas do estrangeiro. Destaca também as medidas que foram tomadas pelas autoridades para tentarem minimizar as consequências desses acidentes nefastos.

Ainda nesta secção se publica um texto da autoria de Maria Inês Morais Viegas e de Paulo Jorge Batista, ambos quadros superiores do Arquivo Municipal de Lisboa, sobre a digitalização dos processos de obras particulares, a série documental mais extensa do arquivo, consultada quer pelos colaboradores do município quer por arquitetos, engenheiros, estudantes e investigadores. O documento descreve as várias fases desse processo técnico, destinado quer à preservação dos originais, quer à difusão mais fácil, rápida e fidedigna dos mesmos.

Resta-me manifestar satisfação pelo interesse que o tema sugerido despertou em vários investigadores e enaltecer o valioso contributo que, com o seu esforço e saber, deram a este número dos *Cadernos*.

Rivalidade e cooperação: algumas notas sobre as casas comerciais alemãs em Lisboa no início de Quinhentos

Rivalry and cooperation: some remarks about the German trade houses in Lisbon at the beginning of the sixteenth century

Jürgen Pohle*

Submissão/submission: 31/01/2015

Aceitação/approval: 07/05/2015

RESUMO

Nos primeiros anos do século XVI estabeleceram-se em Lisboa várias casas comerciais de Nuremberga e Augsburg. Estes mercadores-banqueiros alemães procuraram entrar em negociações diretas com a Coroa portuguesa relativamente ao comércio ultramarino. Conseguiram que D. Manuel I lhes concedesse o vantajoso *Privilégio dos Alemães* (1503-1511). Em 1505 e 1506, participaram, em consórcios, na armação das frotas para a Índia.

Por intermédio dos testemunhos dos feitores alemães lança-se um olhar para a vida dentro da colónia dos mercadores germânicos em Lisboa, caracterizada pelas rivalidades e, simultaneamente, pela cooperação entre os seus membros.

* CHAM - Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal.

Jürgen Pohle nasceu em 1965 em Trier (Alemanha). Doutorou-se em História na Albertus-Magnus-Universität zu Köln (Universidade de Colónia) em 1999/2000. Exerceu funções de docente na Universidade Autónoma de Lisboa e na Universidade Atlântica. Atualmente é investigador integrado do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM) e bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). É autor de vários livros e artigos sobretudo referentes à história das relações luso-alemãs nos séculos XV e XVI.
Correio eletrónico: jpohle65@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

História económica / Relações luso-alemãs / Mercadores-banqueiros / Privilégios

ABSTRACT

At the beginning of the sixteenth century several trade houses of Nürnberg and Augsburg settled in Lisbon. These German merchant-bankers tried to enter into direct negotiations with the Portuguese Crown as far as the overseas commercial trading was concerned. They managed to be granted by King Manuel the advantageous *Privilege of the Germans* (1503-1511). In 1505 and 1506, they participated in consortia in the arming of the fleets to India. Through the testimonies of their foremen we intend to look at the life within the colony of German merchants in Lisbon, characterized by rivalries and also by cooperation among its members.

KEYWORDS

Economic history / German-Portuguese relations / Merchant-bankers / Privileges



INTRODUÇÃO

Em consequência da descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama as relações económicas entre Portugal e o Sacro Império Romano-Germânico encaminharam-se para a sua fase mais intensa. Quando se espalharam no velho continente as espetaculares novas da chegada das riquezas orientais à Europa, através da denominada Rota do Cabo, várias casas comerciais alemãs resolveram estender os seus negócios a Portugal. É neste contexto que aqui surgiram os representantes das grandes firmas de Nuremberga e de Augsburg. Os testemunhos que deixaram constituem das fontes mais importantes para o entendimento da história da colónia dos mercadores alemães em Lisboa e das relações económicas luso-alemãs no início do século XVI. Os principais documentos que surgiram na primeira e no início da segunda década de Quinhentos derivam de Lucas Rem e Sebald Kneussel, ou seja, dos agentes comerciais dos Welser e dos Imhoff, respetivamente.

No caso do feitor dos Welser, Lucas Rem, estas fontes referem-se a apontamentos autobiográficos. O denominado *Tagebuch des Lucas Rem*, ou seja, o «Diário de Lucas Rem» foi encontrado em meados do século XIX na biblioteca da cidade de Augsburg, juntamente com outros manuscritos muito valiosos referentes à História dos

Descobrimientos. Todos estes documentos pertenciam à coleção do afamado humanista Conrad Peutinger¹ e foram publicados, em 1861, por Benedikt Greiff². Enquanto alguns historiadores portugueses³ deram atenção a esta coletânea, as cartas de Sebald Kneussel, que se encontram no arquivo da família dos Imhoff no *Germanisches Nationalmuseum*⁴, em Nuremberga, continuam praticamente desconhecidas na historiografia portuguesa.

Os depoimentos de Rem e Kneussel estão no centro do presente artigo que pretende iluminar as atividades, a condição de vida, o convívio, bem como as rivalidades dos mercadores alemães em Lisboa. Através destas fontes visa-se mostrar que, apesar de toda a competição entre as casas comerciais alemães em Lisboa, existiram também momentos de mútuo apoio e de cooperação económica. Para uma melhor contextualização da temática, gostaria de iniciar este artigo com uma breve síntese sobre o estabelecimento dos mercadores-banqueiros alemães em terras portuguesas.

A FIXAÇÃO DAS CASAS COMERCIAIS ALEMÃS EM LISBOA

A história das relações luso-alemãs iniciou-se na Idade Média, particularmente na era das Grandes Cruzadas e da Reconquista da Península Ibérica⁵. Para além dos cruzados, passaram por Lisboa e Setúbal mercadores do Sacro Império Romano-Germânico. Estes últimos vindos para carregar sal, mas também vinho, azeite, cortiça e frutos secos, pertenciam, em grande parte, à Liga Hanseática. Esta tinha estabelecido, a partir do último quartel do século XIV, uma rota marítima regular entre Danzig (Gdansk) e Lisboa⁶. Desta forma, as relações comerciais luso-alemãs concentraram-se, até ao fim da Idade Média Tardia, nas ligações criadas pela Hansa, ou seja, por alemães geralmente oriundos do norte do Sacro Império.

¹ Conrad Peutinger era genro de Anton Welser e sócio da empresa do sogro. Dispunha de uma notável biblioteca, que incluía vários documentos referentes à Expansão Portuguesa, entre os quais o denominado *Manuscrito Valentim Fernandes*. Sobre Conrad Peutinger e os Descobrimientos Portugueses, vd. LOPES, Marília dos Santos – Os descobrimientos portugueses e a Alemanha. In DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e pref.) – *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Minerva Coimbra, 2007. vol. I, p. 30-34.

² GREIFF, Benedikt (ed.) – *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541: ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*. Augsburg: Hartmann'sche Bruchdruckerei, 1861.

³ Vd., por exemplo, ANDRADE, António Alberto Banha de – *Mundos novos do mundo: panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos descobrimientos geográficos portugueses*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972. vol. 1, p. 330-332 e *passim*. O Diário de Lucas Rem foi parcialmente traduzido para língua portuguesa por EHRHARDT, Marion – *A Alemanha e os descobrimientos portugueses*. Lisboa: Texto, 1989. p. 103-110.

⁴ Germanisches Nationalmuseum Nürnberg (GNM), *FA Imhoff*, Fasz. 28, N° 22 (1-3).

⁵ Acerca da participação de alemães na Reconquista em Portugal, vd. MARQUES, António Henrique de Oliveira – Os Germanos em Portugal (séculos V-XII): revisão do problema. In DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e pref.) – *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Minerva Coimbra, 2007. vol. I, p. 17-27; MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota: a guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011. p. 77-101, 132-134; STRASEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo – *Oito séculos de história luso-alemã*. Berlim: Instituto Ibero-Americano de Berlim, 1944. p. 15-26.

⁶ Sobre as relações luso-hanseáticas na Idade Média e no início da Idade Moderna, cf. MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Hansa e Portugal na Idade Média*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1993; *idem* – *Die Beziehungen zwischen Portugal und Deutschland im Mittelalter und 16. Jahrhundert*. *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft, Erste Reihe: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*. Vol. 20 (1988-1992), p. 115-131.

Este cenário mudou profundamente devido à Expansão Portuguesa, sobretudo em consequência da abertura da Rota do Cabo, a qual levou à chegada das cobiçadas especiarias do espaço índico a Lisboa. É precisamente no início de Quinhentos que as grandes casas comerciais, situadas quase exclusivamente em Augsburg e em Nuremberga, na denominada Alta Alemanha⁷, resolveram enviar os seus agentes à capital portuguesa com o intuito de aqui fundarem feitorias e entrarem em negociações diretas com a Coroa portuguesa relativamente ao comércio ultramarino⁸. D. Manuel I era-lhes muito favorável, sabendo que estes mercadores-banqueiros alemães poderiam desempenhar um papel fundamental como investidores e fornecedores de metais, sobretudo em relação à prata e ao cobre. Estes metais eram imprescindíveis para efetuar as trocas comerciais em África e na Índia. O denominado Privilégio dos Alemães, que contemplava os privilégios que lhes foram concedidos pelo rei de Portugal entre 1503 e 1511, evidencia o estatuto excecional que as empresas alemãs possuíam em terras portuguesas⁹. Tornaram-se, temporariamente, a par dos mercadores-banqueiros italianos, nos parceiros comerciais mais relevantes da monarquia portuguesa. O Privilégio dos Alemães superou os direitos e liberdades outorgados a comerciantes de outras nações estabelecidas em Portugal e foi, como salientaram Virgínia Rau¹⁰ e Maria Valentina Cotta do Amaral¹¹, o mais cobiçado por mercadores estrangeiros no século XVI. Virgínia Rau sublinha que, através dos privilégios concedidos, a Coroa portuguesa visava atrair os mais poderosos banqueiros e mercadores europeus de modo a que se integrassem no projeto expansionista e, ainda, garantir a presença de várias nações mercantis concorrentes na praça comercial de Lisboa.

(...) os mercadores alemães estavam particularmente indicados, pois dominavam o rico mercado consumidor alemão e possuíam o domínio das maiores reservas mineiras da Europa em prata e cobre. (...)

⁷ Na Alemanha há que distinguir, entre outras regiões, uma «Baixa Alemanha», que se refere às planícies do norte, e uma «Alta Alemanha», que se situa no sul com uma topografia mais montanhosa. Cf. *idem* – Relações entre Portugal e a Alemanha. In *Portugal quinhentista*. Lisboa: Quetzal, 1987. p. 10.

⁸ Sobre as casas comerciais alemãs estabelecidas em Lisboa no início do século XVI, cf. ALMEIDA, A. A. Marques de – *Capitais e capitalistas no comércio da especiaria: o eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549): aproximação a um estudo de geofinança*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 55-61 e *passim*; GROSSHAUPT, Walter – Commercial relations between Portugal and the merchants of Augsburg and Nuremberg. In AUBIN, Jean (ed.) – *La découverte, le Portugal, et l'Europe: actes du colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian: Centre Culturel Portugais, 1990. p. 359-397; KELLENBENZ, Hermann – *Die Fugger in Spanien und Portugal bis 1560: ein Großunternehmen des 16. Jahrhunderts*. München: Vögel, 1990. vol. 1, *passim*; MATHEW, K. S. – *Indo-Portuguese trade and the Fuggers of Germany (sixteenth century)*. New Delhi: Manohar, 1999; POHLE, Jürgen – *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*. Münster: Lit Verlag, 2000. p. 97-134; *idem* – As relações luso-alemãs no reinado de D. Manuel I (1495-1521). In DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e pref.) – *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Minerva Coimbra, 2007. vol. I, p. 61-74.

⁹ Biblioteca da Ajuda (BA), 44-XIII-54, N^o 20j-p. Cf. DENUCE, Jean – Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles). *Document. Archivo Historico Portuguez*. Vol. 7 (1909), p. 377-392; FERREIRA, J. A. Pinto – Privilégios concedidos pelos reis de Portugal aos alemães, nos séculos XV e XVI. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 32 (1969), p. 339-396; Privilégios concedidos a alemães em Portugal: certidão de Duarte Fernandez. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. III Série Vol. 1 (1959), p. 119-159.

¹⁰ RAU, Virgínia – Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI). In KELLENBENZ, Hermann (ed.) – *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*. Köln [etc.]: Böhlau, 1970. p. 15-30.

¹¹ AMARAL, Maria Valentina Cotta do – *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1965.

Na realidade, podemos considerar, no princípio do século XVI, em Portugal, a existência de cinco importantes grupos ou núcleos capitalistas: portugueses, cristãos-novos, espanhóis, italianos e alemães. Os mais importantes eram estes dois últimos pelo que significavam de virtualidades financeiras e de movimento comercial¹².

A companhia¹³ dos Welser¹⁴ foi, entre as grandes empresas da Alta Alemanha, a primeira que reagiu às mudanças significativas no comércio de especiarias após a abertura da Rota do Cabo pelos portugueses. No inverno de 1502/03, a célebre firma de Augsburg terá enviado um representante, Simon Seitz, à Corte portuguesa para entrar em negociações com o rei acerca da fixação da companhia em Portugal e entabular relações comerciais. D. Manuel I correspondeu ao pedido dos Welser e concedeu-lhes, no dia 13 de fevereiro de 1503, privilégios¹⁵, «os quaes a nenhuns outros nem aos nossos subditos ainda forão concedidos»¹⁶. O rei português permitiu «aos nobres mercadores que possam Liurementemente negoçar e traotar, Vender e comprar por todos os nossos Reynos e senhorios por suas pessoas ou por seus feitores e seruidores»¹⁷. Tinham, portanto, o direito de fazer negócios em Portugal e no ultramar português. Os privilegiados encontravam-se isentos de pagar tributos e impostos pela prata que trariam. Em relação a outros produtos importados, como cobre, latão, vermelhão, mercúrio, mastros, pez, alcatrão e munições, pagavam apenas a dízima. Além disso, foram dispensados de «colacoenz ou pagamentos de peitas ou pedidos, que pellos Reynos ou Prouincias se costumão muitas pedir e por»¹⁸. Tinham o direito de assentar casa dentro e fora dos muros de Lisboa para armazenar mercadorias. Estas deveriam ser preferencialmente despachadas nas alfândegas e na Casa da Moeda pelos funcionários reais. Aqueles mercadores que investissem na construção naval em Portugal deviam receber privilégios alargados. A carta de privilégio de 1503 teve um prazo de 15 anos e valia em princípio para todas as empresas e mercadores alemães que estivessem dispostos a investir em Portugal um mínimo de 10.000 cruzados. No que respeita à compra dos produtos ultramarinos por parte dos alemães, os Welser deveriam pagar inicialmente um tributo não superior a 5%, enquanto os restantes mercadores tinham de pagar 10% de sisa.

¹² RAU, Virgínia – *op. cit.*, 1970, p. 20.

¹³ Na carta régia de D. Manuel I de 13 de fevereiro de 1503 (vd. *infra*)..., tal como em vários outros documentos originais, fala-se *expressis verbis* de «companhia(s)». É, no entanto, de notar que se trata nesta altura, em geral, de casas ou sociedades comerciais dirigidas por uma família. Do ponto de vista organizacional não se pode comparar estas firmas com as grandes companhias comerciais por ações (*joint-stock companies*), como a *East India Company* (EIC) ou a *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC), que surgiram apenas na viragem do século XVI para o XVII.

¹⁴ Por volta de 1498, a casa comercial de Anton Welser criou, com os Vöhlins de Memmingen, uma companhia que, até à sua extinção em 1517, se tornou fundamental para a ascensão da casa dos Welser. Com esta fusão, a nova empresa juntou um capital de cerca de 250.000 florins, constituindo, na altura, a maior companhia de mercadores-banqueiros em todo o território alemão. Sobre os Welser-Vöhlins e os seus negócios com a Coroa portuguesa, cf. HÄBLER, Konrad – *Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*. Leipzig: Hirschfeld, 1903. p. 1-37; HÄBERLEIN, Mark – Fugger und Welser: Kooperation und Konkurrenz 1496-1614. In HÄBERLEIN, Mark; BURKHARDT, Johannes (ed.) – *Die Welser: Neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*. Berlin: Akademie Verlag, 2002. p. 223-239.

¹⁵ BA, 44-XIII-54, N.º 20j; BA, 44-XIII-58, doc. 9c.

¹⁶ BA, 44-XIII-54, N.º 20j, p. 357.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*, p. 362.

No que concerne à questão do mediador oficial entre as autoridades portuguesas e os mercadores alemães, mencionada na carta de privilégio, Simon Seitz solicitou que Valentim Fernandes desempenhasse esta função. D. Manuel I correspondeu ao pedido e nomeou, no dia 21 de fevereiro de 1503, o célebre impressor da Morávia como corretor e tabelião dos mercadores alemães¹⁹.

As notícias acerca do acordo que os Welser alcançaram na Corte portuguesa disseminaram-se na Alta Alemanha muito rapidamente. Inquietou, em primeira linha, a casa dos Fugger que se apressou a entrar em contacto com a Coroa portuguesa. Esta concedeu à companhia de Ulrich Fugger e Irmãos, em outubro de 1503, os mesmos privilégios que havia outorgado ao grande concorrente de Augsburg²⁰.

Anteriormente, em maio de 1503, havia chegado a Lisboa um outro agente dos Welser. Tratava-se de Lucas Rem que adquiriu, em setembro do mesmo ano, uma casa para os seus patrões, fundando, assim, a primeira feitoria alemã em solo português²¹. Nesta altura encontramos na capital portuguesa também alguns membros da casa dos Holzschuher. Enquanto no caso concreto desta empresa, oriunda de Nuremberga, não se sabe, se terão fundado uma filial na cidade do Tejo, é muito provável que tal tenha acontecido em relação aos Fugger em 1503 ou 1504, em consequência dos privilégios alcançados. Aos Welser e Fugger seguiram-se, entre 1504 e 1507, pelo menos mais três casas comerciais da Alta Alemanha que ergueram uma feitoria em Lisboa. É o caso dos Imhoff e dos Hirschvogel de Nuremberga, bem como dos Höchstetter de Augsburg.

D. Manuel I alargou até 1511 os privilégios concedidos em 1503, melhorando, assim, os direitos profissionais, jurídicos e pessoais dos mercadores alemães em Lisboa²². A saber, uma carta régia, datada de 3 de outubro de 1504, proibiu a prisão dos privilegiados pelas justiças normais²³. Em agosto de 1509, o *Venturoso* especificou os direitos e liberdades dos mercadores alemães estabelecidos no seu reino, outorgados em 1503 e 1504, concedendo novo período de quinze anos de validade²⁴. Aos agentes comerciais que residiam em Lisboa foi atribuído, em fevereiro do ano seguinte, a qualidade de «vizinhos da cidade»²⁵. No entanto, este estatuto revelou-se prejudicial para os negócios dos alemães, dado que tinham de pagar mais impostos. Estes apelaram ao rei no sentido de esclarecer a situação, obtendo resposta favorável ao pedido. Em fevereiro de 1511, D. Manuel I confirmou todos os privilégios que anteriormente tinha atribuído aos alemães²⁶. O facto de o Privilégio dos Alemães ter sido

¹⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de D. Manuel, *Livro 35*, f. 53; DESLANDES, Venâncio – *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988. p. 2-3. Sobre Valentim Fernandes e os Descobrimentos Portugueses, vd. LOPES, Marília dos Santos – *Vimos oje cousas maravilhosas: Valentim Fernandes e os descobrimentos portugueses*. In ENCONTRO LUSO-ALEMÃO, 4, Lisboa, 1996 – *Portugal-Alemanha-África: do imperialismo colonial ao imperialismo político: actas*. Lisboa: Colibri, 1996. p. 13-23.

²⁰ ANTT, Chancelaria de D. Manuel, *Livro 22*, f. 25-25v.

²¹ ANTT, *Corpo Cronológico*, I-25-75.

²² Cf. MARQUES, António Henrique de Oliveira – *op. cit.*, 1987, p. 15-16.

²³ BA, 44-XIII-54, N° 20k-l.

²⁴ ANTT, Chancelaria de D. Manuel, *Livro 36*, f. 41; BA, 44-XIII-54, N° 20n; BA, 44-XIII-58, doc. 9d.

²⁵ ANTT, Chancelaria de D. Manuel, *Livro 3*, f. 10; BA, 44-XIII-54, N° 20o.

²⁶ BA, 44-XIII-54, N° 20p.

concedido aos mercadores da Liga Hanseática apenas em 1517²⁷, indicia que todos estes direitos especiais se dirigiam primeiramente aos mercadores-banqueiros de Augsburgo e de Nuremberga, ou seja, aos membros da alta finança alemã.

Além dos privilégios concedidos houve, ainda, outras medidas reais que evidenciam o interesse da Coroa portuguesa em garantir a presença da alta finança alemã no seu reino. No Arquivo Municipal de Lisboa encontram-se mais dois documentos que corroboram o estatuto especial que os mercadores alemães gozaram em Portugal no reinado de D. Manuel I. Duas cartas régias, datadas de 8 e 27 de novembro de 1510, mostram que o rei tencionava lançar uma pequena imposição sobre o vinho para pagar uma dívida aos alemães²⁸. No primeiro documento, decretou:

E quanto a dyueda dos duzentos e L [mill] *reais* / *que se deuem aos alemaães / (...) queremos que se faça pera logo serem paguos desta djuida os ditos alemaães / he que se lance algũa pequena jmposisam sobre o vinho ou sobre outra cousa que a vos pareça que leuemente o posa sofrer pera por ella se averem e tirarem os ditos duzentos e cinquenta mill reais somente (...), porque nos prazera que sejam loguo pagos desta djuida os ditos alemaães (...)*²⁹.

Como surgiram dificuldades relativamente à imposição sobre o vinho, D. Manuel dirigiu-se, em finais de novembro, uma segunda vez à Câmara de Lisboa, ordenando que se emprestasse o dinheiro para remunerar os mercadores alemães³⁰.

Com o estabelecimento das casas comerciais da Alta Alemanha em Lisboa e a vinda dos seus representantes, a colónia alemã existente na capital portuguesa, composta até então predominantemente por mercadores hanseáticos e bombardeiros, teve um crescimento notável. A maioria dos alemães residentes em Lisboa juntou-se à Irmandade de São Bartolomeu, que por volta de 1500 era administrada pelos bombardeiros alemães, pelo que também era conhecida como a «Confraria dos bombardeiros alemães». A capela de São Bartolomeu, na igreja de São Julião, serviu-lhes de ponto de encontro para a vida espiritual. Os mercadores da Alta Alemanha associaram-se primeiro àquela confraria, tencionando depois construir uma capela própria³¹.

²⁷ Cf. DENUCÉ, Jean – *op. cit.*, p. 378-379; POHLE, Jürgen – *op. cit.*, 2000, p. 165-166.

²⁸ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 3º de D. Manuel I*, doc. 77, f. 93-94v.; doc. 80, f. 97-97v.; RAU, Virgínia – Alguns aspectos das relações luso-alemãs nos princípios do século XVI. In *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984. p. 289-290.

²⁹ AML, *Livro 3º de D. Manuel I*, doc. 77, f. 93 *apud* RAU, Virgínia – *op. cit.*, 1984, p. 289.

³⁰ AML, *Livro 3º de D. Manuel I*, doc. 80, f. 97-97v.

³¹ Vd. *infra*. Cf. POHLE, Jürgen – *op. cit.*, 2000, p. 146-150. Sobre a história da Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães, cf. SCHICKERT, Gerhard; DENK, Thomas – *Die Bartholomäus-Brüderschaft der Deutschen in Lissabon: Entstehung und Wirken, vom späten Mittelalter bis zur Gegenwart*. Estoril: A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães, 2010.

O DIÁRIO DE LUCAS REM

Além dos privilégios, existem outros documentos que se referem aos negócios e à vida dos mercadores alemães em terras portuguesas. Uma das principais fontes são os apontamentos autobiográficos de Lucas Rem. O historiador Pierre Jeannin considerou o diário de Lucas Rem «um dos documentos mais esclarecedores deixados por um mercador do século XVI, não só sobre a sua vida privada como sobre os seus negócios»³². Rem chegou a Lisboa, como já foi indicado, em maio de 1503. Permaneceu cinco anos em Portugal na função de feitor e deslocou-se também aos arquipélagos da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde. O primeiro negócio importante que efetuou teve lugar no verão de 1504, quando celebrou um contrato com D. Manuel I, o qual permitiu a participação dos Welser na frota que rumou no ano seguinte para a Ásia. No *Tagebuch* lê-se: «No dia 1 de agosto fizemos o contrato com o rei de Portugal, acerca da armação de três navios com destino à Índia»³³. Trata-se aqui da armada de D. Francisco de Almeida, composta por 20 embarcações, que partiu para a Índia em finais de março de 1505.

Os Welser estiveram integrados num consórcio composto por várias casas comerciais de Augsburgo e de Nuremberga e por alguns mercadores italianos. Para a armação dos três navios, referidos por Lucas Rem, era necessário um capital de 65.400 cruzados³⁴. 75% da soma tinha de ser paga em dinheiro e 25% em metais preciosos. A casa dos Welser desempenhou, entre os investidores, um papel preponderante, seja na preparação, seja no que respeita ao volume do negócio. Disponibilizou 20.000 cruzados, quase um terço do total do investimento estrangeiro. Os outros mercadores-banqueiros alemães contribuíram com 16.000 cruzados, mais precisamente os Fugger e os Höchstetter com 4.000 cada, os Imhoff e os Gossembrot com 3.000 cada e os Hirschvogel com 2.000 cruzados. Os restantes 29.400 cruzados foram liquidados pelos investidores italianos, entre os quais se destacam os Marchionni, os Affaitati e os Sernigi.

A bordo das naus Lionarda, São Rafael e São Jerónimo³⁵ viajaram pelo menos três agentes comerciais alemães, dois deles representando as empresas de Augsburgo e de Nuremberga. Na Lionarda, encontramos Balthasar Sprenger, oriundo de Vils am Lech³⁶. Em 1509, foi publicado o relato que este elaborou durante a viagem, a denominada *Merfart*³⁷. Enquanto Sprenger viajou como empregado dos Welser, Ulrich Imhoff, mercador de

³² JEANNIN, Pierre – *Os mercadores do século XVI*. Porto: Vertente, 1986. p. 74.

³³ GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 8: «Primo Aug^o tat wir den vertrag mit portugal king der armazion 3 schiff, per Indiam».

³⁴ Sobre a participação alemã na expedição portuguesa à Índia nos anos de 1505/06, cf. ANDRADE, António Alberto Banha de – *op. cit.*, vol. 1, p. 349-352, 475-488; HÜMMERICH, Franz – *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien 1505/6*. München: Verlag der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1918.

³⁵ ANTT, Chancelaria de D. Manuel, *Livro 46*, f. 130v.-131.

³⁶ Cf. LOPES, Marília dos Santos – *Da descoberta ao saber: os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. Viseu: Passagem, 2002. p. 19-35; WIESFLECKER, Hermann – Neue Beiträge zu Balthasar Sprengers Meerfahrt nach "Groß-India". In BRANDSTÄTTER, Klaus; HÖRMANN, Julia (ed.) – *Tirol-Österreich-Italien: Festschrift für Josef Riedmann zum 65. Geburtstag*. Innsbruck: Universitätsverlag Wagner, 2005. p. 647-660.

³⁷ O título completo: *Die Merfart uñ erfahrung nüwer Schiffung vnd Wege zu° viln onerkanten Inseln vnd Künigreichen, von dem großmechtigen Portugalische Kunig Emanuel Erforscht, funden, bestritten vnnd Ingenomen. Auch wunderbarliche Streyt, ordenung, Leben wesen, handlung vnd wunderwercke des volcks vnd Thyrer, dar iñ wonende, findestu in diessem Buchlyn warhaftiglich beschryben vñ abkunterfeyt, wie ich, Balthasar Spre[n]ger, sollichs selbs in kurtzuerschynen zeiten gesehen vñ erfahren habe. GEDRVCKT ANNO MDIX*.

Nuremberga, fez a viagem ao serviço da casa dos Hirschvogel, na São Jerónimo. A bordo do terceiro navio, armado pelos mercadores-banqueiros alemães e italianos, encontrava-se Hans Mayr³⁸. Este comerciante alemão deslocou-se à Índia na nau São Rafael e, como indica o título do seu relato, na função de «escruiam da feytoria»³⁹. Segundo João Rocha Pinto, não se trata aqui de um diário de bordo, mas de um conjunto de folhas que forma uma espécie de «livro de armação», cujo conteúdo era, aparentemente, ditado ao escrivão pelo capitão do navio, Fernão Soares⁴⁰.

Quando a frota voltou a Lisboa em 1506 os negócios com a Coroa portuguesa complicaram-se bastante, porque D. Manuel I tinha, entretanto, monopolizado o comércio da pimenta⁴¹ e recusava-se agora a entregar aos comerciantes alemães as mercadorias a que tinham direito. Seguiram-se processos muito morosos até se chegar a um acordo. Lucas Rem indignou-se com esta medida que lhe trouxe «um excesso de preocupações, trabalho supérfluo, grande repulsa»⁴², conduzindo a «imensos, grandes e complicados processos jurídicos, em que batalhei durante três anos»⁴³. Quando, finalmente, se chegou a um acordo, os Welser receberam apenas uma parte da sua pimenta, sendo, em troca, recompensados em açúcar⁴⁴. Apesar destas contrariedades, a firma conseguiu um lucro que se situava entre os 150 e 175%⁴⁵.

Menos favoráveis foram os resultados financeiros da segunda participação alemã na armação de uma frota da Índia. Foram novamente os Welser que investiram, juntamente com os Imhoff de Nuremberga e o português Rui Mendes, em três dos quinze navios, que em abril de 1506 partiram sob o comando de Tristão da Cunha, mas desta vez apenas com 3.430 cruzados⁴⁶. Como se perderam dois dos três navios já na ida para a Índia, esta expedição terminou para os investidores germânicos num fracasso. Nas décadas seguintes, os mercadores-banqueiros alemães desistiram da sua participação financeira nos empreendimentos ultramarinos portugueses, o que se explica não apenas com o insucesso da empresa de 1506, mas, em primeiro lugar, pela política monopolista de D. Manuel I e pelas práticas comerciais duvidosas do monarca português, acerca das quais Lucas Rem se queixou sobremaneira⁴⁷.

³⁸ PINTO, João Rocha – *A viagem: memória e espaço: a literatura portuguesa de viagens: os primitivos relatos de viagem ao Índico 1497-1550*. Lisboa: Sá da Costa, 1989. p. 123-124, 192-200.

³⁹ BAIÃO, António (rev.) – *O manuscrito Valentim Fernandes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940. p. 13-24. O relato intitula-se: *Da viagem de dom francisco dalmeida primeyro visorey de India. E este quaderno foy trelladado da nao sam raffael em q hia hansz mayr por escriuam da feytoria. E capitam fernam suarez. Viagem e cousas de dom francisco viso rey de India escrito na nao sam raffael do porto, capitam fernam suarez*.

⁴⁰ PINTO, João Rocha – Houve diários de bordo durante os séculos XV e XVI? *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. 34 (1988), p. 383-416.

⁴¹ COSTA, Leonor Freire – *Império e grupos mercantis entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 25-26.

⁴² GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 8: «on mas enxig mie, überflisig arbeit, gros widerwertikait».

⁴³ *Ibidem*: «on mas fil grosse und schwere Recht, den Ich aus wartet ob 3 Jar».

⁴⁴ *Ibidem*, p. 14; ANTT, *Corpo Cronológico*, I-10-124. Cf. HÄBLER, Konrad – *op. cit.*, p. 29-31.

⁴⁵ Cf. GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 8; HÄBLER, Konrad – *op. cit.*, p. 23-24.

⁴⁶ GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 8.

⁴⁷ HÄBLER, Konrad – *op. cit.*, p. 24-31.

No *Tagebuch*, Rem relata-nos também pormenores interessantes sobre os negócios que efetuou com a Coroa portuguesa, as suas estadias na Madeira e as condições de comércio e de vida em Lisboa no início do séc. XVI. O feitor alemão ficou visivelmente perturbado com os vários surtos da peste, que surgiram na capital portuguesa por volta de 1505.

Logo nesta altura instalou-se a morte em Lisboa. Fugi para Cacilhas, Almada, Lumiar, Santa Maria da Luz, Alvalade e outros locais, alguns mais quentes, onde fiquei à noite, mas quase todos os dias montei a cavalo para a cidade.

Deus nos livre! Onze vezes tivemos a pestilência em casa. Morreram muitos dos meus compradores, criadas etc. (...) Durante quatro anos houve imensos mortos, quase sem parar⁴⁸.

As visões desfavoráveis dos feitores alemães sobre a qualidade e as condições de vida no sudoeste do continente europeu estiveram certamente marcadas por um clima a que não estavam habituados e, sobretudo, pelos frequentes surtos da peste, que afligiram a capital portuguesa gravemente nos anos de 1505, 1507 e 1510⁴⁹. Acerca das suas atividades profissionais, Rem acrescentou:

No tempo que estive em Portugal, de 8 de maio de 1503 a 27 de setembro de 1508, fiz uma série de abundantes e importantes negócios, a vender cobre, chumbo, vermelhão, mercúrio e variadas coisas, principalmente panos flamengos. E durante três anos vieram dos Países Baixos, Inglaterra, Bretanha e das terras de Este muitos barcos carregados de cereais para eu vender.

Desloquei-me à Madeira, às ilhas dos Açores e de Cabo Verde e à Berbéria para comerciar.

Em Portugal comprei muita especiaria e efetuei grandes negócios com o rei. E ainda comprei azeite, vinho, marfim e algodão. Mandeí múltiplas vezes comprar figos no Algarve e outras frutas na Andaluzia. Pratiquei um volumoso e considerável comércio. Tive também muitos empregados, sempre três, quatro e até seis⁵⁰.

Lucas Rem deixou Portugal em setembro de 1508, mas regressou no verão do ano seguinte, contra a sua expressa vontade. Em março de 1509, os Welser tinham correspondido a um pedido de Rem que nunca mais queria voltar para Portugal. Quando recebeu no início de junho, ou seja, nem três meses depois desta promessa, ordem para aqui voltar, Rem indignou-se veementemente, trocando uma correspondência em tom acerbo com os seus patrões que, não obstante, insistiram na sua deslocação a Portugal.

⁴⁸ GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 8-9: «Gleich um disse zeit fong der sterbent an zuo Lixbona. Floch ich gen Cazilios, Almada, Lumiar, Sta Maria Deluz, Calvalada, an mer Ort, ainige heysser, da Ich die Nacht was, aber schier al tag in die Stat rit. Got behiet uns! Die pestilenz Xlmal im haus hett, mir fil einkaufer, megdt & & sturben. (...) Ob 4 Jar starb es on mas, fast on auffhoren».

⁴⁹ Cf. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. vol. 3, p. 216.

⁵⁰ GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 9: «Die zeit, ich in Portugal was, vom 8 May 1503 bis 27 Septb. 1508, underfong ich mich on mas gros und fil hendel, mit verkaufen kupfer, pley, Zinober, Kecksilber und allerlai, insonder Flemisch gwandt. Und an 3 Jar kam mir aus Niderlender, England, Brettania, Ostland fil schiff mit korn zuo verkaufen. Ich begab mich gen Madera, Ilhas Dazors, Cavo Verde, Barbarien, armieren. In Portugal kauffet ich fast fil Specerey und tat gros kaufhändel mit dem king. Und je kauffet ich Oel, wein, helfentzän, bomwol. Sant etliche mal in Arganie, luoss Feigen, in Andalusia andere Früchte kaufen. Von alem daz mir fürkam, wolt ich versuochen. Trib ain grossen namhaften handel. Hett auch fil gehilfen, stets 3, 4, ja 6 hin u. her».

A segunda permanência de Lucas Rem em terras portuguesas foi bem mais curta que a primeira. Começou em meados de agosto de 1509 e terminou em finais de março do ano seguinte. O enviado dos Welser esteve primeiramente alguns dias na Corte de D. Manuel I, em Sintra para efetuar vários negócios que, porém, não especificou. Em setembro viajou para a Madeira e as Ilhas Canárias. Uma das principais tarefas da sua missão esteve relacionada com a reorganização da feitoria que a firma possuía na Madeira, onde negociou com açúcar⁵¹.

No dia 25 de outubro de 1509, Lucas Rem partiu de Machico para Lisboa, chegando ao seu destino seis dias depois. Como a peste afligia a capital, «não queria ir à cidade e cavalguei para a nossa casa de Alvalade»⁵². Quer ele dizer que os Welser não possuíam apenas uma feitoria no centro de Lisboa, mas também uma segunda casa, situada nos arredores, que os seus representantes utilizavam particularmente, quando grassavam epidemias no espaço urbano. Rem reclamou que passou, uma vez mais, a maior parte do tempo em processos aborrecidos contra a Coroa portuguesa, relacionados com os negócios da Índia e do açúcar. Durante o inverno, o representante dos Welser permaneceu na Corte de D. Manuel I, primeiramente em Almeirim, depois em Santarém. Aí, o tom do alemão modificou-se, notando-se que foi muito bem tratado pelo rei:

No dia 5 de dezembro desloquei-me a Almeirim e Santarém, onde o rei de Portugal costuma estar com a corte. Variadíssimos negócios tive de aí resolver, litígios e outros assuntos. Permaneci então na corte em ambos os sítios, ora aqui, ora acolá, e encontrei um rei extremamente clemente e generoso, tanto, que tinha de estar na sua companhia a maior parte do tempo e todos os dias – as tardes passa sempre sozinho com a rainha. (...)

Convocou-me muitas vezes para os conselhos, mostrando-me um enorme afeto⁵³.

Depois de uma estadia de dois meses na Corte de D. Manuel I, despediu-se da família real e regressou, no início de fevereiro de 1510, a Lisboa. Como a peste ainda grassava na capital, não entrou na feitoria da empresa e partiu no dia 20 de março, por via terrestre, para Augsburg. Na filial lisboeta dos Welser sucedeu-lhe seu irmão, Hans Rem, apoiado por Gabriel Steudlin e Jacob Ott.

⁵¹ Sobre os negócios dos Welser na Madeira, cf. VIEIRA, Alberto – *O comércio inter-insular nos séculos XV e XVI: Madeira, Açores, Canárias: alguns elementos para o seu estudo*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1987. p. 59-63.

⁵² GREIFF, Benedikt (ed.) – *op. cit.*, p. 13: «Um dz es zuo Lixbona noch starb, wolt ich nit in die stat, und rit in unsser haus Alavalada».

⁵³ *Ibidem*, p. 14: «Adi 5 Decemb zoch Ich gen Almerin und Sct. Erren, da portugal king hoff huolt. Fast vilerlay gescheft ich da hett, Rechtten und anders halb. Belib also am hoff an baiden ortten, jetz da, dan dort, und het ain fast überaus gnedigen, gunstigen king, so vil, daz ich den mertayl der zeit, altag – die nachmittag er allain bei der künigin ist – bey im seyn muost. (...) Bey und in den Retten er mich oft berieffet, on mas gros liebe erzaiget».

AS CARTAS DE SEBALD KNEUSSEL (1512)

Ao contrário de Lucas Rem que, como transparece claramente no seu *Tagebuch*, não gostou muito da sua experiência em Portugal, houve outros agentes comerciais alemães que apreciaram a vida no Tejo, de tal forma que rumores de escândalo foram transmitidos às sedes das firmas na Alta Alemanha. O caso mais flagrante teve lugar no início da segunda década de Quinhentos na feitoria lisboeta dos Imhoff⁵⁴. As notícias relativas a este assunto foram comunicadas por Sebald Kneussel, que representou esta casa comercial de Nuremberga em Lisboa nos anos de 1512/13. As cartas que o feitor dos Imhoff enviou, em setembro e outubro de 1512, para os seus patrões constituem as poucas fontes originais que iluminam o convívio e os conflitos dentro da colónia dos mercadores alemães na capital portuguesa⁵⁵.

Recapitulemos, os Imhoff possuíam em Lisboa uma feitoria desde 1504⁵⁶. Participaram nos dois anos seguintes, tal como os Welser, nas duas viagens à Índia, em que empresas alemãs podiam investir diretamente. O seu primeiro feitor, Paulus Imhoff, morreu em dezembro de 1507 e foi substituído por Calixtus Schüler, que desempenhou este cargo nos cinco anos seguintes. O período da sua regência coincide com anos de grande prosperidade da casa dos Imhoff, que resultaram, principalmente, do comércio de especiarias. Mas, as qualidades mercantis de Schüler contrastaram claramente com o seu excêntrico modo de vida. As notícias respeitantes a este feitor, que chegaram a Nuremberga no ano de 1511, foram para os Imhoff tão preocupantes que enviaram, no inverno de 1511/12, Sebald Kneussel a Portugal⁵⁷, oficialmente com a função de apoiar Schüler nos seus trabalhos, mas, de facto, para vigiar, controlar e substituir o feitor da empresa⁵⁸.

Sebald Kneussel era um mercador de Nuremberga, que tinha trabalhado anteriormente, por volta de 1506, em Veneza. Possuía, portanto, alguma experiência no estrangeiro, também em termos linguísticos, o que o qualificou para a sua nova missão⁵⁹. Nas cartas que Kneussel redigiu em Lisboa, nos dias 22 de setembro e 23 de outubro de 1512⁶⁰, transparece que a tarefa de espiar o seu colega não lhe agradou nada. Acresce que os detalhes que apurou à volta da vida de Schüler apresentaram-se ainda muito piores do que se suspeitava em Nuremberga. Kneussel descobriu que Schüler manteve relações amorosas com várias mulheres casadas e solteiras, inclusive

⁵⁴ JAKOB, Reinhard – Der Skandal um einen Nürnberger Imhoff-Faktor im Lissabon der Renaissance: der Fall Calixtus Schüler und der Bericht Sebald Kneussels (1512). *Jahrbuch für Fränkische Landesforschung*. Vol. 60 (2000), p. 83-112.

⁵⁵ Vd. *supra*, nota 4.

⁵⁶ Sobre a história dos Imhoff, em geral, e as suas relações com Portugal no século XVI, cf. JAHNEL, Helga – *Die Imhoff: eine Nürnberger Patrizier- und Großkaufmannsfamilie: eine Studie zur reichsstädtischen Wirtschaftspolitik und Kulturgeschichte an der Wende vom Mittelalter zur Neuzeit (1351-1579)*. Würzburg: [s.n.], 1950. Tese de doutoramento em História, apresentada na Universidade de Würzburg; POHLE, Jürgen – *op. cit.*, 2000, p. 125-130.

⁵⁷ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, N.º 17.

⁵⁸ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, N.º 21.

⁵⁹ JAKOB, Reinhard – *op. cit.*, p. 89-93.

⁶⁰ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, N.º 22 (1-3).

uma freira de Santarém, relações das quais resultaram pelo menos cinco crianças. Uma das mulheres, uma certa Elena, dormiu sempre na feitoria dos Imhoff, provocando, por vezes, constrangimentos entre Schüller e os seus colaboradores, os quais tratava com grande violência. Assim, deu duas vezes uma valente tarefa ao jovem aprendiz, Michael Imhoff. Este ficou tão intimidado com os maus tratos que não teve coragem de informar os seus familiares em Nuremberga, dado temer represálias do seu superior em Lisboa. Houve outros incidentes: por exemplo, Schüller bateu tantas vezes num dos escravos negros que trabalhou na feitoria, «por muitas coisas sem importância, que este já se encontrava meio paralisado»⁶¹. Schüller dedicou-se também ao jogo, convidando alguns colegas alemães⁶² e burgaleses⁶³ para beber e conviver na feitoria dos Imhoff. Esta tinha-se tornado, segundo as informações recolhidas através de Michael Imhoff, uma autêntica «taberna e sala de jogos»⁶⁴.

Quando os Imhoff receberam estas notícias, reagiram de imediato e ordenaram a Schüller que regressasse a Nuremberga. Ainda em finais de 1512, Calixtus Schüller abandonou o seu cargo em Lisboa, enquanto Sebald Kneussel passou a ser o feitor. Não sabemos por quanto tempo desempenhou a sua nova função. Já em setembro do mesmo ano, tinha anunciado que ia dedicar-se à formação mercantil de Michael Imhoff, sobretudo no domínio da correspondência e da contabilidade, preparando, desta maneira, a sua sucessão na feitoria dos Imhoff. Pelo teor do seu contrato, Kneussel deve ter abandonado Portugal em 1513⁶⁵.

Na altura em que Sebald Kneussel se encontrava em Lisboa, a colónia dos mercadores alemães passou por uma fase muito complicada, repleta de conflitos internos⁶⁶. Existiram várias razões por detrás das discordâncias, que inquietaram a vida dentro da nação mercantil. Segundo Kneussel, as inimizades tinham começado em 1511, quando chegou à cidade do Tejo Hans von Schüren, o designado feitor da célebre casa comercial dos Fugger, para substituir Marx Zimmermann. Este último recusou-se a entregar a feitoria a Hans von Schüren e foi apoiado na sua disputa privada por Calixtus Schüller e outros colegas estabelecidos há mais anos na capital portuguesa. Jacob Fugger reagiu e colocou, na pessoa de Jörg Herwart, um segundo responsável no topo da feitoria lisboeta até à solução dos problemas com Marx Zimmermann.

⁶¹ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nº 22 (2): «(...) umb vil clein sach geschlagen, daß der halb lam ist».

⁶² São *expressis verbis* mencionados Utz Ehinger, feitor dos Höchstetter, e um Jörg Hemerlein, cuja origem e tarefa em Lisboa desconhecemos.

⁶³ O documento fala de Cristóbal de Haro, Jan Escaldante e «outros burgaleses».

⁶⁴ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nº 22 (2): «trinck vnd spil stuben».

⁶⁵ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nº 17.

⁶⁶ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nº 22 (1-3). Cf. KELLENBENZ, Hermann – A estadia de dois “Ulrich Ehinger”, mercadores alemães, em Lisboa nos princípios do séc. XVI. *Bracara Augusta*. Vol. 16/17 (1964), p. 171-176.

No entanto, a situação na colónia alemã agravou-se quando Hans von Schüren se opôs ao projeto de uma nova capela, que a maioria dos mercadores da Alta Alemanha queria construir⁶⁷. O feitor dos Fugger conseguiu, de facto, travar o projeto argumentando que as despesas que uma construção destas implicava eram demasiado altas e não justificavam tamanho esforço. Como reação, os representantes dos Welser e dos Höchstetter, Gabriel Steudlin e Ulrich Ehinger, negaram-lhe o acesso às cartas de privilégios que D. Manuel I tinha outorgado aos mercadores alemães. Os respetivos documentos encontravam-se guardados numa arca, fechada com duas chaves, na feitoria dos Fugger, enquanto as chaves estavam, nesta altura, sob custódia de Steudlin e Ehinger. Como estes teimosamente se recusaram a entregá-las a Schüren, este resolveu a situação de forma pouco ortodoxa, abrindo a arca à força. A partir daí, instalou-se um conflito aberto na colónia alemã. Os representantes dos Fugger afastaram-se durante meses das reuniões periódicas dos alemães em Lisboa. O próprio Jacob Fugger dirigiu-se aos Imhoff para se queixar de Calixtus Schüler, que era, no seu entender, o principal culpado. Hans von Schüren recebeu ordens do seu superior para se dar bem com o feitor dos Hirschvogel, ignorar os outros colegas alemães e manter-se fora de qualquer tipo de discussão.

A querela na colónia ainda não tinha acabado quando, em meados de 1512, Sebald Kneussel aqui chegou. Este simpatizou com o novo feitor dos Fugger, que lhe pareceu um homem honesto. Pronunciou-se preocupado com as divergências que haviam colocado a colónia alemã à beira duma divisão em várias fações, avisando: «Tal facção não é nada boa, porque necessitamos uns dos outros em terras estrangeiras. As outras nações vão trocar de nós»⁶⁸.

Esta afirmação do agente dos Imhoff é apenas um exemplo que mostra que, apesar de todas as rivalidades comerciais que naturalmente existiram dentro da colónia alemã, os seus membros tinham, longe da pátria, a tendência para desejar apoio mútuo, união e concórdia. Há mais exemplos que corroboram esta observação:

1. Os mercadores alemães estabelecidos em Lisboa tinham acordado que tirariam do lucro de todos os negócios efetuados uma pequena percentagem que seria escoada para um fundo comum. Além disso, existiram donativos voluntários, sobretudo, quando se obtinham grandes lucros. Estas verbas serviam, em primeiro lugar, para financiar os privilégios, concedidos pela Coroa portuguesa. Como alguns membros da colónia alemã nem sempre respeitaram o acordado, os – que haviam contribuído – fizeram uma petição ao rei, para que apenas os que tivessem pago a sua quota pudessem gozar os privilégios. No dia 10 de novembro de 1511, D. Manuel I deu deferimento à petição, pelo que os pagamentos regulares dos mercadores alemães para o fundo criado se tornaram obrigatórios⁶⁹.

⁶⁷ Vd. *supra*, nota 31.

⁶⁸ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, N^o 22 (1): «(...) solich partei ist nit fast gut, der wir uns brauchen in fremden landen, wern andren nazionen dardurch zuo spot».

⁶⁹ CASSEL, Johan P. – *Privilegien und Handlungsfreiheiten von den Königen in Portugal ehemals den deutschen Kaufleuten und Hansastädten erteilt*. Bremen: Diedrich Meier, 1776. p. 11-12.

2. Segundo Hermann Kellenbenz, os mercadores da Alta Alemanha formaram uma nação mercantil em Lisboa⁷⁰. Antes das negociações efetuadas com a Coroa portuguesa, que atingiam uma boa parte ou a totalidade destes comerciantes alemães, a comunidade nomeou um representante para defender os seus interesses⁷¹. Provavelmente, este delegado foi votado nos encontros anuais que os mercadores alemães realizavam no Pentecostes⁷².
3. Os mensageiros das casas comerciais de Augsburgo e de Nuremberga ajudavam-se mutuamente na transmissão das cartas que circulavam entre as feitorias de Lisboa e as sedes na Alta Alemanha. O facto de encontrarmos por vezes, nos arquivos, várias cartas praticamente com o mesmo teor, mostra que as empresas procuraram enviar mensagens importantes por diferentes vias. No entanto, pode significar também que nem sempre confiaram nos mensageiros das outras casas.
4. Mesmo nas centrais das empresas em Augsburgo e em Nuremberga houve, por vezes, vontade de cooperação. Portanto, um agente de uma casa comercial podia representar várias empresas, fosse nas viagens à Índia, fosse nas negociações com o monarca português.

Em contrapartida, observamos em algumas situações uma mútua desconfiança entre as firmas alemãs estabelecidas em Portugal. Um exemplo data de 1507, quando Lucas Rem estava incumbido de tratar dos processos jurídicos dos participantes alemães no referido consórcio que tinha investido na armada da Índia de 1505. Como o processo demorou muito, os Fugger e os Höchstetter enviaram os seus agentes à Corte de D. Manuel I. Paulus Imhoff, que representava nesta altura a sua família em Portugal, queixou-se sobre estes atos isolados e individualistas, embora também ele tenha revelado algum ceticismo relativamente ao trabalho do seu colega:

Sabeis que Lucas Rem, o feitor dos [Welser-]Vöhlín, se encontra na corte, e também o feitor dos Höchstetter e Marx Zimmermann, feitor dos Fugger. E cada um deles foi sozinho. Diz-se que Lucas se tinha dirigido para aí em nome de todos nós, para fazer muitas contas com o rei por causa da expedição marítima e das mercadorias que o rei a nós todos deve. No entanto, penso e sei bem que se virou para aí, em primeiro lugar, para fechar com o rei vários negócios referentes à especiaria que chegou da Índia⁷³.

Na mesma carta, o feitor dos Fugger foi até acusado de ter agido, nos processos jurídicos com a Coroa portuguesa, apenas a favor dos seus patrões e contra os interesses das outras empresas envolvidas⁷⁴.

⁷⁰ KELLENBENZ, Hermann – *op. cit.*, 1990. vol. 1, p. 52.

⁷¹ Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, *Cód. 9820*, f. 21-23.

⁷² JAKOB, Reinhard – *op. cit.*, p. 107 (nota 121).

⁷³ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 37, N.º 1a (carta de Paulus Imhoff, Lisboa, 25.6.1507): «Item so wyst, das lucas Rem, der fehli diener, am hoff ist, der gleychen der höstetter diener, auch marx zimmerman, der focker diener, vnd ein yeglicher allein zogen. Sagt, lucas sey von vnser aller wegen zogen, Etlich Rechnung mit dem kung machen von der schyff vnd kauffmannschaft wegen, so vnss der k[ung] allen schuldig ist, wie wol ich glaub vnd des gut wyssen hab, er am meysten dar zogen ist, Etlich partida mit dem kung zuo machen seyner spezerei halben, so im aus india komen ist».

⁷⁴ *Ibidem*.

NOTAS FINAIS

Não se pode negar que existiram rivalidades permanentes e mútua desconfiança entre os comerciantes alemães fixados em Portugal. Mas, por outro lado, reparamos simultaneamente numa indiscutível necessidade de harmonia entre os representantes dos mercadores-banqueiros alemães em Lisboa, que condenaram, por diversas vezes, comportamentos não solidários e a falta de unidade. Deste modo, competição e cooperação, duas dimensões contraditórias que perpassavam a comunidade mercantil alemã em Lisboa, apresentam-se como elementos típicos que caracterizam a imagem da colónia no início de Quinhentos.

As casas comerciais de Augsburgo e de Nuremberga estabelecidas em Lisboa constituíram uma peça essencial no projeto expansionista de Portugal no reinado de D. Manuel I⁷⁵. Apenas em finais desta era se notaram os primeiros sintomas de estagnação, que conduziram, na terceira década do século XVI, à retirada de várias casas comerciais alemãs de Lisboa. São várias as razões que levaram a este desenvolvimento, como, por exemplo, o deslocamento do comércio internacional de especiarias, açúcar e metais para Antuérpia. A maior parte dos negócios efetuou-se, a partir de 1515, na feitoria portuguesa e nas respetivas filiais alemãs situadas na cidade do Escalda. Consequentemente, as feitorias alemãs em Lisboa tornaram-se prescindíveis. Um outro fator importante que conduziu ao abandono da capital portuguesa por parte dos alemães está ligado à ascensão de Sevilha como porto principal na Península Ibérica para o comércio ultramarino. Este processo foi dinamizado pela proclamação, em 1519, de Carlos V como sacro imperador. Esta personalidade viria a atrair os mercadores-banqueiros alemães levando-os a participarem nas empresas coloniais espanholas. É, portanto, no início dos anos 20, que várias casas comerciais da Alta Alemanha encerraram as feitorias que tinham em Lisboa e enviaram os seus representantes para Sevilha, mantendo, no entanto, a partir daí, as suas ligações com Portugal⁷⁶.

⁷⁵ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os descobrimentos e a economia mundial*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1983. 4 vol., *passim*; DIAS, Manuel Nunes – *O capitalismo monárquico português (1415-1549): contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1963-1964. 2 vol., *passim*.

⁷⁶ Sobre esta temática veja-se o meu estudo *Os mercadores-banqueiros alemães e a expansão portuguesa no reinado de D. Manuel I*, cuja publicação se encontra prevista para breve.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 3º de D. Manuel I.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de D. Manuel, *Livro 3.*

Chancelaria de D. Manuel, *Livro 22.*

Chancelaria de D. Manuel, *Livro 35.*

Chancelaria de D. Manuel, *Livro 36.*

Chancelaria de D. Manuel, *Livro 46.*

Corpo Cronológico, I-10-124.

Corpo Cronológico, I-25-75.

Biblioteca da Ajuda

44-XIII-54, N.º 20.

44-XIII-58, doc. 9.

Biblioteca Nacional de Portugal

Reservados, *Cód. 9820.*

Germanisches Nationalmuseum Nürnberg

FA Imhoff, Fasz. 28, N.º 17.

FA Imhoff, Fasz. 28, N.º 21.

FA Imhoff, Fasz. 28, N.º 22.

FA Imhoff, Fasz. 37, N.º 1.

Fontes Impressas

BAIÃO, António (rev.) – *O manuscrito Valentim Fernandes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940.

CASSEL, Johan P. – *Privilegien und Handlungsfreiheiten von den Königen in Portugal ehemals den deutschen Kaufleuten und Hansastädten erteilt*. Bremen: Diedrich Meier, 1776.

DENUCE, Jean – Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles). *Archivo Historico Portuguez*. Vol. 7 (1909), p. 377-392.

DESLANDES, Venâncio – *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988.

FERREIRA, J. A. Pinto – Privilégios concedidos pelos reis de Portugal aos alemães, nos séculos XV e XVI. *Boletim cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. 32 (1969), p. 339-396.

GREIFF, Benedikt (ed.) – *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541: ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*. Augsburg: Hartmann'sche Bruchdruckerei, 1861.

Privilégios concedidos a alemães em Portugal: certidão de Duarte Fernandez. *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*. III Série Vol. 1 (1959), p. 119-159.

Bibliografia

ALMEIDA, A. A. Marques de – *Capitais e capitalistas no comércio da especiaria: o eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549): aproximação a um estudo de geofinança*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.

AMARAL, Maria Valentina Cotta do – *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1965.

ANDRADE, António Alberto Banha de – *Mundos novos do mundo: panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos descobrimentos geográficos portugueses*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972. 2 vol.

COSTA, Leonor Freire – *Império e grupos mercantis entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

DIAS, Manuel Nunes – *O capitalismo monárquico português (1415-1549): contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1963-1964. 2 vol.

EHRHARDT, Marion – *A Alemanha e os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Texto, 1989.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os descobrimentos e a economia mundial*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1983. 4 vol.

GROSSHAUPT, Walter – Commercial relations between Portugal and the merchants of Augsburg and Nuremberg. In AUBIN, Jean (ed.) – *La découverte, le Portugal, et l'Europe: actes du colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1990. p. 359-397.

HÄBERLEIN, Mark – Fugger und Welser: Kooperation und Konkurrenz 1496-1614. In HÄBERLEIN, Mark; BURKHARDT, Johannes (ed.) – *Die Welser: neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*. Berlin: Akademie Verlag, 2002. p. 223-239.

HÄBLER, Konrad – *Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*. Leipzig: Hirschfeld, 1903.

HÜMMERICH, Franz – *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien 1505/6*. München: Verlag der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1918.

JAHNEL, Helga – *Die Imhoff: eine Nürnberger Patrizier- und Großkaufmannsfamilie. Eine Studie zur reichsstädtischen Wirtschaftspolitik und Kulturgeschichte an der Wende vom Mittelalter zur Neuzeit (1351-1579)*. Würzburg: [s.n.], 1950. Tese de doutoramento em História, apresentada na Universidade de Würzburg.

JAKOB, Reinhard – Der Skandal um einen Nürnberger Imhoff-Faktor im Lissabon der Renaissance: der Fall Calixtus Schüler und der Bericht Sebald Kneussels (1512). *Jahrbuch für Fränkische Landesforschung*. Vol. 60 (2000), p. 83-112.

JEANNIN, Pierre – *Os mercadores do século XVI*. Porto: Vertente, 1986.

KELLENBENZ, Hermann – A estadia de dois “Ulrich Ehinger”, mercadores alemães, em Lisboa nos princípios do séc. XVI. *Bracara Augusta*. Vol. 16/17 (1964), p. 171-176.

KELLENBENZ, Hermann – *Die Fugger in Spanien und Portugal bis 1560: ein Großunternehmen des 16. Jahrhunderts*. München: Vögel, 1990. 3 vol.

LOPES, Marília dos Santos – *Da descoberta ao saber: os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. Viseu: Passagem, 2002.

LOPES, Marília dos Santos – Os descobrimentos portugueses e a Alemanha. In DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e pref.) – *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Minerva Coimbra, 2007. vol. I, p. 29-60.

LOPES, Marília dos Santos – Vimos oje cousas maravilhosas: Valentim Fernandes e os Descobrimentos Portugueses. In ENCONTRO LUSO-ALEMÃO, 4, Lisboa, 1996 - *Portugal-Alemanha-África: do imperialismo colonial ao imperialismo político: actas*. Lisboa: Colibri, 1996. p. 13-23.

MARQUES, António Henrique de Oliveira – Die Beziehungen zwischen Portugal und Deutschland im Mittelalter und 16. Jahrhundert. *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft, Erste Reihe: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*. Vol. 20 (1988-1992), p. 115-131.

MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Hansa e Portugal na Idade Média*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

MARQUES, António Henrique de Oliveira – Os Germanos em Portugal (séculos V-XII): revisão do problema. In DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e pref.) – *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Minerva Coimbra, 2007. vol. I, p. 17-27.

MARQUES, António Henrique de Oliveira – Relações entre Portugal e a Alemanha. In *Portugal quinhentista*. Lisboa: Quetzal, 1987. p. 9-32.

MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota: a guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.

MATHEW, K. S. – *Indo-Portuguese trade and the Fuggers of Germany (sixteenth century)*. New Delhi: Manohar, 1999.

MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. vol. 3.

POHLE, Jürgen – As relações luso-alemãs no reinado de D. Manuel I (1495-1521). In DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e pref.) – *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos: Minerva Coimbra, 2007. vol. I, p. 61-74.

POHLE, Jürgen – *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*. Münster: Lit Verlag, 2000.

PINTO, João Rocha – *A viagem: memória e espaço: a literatura portuguesa de viagens: os primitivos relatos de viagem ao Índico 1497-1550*. Lisboa: Sá da Costa, 1989.

PINTO, João Rocha – Houve diários de bordo durante os séculos XV e XVI? *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. 34 (1988), p. 383-416.

RAU, Virgínia – Alguns aspectos das relações luso-alemãs nos princípios do século XVI. In *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984. p. 285-290.

RAU, Virgínia – Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI). In KELLENBENZ, Hermann (ed.) – *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*. Köln [etc.]: Böhlau, 1970. p. 15-30.

SCHICKERT, Gerhard; DENK, Thomas – *Die Bartholomäus-Brüderschaft der Deutschen in Lissabon: Entstehung und Wirken, vom späten Mittelalter bis zur Gegenwart*. Estoril: A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães, 2010.

STRASEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo – *Oito séculos de história luso-alemã*. Berlim: Instituto Ibero-Americano de Berlim, 1944.

VIEIRA, Alberto – *O comércio inter-insular nos séculos XV e XVI: Madeira, Açores, Canárias: alguns elementos para o seu estudo*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1987.

WIESFLECKER, Hermann – Neue Beiträge zu Balthasar Sprengers Meerfahrt nach “Groß-India”. In BRANDSTÄTTER, Klaus; HÖRMANN, Julia (ed.) – *Tirol - Österreich - Italien. Festschrift für Josef Riedmann zum 65. Geburtstag*. Innsbruck: Universitätsverlag Wagner, 2005. p. 647-660.



Freiras longe da pátria. O “Convento das Inglesinhas”, dinâmicas de uma (antiga) casa religiosa estrangeira em Lisboa

*Nuns far from home. “Convento das Inglesinhas”,
dynamics of a (former) religious foreign house in Lisbon*

Hélia Cristina Tirano Tomás Silva*

Tiago Borges Lourenço**

submissão/submission: 08/02/2015

aceitação/approval: 09/04/2015

RESUMO

Marca indelével na Lisboa cristã, de entre as ordens religiosas nela implantadas, conta-se um significativo número de conventos estrangeiros, que contribuem decisivamente para a “encruzilhada de povos e culturas” na cidade que se pretende estudar no presente número dos *Cadernos do Arquivo Municipal*. Partindo e assentando nas principais

* DPC – Departamento de Património Cultural, Direção Municipal de Cultura / Câmara Municipal de Lisboa, Portugal.

IHA - Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Hélia Cristina Tirano Tomás Silva é licenciada em Arquitetura pela Universidade Lusíada no ramo de recuperação e mestre em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É técnica superior da Câmara Municipal de Lisboa desde 1992, com percurso profissional nas áreas da reabilitação urbana, do planeamento urbano e da proteção do património edificado. Investigadora do projeto *Lx Conventos - Da cidade sacra à cidade laica: a extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX* (FCT – PTDC/CPC-HAT/4703/2012).

Correio eletrónico: helia.silva@cm-lisboa.pt

** IHA - Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Tiago Borges Lourenço é licenciado e mestre em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Colaborou com diversos museus e instituições culturais, sendo atualmente bolseiro de investigação do projeto *Lx Conventos - Da cidade sacra à cidade laica: a extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX* (FCT – PTDC/CPC-HAT/4703/2012).

Correio eletrónico: tborgeslourenco@gmail.com

marcas da presença religiosa estrangeira na cidade (quem eram, porque vieram e como se implantaram), procura-se no presente artigo traçar a história e as diversas dinâmicas arquitetônicas e ocupacionais do convento de Santa Brígida (das Inglesinhas) no ano em que se cumprem 600 anos sobre a fundação da sua casa mãe em Inglaterra. Resistindo e reinventando-se continuamente, de Santa Brígida (das Inglesinhas) constitui-se como o convento estrangeiro que, depois de o deixar de ser, apresenta a mais rica multiplicidade de ocupações e transformações arquitetônicas, tornando-se num discreto mas efetivo polo em alguns dos principais acontecimentos políticos e sociais do Portugal contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE

Conventos / Estrangeiros / Inglesinhas / Jesuítas / Doroteias

ABSTRACT

One of most indelible traces in the old Christian Lisbon is the significant number of foreign religious orders that contributed decisively to the “crossroad of peoples and cultures” in the city that is under study in this edition of the *Cadernos do Arquivo Municipal*. After a careful analysis of the foreign religious orders in the city (who they were, why they came and how the settlement process occurred), this article aims to trace the history and the diverse architectural and occupational dynamics of Saint Bridget’s convent (also known as “Inglesinhas”) precisely 600 years after the foundation of its motherhouse in England. An example of continuous resistance and reinvention, the convent of Saint Bridget is the foreign convent that presents the most diverse range of uses and architectural transformations once its original function ceased, becoming a discrete but yet effective center for some of the most relevant political and social events of the contemporary Portugal.

KEYWORDS

Convents / Foreigners / Inglesinhas / Jesuits / Dorotheas

A PRESENÇA RELIGIOSA ESTRANGEIRA EM LISBOA¹

As you can easily know the exact number of monks and nuns, I will say, that if only a third part of them were married, they might, in two ages, people a country as large as Portugal and her colonies².

A partir de 1582³ e até ao princípio de Setecentos, são várias as ordens religiosas estrangeiras que se implantam em Lisboa, em diferentes áreas da cidade, com distintos propósitos e diversas realidades. Tendencialmente é possível percecionar três motivações que concorreram para a sua vinda para Portugal: fuga de perseguições religiosas movidas nos países de origem, encontrando no país um refúgio seguro; mera fundação de novas casas religiosas, maioritariamente hospícios que serviriam de casas de acolhimento temporário e passagem para as missões ultramarinas; e acompanhamento de rainhas estrangeiras que casam com monarcas portugueses e fundam cenóbios de patrocínio e proteção régia.

A maioria das ordens estrangeiras chega a Lisboa no decorrer de perseguições religiosas nos seus países, nomeadamente nos séculos XVI e XVII. Neste contexto destacam-se os religiosos de origem inglesa, irlandesa e flamenga, territórios fortemente fustigados por perseguições a católicos na sequência da reforma protestante iniciada na primeira metade de Quinhentos.

Querendo El-Rey Henrique VIII de Inglaterra, & depois delle sua filha a Rainha Isabella, extirpar a Fè Catholica no Reyno de Irlanda, tomãrão por assumpto principal destruir de todo as Sagradas Religioões, não deyxando Convento algum, que não botassem por terra, confiscando todos os seus bens, & applicando-os logo aos hereges, matando & desterrando a todos os Religiosos [...]. Destruida cõ as mais Religioões a sagrada Religião dos Prègadores, os poucos q. ficàrão escõdidos, tomãrão algũs sugeytos de grandes esperanças, & depois de professores os mandavaõ ás Provincias de Espanha, Italia, & França, aonde pela bõdade de Deos florescesse cõ grande explêdor a Religião Catholica [...]; & discorrendo os Padres [...] aonde seria bom pòr os olhos [...], com grande acerto os puzeraõ no Reyno de Portugal, por ser notorio que a nação Portugueza he a mais pia, & zelosa da exaltação da nossa Santa Fè Catholica⁴.

¹ A investigação deste artigo foi efetuada no âmbito do projeto *Lx Conventos - Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX* (financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, PTDC/CPC-HAT/4703/2012), que resulta de uma parceria entre o Instituto de História de Arte (IHA) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o Departamento de Património Cultural (DPC) da Câmara Municipal de Lisboa, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) da Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, e o Centro de Informática e Tecnologias da Informação (CITI) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

² SOUTHEY, Robert - *Letters written during a short residence in Spain and Portugal*. Bristol: Bulgin and Rosser, 1797. p. 424.

³ A ordem espanhola de Nossa Senhora de Mercês (a qual se tratará adiante) terá sido a primeira a implantar-se em Lisboa, fundando um convento na cidade em data posterior a 1284 (provavelmente no decorrer do século XIV) que foi extinto em 1504 (cf. CARDOSO, Jorge - *Aggiológio Lusitano*. Lisboa: Officina de António Craesbeeck de Mello, 1666. tomo I, p. 272).

⁴ COSTA, António Carvalho - *Corographia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712. tomo III, p. 484.

A primeira casa religiosa estrangeira a implantar-se em Lisboa por via da fuga às perseguições religiosas é a das clarissas flamengas, que chegam em 1582. Depois de alguns dias recolhidas no convento da Madre de Deus, ficam durante quatro anos provisoriamente instaladas na ermida de Nossa Senhora da Glória, daí transitando para o seu convento da Quietação, ao Calvário. Pouco mais de uma década depois, em 1594, desembarcam em Lisboa as religiosas inglesas da ordem de Santa Brígida, após mais de meio século de contínuas perseguições no seu país natal e em diversos territórios centro-europeus.

A 24 de junho de 1629, vindos de Madrid, chegam ao convento de São Domingos de Lisboa três religiosos irlandeses, de entre os quais frei Domingos do Rosário que havia estado intimamente ligado à fundação do seminário dominicano de Lovaina, na Flandres. Conseguindo as necessárias licenças para a fundação de um hospício na cidade, durante as três décadas seguintes instalam-se em sucessivos aposentos até, finalmente, conseguirem fundar um novo colégio e convento ao Corpo Santo, em 1659. O edifício, destruído no terramoto de 1755, é até ao final de Setecentos de novo edificado próximo das ruínas do antigo edifício.

Originalmente doado por D. Iria de Brito, condessa da Atalaia, para a criação de um cenóbio jerónimo (o que não ocorreu por falta de autorização régia), o convento do Bom Sucesso transitou para as religiosas dominicanas irlandesas por interseção do padre irlandês Domingos do Rosário, confessor da rainha D. Luísa de Gusmão e bispo de Coimbra. Apesar de, em 1626, terem entrado “nelle algũas pessoas nobres, com particular devoção de nelle professarem”⁵, apenas em 1639 foi concedida a necessária licença régia para a constituição do cenóbio, tendo-se nesse ano fechado clausura.

Segundo a definição do padre Raphael Bluteau na sua obra *Vocabulário Portuguez e Latino* (1713), hospício é uma “éspécie de convento pequeno de alguma família Religiosa, em que se agasalhão os hospedes da mesma Religião, quando passam por algum lugar, em que não tem convento em forma”⁶. Era, portanto, uma casa de passagem, onde os membros de uma determinada congregação religiosa que não possuísse conventos nessa cidade se poderiam albergar (geralmente por um período de semanas ou meses) antes de partirem para outras paragens⁷. No caso de Lisboa, todas as ordens estrangeiras, que fundam hospícios na cidade no decorrer de Seiscentos e Setecentos, têm em comum o facto de já se encontrarem instaladas nos territórios ultramarinos portugueses (territórios africanos e Brasil).

Os frades capuchinhos franceses e italianos chegaram à cidade no decorrer do século XVII. Instalados no Brasil desde 1612, os franceses obtiveram em 1647 autorização régia para fundar um hospício para acolher religiosos da sua ordem, em trânsito de e para as suas missões além-mar⁸. Após a morte de rainha D. Isabel de Sabóia, em

⁵ COSTA, António Carvalho - *op. cit.*, p. 661.

⁶ BLUTEAU, Raphael - *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713. p. 64 (letra H).

⁷ Em Lisboa contam-se, no somatório dos diferentes períodos, mais de duas dezenas (22) de hospícios, alguns deles convertendo-se em conventos ao fim de algum tempo.

⁸ *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*. Lisboa: Oficinas da Gráfica Santelmo, 1950. tomo II, p. 391-411.

1683, (e temendo que pudessem favorecer as pretensões francesas em tomar o Brasil), os missionários franceses foram proibidos de enviar mais religiosos para o Brasil, o que levou a casa-mãe bretã a mandar regressar os 9 religiosos existentes em Lisboa, quebrando assim os seus laços com Portugal.

A história da casa italiana em Lisboa revelou-se mais favorável, a ponto de ter tomado o lugar dos franceses nas missões ultramarinas após a sua interdição. Comparativamente, iniciam as missões ultramarinas mais tarde (em 1641) e chegam a Lisboa já depois dos franceses, em cujo cenóbio se acolheram até à obtenção da autorização para a fundação do seu próprio hospício, em 1686. Seis anos depois, mudam-se para a ermida de Nossa Senhora do Paraíso (vazia desde a passagem dos religiosos da ordem militar de Santos para o convento de Santos-o-Novo), onde ficaram durante exatamente meio século, fundando em 1742 um convento nas imediações.

Também uma ordem religiosa espanhola, no caso a de Nossa Senhora das Mercês (Mercedários) teve uma importante passagem por Lisboa. Dividida em dois momentos: numa primeira fase, em 1284, após receberem ordem para a constituição de casas religiosas em Portugal, fundam um convento em Lisboa que fecha portas em 1504. De novo na cidade no decorrer do primeiro terço de Seiscentos, recebem em 1634 ordem de expulsão do hospício entretanto fundado⁹. Em 1682 recebem autorização régia para a fundação de um novo hospício na cidade, recebendo-a de novo de D. João V, a 22 de novembro de 1746. No ano seguinte começam a construir o seu hospício na rua do Passadiço, que pouca ruína sofre com o terramoto de 1755, mas do qual parece não existir qualquer notícia posterior a 1758.

Mais raros são os casos de casas religiosas fundadas em Lisboa por rainhas estrangeiras que casam com monarcas portugueses e, em cujo séquito, as acompanham os primeiros ocupantes desses cenóbios. Neste contexto, destacam-se as capuchinhas francesas e os carmelitas descalços alemães. No primeiro caso, são quatro as religiosas que em 1666 fazem parte da comitiva de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, de entre as quais a madre Maria de Santo Aleixo, professa no parisiense convento da Paixão, próxima da rainha e primeira abadessa do cenóbio lisboeta¹⁰. Antes de se instalarem no convento de Santo Crucifixo (cuja construção se inicia pouco depois da sua chegada), são temporariamente acolhidas no convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, passando ainda uma temporada numa construção provisória localizada na cerca do futuro convento. Transitam para o edifício definitivo em 1674, coincidindo com a passagem do Santíssimo Sacramento para a nova igreja, ainda por concluir em 1690.

⁹ Esta ordem é reafirmada dois anos depois, a 16 de janeiro de 1636, em virtude dos religiosos não só não terem acatado a ordem como de terem “prosegu[ido] sua habitação e morada onde a tinham começado com grande augmento, fazendo Mosteiro em fôrma com Igreja e portaria com campainha, e grande número de Religiosos, recebendo já Noviços” (Carta Régia de 16 de janeiro de 1636 – *Colecção Chronológica da Legislação Portuguesa* [...] 1634-1640. Lisboa: Imprensa de F. X. de Sousa, 1855. p. 72).

¹⁰ TIÇÃO, Álvaro Manuel Pereira da Rocha - *O antigo convento do Santo Crucifixo ou das Francesinhas em Lisboa: história, arte e memória*. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2007. vol. 1, p. 22. Dissertação de mestrado em Arte, Património e Restauro, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Em 1708, acompanhando D. Maria Ana da Áustria, chegam a Lisboa três religiosos alemães da ordem dos carmelitas descalços. Considerando a rainha fundamental a sua presença na cidade de modo a providenciar auxílio espiritual à comunidade alemã residente, nos primeiros anos estes religiosos instalam-se sucessivamente em ermidas no Corpo Santo e à Calçada do Combro. Em 1723 passam para umas casas sitas no monte de Santa Catarina, nas quais, e por ordem da rainha, é fundado um hospício cuja igreja, dedicada a São João Nepomuceno e Santa Ana, é benzida a 19 de março desse mesmo ano.

Esta ideia de assistência religiosa à comunidade alemã por parte dos carmelitas descalços (que parece não ser verificável no caso francês do Santo Crucifixo) é perpassada através dos séculos e reinados e vincada em 1826 quando, “a pedido D. João VI, foram introduzidos alguns missionários [de origem austríaca da Congregação do Santíssimo Redentor] para duplo desempenho: atender à comunidade católica alemã e pregar missões populares”¹¹, instalando-se no hospício de São João Nepomuceno por via da cedência do espaço pelos carmelitas descalços, então em escasso número.

No entanto, este auxílio à comunidade dos países de origem existente em Lisboa é apenas um lado da questão. Com a fundação destes cenóbios, as rainhas pretendiam essencialmente deixar a sua marca no panorama religioso lisboeta e simultaneamente contar com a presença de religiosos que lhes fossem próximos e falassem a sua língua, de modo a sentirem-se especialmente apoiadas num país estrangeiro. Por devoção ou orgulho, ambas as rainhas fizeram questão de ser sepultadas nas igrejas das respetivas casas conventuais¹², transformando estes espaços em panteões individuais.

Apesar das diferentes motivações, implantações e características evidenciadas, estas ordens religiosas estrangeiras apresentam em comum o facto de se instalarem no decorrer de um curto espaço de tempo (entre 1582 e 1708, a maioria dos quais a partir da década de 1620 – o que, conforme atrás mencionado, corresponde ao período de maior implantação de novas casas religiosas em Lisboa), bem como a persistência e as dificuldades tidas à chegada, nomeadamente no caso das ordens masculinas que durante as primeiras décadas na cidade tendem a mudar constantemente de instalações¹³ (muitas vezes com poucas ou nenhuma condições para

¹¹ FRANCO, José Eduardo (dir.) - *Dicionário histórico das ordens, institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010. p. 265.

¹² A morte de D. Isabel de Sabóia em 1683, antes ainda do templo se encontrar totalmente acabado, obrigou ao seu sepultamento sobre o coro e não na capela-mor, como seria suposto.

¹³ De entre os quais se destacam os religiosos irlandeses dominicanos: chegados a Lisboa em junho de 1629, recolhem inicialmente ao convento de São Domingos; conseguindo as licenças para a fundação de um hospício na cidade (em novembro seguinte), alugam umas casas no bairro da Cotovia (quinta de Legacia). Menos de um ano depois, mudam-se para umas casas na calçada do Combro em virtude das antigas instalações serem “distantes dos Tribunaes, aonde tinham seus negócios & das casas dos Fidalgos que os ajudavao com esmolas para seu sustento”. (COSTA, António Carvalho - *op. cit.*, p. 485). Aí permanecem por um período de cerca de dois anos, passando para outras junto a Nossa Senhora do Loreto, mudando-se de novo, em 13 de setembro de 1633, para novas instalações na zona onde posteriormente seria fundado o convento de Nossa Senhora da Boa Hora. Apenas em 1659 se mudariam para o Corpo Santo, onde permaneceram por cerca de dois séculos.

a sua comunidade) até conseguirem obter apoios para a construção de cenóbios de raiz. As ordens femininas tendiam a instalar-se em casas religiosas existentes na cidade¹⁴ até os seus cenóbios terem condições mínimas de habitabilidade.

Transversal a todas parece ter sido o facto de, independentemente da época e do regime (a maioria chega no decorrer da dinastia Áustria e mantém-se incólume com a restauração da independência e consequente ascensão de D. João IV), terem sido bem recebidas, conseguindo granjear grande apoio da coroa¹⁵ e da nobreza de Lisboa. Situação que muito contribuiu para a consubstanciação das suas obras, através da cedência/compra de terrenos para a instalação dos novos cenóbios¹⁶ e de avultadas esmolos para as obras de construção dos edifícios e para o financiamento da restante vida religiosa.

A sua importante função assistencial e educacional, aliada ao elevado número de religiosos estrangeiros que se tornam figuras de destaque na sociedade de Corte (caso dos confessores das rainhas), reflete a forma como estas comunidades religiosas estrangeiras se tornaram relevantes esteios da realidade religiosa da Lisboa coeva.

Destaca-se ainda o facto de, em virtude de serem estrangeiras, algumas destas casas religiosas se constituírem como exceção ao decreto de 1834, que previa a sua extinção. No entanto, trata-se de um processo não linear na medida em que alguns dos conventos foram efetivamente extintos enquanto outros (os ingleses e irlandeses) se mantiveram em funcionamento e em posse das suas religiosas, sendo paradigmático o caso do convento do Bom Sucesso cujas freiras, após reclamação, viram o seu cartório devolvido pelo decreto da rainha D. Maria I em outubro de 1834, ainda hoje lhes pertencendo.

¹⁴ Nomeadamente no convento da Esperança onde se acolheram temporariamente as religiosas inglesas de Santa Brígida e as capuchinhas francesas.

¹⁵ Aparte do caso do convento do Santo Crucifixo e do hospício de São João Nepomuceno já referido, destaca-se o caso dos religiosos dominicanos irlandeses, para quem a súbia de D. João IV ao trono é decisiva para a construção de uma casa religiosa de raiz, visto que “herdou de seu pay&avôs ser muy inclinado a esta Nação; o que bem mostrou no muyto que favoreceo a este Collegio em quanto viveo” (COSTA, António Carvalho - *op. cit.*, p. 487), tendo no entanto tido a sua mulher, D. Luísa de Gusmão, um papel fundamental ao comprar os terrenos onde o novo cenóbio seria instalado. De referir igualmente o caso dos capuchinhos italianos, que recebem de D. João V, à entrada para a última década do seu reinado, 50.000 cruzados anuais. E importará naturalmente referir que a fundação de todas as casas religiosas em Lisboa obedecia à aprovação régia consubstanciada através da assinatura de um alvará régio que autorizava a sua fundação.

¹⁶ D. Maria de Guadalupe, duquesa de Aveiro, cedeu o terreno onde se instalaram em 1648 os capuchinhos franceses; o convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso começa a ser construído em 1645 na quinta doada por D. Iria de Brito, condessa da Atalaia (ainda que a doação do espaço tenha sido para a construção de um recolhimento de monjas jerónimas).

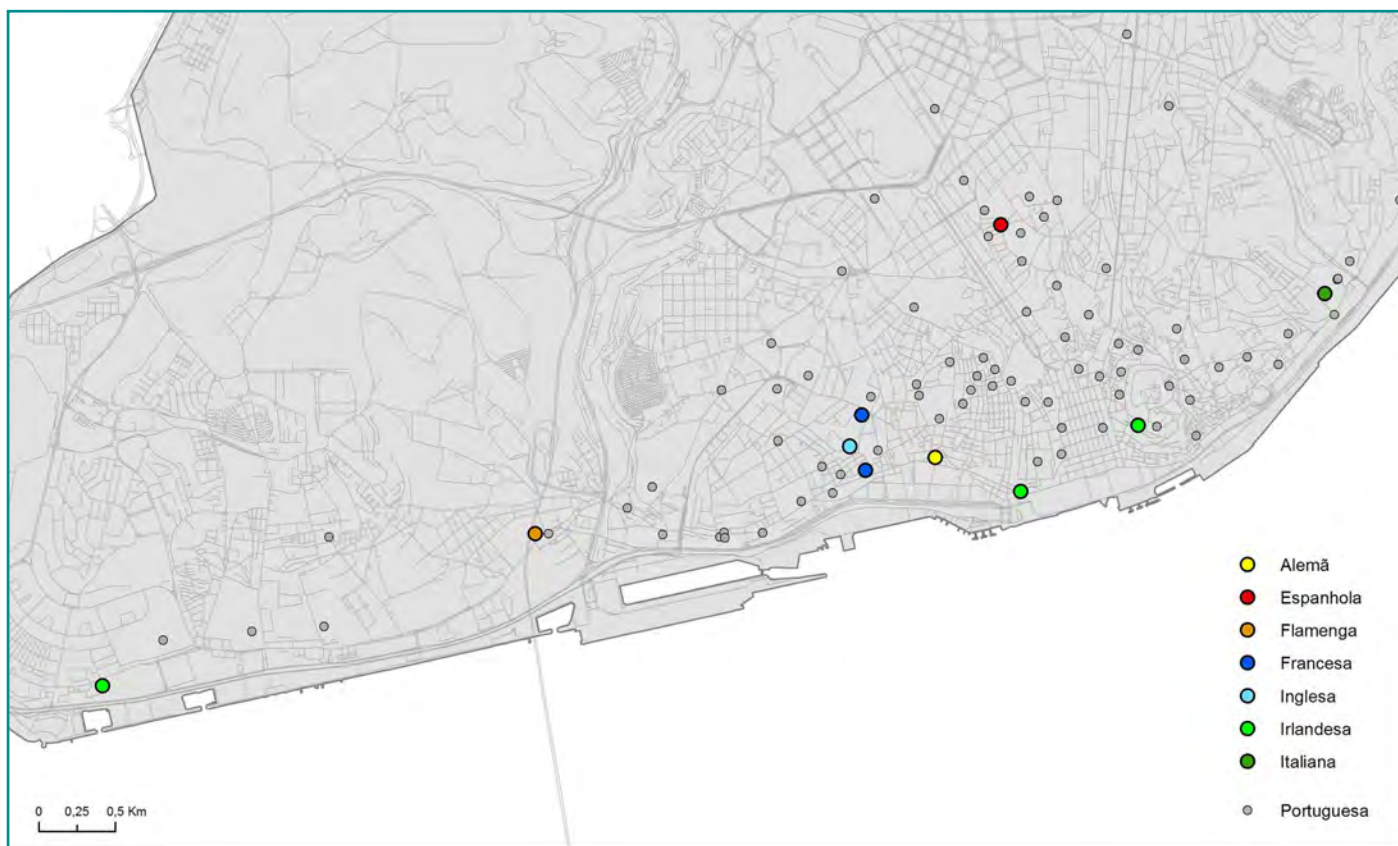


Figura 1 Identificação das casas religiosas estrangeiras na cidade de Lisboa (por nacionalidade).

Ana Gil, 2015.

*THEY WENT TO PORTUGAL*¹⁷. O CONVENTO DAS INGLESINHAS DE SANTA BRÍGIDA (c.1600-1861)

A 22 de fevereiro de 1415¹⁸, em Isleworth (arredores de Londres), Henrique V funda dois conventos, um dos quais professando a regra de Santa Brígida¹⁹ que, fundada na Suécia cerca de meio século antes, já possuía religiosos

¹⁷ Nome original da obra *Os ingleses em Portugal* de Rose Macaulay alusiva aos viajantes ingleses em Portugal. MACAULAY, Rose - *Os ingleses em Portugal*. Porto: Civilização, 1950. p. 233.

¹⁸ A comunidade religiosa terá dele tomado posse no final da década, em virtude das primeiras profissões ocorrerem em abril de 1420.

¹⁹ O monarca dá 1000 marcos de ouro para a construção do edifício.

no reino de Inglaterra²⁰. Tendo como oragos São Salvador, a Virgem Maria e Santa Brígida, o cenóbio brigantino²¹ de Syon (à semelhança dos demais da ordem) era misto²², sendo governado por um confessor geral e por uma abadessa, numa comunidade que contava com 60 religiosas e 25 religiosos²³, de entre os quais quatro professoras, três noviças e dois padres vindos do mosteiro sueco de Vadstena, casa-mãe da ordem.

Em virtude das perseguições religiosas a católicos empreendidas por Henrique VIII a cobro da reforma protestante, em 1539 a comunidade vê-se obrigada a abandonar Inglaterra, partindo inicialmente em direção a Dendemonde, na Flandres, onde a ordem tinha um convento. No entanto, não encontra aí a paz que desejava, sendo continuamente perseguida durante mais de meio século por territórios flamengos e franceses, agruras sucintamente descritas por Rose Macaulay:

Estabeleceram-se, ora em um lugar, ora em outro, achando todos os lugares pouco satisfatórios: a Zelândia por ser insalubre e exposta aos piratas, Mishagen por estar exposta aos calvinistas e luteranos, Mechlin às guerras religiosas, Antuérpia às represálias protestantes das atrocidades espanholas, Ruão a Henrique de Navarra²⁴.

A vinda para Portugal terá ocorrido como último recurso perante a escalada de contínuas perseguições²⁵. Partindo de França a 8 de abril de 1594 (Sexta-feira Santa), após uma viagem não isenta de percalços, a 20 de maio desembarcaram em Lisboa 22 freiras, sete padres, dois irmãos leigos e uma criada francesa, “cansados, doentes, apreensivos quanto ao seu futuro e ignorantes da língua portuguesa mas dando graças por ter chegado”²⁶. À chegada são (bem) recebidos pelo arcebispo da cidade que se prontificou para suportar o seu sustento até o rei começar a pagar a pensão devida (dois mil réis diários). No entanto, pouco depois o arcebispado procura deixar de os ter sob sua alçada, altura em que passam diretamente para a responsabilidade do Vaticano.

²⁰ Em 1406, por ocasião da ida de Philippa, filha de Henrique IV, para a Suécia de modo a casar com o Rei Eric XIII, Henrique, terceiro barão de Fitzhugh (que a acompanha na viagem), compromete-se a fundar um ramo da ordem em Inglaterra. Em 1408 partem da Suécia religiosos e religiosas, instalando-se próximo de Cambridge, não sendo no entanto claro se aí fundaram algum cenóbio (cf. BLUNT, John Henry - *The Myroure of oure Ladye*. Londres: Early English Text Society, 1873. p. xiii e xiv), afirmando nesse sentido George James Augier que não (AUGIER, George James - *The history and antiquities of Syon Monastery*. Londres: J.B. Nicholas and Son, 1840. p. 21).

²¹ A ordem de Santa Brígida constituía um ramo reformado da ordem de Santo Agostinho.

²² “Although it was an Order of Nuns, provision was made for the association with each convent of a small number of monastic clergy and laymen, the former of whom were to act as chaplains to the nuns, and the latter as attendants on the joint establishment”. (BLUNT, John Henry - *op. cit.*, p. xii e xiii).

²³ A própria regra de Santa Brígida pressupunha este número: “consisted of eighty-five persons, answering to our Saviour’s thirteen apostles (St. Paul included), and seventy-two disciples; viz. of sixty nuns or sisters, whereof one was to be lady abbess, thirteen priests, one of whom was to preside over the men as confessor general, four deacons representing the four doctors of the church [...] and eight lay brethren, in all twenty-five men, which number was not to be extended”. (AUGIER, George James, *op. cit.*, p. 21-22).

²⁴ MACAULAY, Rose, *op. cit.*, p. 233.

²⁵ A vinda para Lisboa deve-se sobretudo à ação do padre jesuíta Robert Persons que, nas semanas que antecederam a partida da comunidade, esteve em contacto com as autoridades eclesásticas.

²⁶ MACAULAY, Rose, *op. cit.*, p. 233.

Recolhem imediatamente ao convento franciscano de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, aí ficando durante cerca de meia década. Em 1596, por breve de Clemente VIII, é autorizada a criação do novo convento sob jurisdição do nuncio apostólico, o que só ocorre, de facto, no início do século seguinte. Em 1599/1600, Isabel de Azevedo, uma nobre portuguesa, ofereceu-lhes alojamento em parte da sua própria habitação, cujo edifício lhes deixa em testamento. Apenas quatro anos depois, em março de 1603, o papa Clemente VIII permite às religiosas o funcionamento do seu cenóbio na parte da casa que lhes havia sido oferecida, ainda que seja de admitir que a comunidade já aí residisse desde pouco depois da cedência, conforme parece indicar o texto sobre a entrada no convento da madre Brígida de Santo António, onde perpassa a ideia de que as religiosas já não estariam na Esperança:

Attentaram o dia; & succedeo ser o da gloriosa Virgem Santa Thecla em 23 de Setembro do anno de 1601. Sahirao de casa pellas duas horas da tarde; & chegando à Igreja do Convento de Santa Brizida, que acharao aberta, fez D. Leonor [de Mendanha] oraçam²⁷.

Seguindo relatos da fundação de outros cenóbios da época a partir de pré-existências, percebe-se que houve uma rápida adaptação das áreas disponíveis em local de clausura com espaço de oração, dormitório e de refeitório. No entanto, o relato do sepultamento da primeira abadessa do convento (Isabel Hart, falecida a 25 de junho de 1609) “na Capella mòr da Igreja Velha”²⁸, parece indiciar a existência de um espaço de orações consolidado²⁹.

No caso de cenóbios de ordens com várias casas era usual que a planta do edifício seguisse preceitos arquitetónicos próprios, o que justifica a proximidade de desenho entre os diferentes conventos dentro de uma mesma ordem. No caso das Brígidas, por se desconhecer o projeto original do mosteiro de São Salvador de Syon, torna-se impossível traçar qualquer paralelo com a casa lisboeta e com a forma como esta evoluiu de casa de habitação particular para um edifício mais completo, acrescentado de acordo com as necessidades de uma comunidade que desde cedo cresce em número e tinha a particularidade de necessitar de espaços separados para os dois géneros³⁰. É possível que a sua construção tenha sido o mais orgânica possível, tendo em conta as pré-existências

²⁷ SANTA MARIA, Agostinho de - *História da vida admirável & das acções prodigiosas da Venerável Madre Soror Brizida de S. António, filha espiritual singularissima do Venerável Padre António da Conceição, abadeça do muyto religioso Convento de Santa Brizida das Madres Inglesas, do sítio do Mocambo em Lisboa*. Lisboa: Officina de António Pedrozo Galram, 1701. f. 32.

²⁸ CARDOSO, Jorge - *Aggiológio Lusitano*. Lisboa: Officina de António Craesbeeck de Mello, 1666. tomo III, p. 821.

²⁹ Apesar de nenhum relato explicitar as acomodações das casas de Isabel de Azevedo, estas seriam de dimensão suficiente para acolher mais de uma dezena de pessoas. Não é, assim, de excluir que pudesse ter uma pequena ermida.

³⁰ O facto de se tratar de uma ordem mista obrigava à constituição de dois conventos praticamente independentes: “the double community was, in reality, a combination for purposes of Divine Service, of two separate bodies, each of which had its own conventual buildings separately enclosed. Their two chapels were under the same roof, being, in fact, a double chancel, each with its separate stalls, and opening into each other by a “crate”, “grate”, or grille, the gate of which was only unlocked for the entrance and departure of the clergy when they said Mass at the altar of the sister’s chapel. The only other door of communication was one used at the profession of novices, which was in the sister’s cloister. To this there were two keys, differing from each other, one kept in a chest on the brother’s side, and the other in a similar chest on the sisters’ side.” (BLUNT, John Henry, *op.cit.*, p. xx e xxi).

No caso lisboeta, parece não existirem relatos dos aposentos masculinos, no entanto – e devido ao sempre reduzido número de religiosos – parece improvável a existência de um segundo cenóbio, provavelmente instalando-se estes em aposentos próprios mas inseridos numa parte reservada do convento ou sua cerca (por exemplo, não existe qualquer notícia da existência de um segundo claustro).

arquitetónicas e principalmente as difíceis características de implantação no terreno, a meia encosta. Parece portanto de admitir que a sua implantação original fosse sensivelmente a atual, com a entrada principal voltada para a rua do Quelhas, posto que parece nunca ter existido qualquer construção na cota mais baixa do terreno, junto do Caminho Novo (que surge já marcado na planta da Biblioteca Nacional do Brasil, de cerca de 1598³¹).

Apesar da comunidade pretender afirmar-se orgulhosa e exclusivamente inglesa, desde a sua fundação permitiu a entrada pontual a religiosas de outras nacionalidades, existindo menção a duas holandesas e três portuguesas no relato que faz Thomas Robinson em 1622³². Uma destas, Leonor de Mendanha, é uma das primeiras noviças da casa lisboeta (em 1601), professando no ano seguinte, escolhendo para si o nome de Brígida de Santo António. No decorrer da segunda metade da década de 1640, torna-se na única portuguesa eleita abadessa em toda a história do cenóbio inglês, cargo que ocupa durante pouco menos de uma década, até à sua morte, ocorrida a 29 de junho de 1655.

A excecionalidade do caso de Brígida de Santo António é tanto mais significativa se for levado em conta que, no decorrer dos dois séculos e meio em que a comunidade esteve em Lisboa, sempre procurou um regime de quase exclusividade em relação à nacionalidade inglesa das suas religiosas³³.

The number of the nuns [...] is the chief anxiety of this little community to keep the number full, that the Government may not, in case of too many vacancies, take upon itself to fill them with the Portuguese maidens, which the English women apprehend would create separate interests, and cause such feuds and parties amongst them³⁴.

Nesse sentido, logo a partir do início de Seiscentos e assim que instalada num espaço próprio, a comunidade encetou contínuos contactos com o país natal de modo a convencer os seus conterrâneos a enveredarem pela vida religiosa em Lisboa³⁵. Esta captação à distância feita pelas religiosas é especialmente interessante se lida como uma espécie de contrapoder a uma Inglaterra que se mantinha profundamente anticatólica, ao se constituírem como uma verdadeira alternativa religiosa para os compatriotas, fora do raio de ação da coroa inglesa.

Logo a partir da primeira década do século estas iniciativas apresentaram resultados muito positivos, revelados através da multiplicação de relatos do desembarque de inglesas, algumas bastante jovens, que mal pisavam terra

³¹ Biblioteca Nacional do Brasil, *Planta da cidade de Lisboa, na margem do rio Tejo: desde o Bairro Alto até Santo Amaro*. c. 1598 [Em linha]. [Consult. a 12.01.2015]. Disponível na Internet: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1044544/cart1044544.htm.

³² ROBINSON, Thomas - *The anatomy of the english nunnery at Lisbon*. [S.l.: s.n.], 1622.

³³ A ponto de terem fundado um segundo cenóbio (convento de Nossa Senhora da Conceição de Marvila, cuja escritura foi assinada em 1655) para religiosas portuguesas (sendo a sua primeira abadessa soror Inês de São Sebastião).

³⁴ BARETTI, Joseph - *A journey from London to Genoa through England, Portugal, Spain and France*. Londres: T. Davies, 1770. vol. 1, p. 192.

³⁵ “In 1634 English Bridgettine monks petitioned Propaganda to give them the privilege of doing missionary work in England so as to collect alms for the Lisbon monastery, which was then in debt”. (GUILDAY, Peter - *The english catholic refugees on the continent, 1558-1795*. Londres: Longmans, Green and Co., 1914. vol. 1, p. 60-61).

filme eram imediatamente levadas para o convento inglês onde davam entrada. No entanto, a iniciativa não teve sucesso junto do universo masculino, mantendo-se particularmente baixo o número de religiosos, e desde cedo percebendo-se que a manutenção do cenóbio masculino poderia estar em risco ao fim de poucas décadas.

Consolidada em Lisboa, a comunidade feminina prosperava.

As freiras eram hábeis e engenhosas em arranjar dinheiro; costumavam mandar as caixas das esmolas com a imagem de Santa Brígida para os navios que destinavam à Índia e ao Brasil; quando sobrevinham tempestades, os marinheiros e os mercadores contribuíam com liberalidade. Tinham a pensão de Sua Majestade Católica, que as mantinha sem luxos; recebiam benfeitorias dos amigos e ganhavam alguma coisa em fazer doces³⁶.

No entanto, a 17 de agosto de 1651 sofre um forte revés, com a completa destruição do seu edifício por um grande incêndio que nele deflagra. Tendo conseguido salvar os principais tesouros, a comunidade viu-se na contingência de se refugiar de novo no convento da Esperança.

Deu-lhe[s] a Madre Abbadeça [da Esperança] a sua casa, para que servisse de refeitório às Madres Inglezas; & mandou que se despejasse a enfermaria, que ficava lá para a parte do Convento, que se havia queimado, para nella se accommodarem, por ser a melhor officina daquelle Mosteiro. E a Sacristia interior (por ficar mais perto do Coro) & locutorio, derao à Madre Brizida [de Santo António, Abadessa de Santa Brígida], em que assistia com a Madre Sor Ignes de dia e de noite³⁷.

Mantiveram-se no cenóbio vizinho durante sete meses, altura em que transitaram para umas casas próximas, sua habitação até ao regresso ao seu convento, que ocorre a 6 de outubro de 1655, quatro anos e quatro dias depois do início da colocação da primeira pedra do edifício. As descrições apontam para que se tenha tratado de uma construção completamente nova, não sendo no entanto perceptível se houve lugar ao aproveitamento de elementos construtivos do antigo edifício. Aquando do regresso da comunidade, as obras da construção da igreja ainda não se haviam iniciado, tendo a casa do capítulo provisoriamente utilizada como tal, aí sendo sepultada a madre Brígida de Santo António, falecida pouco antes da entrada no novo edifício. O novo templo constrói-se por via da doação de dez mil cruzados e vinte mil réis anuais por Rui Correa Lucas e sua mulher, Milícia da Silveira. Estruturalmente pronto em 1672, estaria, no entanto, despido de qualquer ornato, tendo-se utilizado o dinheiro dos dotes das religiosas para adquirir os retábulos e restante decoração. O espaço da igreja seria muito próximo do que chega aos nossos dias, com quatro capelas, duas de cada lado. Possuiria um teto de abóbada de ladrilho, capela-mor com um teto pintado de “brutesco ao moderno” e dois coros (o superior com três aberturas, a central de maiores dimensões)³⁸.

³⁶ MACAULAY, Rose - *op. cit.*, p. 237.

³⁷ SANTA MARIA, Agostinho de - *op. cit.*, f. 224-225.

³⁸ *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa...* Lisboa: Imprensa Municipal: Oficinas da Gráfica Santelmo, 1950. tomo II, p. 391-411.

Em 1696³⁹, com a morte do último religioso do convento, extinguiu-se a comunidade masculina, passando a cenóbio exclusivamente feminino, assim se mantendo até à extinção da casa religiosa. Nos anos imediatamente seguintes, as freiras viram-se na contingência de recorrer a dois padres irlandeses para sua assistência religiosa.

Devido ao seu baixo número (e possível pouca relevância na vida conventual) são raras as menções na época aos religiosos de Santa Brígida. Ao invés, ao longo dos séculos abundam os relatos, maioritariamente de ingleses que as visitam, que descrevem as religiosas como boas conversadoras e muito amáveis para os visitantes.

Whoever can speak English, no matter whether Catholic or Protestant, has a kind of right to visit them at any time of the day; and all their visitor are used by them with such an endearing kindness, that their parlatory is in a manner never empty from morning till night. The poor things are liberal to every body of chocolate, cakes, and sweet-meats, and will take much pains with their needles or otherwise to enlarge the number of those visitors, and allure them to frequent calls.

Nuns in all countries are soft and obliging speakers; but there are certainly the softest and most obliging that ever fell in my way⁴⁰.

De entre os seus principais visitantes, destacavam-se os marinheiros ingleses, que sabiam ter no convento quem falasse a sua língua, uma raridade em Lisboa. A sua devoção à comunidade é de tal modo forte que um grupo de marinheiros protestantes custeou a execução de uma grande custódia para o convento depois de perceber que a original era de dimensões muito inferiores às da maioria dos demais cenóbios lisboetas⁴¹. Com o decorrer do tempo o número de visitantes tornou-se de tal modo abundante que em 1735, aquando de um longo período em que a marinha inglesa esteve fundeada ao largo de Lisboa, a abadessa restringiu o número de visitas à comunidade.

³⁹ GUILDAY, Peter - *op. cit.*, p. 61. George James Augier aponta a data de 24 de janeiro de 1695 para a morte de George Griffin, o último superior do cenóbio (AUGIER, George James - *op. cit.*, p. 110).

⁴⁰ BARETTI, Joseph - *op. cit.*, p. 193.

⁴¹ MACAULAY, Rose - *op. cit.*, p. 238.



Figura 2 Convento de Santa Brígida de Lisboa, Claustro.
José Vicente, 2015. CML/DMC/DPC.

Com o terramoto de 1 de novembro de 1755 o edifício sofre graves danos, ainda que provavelmente menos ruinosos que os provocados pelo incêndio de 1651. O abalo provocou a destruição total ou parcial dos principais aposentos, embora não tenha havido mortes a registar em virtude de as freiras se terem conseguido abrigar na cerca.

Estávamos em diferentes pontos do convento, umas no refeitório, outras nas celas, umas aqui, outras acolá. [...] Começou como um rolar de carruagens e os objectos que estavam à minha frente principiaram a dançar em cima da mesa. Olhei à minha volta e vi as paredes a abanaram e a caírem. Levantei-me e desatei a fugir [...] e corri para o coro, pensando estar ali em segurança. Não se podia, porém, lá entrar: tudo caía à nossa volta, e a cal e o pó eram tão densos que não se via nada. Encontrei algumas das boas irmãs que gritavam e fugiam para o jardim. Perguntei onde estavam as outras e disseram-me que estavam lá. [...] Ficámos debaixo de uma pereira, cobertas com um tapete, durante oito dias.[...] depois os bons dos padres arranjaram-nos outro pequeno pouso com varas e coberto com colchões [...] Mandámos fazer uma casa de madeira no jardim, onde os dois bons padres e quase metade de nós vivem e estão. [...]

Das trinta e cinco celas que temos não há uma só em que possamos ficar sem a consertarem. A porta da igreja nunca mais se abriu desde aí, nem lá se disse missa. Toda a igreja está cheia de destroços, assim como o coro e o refeitório; a cozinha foi destruída por completo. Temos, por isso, de nos arranjar como pudermos até que Deus Todo Poderoso nos mande auxílio, pois ouvi dizer que nós não podemos contar com nenhum⁴².

⁴² Carta da irmã Catarina Witham enviada à sua mãe a 27 de janeiro de 1756. Transcrita em MACAULAY, Rose - *op. cit.*, p. 260-261.



Figura 3 Desenho do Convento de Santa Brígida de Lisboa em 1840.

Publicado em AUNGIER, George James - *The history and antiquities of Syon Monastery, the parish of Isleworth and the Chapelry of Hounslow*. London: J.B.Nichols and Son, 1840. p. 112.

Rapidamente a notícia do terramoto se espalhou pela Europa, provocando um profundo choque⁴³ que, aliado aos diversos apelos desesperados das freiras, se refletiu num elevado número de dádivas inglesas que permitiram a rápida reconstrução do edifício, cujas obras se encontravam praticamente prontas em 1760⁴⁴, permitindo às religiosas a possibilidade de habitarem num edifício com melhores condições.

A partida inicial de Inglaterra foi feita com a premissa de um rápido regresso. Desde então, as freiras inglesas foram continuamente acalentando o desejo de regressar à sua pátria, nunca o tendo feito devido à enorme estima que a maioria da população lisboeta tinha por elas e principalmente por motivos financeiros, visto se ter mantido ao longo dos anos a pensão régia instituída pouco depois de terem chegado à cidade. No entanto, com a passagem dos anos (e, em consonância com a realidade portuguesa, particularmente a partir do início da segunda metade de Setecentos), o número de religiosas era cada vez mais diminuto: 32 freiras e três padres (e um leigo) em 1622;

⁴³ Para o perceber basta consultar o número de textos sobre o fenómeno escritos por alguns dos principais autores da época (Kant, Voltaire...) no decorrer dos anos subsequentes.

⁴⁴ Cf. BARETTI, Joseph - *op. cit.*, p. 192.

33 freiras (e sete conversas) e quatro padres (e um leigo) em 1651⁴⁵; 28 freiras e três padres em 1672/3; em 1705 não chegavam a 30; em 1760 eram menos de 20; e em 1797 Robert Southey não aponta o número exato mas refere que já se haviam passado vários anos desde a chegada da última noviça⁴⁶.

A comunidade não padeceu com as duas primeiras invasões francesas de 1807 e 1808, mas, devido ao temor provocado pela péssima reputação dos invasores franceses (provavelmente sustentada em relatos vindos de outros conventos portugueses...), no decorrer da terceira (em 1809) a abadessa decidiu partir para Inglaterra, mandando embarcar as demais religiosas, o arquivo, as relíquias e os tesouros do convento. Já prestes a embarcar, algumas das irmãs (quatro irmãs do coro e duas leigas), mostrando-se contrárias à partida, tomam a decisão de ficar em Lisboa. A abadessa e nove irmãs seguem para Inglaterra, “onde por muito tempo lutaram com a pobreza e com dívidas durante uns 30 anos, até morrer a última freira em 1837. Por esta ocasião já haviam vendido as suas valiosas relíquias e tesouros, e os registos tinham-se dispersado”⁴⁷.

As que ficaram viram-se obrigadas a refugiar-se no convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso até 1812, em virtude de o exército inglês ter requisitado o seu edifício para os soldados doentes e feridos. Com um diminuto número de religiosas, as décadas seguintes terão sido penosas, ainda que se tenham mantido incólumes no decorrer das guerras e principalmente do processo de extinção das ordens religiosas, tendo conservado a posse do seu edifício em virtude de serem estrangeiras.

Aproveitando o clima favorável às ordens religiosas que se vivia na Inglaterra contemporânea, a 27 de agosto de 1861 as derradeiras freiras cumprem finalmente o seu muito adiado desejo e regressam à pátria, embarcando “rodeadas e abraçadas por uma multidão comovida que quase as não deixava passar, sendo transportadas até ao navio nos escaleres reais, como prova especial de honra”⁴⁸.

Tendo sido os principais tesouros do convento levados em 1809, pouco tiveram que transportar. Terminava assim um período de quase 300 anos de presença religiosa inglesa em Portugal.

⁴⁵ A primeira metade de Seiscentos demarca-se como o único período na história da comunidade em que o número de religiosas aumentou.

⁴⁶ SOUTHEY, Robert - *op. cit.*, p. 500.

⁴⁷ MACAULAY, Rose - *op. cit.*, p. 240.

⁴⁸ MACAULAY, Rose - *op. cit.*, p. 241.



Figura 4 Planta topográfica da zona da Madragoa.

Arquivo Municipal de Lisboa (AML), FOLQUE, Filipe - *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*, nº 41, 1856-58. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/43.

*UM ENORME CASARÃO AO QUELHAS*⁴⁹. COMPANHIA DE JESUS E COLÉGIO “JESUS MARIA JOSÉ” DAS IRMÃS DOROTÉIAS (1865-1910)

Pertencendo o convento de Santa Brígida a uma ordem estrangeira, constituiu-se como exceção à lei da extinção das ordens religiosas, não tendo transitado a sua posse para o Estado Português. Ainda assim, em 1861 as religiosas decidiram regressar à Inglaterra natal receando o clima profundamente anticlerical do Portugal coevo.

⁴⁹ O arruamento fronteiro à portaria do convento ganha a designação de “rua do Quelhas” por via do edital camarário de 16 de janeiro de 1863.

No final do segundo terço de Oitocentos, tinha a Companhia de Jesus a sua sede provisoriamente instalada no convento do Santíssimo Sacramento de Alcântara, ministrando aulas no colégio de Maria Santíssima Imaculada, fundado em 1858 pelo padre Carlos Rademaker, na quinta da Torre, em Campolide⁵⁰. Sentindo necessidade de possuir um espaço mais central que tivesse uma igreja onde pudessem celebrar missa, recaiu a escolha no edifício do antigo convento de Santa Brígida.

Deparou-se-lhe como bastante adequado ao fim que se propunha, o convento das Inglesinhas, nome por que era conhecido em Lisboa, o antigo convento das Agostinhas de Santa Brígida [...]. O enorme casarão, meio arruinado, tinha anexa uma igreja pública, dedicada a Santa Brígida e fechada desde a partida das proprietárias, e por todo o conjunto pedia o Procurador das monjas, o Padre Dr. Pedro Baines, presidente do Colégio de S. Pedro e S. Paulo dos Missionários Ingleses, a quantia de 12.000.000 rs⁵¹.

Para o efeito foi fundamental a ação de D. Maria da Assunção de Saldanha e Castro, filha dos condes de Penamacor, que disponibilizou a verba para a aquisição. De partida para um convento em França, pediu ao padre Francisco Xavier Fulconis, seu confessor, que lhe indicasse uma obra religiosa a quem deixar grande parte dos seus bens. Devido à então menoridade da benfeitora, foi aceite um contrato verbal e colocado à disposição do padre Fulconis o antigo edifício pelo procurador das monjas, o padre Pedro Baines⁵². O contrato só foi celebrado a 3 de março de 1869, e contemplou a venda, por dois mil e oitocentos réis da

casa numero seis sita na Rua do Quelhas freguesia da Lapa com o quintal e uma casa que fica ao norte, [...] outro quintal [...], a casa por baixo do refeitório as casas da roda e visitas, e parlatório, [...], a casa e corredor que dava entrada para o convento, a Igreja com as suas quatro casas que serviam(?) de sacristia e commungatório e com os coros(?) debaixo e de cima, a parte do convento que fica superior à casa [...] e a entrada geral que é pelo portão que tem o numero seis, com o seu pátio que dá entrada para a Igreja⁵³.

Uma vez em sua posse, os jesuítas procederam a algumas obras, visando a reparação e separação do edifício em duas partes autónomas, tomando para si a área correspondente ao somatório do espaço da igreja do convento⁵⁴ das casas que constituiriam originalmente a portaria do templo⁵⁵. No decorrer de Oitocentos, a Companhia de Jesus procedeu a profundas alterações no espaço a si destinado, concretizando-se sobretudo na ampliação de um piso do edifício da igreja (no qual foi construído um enorme salão) e na construção de uma grande torre adossada

⁵⁰ As profundas obras de que foi alvo a partir da década de 1880 mudaram completamente a sua configuração.

⁵¹ NOGUEIRA, Maria do Céu - *História da província portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia, 1886-1910*. Linhó: [s.n.], 1967. 2 vol., p. 33. Texto mimeografado.

⁵² NOGUEIRA, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 34.

⁵³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Livro de Notas, *Livro 328*, Caixa 66.

⁵⁴ Que surge, em fotografias da transição do século, com a fachada lateral totalmente forrada a azulejos industriais brancos, melhoramento provavelmente introduzido pelos padres jesuítas (cf. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Joshua Benoliel, *Rua do Quelhas*, 1910. PT/AMLSB/JBN/001332).

⁵⁵ Ficaram igualmente com uma pequena cerca junto da confrontação do Caminho Novo, próximo da esquina com a rua do Quelhas.

à cabeceira do templo (ver Figura 8), a qual marcou a paisagem urbana da zona até ter sido demolida no início do século XXI⁵⁶.

Cerca de 1864/5, ainda antes de tomarem posse do espaço conventual, o padre Francisco Xavier Fulconis, que presidia à Missão Portuguesa da Companhia de Jesus, solicitou à madre geral das Irmãs de Santa Doroteia o envio de religiosas para Lisboa de forma a abrir um colégio feminino católico, prontificando-se a encontrar instalações adequadas. Após a sua instalação ao Quelhas, os jesuítas contactaram as Irmãs Doroteias dando-lhes conhecimento de possuírem um espaço ideal para a sua instalação, tendo em vista a cedência do restante edifício e respetiva cerca.

Chegadas a Lisboa a 16 de junho de 1866, as primeiras Irmãs Doroteias, vindas de Génova – madre Giuseppina Bozano, madre Luisa Guefi e soror Maria Puliti -, ficaram provisoriamente instaladas em casa do marquês do Lavradio e do marquês de Abrantes, devido à falta de condições de habitabilidade que o seu edifício, ainda em obras, então apresentava. A 7 de julho seguinte, as religiosas entraram no edifício, fundando o “Colégio Jesus Maria José”⁵⁷ (também conhecido como o “Colégio do Quelhas”⁵⁸), que numa primeira fase pouco adesão teve, contando com apenas uma dezena de alunas no decorrer dos primeiros quatro anos. Os primeiros anos foram particularmente duros para as Irmãs Doroteias e para o projeto de consubstanciação da criação de um colégio. A falta de alunas internas agravou as parcas condições financeiras das irmãs⁵⁹, o que, aliado às perseguições de que eram alvo, que as obrigou a ocultar a sua identidade religiosa e provocou naturais constrangimentos ao desenvolvimento da casa educacional.

Não havendo capela em casa, pela falta de recursos que obstava a que se contratasse um capelão, as Irmãs assistiam à missa e outros actos de culto, do coro da igreja de Santa Brígida e, para comungarem desciam a rua, o que provocava comentários da vizinhança que, na ignorância da verdadeira identidade das estranhas moradoras do convento das Inglesinhas, as incluía em categorias que oscilavam entre senhoras arruinadas e Jesuítas disfarçados, passando pelo vexame de suspeitas que retardavam o progresso do incipiente colégio. Os rapazes da rua insultavam-nas, e à sua

⁵⁶ Não foi possível, no âmbito da presente investigação, recolher qualquer dado sobre a torre. Não surge marcada no levantamento topográfico camarário de 1871, existindo no entanto já em fotografias da transição de Oitocentos para Novecentos existentes no AML. Não foi possível apurar a datação, contexto e objetivo da sua construção, mas levando em consideração os estudos científicos levados a cabo pelos jesuítas, nomeadamente no que a observações astronómicas diz respeito (tendo para o efeito construído uma torre circular no colégio de Campolide, nos últimos anos de Oitocentos), é de admitir que pudesse ser esse o seu objetivo. A torre, com uma altura estimada de 25/30 metros, foi demolida entre 2001 e 2003, aquando da construção dos novos edifícios do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

⁵⁷ Primeira casa das Irmãs Doroteias em Lisboa, a ela se seguiria a fundação de uma dúzia de outros estabelecimentos educacionais até 1907, a maioria na região a norte de Aveiro.

⁵⁸ Surgindo também em alguma documentação da época como “Collegio de Santa Brígida” (cf. NOGUEIRA, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 392-394).

⁵⁹ “A pobreza era a senhora da casa, dessa enorme casa, sem móveis, de paredes nuas, de tectos esburacados a deixar penetrar o sol ou a chuva. Dinheiro não havia. Quando se tratou da fundação, pensou abrir-se um Colégio para “meninas da sociedade”, mas começou com três alunas pobres, uma das quais safu logo, e durante intermináveis meses, permaneceu ignorado. A miséria espreitava as Irmãs que não encontravam num país estrangeiro o meio de ganhar o pão de cada dia. A alimentação era mais que frugal; sobremesa... um luxo a que não podia dar-se a pequena comunidade. [...] O jantar muitas vezes se limitou a “um bocado de pão com nozes”. Mas vieram dias em que se acabaram as nozes e não houve pão”. (NOGUEIRA, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 38).

passagem para a igreja contavam-nas em voz alta, notando logo o aparecimento de alguma que tivesse vindo aumentar a comunidade. Na perseguição de que foram vítimas, não houve apenas palavras; os recreios foram perturbados com as pedras lançadas da rua para amedrontar as alunas, e um dia, uma bala penetrando no coro da igreja, caiu aos pés da Superiora; uma outra foi disparada [...], na noite de 30 para 31 de Dezembro de 1874 contra o dormitório das alunas, onde também, providencialmente não originou estragos. A Superior viu-se obrigada a reclamar perante as autoridades⁶⁰.

A 6 de maio seguinte, a escola gratuita para crianças do sexo feminino de baixos recursos é aberta, contando com meia centena de alunas em setembro de 1868. Apesar do maior número de alunas externas, ao longo dos anos seguintes o colégio foi começando a granjear alguma fama na cidade, o que se concretizou num aumento de educandas e consequente necessidade de efetivação de obras de alteração e ampliação no edifício, que o transformaram profundamente: construção de um dormitório para educandas internas (1870), instalação do noviciado numa zona independente e alteração dos vãos do edifício para vãos de peito e sacada (1871), grande campanha de obras (1874)⁶¹, construção de capela (1875)⁶², solicitação de reparação do segundo pavimento e de autorização para a construção de mais um andar na ala norte do claustro para dormitório (1878), obras no noviciado (1883), pedido de autorização à Câmara Municipal de Lisboa para a construção de mais um piso, no seguimento da ampliação de 1878 (1883), construção de um novo edifício de dois pisos com entrada pelo nº 8 da rua do Quelhas, para nele se instalarem a nova portaria e salão de festas (1886)⁶³, pedido de autorização à Câmara Municipal de Lisboa para a construção de um dormitório (1889), grande campanha de obras, com fecho das galerias do claustro (com aproveitamento do espaço para instalação do refeitório no piso térreo e de aulas no 2º piso) e obras na capela⁶⁴, tendo-se subido o pé direito para dar mais espaço (1890), encerramento das 2 portas

⁶⁰ NOGUEIRA, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 49.

⁶¹ Tendo ficado a campanha de obras de 1870/1871 por terminar, houve a necessidade de proceder a uma nova campanha, de maior vulto, orçada em quatro contos. Para o efeito, tiveram as Doroteias que fazer um peditório porta a porta, tendo conseguido juntar 800.000rs., aos quais se juntaram 300.000rs de um empréstimo e os quase 3.000.000rs resultantes dos dotes e legítimas de irmãs. “Levantara-se um andar no extremo mais ocidental do edifício, «que ficava próximo do coro dos Padres, com a frente voltada para o jardim contíguo à portaria»; fizeram-se dois dormitórios de tamanho desigual e dois quartos na parte reservada às educandas; no mesmo lugar das antigas, porém mais amplas e altas, situavam-se as três salas de visitas, agora com as paredes e tectos de estuque; uma larga e elegante escadaria, dando ao maciço conjunto uma nota de agilidade e leveza, conduzia da portaria aos dormitórios. Em diversos pontos da casa, outros concertos se fizeram de menor importância, mas na parte ocupada pela comunidade ainda continuou a ver-se o céu através dos tectos e das telhas”». (NOGUEIRA, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 71).

⁶² Para a qual, entre outras pessoas, contribuíram a madre Paula Fransinetti (500.000rs) e D. Adelaide, viúva de D. Miguel (50.000rs).

⁶³ “D. Giusefina Trojani, Director do Collegio Jesus Maria Jose, deseja edificar no terreno junto a dependência do mesmo collegio na Rua do Quelhas nº 8; um rez-de-chaminé, salão para distribuição de prémios, e terraço; e não podendo levar a efeito essa construção sem a autorização da [...] Camara Municipal de Lisboa, vem por esta forma solicitar de V. Ilma(?) a aprovação do projecto junto e a respectiva licença; declarando que de bom grado, e se a [...] Câmara assim determinada, levará essa construção ao alinhamento vindo da rua dos Navegantes, dos prédios anteriormente construídos, afigurando-se-lhe esse alinhamento de indiscutível embelezamento para a rua do Quelhas, porque d’esta forma só ficará desviada uma propriedade... e junta ao Caminho Novo, contudo apresenta o seu projecto pelo alinhamento existente, acatando porem como lhe cumpre qualquer resolução da [...] Câmara Municipal a tal respeito. Lisboa, 28 de Julho de 1886. Giuseppina Trojani. C.R.M.”. (AML, *Obra nº 21590*, Processo 5420/1ª REP/PG/1886, f. 1-1v.).

⁶⁴ Das quais constou um conjunto de cerca de duas dezenas de quadros, pintados por Manuel António Moura, pai de uma aluna, cujo trabalho servia de pagamento da mensalidade da educanda (ANTT, Secretaria do Extinto Arquivo das Congregações, Arquivo das Congregações, *Livro 1253*).

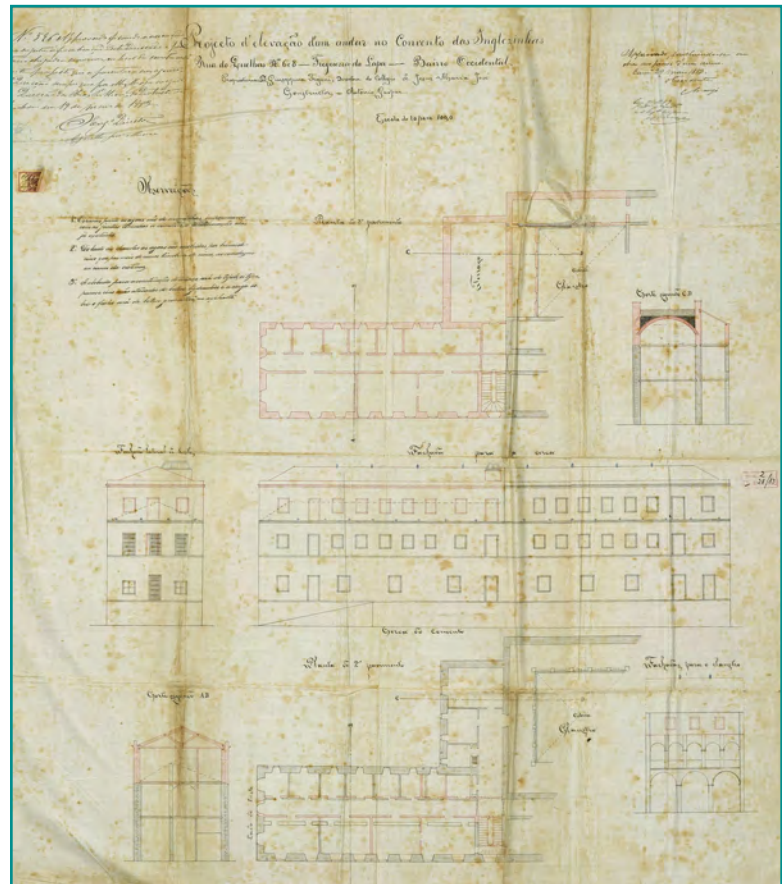


Figura 5 Ampliação do corpo dos dormitórios.
AML, *Obra nº 21590*, Processo 28000/1ª REP/1883, f. 2.

que permitiam o acesso das irmãs ao coro da igreja das Brígidas (1892), pedido para construção “na cerca do [...] collegio com entrada pelo muro que limita a mesma cerca pela Rua nº 1 do Bairro Brandão [de] uma caza”⁶⁵ para nela se instalar a enfermaria⁶⁶ (1900), obras da nova capela⁶⁷ e construção de dormitório sobre o que ficava junto

⁶⁵ AML, *Obra nº 21590*, Processo 5280/1ª REP/PG/1900, f. 1-1v.-2.

⁶⁶ Esta localização, bastante afastada do colégio, era uma forma de isolamento das alunas e irmãs com varíola, tuberculose e outras doenças contagiosas.

⁶⁷ Começada a construir a 11 de abril de 1904 e concluída e inaugurada a 24 de dezembro de 1907. Do projeto e concretização do mestre de obras António Gaspar (pai da madre doroteia Carlota Gaspar), que para o efeito comprou peças de talha dourada provenientes da antiga capela de São Joaquim da casa dos condes de Penamacor, na rua de São Joaquim em Alcântara. “Como lhe parecessem muito aptas para a capela a construir, expôs o seu projecto à Madre Provincial que o aceitou. Compradas por um preço módico, verificou-se, depois de livres das camadas de pó que as cobriam, que o seu revestimento de ouro francês estava bem conservado. O conjunto compunha-se de um altar de frontal e dois laterais de urna, balaústre, púlpito, duas portas [...], retábulo em baixo relevo representando o Coração de Jesus, um trono de cinco degraus, e duas figuras simbolizando a Fé e a Esperança. [...] Uma [...] circunstância valorizava aquelas relíquias: o terem pertencido à capela de D. Maria da Assunção de Saldanha e Castro, a quem se devia o colégio do Quelhas, e com ele, a possibilidade material da primeira fundação da Província Portuguesa”. (NOGUEIRA, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 326-327). Após o regresso das Doroteias a Portugal, readquiriram a talha da capela e reinstalaram-na numa capela construída (com as dimensões exatas para o efeito) na Casa Provincial das Irmãs de Santa Doroteia, ao Linhão (projeto do arquiteto Vasco Moraes Palmeiro “Regaleira”, 1956). Em 1965 a antiga capela do colégio Jesus Maria José era a biblioteca do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.



Figura 6 Ampliação da zona da capela e construção da escada de acesso.

AML, *Obra nº 21590*, Processo 2154/1ª REP/PG/1904, f. 3.

do salão⁶⁸ (1904), construção de um novo bloco, por via a instalar “uma copa, um refeitório, uma marquise, [bem como] uma escada para comunicar o edifício antigo com o dito refeitório”⁶⁹ (1906).

⁶⁸ “As referidas obras, constam da ampliação da igreja, que passa a ter o piso no primeiro pavimento; estabelecendo-se no actual piso da igreja (rez do chão) uma aula. Ao extremo norte da igreja, junto ao muro que limita a propriedade dos terrenos pertencentes ao Posto de Desinfecção, é levantada uma nova construção, destinando-se o primeiro pavimento a dependência da nova aula, e o segundo a sacristia. No corpo, com frente para o jardim, é construído um novo andar destinado a dormitório, para vinte alumnas, tendo dezoito metros de comprimento, seis metros e setenta centímetros de largura e três metros e noventa centímetros de altura, o que prefaz 470,34m3; este dormitório terá janellas sobre o antigo claustro. N’uma das janellas do salão, que deitam sobre o jardim, será construída uma sacada de ferro, afim dos visitantes das alumnas poderem ir directamente para a quinta. E, finalmente, de outras pequenas modificações; tudo conforme se acha indicado no projecto. A natureza do terreno, é, superiormente, argilosa e, mais profundamente, alvenaria. Os materiaes a empregar, como ferro, tijolo, areia, pedra, cimento, etc, etc, serão de primeira qualidade e escrupulosamente escolhidos. Lisboa, 18 de Abril de 1904. O Constructor Civil Nº 8. António Gaspar”. (AML, *Obra nº 21590*, Processo 2154/1ª REP/PG/1904, f. 2-2v.)

⁶⁹ Segundo a memória descritiva “as obras que se pretendem realizar, e que serão feitas em harmonia com o regulamento de salubridade de edificações urbanas e como determinam as posturas municipaes, tanto no que diz respeito a materiaes, como na forma e dimensões que o projecto indica, constam: da construção de uma copa e de um refeitório, para as alumnas do Collegio, sendo este construído com columnas e vigas de ferro e abobadilhas de tijolo, formando terraço na parte superior. Da construção de uma marquise, e bem assim de uma escada para comunicar o edificio antigo com o refeitório; esta escada que fica, em parte, subterrânea, receberá luz e ar pela marquise e por uma claraboia junta ao antigo edificio, tudo conforme se acha indicado no projecto”. (AML, *Obra nº 21590*, Processo 2020/1ª REP/PG/1906, f. 2).

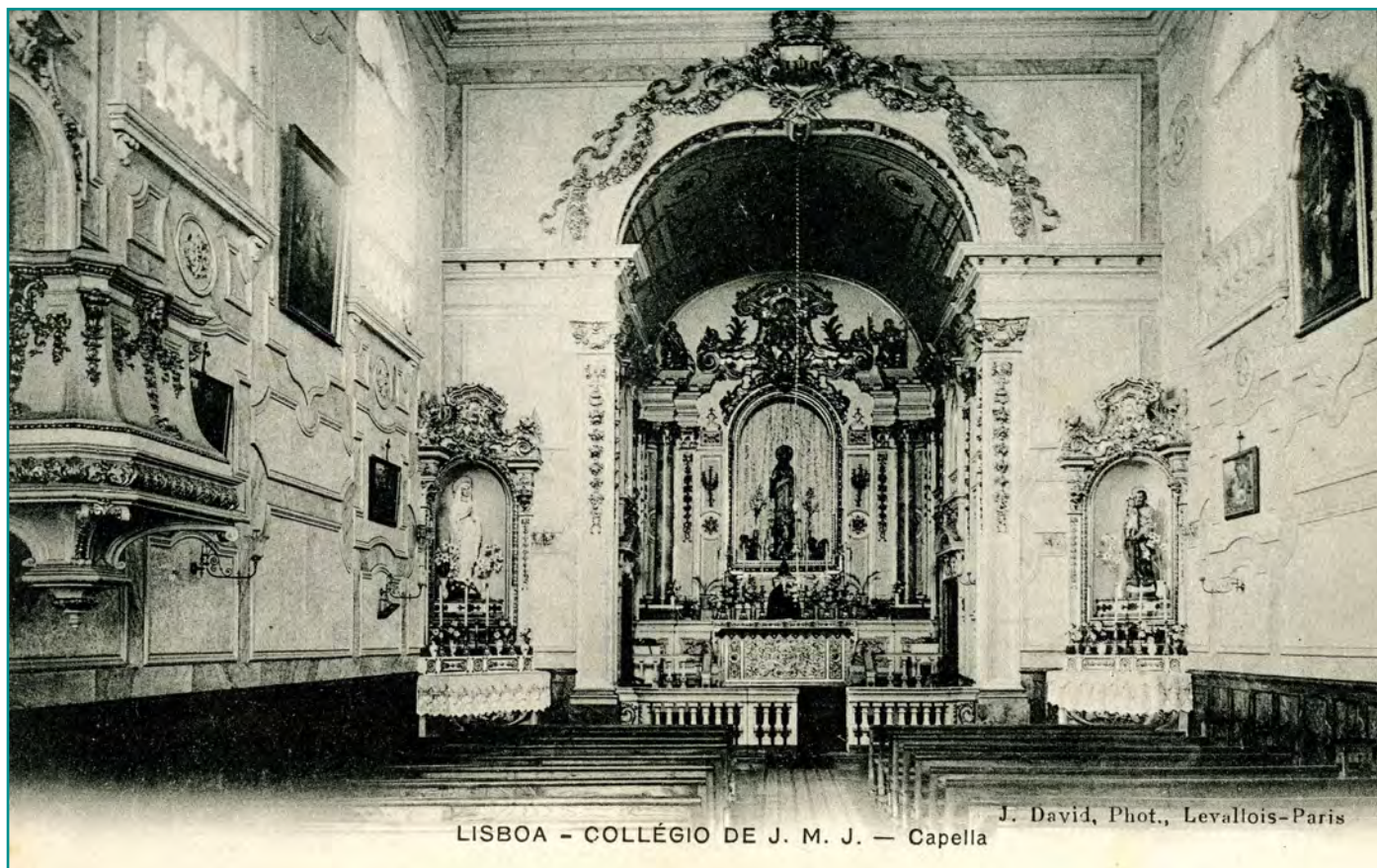


Figura 7 Antiga capela do colégio Jesus Maria José.

Arquivo das Irmãs Doroteias, Província Portuguesa do Sul, J. David, Phot. Levallois-Paris, 1907/10. *Bilhete-postal*, União Postal Universal.

Através da análise da diferente documentação resultante do volume de obra do edifício, percebe-se que um dos mais interessantes aspetos destas campanhas de obras reside na preocupação pelas questões relacionadas com a salubridade do edifício, não só no respeitante às áreas e ventilação dos dormitórios, mas essencialmente na construção, no extremo da cerca, de um edifício independente para a enfermaria, de modo a que as alunas ou irmãs com doenças contagiosas ficassem fisicamente separadas do colégio.

Após as diversas campanhas de obras, o edifício encontrava-se dividido em *aula externa* (totalmente separada da zona das educandas), noviciado, salas de aulas para as educandas, dormitórios, refeitório, cozinha e capela.

As perseguições religiosas encetadas em 1901 atingiram profundamente os jesuítas e as Doroteias, através de constantes sindicâncias, inflamados artigos em jornais e ataques às suas instalações⁷⁰. No entanto, e ao

⁷⁰ Sobre o assunto ler o capítulo “A perseguição religiosa de 1901” in NOGUEIRA, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 276-310.

contrário de outros estabelecimentos da ordem, o colégio Jesus Maria José passou incólume a ataques, facto maioritariamente devido ao forte apoio e reconhecimento que granjeava junto da sociedade lisboeta⁷¹, aliado à proteção providenciada pelos seus altos muros e pela presença de um posto de polícia nas imediações. Ainda assim, nele se viveu um clima de forte instabilidade durante o epicentro dos protestos, nos meses de março e abril desse ano.

Não obstante este período de turbulência social, a instituição conhece na primeira década de Novecentos o seu período áureo, concretizado no aumento do número de alunas, tanto no colégio (45 alunas em 1893; 80 em 1905) como na escola gratuita (74 alunas em 1899; 170 em 1906), o que se traduziu numa notória melhoria das suas condições económicas⁷². Esta forte adesão parece maioritariamente justificada pela adoção de um “conjunto de sábias medidas [...] pela Madre Provincial [...]: 1- na escolha e acurada formação profissional do professorado⁷³; 2- na organização dos estudos; 3- no melhor aproveitamento do edifício, com obras atinentes e instalações mais adequadas e com a introdução de alguns «modernismos»”⁷⁴.

No entanto, os acontecimentos de outubro de 1910 precipitam o seu encerramento. Assinado a 3 desse mês e publicado no *Diário do Governo* nº 221 do dia seguinte, um decreto dissolve a comunidade jesuíta instalada no edifício do Quelhas⁷⁵. No dia 5, aquando da Implantação da República, o Quelhas tornou-se num dos principais focos de conflito, com milícias armadas disparando continuamente contra o edifício jesuíta.

O Quelhas, um grande conjunto de edifícios agrupados à volta de uma igreja e cercados por um alto muro, apresentava um espectáculo extraordinário quando finalmente lá chegámos. Havia soldados de cavalaria e infantaria por todo o lado; havia metralhadoras; havia mesmo peças de artilharia. E toda esta força militar estava desencadeada, num tiroteio desenfreado, contra o colégio que, a julgar pelo silêncio reinante do outro lado do muro, estava completamente abandonado. Mas isso não importava. As bombas fustigavam a torre, as metralhadoras disparavam sem parar, balas das espingardas silvavam entre as árvores. cheguei ao colégio quando estava a nascer o dia. O portão estava aberto e a multidão movia-se para todos os lados. O saque estava em curso, com grande frenesi.[...]

⁷¹ De que é reflexo a visita da rainha em maio de 1895.

⁷² “O Colégio Jesus Maria José [...], em Agosto de 1910, fechadas as contas, registava em “caixa” o valor de 754.125 réis”. (PEREIRA, Maria Albertina Franco Baptista de Loureiro - *Ensino no colégio das Irmãs Doroteias em Portugal (1866-1975)*. [s.l.]: [s.n.], [2012]. p. 43. Texto policopiado).

⁷³ “A formação do professorado mereceu [...] particular desvelo: Desde o princípio do corrente ano (1900), veio dar lições à mestra de desenho [...], o Malhoa, insigne artista em Desenho e Pintura [...] Rey Colaço [...] foi o professor de piano de Sor Maria Luísa Galt que ia receber as lições a casa do grande Mestre, em razão de ele não ensinar em casas particular. [...] Todos os Mestres eram membros da Academia das Belas Artes. Deu isso muito nome ao colégio porque logo correu em Lisboa que as Irmãs do Quelhas eram leccionadas pelos primeiros professores do Reino”. (NOGUEIRA, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 323).

⁷⁴ NOGUEIRA, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 322.

⁷⁵ Por “vive[re]m em regra de comunidade religiosa, mas inteiramente fora dos preceitos do decreto de 18 de abril de 1901, pois não teem estatutos aprovados pelo Governo, nem podiam tê-los, não se destinando a actos de beneficencia ou caridade, á educação e ensino, ou á propaganda da fé e civilização no ultramar”. (*Diário do Governo* nº 221, 04 de outubro de 1910). Os padres da Companhia de Jesus receberam ordem de expulsão do país (transitando automaticamente os seus bens para o Estado Português) por via do decreto de 8 de outubro de 1910, publicado no *Diário do Governo* nº 4, de 10 de outubro seguinte.

O Quelhas era uma comunidade importante e inteiramente autónoma, com as suas oficinas e tipografias, e mesmo a sua adega, e daqui saíam grandes cargas. Encontrei famílias inteiras, homens, mulheres e crianças, saindo com todo o género de artigos que se possa imaginar – caixas de ferramentas, utensílios de cozinha, quadros, e até móveis. As primeiras tropas entradas tinham, notoriamente, encontrado bebidas alcoólicas: muitos dos soldados e guardas nacionais estavam bêbedos.

Na igreja testemunhei cenas que faziam lembrar episódios da Revolução Francesa. Soldados bêbedos, envergando vestes litúrgicas, estavam no altar, parodiando a celebração da missa. Na sacristia estavam homens e mulheres que rasgavam belos paramentos. Quando me viram gritaram: «Tudo isto pertence ao povo! Escolha o que quiser!»⁷⁶.

As Irmãs Doroteias mantiveram-se no seu edifício até à noite do dia 7 para 8, altura em que dele foram retiradas e levadas para o Arsenal da Marinha para interrogatório, onde são obrigadas a substituir a indumentária religiosa por uma secular (o que tomaram como um forte vexame). Terminados os interrogatórios, nos dias seguintes as religiosas estrangeiras são obrigadas a regressar aos países de origem⁷⁷, encerrando-se assim o colégio Jesus



Figura 8 Rua do Quelhas, sendo visível a torre dos jesuítas e a ampliação da igreja.

AML, Joshua Benoliel, 1910. PT/AMLSB/JBN/001332.

⁷⁶ Um jornalista inglês na revolução. *Plataforma do Centenário da República* [Em linha]. 2008. [Consult. a 22.01.2015]. Disponível na internet: <http://www.centenariodarepublica.org/centenario/2008/09/28/um-jornalista-ingles-na-revolucao>.

⁷⁷ As Irmãs Doroteias regressam em 1918, se bem que só retomam a função educacional na cidade de Lisboa a partir de 1 de maio de 1930, com a abertura do colégio da Estefânia com cinco alunas (uma interna, duas semi-internas e duas externas). Com a abertura da escola em outubro seguinte, rapidamente se percebeu que as instalações não eram suficientes para o número de alunas, pelo que no ano seguinte mudam de instalações para o palacete Amaral, na alameda das Linhas de Torres (onde, a partir de 1935, ficaram apenas as alunas internas, quando as externas passam a frequentar as novas instalações no recém-adquirido palacete do visconde de Abrançalha, na rua da Artilharia Um. (cf. PEREIRA, Maria Albertina Franco Baptista de Loureiro, *op. cit.*, p. 55-57).

Maria José, ao Quelhas, que no decorrer dos seus 44 anos de funcionamento recebeu um total de cerca de 800 alunas internas, às quais se somam as cerca de dois milhares que frequentaram a escola gratuita⁷⁸.

DECLARADO PERTENÇA DO ESTADO⁷⁹. UM ESPAÇO SECULAR: MUSEUS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO (1910-2015)

Com a publicação do decreto de 8 de outubro de 1910 e a consequente expulsão dos jesuítas e das Irmãs Doroteias, os (até então) seus edifícios do Quelhas ficaram desocupados. Mas por pouco tempo. Logo a 29 de dezembro foi inaugurado o Museu da Revolução, “numa das dependências do suprimido Colegio do Quelhas, em um anexo há pouco construído e que consta de pavimento térreo e primeiro andar, com entrada pela rua Miguel Lupi”⁸⁰ (a antiga enfermaria). Organizado pela associação Vintém Preventivo, constava de um pequeno espaço museológico com um espólio composto por objetos dispersos alusivos à causa republicana portuguesa, dividido em cinco áreas expositivas (sala da marinha, sala do exército, sala dos documentos, sala do povo e sala do Buiça e Costa). Entre as principais atrações, contavam-se jornais do dia da revolução e seguintes, a bandeira do Regimento de Infantaria 16 hasteada na praça Marquês de Pombal e o gabão e a carabina Winchester modelo 1907 que Manuel Buiça utilizou para assassinar o rei D. Carlos e o príncipe-herdeiro D. Luís Filipe, a 1 de fevereiro de 1908⁸¹.

Menos de três anos depois, a 21 de outubro de 1913, o museu é destruído no contexto da tentativa de golpe monárquico encabeçada por João de Azevedo Coutinho, conhecida como a “Primeira Outubrada”.

Após ser decretada a impossibilidade da manutenção da função religiosa das antigas posses jesuítas pela *lei de separação do Estado das igrejas* (de 20 de abril de 1911)⁸², os espaços até então por estes ocupados no Quelhas foram transformados num improvisado depósito de diversas coleções de documentos e objetos provenientes das várias casas das congregações religiosas existentes no país à data da proclamação da República. Esta iniciativa ter-se-á devido a Manuel Borges Grainha (vogal da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas) que, apercebendo-se do manancial de informação que constituía a documentação jesuíta existente no Quelhas, começa a gizar com Afonso Costa a ideia de reunir diversos elementos provenientes das recém-extintas congregações religiosas⁸³. Ponto de partida, o edifício do antigo convento das Inglesinhas foi o local escolhido para acolher aquele que se constituiria, a partir de 1917, como espólio do Arquivo das Congregações.

⁷⁸ Cf. NOGUEIRA, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 418.

⁷⁹ Lei de 8 de outubro de 1910 publicada no *Diário de Governo* nº 4, Série I, de 8 de outubro de 1910.

⁸⁰ *Occidente: revista illustrada de Portugal e do Extranjero*. Ano 34 Vol. XXXIV Nº 1153 (10 de janeiro de 1911), p. 6.

⁸¹ *Occidente, idem*.

⁸² “Art. 92º Os edificios que foram applicados ao culto catholico pelos jesuitas não mais poderão ter esse destino e serão utilizados pelo Estado para qualquer fim de interesse social”. (Lei de 20 de abril de 1911, publicada no *Diário do Governo* nº 92, Série I, de 21 de abril de 1911).

⁸³ cf. VILLARES, Artur - *As congregações religiosas em Portugal (1901-1926)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003. p. 64-72.

A 10 de janeiro de 1911⁸⁴, uma parte não especificada do edifício foi concedida à instituição Vintém Preventivo, numa cedência que seria anulada por via de um decreto datado de 29 de novembro de 1912⁸⁵. Ainda que o diploma não apresente outra justificação para o sucedido que não o mero facto de se basear “numa proposta do Ministério da Justiça, tendo em atenção o parecer da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas”⁸⁶, tal decisão prendeu-se com o facto de no mesmo dia se ter procedido ao arrendamento do espaço em questão para a instalação do curso secundário e superior do comércio⁸⁷.

Do ponto de vista urbano, no início de Novecentos a envolvente do edifício havia sofrido algumas alterações, nomeadamente com o alargamento do Caminho Novo (então rua Dom João das Regras, atual rua das Francesinhas) e principalmente com a abertura, a norte, da rua Miguel Lupi⁸⁸. Assim, circundado por essas duas ruas e pela do Quelhas, situava-se um enorme quarteirão onde, para além do antigo convento das Inglesinhas, se encontravam instalados o Posto de Desinfecção Marítima, um pequeno Posto da Polícia e o convento do Santo Crucifixo (das Francesinhas)⁸⁹. Extinto em 1890, este último, “bem como os terrenos adjacentes onde [...] est[ava] instalado o Posto de Desinfecção [...] [, foi cedido ao Instituto Superior Técnico (IST), sendo a respetiva área] destinada para as [suas] novas instalações”. Apesar da demolição do antigo convento ter sido iniciada em 1911, o IST nunca ocupou o espaço, transitando diretamente do antigo edifício do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (IICL), à Boavista (onde se instala em 1911), para as novas instalações da Alameda em 1936.

A par do IST, da Escola Médica Veterinária e do Instituto Superior de Agronomia, o Instituto Superior de Comércio (ISC) é uma das escolas técnicas superiores a ser criada pela reforma da instrução pública implementada pelos governos republicanos por via do decreto de 23 de maio de 1911. Tributário da Aula do Comércio criada em 1759⁹⁰ e do IICL, inicia o seu funcionamento apenas no ano letivo 1913-1914, sendo “então uma escola com um pouco mais de uma centena de estudantes e cerca de duas dezenas de docentes”⁹¹. Ocupadas as instalações do organismo

⁸⁴ Publicado no *Diário do Governo* nº 199/1911, Série I, de 26 de agosto de 1911.

⁸⁵ Publicado no *Diário do Governo* nº 284/1912, Série I, de 04 de dezembro de 1912.

⁸⁶ Decreto de 29 de novembro de 1912, publicado no *Diário do Governo* nº 284/1912, Série I, de 04 de dezembro de 1912.

⁸⁷ Segundo o auto de arrendamento, este seria anual, iniciando-se a 1 de dezembro seguinte, devendo a renda ser paga mensalmente ao Ministério da Justiça, que por sua vez teria que “entregar à Comissão de Administração dos Bens do Estado do primeiro bairro de Lisboa, a quantia de quinhentos mil reis annuaes, tambem mensalmente, para pagamento da renda do extinto Paço de São Vicente onde, por conta do Ministério do Fomento, [passariam a] fica[r] instaladas as dependencias do “Vintem Preventivo”. ANTT, Secretaria do Extinto Arquivo das Congregações, Arquivo das Congregações, *maço* 29, macete 4.

⁸⁸ A 30 de julho de 1902 é atribuído o nome de rua Miguel Lupi à nova via que saía da calçada da Estrela e permitia o acesso à parte da cerca onde havia sido construída a enfermaria do colégio.

⁸⁹ Por sua vez, este quarteirão enquadrava-se num terreno de grandes dimensões (quinta do Quelhas) no qual, aquando da sua urbanização na transição para o século XX, se construiu o bairro Brandão.

⁹⁰ A Aula do Comércio funcionou entre 1759 e 1844, ano em que foi transformada na Escola do Comércio (ou Secção Comercial do Liceu de Lisboa). Em 1869 é incorporada no Instituto Industrial de Lisboa, que passa a designar-se Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Fundado em 1911, o Instituto Superior de Comércio muda de nomenclatura ao longo do século XX: Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1931-1972), Instituto Superior de Economia (1972-1989) e Instituto Superior de Economia e Gestão (1989).

⁹¹ VALÉRIO, Nuno (coord.) - *ISEG: 100 anos a pensar no futuro*. Lisboa: ISEG, 2011. p. 37. Entre 1911 e 1913, o IST providencia provisoriamente os cursos do ISC.

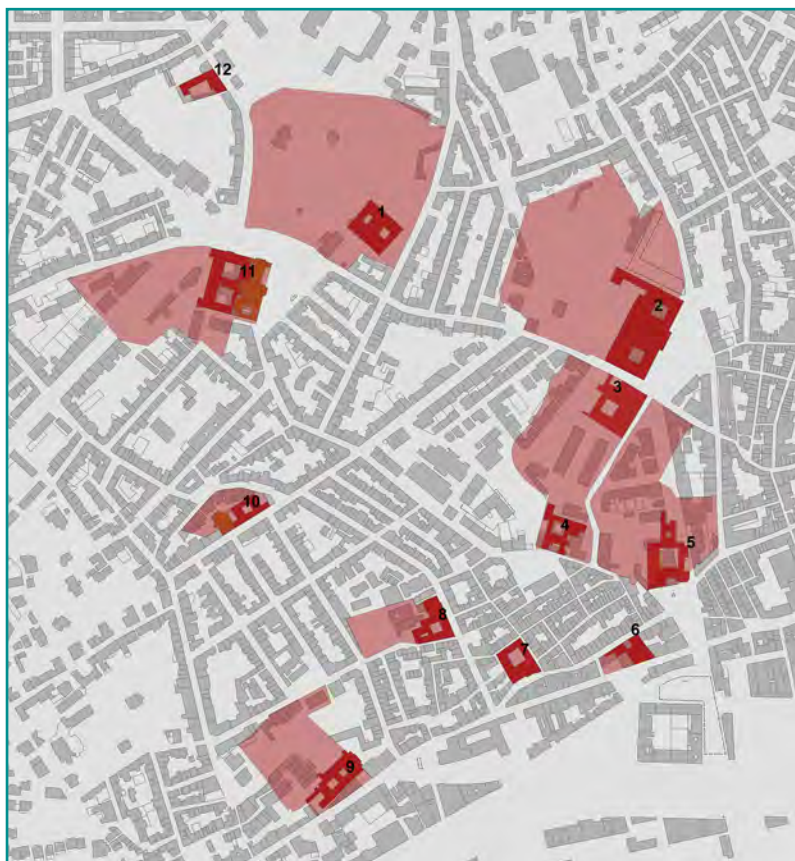


Figura 9 Zona da Madragoa/Estrela. Localização dos conventos e das cercas de 1834 sobre cartografia atual. Ana Gil, 2015.

- 1 – Mosteiro de Nossa Senhora da Estrela de Lisboa;
- 2 – Mosteiro de São Bento da Saúde de Lisboa;
- 3 – Convento do Santo Crucifixo (demolido);
- 4 – Convento de Santa Brígida de Lisboa;
- 5 – Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança (demolido);
- 6 – Convento de Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula (demolido);
- 7 – Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Lisboa;
- 8 – Convento de Nossa Senhora da Soledade;
- 9 – Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa;
- 10 – Convento do Senhor Jesus da Boa-Morte;
- 11 – Real Convento do Santíssimo Coração de Jesus;
- 12 – Hospício de Jesus Nazareno de Lisboa.

antecessor do ISC, a necessidade de encontrar uma localização alternativa fica acautelada em novembro de 1912 com o arrendamento do espaço anteriormente ocupado pelo colégio Jesus Maria José, conforme atrás referido⁹².

Chegado ao quarto ano de funcionamento e de modo a melhorar e aumentar as suas instalações, foram cedidas ao ISC, a título precário, o antigo espaço jesuíta (decreto 3444-A, de 8 de outubro de 1917). Apesar de se constituir como a solução lógica e menos onerosa para a dotação de melhores condições, tal decisão causa alguma estranheza

⁹² A ocupação pelo ISC do antigo colégio implicou a remodelação de alguns espaços, sendo o mais significativo a utilização da antiga capela para instalação do Museu Comercial e da Biblioteca.



Figura 10 Biblioteca do Instituto Superior de Comércio efetuada no espaço da antiga capela do colégio.
José Vicente, 2015. CML/DMC/DPC.

tendo em conta que poucos dias antes, a 28 de setembro, havia sido criado o Arquivo das Congregações⁹³ que, segundo o artigo 4º do decreto nº 3410, deveria ficar “instalado na casa congregacionista no Quelhas, até que seja possível destinar edifício mais vasto para a sua instalação”⁹⁴. A sua posição ficou, no entanto, salvaguardada pela ressalva de que a cedência do edifício ao ISC era feita “sem prejuízo da instalação do Arquivo das Congregações religiosas existentes naquele prédio”⁹⁵, ou seja, o estabelecimento de ensino não poderia tomar dele posse

⁹³ Segundo o artigo criador, o Arquivo das Congregações respondia à necessidade de, “sem demora, organizar, classificar, catalogar e instalar convenientemente estas colecções, para instrução geral do povo e estudo de eruditos e futuros historiadores, evitando-se assim a perda e dispersão de milhares de documentos importantes, facto lamentável já ocorrido em 1759, por ocasião da expulsão dos jesuítas, e em 1834, quando foram extintas as ordens religiosas”. (Decreto nº 3410, de 28 de setembro de 1917, publicado no *Diário de Governo* nº 168/1917, I Série). As colecções do Arquivo das Congregações foram organizadas em três secções independentes: Arquivo, Museu (com colecções de iconografia, indumentária congregacionista, liturgia, mobiliário, bandeiras e estandartes de congregações), e Biblioteca, sendo suposto abrir-se as últimas duas secções a público “à medida que as suas instalações se vão completando”. (Decreto nº 3410).

⁹⁴ Decreto nº 3410, de 28 de setembro de 1917, publicado no *Diário de Governo* nº 168/1917, I Série.

⁹⁵ Decreto nº 3444-A, de 8 de outubro de 1917, publicado no *Diário de Governo* nº 173/1917, 3º Suplemento, Série I de 08 de novembro de 1917.

efetiva sem que fossem encontradas novas instalações para o Arquivo/Museu nem proceder a quaisquer obras de alteração no edifício. Paralelamente, esta cedência ficou dependente do desfecho do processo movido pelo governo inglês no Tribunal Arbitral de Haia (exigia a posse do edifício), resolvido a favor do governo português apenas em setembro de 1920⁹⁶.

Em 1921, o Arquivo das Congregações mantinha-se instalado ao Quelhas, conforme dá conta disso o seu diretor, Manuel Borges Grainha, numa carta publicada pelo *Mundo*, a 9 de agosto de 1921, na qual refere que, resolvida a questão de Haia⁹⁷, procurava tomar as diligências necessárias para abrir ao público, assim que possível, o Museu das Congregações⁹⁸. Inaugurado a 4 de outubro de 1924⁹⁹, teve no entanto uma duração efémera, para isso tendo decisivamente contribuído a morte do seu diretor, ocorrida exatamente sete meses depois.

A 19 de fevereiro de 1927 é estabelecido o pagamento “à Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais [d]a importância de 33.000\$, em que foram avaliados os terrenos pela mesma ultimamente cedidos ao Instituto Superior do Comércio de Lisboa para construção dos laboratórios do mesmo estabelecimento de ensino”¹⁰⁰. Uma

⁹⁶ “Os Governos de Portugal, Grã-Bretanha, França e Espanha, por compromisso assinado em Lisboa em 31 de Julho de 1913, tinham acordado submeter a um Tribunal de Arbitragem, as reclamações relativas aos bens dos nacionais britânicos, espanhóis e franceses, que tinham sido arrolados pelo Governo da República. As memórias e reclamações, assim como as contra-memórias, foram sendo entregues, ao longo dos anos, pelos vários governos. Somente a 2 e 4 de Setembro de 1920, o Tribunal Arbitral reuniu, tendo proferido as diversas setenças. O Diário do Governo publicou-as entre 2 de Outubro e 6 de Novembro de 1920. Das 37 reclamações sobre bens imóveis, apenas uma foi aceite [o imóvel no Porto até então pertencente à congregação das Franciscanas de Callais]”! VILLARES, Artur, *op. cit.*, p. 61.

⁹⁷ Uma vez resolvido o problema jurídico, o ISC reclama para si o edifício, no qual pretendia instalar o seu laboratório. A essas pretensões responde Borges Grainha que “transferindo o laboratorio para a cerca dos jesuitas, o terreno onde agora esta pode ser aproveitado para aulas e que a cerca das doroteias, que é muito grande, tambem pode ser aproveitada, em parte, para esse efeito”. (ANTT, Secretaria do Extinto Arquivo das Congregações, Arquivo das Congregações, *maço* 29, macete 4).

⁹⁸ Faz também referência à “quantidade enorme de toneladas de objectos de toda a especie, manuscritos, livros, estantes, mobiliario, quadros, louças, vidros” (ANTT, Secretaria do Extinto Arquivo das Congregações, Arquivo das Congregações, *maço* 29, macete 4) que estão no Arquivo, o que permite perceber a natureza do seu espólio.

A 13 de outubro seguinte, e com vista à instalação da biblioteca, Borges Grainha pede para “mandar examinar a Igreja do Quelhas, 6, por engenheiros, para se ver se as paredes permitem que se abram as janelas necessarias para dar luz a uma grande biblioteca, sem que venha abaixo a igreja e o salão construido por cima dela; mandar examinar a igreja [...] por funcionarios das Belas Artes e artistas de azulejos e obras de talha para se ver se é conveniente para o país retirarem-se e destruirerem-se os azulejos e obras de talha que nela existem, e qual o seu valor aproximado”. (ANTT, Secretaria do Extinto Arquivo das Congregações, Arquivo das Congregações, *maço* 29, macete 4).

⁹⁹ A 20 de agosto de 1924 o director do Arquivo das Congregações pede à Câmara Municipal de Lisboa (CML) auxílio para “reparar o pequeno pateo de entrada, cujo o empedramento necessita arranjado e para isso, e para o tornar mais atrativo para o povo, convem dar-lhe uma forma ajardinada, colocando algumas plantas trepadeiras em volta das paredes e pondo-lhe uma fonte ao meio, para o qual tenho uma estátua de pedra de São Francisco de Assis, que já servio para fonte num convento”. Em carta de 14 de outubro seguinte agradece à CML o facto de o seu pedido ter sido atendido, ao ponto de afirmar que o dito pátio ficará daí então “chamado [de] Pátio da Câmara Municipal de 1924”. (ANTT, Secretaria do Extinto Arquivo das Congregações, Arquivo das Congregações, *maço* 29, macete 4).

¹⁰⁰ Decreto n.º 13206, de 19 de fevereiro de 1927, publicado no *Diário do Governo* n.º 42/1927, Série I, de 02 de março de 1927.

vez em posse da totalidade do antigo convento, em 1932 foram iniciadas as obras de construção de um novo edifício, na antiga cerca pequena (dos jesuítas) para instalação do Museu Comercial¹⁰¹. Concluído três anos depois, o edifício nunca serviu o seu propósito inicial, nele se tendo instalado a Emissora Nacional de Radiodifusão (EN), aí permanecendo durante mais de sessenta anos. Na madrugada de 25 de abril de 1974, o edifício do Quelhas da EN (sob o nome de código *Tóquio*) é ocupado pelo Movimento das Forças Armadas, tendo sido um dos pontos estratégicos da revolução.

Vazio desde 1911, o terreno do extinto convento do Santo Crucifixo foi ocupado pela “Lisboa Antiga”, a reconstituição de um antigo bairro lisboeta idealizada por Gustavo Matos Sequeira e inaugurada a 4 de junho de 1935 no contexto das Festas da Cidade. Uma vez demolida essa efémera construção, o espaço manteve-se desocupado até ser inserido no plano de embelezamento da *zona de proteção do Palácio da Assembleia Nacional* que, no decorrer da década de 1940, se traduziu no arranjo da envolvente do edifício, por via da construção da monumental escadaria, e da execução de um jardim no terreno das Francesinhas, no qual o seu arquiteto, Luís Cristino da Silva, previu reedificar o arco de São Bento, demolido em 1938¹⁰².



Figura 11 Perspetiva da exposição “Lisboa antiga” e do antigo convento de São Bento da Saúde vistos da antiga torre dos jesuítas.
AML, Eduardo Portugal, 1935. PT/AMLSB/POR/014864.

¹⁰¹ Segundo o decreto que o cria, enquanto “não tiver instalações próprias, o Museu funcionará no edifício do antigo convento do Quelhas (Rua do Quelhas, nº 6) e nas salas que o Instituto Superior do Comércio lhe puder dispensar. Oportunamente será aberto concurso para a elaboração do projecto do edifício para a [sua] instalação”. (Decreto nº 4845, de 23 de setembro de 1918, publicado no *Diário do Governo* nº 211/1918, Série I, de 27 de setembro de 1918).

¹⁰² O jardim é inaugurado em 1949, sem o arco (que é reconstruído na praça de Espanha em 1998).



Figura 12 Perspetiva do antigo convento de Santa Brígida / Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras visto da exposição “Lisboa antiga”.
Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte (FCG-BA),
Estúdio Mário Novais, CFT003 125608.ic.

Por se encontrar no eixo formado pelos dois referidos elementos, o arranjo do antigo convento das Inglesinhas estava também contemplado no plano. Justificava-o não só o aspeto estético, mas principalmente os graves problemas de conservação que o edifício apresentava após mais de três décadas de contínuo funcionamento como escola superior, sem ter sofrido qualquer campanha de obras¹⁰³. Nesse contexto, em 1946, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais encomenda ao arquiteto Luís Cristino da Silva um projeto para a remodelação do edifício, resultando na apresentação de um ambicioso e monumental programa.

¹⁰³ Na memória descritiva Luís Cristino da Silva tece fortes críticas ao edifício, considerando que o “velho casarão [...] [possui] numerosos corpos secundários de variadíssimas dimensões e traçados, [...] posteriormente adossados ao edifício, quase ao acaso, o que lhe agravou inda mais o seu aspecto desordenado e feio, sobre do lado Norte e Nascente, em que essa desordem se torna verdadeiramente caótica. Interiormente a sua disposição não é melhor, visto que apresenta uma distribuição muito confusa constituída por um amontado de dependências acanhadas e sombrias”. (Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte (FCG-BA), *Projecto de ampliação do edifício do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Antigo Convento do Quelhas, Lisboa*. Luís Cristino da Silva, LCSDA 52.2.2-1, Memória Descritiva, dezembro de 1947). Expõe igualmente o péssimo estado de conservação do edifício, referindo as infiltrações, humidade, estuques caídos e graves deficiências na instalação elétrica que, naturalmente constringiam o normal funcionamento de uma instituição que à época contava com cerca de 750 alunos.

Esta transformação permitiria dar ao local o necessário equilíbrio, rematando-o com um grande edifício de arquitectura monumental, atingindo o desenvolvimento de 110 metros de extensão.

[...] A localização desta nova ala subordinar-se-ia rigorosamente ao rebatimento simétrico da actual fachada posterior do edifício, a fim de se obter o referido equilíbrio. Um amplo e elevado corpo central disposto normalmente ao eixo longitudinal ligaria as duas alas obliquas da nova fachada, formando um conjunto arquitectónico de grande unidade.

[...] O acesso de peões e de veículos a esta nova fachada, passaria a fazer-se por uma ampla escadaria disposta no eixo longitudinal da composição e por um arruamento desenvolvendo-se em lacete, terminando num vasto terraço situado junto do peristilo da entrada¹⁰⁴.

Com cinco pisos em cada ala e sete no corpo central, este monumental edifício nunca foi concretizado, truncando assim o entendimento da implantação do jardim das Francesinhas, concebido como um espaço de transição entre os edifícios. Obrigado a manter-se nas exíguas e antigas instalações do Quelhas, e não obstante ter procedido a diversas campanhas de obras no edifício (com particular destaque para as décadas de 1960 e 1970), o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) viu-se na contingência de passar alguns serviços para outros edifícios, também localizados no bairro da Lapa (rua de Buenos Aires e rua Miguel Lupi), assim se mantendo durante o meio século seguinte.

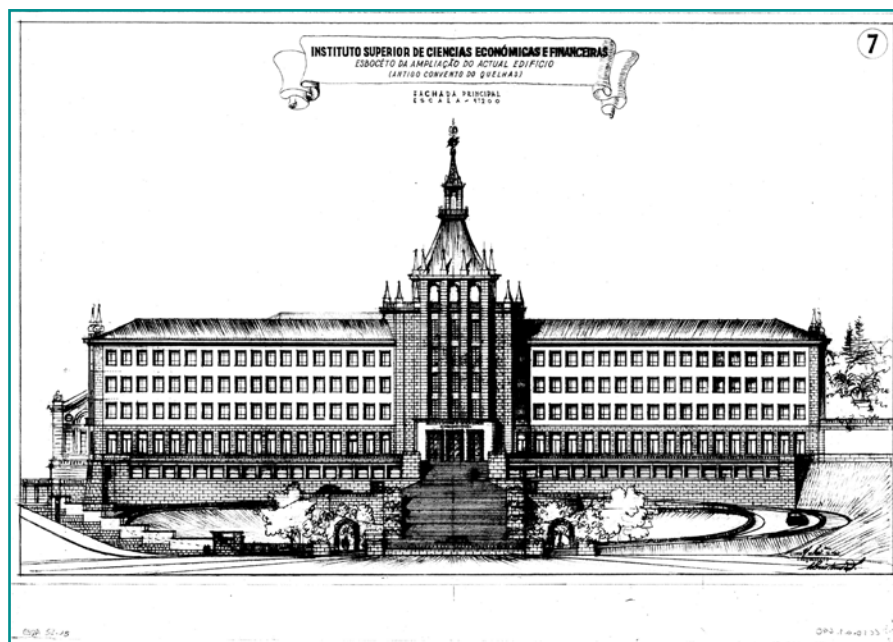


Figura 13 Projeto de ampliação, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Fachada nascente. FCG-BA, *Projecto de ampliação do edifício do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Antigo Convento do Quelhas, Lisboa*. Luís Cristino da Silva, 1946/47, LCSDA 52.15.

¹⁰⁴ FCG-BA, *Projecto de ampliação do edifício do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Antigo Convento do Quelhas, Lisboa*. Luís Cristino da Silva, LCSDA 52.2.1-1/2. Memória Descritiva, 7 de junho de 1946.

No início da década de 1990, por via de uma permuta efetuada com o edifício da rua de Buenos Aires, o já designado Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) passou a ter em sua posse parte da cerca do antigo convento das Francesinhas correspondente à instalação do antigo Posto de Desinfecção Marítimo e do Posto da Polícia. Podendo finalmente expandir as suas instalações, a partir do início da mesma década foi desenvolvido um plano de estruturação para os terrenos das cercas dos antigos conventos de Santa Brígida e do Crucifixo, da autoria do arquiteto Gonçalo Byrne. Até ao final do século foram construídos três novos edifícios (Francesinhas I – 1995; Biblioteca Francisco Pereira de Moura – 1998; Francesinhas II – 2000). Simultaneamente, em 1997, o ISEG adquiriu à Radiodifusão Portuguesa (antiga EN) o edifício que ocupava. Após obras de adaptação, as novas instalações entraram em funcionamento em 1999.

Em 2001/2002 iniciaram-se as obras na parte da antiga igreja do convento, resultando na demolição da torre e adaptação do templo a espaço de conferências. Modificando profundamente o antigo espaço jesuíta, estas novas dependências foram inauguradas aquando da abertura solene do ano letivo 2005/2006, a 7 de novembro de 2005.

NOTAS FINAIS

No decorrer de quase sete séculos (1147-1834) são fundados em Lisboa mais de 110 casas religiosas, das quais 90 conventos. Um avassalador número no contexto de uma cidade que só atinge a centena de milhar de habitantes na segunda metade de Quinhentos e que em 1755 teria cerca de 250.000 habitantes. Trata-se de uma história de séculos feita por milhares de homens e mulheres de hábito que, mais ou menos anonimamente, deixaram a sua marca não só no panorama religioso da cidade, mas também de um ponto de vista social, cultural, assistencial e educativo, no último caso através da quase dezena de colégios fundados e geridos por ordens religiosas. Esta realidade é justificada pelo elevado peso do poder eclesiástico, que assentava e se alimentava da forte devoção (e temor) das mais altas classes portuguesas que, ao longo dos séculos se foram mostrando recetivos ao patrocínio financeiro de mais e mais casas religiosas na cidade. E é de tal modo forte a presença destes cenóbios que a própria evolução urbana de Lisboa tendeu a segui-los, numa espécie de toque de midas que em torno dos conventos transformava a paisagem, não em ouro, mas em novos aglomerados urbanos.

Passados mais de 150 anos desde a extinção das ordens religiosas, as suas memórias perpetuam-se na toponímia da cidade, cravadas num tempo diferente, onde “tudo era mais fácil [...] quando eram os próprios habitantes a dar o nome ao arruamento onde edificavam as suas casas. Conheciam como ninguém as características, a geografia, os vizinhos...”¹⁰⁵. E, avaliando pelas dezenas de exemplos que chegaram aos nossos dias, também os conventos¹⁰⁶.

¹⁰⁵ SOTTOMAYOR, Appio - Lá vão mudar os nomes das ruas... In JORNADAS DE TOPONÍMIA DE LISBOA, 6, Lisboa, 2013 - *Lugares da memória da República*. Lisboa: Câmara Municipal, 2013. p. 13.

¹⁰⁶ Como exemplos das dezenas de permanências na toponímia da cidade: calçada do Carmo, calçada da Estrela, calçada Nova do Colégio [de Santo Antão-o-Novo], calçada de Santana, calçada de São Francisco, campo de Santa Clara, largo da Anunciada, largo da Boa Hora, largo do Calvário, largo do Carmo,

A partir do final de Quinhentos, para as ordens religiosas estrangeiras, Lisboa era simultaneamente porto de abrigo e porta de passagem para as missões ultramarinas de evangelização. O convento inglês de Santa Brígida é assim um caso paradigmático das complexas realidades destas *freiras longe da pátria*, mas principalmente das riquíssimas dinâmicas destes edifícios. Construído a partir de uma casa de habitação própria oferecida para o efeito, o edifício é reconstruído duas vezes até à saída das religiosas em 1861. Mantendo-se em posse estrangeira, torna-se em sede da Companhia de Jesus em Lisboa e colégio de Irmãs Doroteias, convivendo com períodos de forte agitação social anticlerical que o transformaram num dos mais ferozes focos do conflito no 5 de outubro de 1910. Pela primeira vez em propriedade portuguesa, acolheu desde então três pequenos museus, as instalações da EN (de novo ponto nevrálgico de outra revolução, a 25 de abril de 1974) e mais de um século de ensino superior de comércio/economia e gestão. No entanto, resistindo às marcas do tempo, mantém hoje visíveis os seus principais elementos construtivos, ainda que adaptados às contemporâneas exigências das novas realidades.



Figura 14 Emissora Nacional, Revolução de 25 de Abril de 1974.
AML, Autor não identificado, 1974. PT/
AMLSB/JDN/S02275.

largo de Jesus, largo das Necessidades, largo de São Domingos, rua dos Caetanos, rua do Convento da Encarnação, rua da Esperança, rua das Francesinhas, rua dos Jerónimos, rua da Madre Deus, rua Nova do Desterro, rua Nova da Trindade, rua Praia do Bom Sucesso, rua de Santa Marta, rua de Santo António dos Capuchos, rua de São Bento, rua de São Vicente [de Fora], rua das Trinas, rua da Trindade, travessa da Boa Hora à Ajuda, travessa do Convento de Jesus, travessa das Freiras a Arroios, travessa das Freiras Bernardas, travessa das Inglesinhas, travessa das Isabéis, travessa das Mónicas, travessa de São Pedro [de Alcântara] e travessa da Trindade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo das Irmãs Doroteias, Província Portuguesa do Sul

J. David, Phot. Levallois-Paris, 1907/10. *Bilhete-postal*, União Postal Universal.

Arquivo Municipal de Lisboa

Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, folha nº 41. FOLQUE, Filipe, 1856-58. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/43. Obra nº 21590.

Eduardo Portugal, *São Bento com a exposição Lisboa Antiga*, 1935. PT/AMLSB/POR/014864.

Estúdio Mário Novais, *Convento de São Salvador de Sion na Rua do Quelhas* [fotografia da gravura publicada em PEREIRA, Luís Gonzaga - *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1927] PT/AMLSB/MNV/S01184.

Fotógrafo não identificado, *Convento de Santa Brígida ou das Inglesinhas*, [19..]. PT/AMLSB/ACU/001113.

Fotógrafo não identificado, *Emissora Nacional*, [19..]. PT/AMLSB/ACU/001115.

Fotógrafo não identificado, *Revolução de 25 de Abril de 1974*, 1974. PT/AMLSB/JDN/S02275.

Joshua Benoliel, *Rua do Quelhas*, 1910. PT/AMLSB/JBN/001332.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Livros de Notas, *Livro 328*, caixa 66.

Secretaria do Extinto Arquivo das Congregações, Arquivo das Congregações

Livro 1253.

Maço 29, macete 4.

Biblioteca Nacional do Brasil

Planta da cidade de Lisboa, na margem do rio Tejo: desde o Bairro Alto até Santo Amaro. C. 1598 [Em linha]. [Consult. a 12.01.2015]. Disponível na Internet: <http://bndigital.bn.br/acervodigital> / http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1044544/cart1044544.htm.

Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte

Estúdio Mário Novais, *Festas da Cidade*, 1935, CFT003 125608.ic.

Projecto de ampliação do edifício do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Antigo Convento do Quelhas, Lisboa. Luís Cristino da Silva, 1946/47, LCSDA 52.15.

Legislação

Colecção Chronológica da Legislação Portuguesa [...] 1634-1640. Lisboa: Imprensa de F. X. de Sousa, 1855.

Diário do Governo nº 221, 04 de outubro de 1910. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

Diário do Governo nº 4, de 10 de outubro de 1910. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

Diário do Governo nº 92, Série I, de 21 de abril de 1911. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

Diário do Governo nº 163/1911, Série I, de 15 de julho de 1911. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

Diário do Governo nº 199/1911, Série I, de 26 de agosto de 1911. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

Diário do Governo nº 284/1912, Série I, de 04 de dezembro de 1912. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.

Diário do Governo nº 168/1917, I Série, de 28 de setembro de 1917. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917.

Diário do Governo nº 173/1917, 3º Suplemento, Série I, de 08 de outubro de 1917. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917.

Diário do Governo nº 211/1918, Série I, de 27 de setembro de 1918. Lisboa: Imprensa Nacional, 1918.

Diário do Governo nº 42/1927, Série I, de 02 de março de 1927. Lisboa: Imprensa Nacional, 1927.

Bibliografia

ARAÚJO, Norberto - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, [1938]. vol. VII.

AUGIER, George James - *The history and antiquities of Syon Monastery*. Londres: J.B. Nicholas and Son, 1840.

BARETTI, Joseph - *A journey from London to Genoa through England, Portugal, Spain and France*. Londres: T. Davies, 1770. vol. I.

BLUNT, John Henry - *The myroure of oure ladye*. Londres: Early English Text Society, 1873.

BLUTEAU, Raphael - *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.

CARDOSO, Jorge - *Aggiológio lusitano*. Lisboa: Officina de António Craesbeeck de Mello, 1666. tomos I e III.

CASTRO, João Baptista de - *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1763. tomo III.

COSTA, António Carvalho - *Corographia Portuguesa e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal...* Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712. tomo III.

DINIZ, Pedro - *Das ordens religiosas em Portugal*. Lisboa: Typographia de J. J. A. Silva, 1853.

FRANCO, José Eduardo (dir.) - *Dicionário histórico das ordens, institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010.

GUILDAY, Peter – *The english catholic refugees in the continent, 1558-1795*. Londres: Longmans, Green and Co., 1914. vol. I.

Um jornalista inglês na revolução. *Plataforma do Centenário da República* [Em linha]. 2008. [Consult. a 22.01.2015]. Disponível na Internet: <http://www.centenariodarepublica.org/centenario/2008/09/28/um-jornalista-ingles-na-revolucao>.

HERCULANO, Alexandre - *Opúsculos*. Lisboa: Viúva Bertrand, 1873. tomo 1.

História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa... Lisboa: Oficinas da Gráfica Santelmo, 1950. tomo II.

MACAULAY, Rose - *Os ingleses em Portugal*. Porto: Civilização, 1950.

MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia - Os conventos na imagem urbana de Lisboa (1551-2015). *Cescontexto. Monastic architecture and the city*. Coimbra. Nº 6 (junho 2014), p. 108-124.

MOURA, Maria Lúcia de Brito – As Doroteias em Portugal (1866-1910): uma difícil implementação. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª Série 8/9 (1996-1997), p. 245-298.

NOGUEIRA, Maria do Céu - *História da província portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia, 1886-1910*. Linhó: [s.n.], 1967. Texto mimeografado.

Occidente: revista illustrada de Portugal e do extrangeiro. Lisboa. Ano 34 Volume XXXIV Nº 1153 (10 de janeiro de 1911).

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de - *Sumario e[m] que breuemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como que há na cidade de Lisboa*. Lisboa: Gil Marinho, 1551.

OLIVEIRA, Nicolau de - *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1992.

PEREIRA, Luís Gonzaga - *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1927.

PEREIRA, Maria Albertina Franco Baptista de Loureiro - *Ensino nos Colégio das Irmãs Doroteias em Portugal (1866-1975)*. [s.l.]: [s.n.], [2000]. Texto policopiado.

ROBINSON, Thomas – *The anatomie of the english nunnery at Lisbon*. [S.l.: s.n.], 1622.

SANTA MARIA, Agostinho de - *História da vida admirável & das acções prodigiosas da Venerável Madre Soror Brizida de S. António, filha espiritual singularissima do Venerável Padre António da Conceição, abbadeça do muyto religioso convento de Santa Brizida das Madres Inglesas, do sítio do Mocambo em Lisboa*. Lisboa: Oficina de António Pedrozo Galram, 1701.

SOTTOMAYOR, Appio - Lá vão mudar os nomes das ruas... In JORNADAS DE TOPONÍMIA DE LISBOA, 6, Lisboa, 2013 - *Lugares da memória da República*. Lisboa: Câmara Municipal, 2013.

SOUTHEY, Robert – *Letters written during a short residence in Spain and Portugal*. Bristol: Bulgin and Rosser, 1797.

TIÇÃO, Álvaro Manuel Pereira da Rocha - *O antigo convento do Santo Crucifixo ou das Francesinhas em Lisboa: história, arte e memória*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade, 2007. Dissertação de mestrado em Arte, Património e Restauro, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

VALÉRIO, Nuno (coord.) - *ISEG: 100 anos a pensar no futuro*. Lisboa: ISEG, 2011.

VILLARES, Artur - *As congregações religiosas em Portugal (1901-1926)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [etc.], 2003.



Sinel de Cordes: de mercadores estrangeiros a secretários da Câmara Real

Sinel de Cordes: from businessmen to secretaries of the Royal Chamber

Jorge Miguel Lobo Janeiro*

submissão/submission: 10/02/2015

aceitação/approval: 25/03/2015

RESUMO

A expansão portuguesa atraiu a Portugal muitos estrangeiros em busca de fortuna e estatuto ou, simplesmente, de uma vida melhor do que aquela que tinham nos seus países de origem. Lisboa tornou-se num empório comercial dinâmico aonde chegavam e de onde partiam pessoas e mercadorias. Verdadeiro ponto de passagem, assistiu à fixação de muitas famílias estrangeiras que viriam a assumir-se como portuguesas e a destacar-se na nossa história. Um desses casos foi o da família Sinel de Cordes, objeto do presente artigo que pretende testemunhar o processo de fixação, integração e ascensão social desta família e demonstrar que a nobreza portuguesa do Antigo Regime era permeável, permitindo a inclusão de estrangeiros de origens mercantis. Os Sinel de Cordes percorreram um longo caminho, conseguindo, após enriquecerem através dos negócios ultramarinos, alcançar a nobreza e tornar-se secretários da Câmara Real, um dos cargos mais importantes da alta burocracia do Estado.

PALAVRAS-CHAVE

Lisboa / Nobreza / Mercantil / Sinel de Cordes

* Licenciado em História (2005), pós-graduado (2007) e mestre (2009) em Ciência da Informação e da Documentação, ramo da Arquivística, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Detentor do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração (2009). Mestre em Administração Pública pelo Instituto Universitário de Lisboa (2011). Diretor do Arquivo Distrital de Évora. Correio eletrónico: jorge.janeiro@hotmail.com

ABSTRACT

The Portuguese Expansion attracted many foreigners to Portugal in seek of fortune and status or, simply, for a better life. Lisbon became a dynamic commercial city where people and commodities arrived and leaved. Point of passage, it was a place where many foreigner families established. These families would see themselves as Portuguese and they would have a place in our history. One of these cases was the family Sinel de Cordes, object of the present article that wants to testify the process of fixation, integration and ascension of this family and to demonstrate that Portuguese nobility of the Ancient Regime was permeable, allowing the inclusion of foreigners of mercantile origins. The Sinel de Cordes coursed a long way, reaching, after getting rich doing overseas business, the nobility and becoming secretaries of the Royal Chamber, one of the most important charges in the high bureaucracy of the State.

KEYWORDS

Lisbon / Nobility / Mercantile / Sinel de Cordes

CAPÍTULO I: OS SINEL DE CORDES E OS GENEALOGISTAS

A expansão portuguesa atraiu a Portugal muitos estrangeiros em busca de fortuna ou, simplesmente, de uma vida melhor do que aquela que tinham nos seus países de origem. Lisboa tornou-se num empório comercial dinâmico aonde chegavam e de onde partiam pessoas e mercadorias. Verdadeiro ponto de passagem, assistiu também à fixação de muitas famílias que viriam a assumir-se como portuguesas e a destacar-se na nossa história. Um desses casos foi o dos Sinel de Cordes, objeto do presente artigo que pretende testemunhar o processo de fixação, integração e ascensão social desta família ao longo de vários séculos.

A família Sinel de Cordes, apesar de origem estrangeira, formou-se enquanto tal em Portugal, vivendo entre Lisboa (primeiro na rua Direita do Loreto e depois no palácio Sinel de Cordes¹, situado no campo de Santa Clara em São Vicente de Fora) e Barcarena, onde detinha a quinta de Nossa Senhora da Conceição. São, aliás, estas propriedades que nos permitem, em boa medida, afirmar que os Sinel de Cordes gozavam de um forte estatuto social. A quinta, por exemplo, enquanto reduto secular da família, deixa transparecer uma imponência senhorial

¹ No final do presente artigo faz-se uma síntese da história do palácio.

em que a austeridade das construções contrasta com a magnificência da capela de S. João Baptista, raro exemplar da transição artística e arquitetônica decorrida na passagem do século XVII para o XVIII, da autoria, segundo José Meco, do arquiteto João Antunes e de Gabriel del Barco, artista espanhol de tendências inovadoras que viveu em Portugal entre 1669 e 1708².

Os Sinel de Cordes são uma família da nobreza portuguesa com pergaminhos antigos. Desconhecido para a maior parte da população, este apelido remete-nos para os compêndios da história nacional, aparecendo associado à figura do general Sinel de Cordes, Ministro das Finanças durante a Ditadura Militar³. São várias as referências dedicadas aos Cordes nas obras de genealogia e heráldica, baseadas, todas elas, no *Gabinete de Estudos Heráldicos*. D. Luiz de Lancastre e Távora escreveu o seguinte no *Dicionário das Famílias Portuguesas*⁴:

Parecem os Cordes portugueses provir da Flandres e os genealogistas dão-lhes origens mais ou menos remotas e de uma grande nobreza, chegando a fazê-los descendentes dos antigos Condes da Flandres. Para Portugal veio no século XVII João Baptista de Cordes, que se fixou em Lisboa e provou a sua nobreza, tendo exercido cargos nobilitantes, como o de tesoureiro do Fisco Real, naquela cidade onde casou e deixou descendência que lhe continuou o nome⁵.

Na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* refere-se que "No tempo de Filipe III (IV de Castela) passou a Portugal João Baptista de C., natural de Antuérpia, que se casou aqui, e deixou descendentes, de quem procederam os secretários da Câmara Real⁶. "

Já no *Armorial Lusitano* de Afonso Zúquete diz-se que os Cordes são:

Uma família antiga da Flandres, que se diz descender de dois filhos dum fabricante de cerveja, os quais eram vassalos do Conde soberano de Hainaut, e quando este teve uma guerra com os Flamengos se portaram com grande valentia, defendendo a ponte de Waterpont, onde guardavam as costas um ao outro. O referido Conde chegou quando eles estavam nesta ação e os armou cavaleiros, os fez nobres e lhes deu armas. Ao irmão mais velho concedeu o senhorio de Waterpont, onde se deu a ação mencionada, e ao outro o senhorio de Cordes.

² STOOP, Anne de – *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*. Lisboa: Livraria Civilização, 1985. p. 119-123. Esta quinta iria permanecer nas mãos da família Sinel de Cordes até ao século XX. Depois de 1833, após a extinção do cargo de secretário da Câmara Real, a família refugiou-se em Barcarena, passando a residir na quinta. Os filhos do último dono, José Maria Sinel de Cordes, venderam a quinta ao senhor Costa Ferreira. Os herdeiros deste terão vendido a quinta à Indreso – Sociedade de Representações Industriais, S.A.R.L., detida por um engenheiro belga, Georges Philippe Brognon, em 27 de janeiro de 1970. Por sua vez, a Indreso vendeu-a à Fundação D. Belchior Carneiro, em 4 de julho de 2001, que ali queria construir um retiro para os reformados da função pública macaense. Perante a impossibilidade de fazer qualquer tipo de edificação naquela propriedade, esta instituição decidiu aliená-la. Foi precisamente enquanto se processava a transação que a Câmara Municipal de Oeiras exerceu o seu direito de preferência, adquirindo-a em 2006 pela quantia de dois milhões de euros. Hoje está instalada na quinta a *Oeiras International School*.

³ Teve três ruas com o seu nome: a rua Sinel de Cordes (hoje rua Alves Redol), em São João de Deus, Lisboa; a rua Sinel de Cordes (hoje rua Afonso de Albuquerque), na Venteira, Amadora; e a rua General Sinel de Cordes, em Barcarena, Oeiras.

⁴ TÁVORA, D. Luiz de Lancastre e - *Dicionário das famílias portuguesas*. Lisboa: Quetzal Editores, 1989. p. 144.

⁵ João Baptista de Cordes teve um filho, chamado Simão de Cordes, que deu origem aos Cordes do Sardoal.

⁶ *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 5ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1967. vol. 5, p. 1735.

O mais interessante é o facto de, segundo o mesmo autor, tudo isto constar de um “documento autêntico que João Baptista de Cordes trouxe, cujas assinaturas foram reconhecidas por Bernardo Moniz, tabelião em Lisboa, a 6-VIII-1624”, sendo este mesmo “o primeiro que houve neste reino”, tido como:

Legítimo descendente dos Condes de Flandres, como provou com certidões. Tratou-se em Lisboa sempre à lei da nobreza, foi tesoureiro do Fisco Real na mesma cidade, onde já vivia em 1626, ano em que mandou trasladar em público todos os instrumentos da sua nobreza. Casou, deixando geração que continuou o apelido.

O brasão que os Cordes ostentam faz alusão àquele episódio (“leões adossados”, ou seja, de costas um para o outro, tal como os irmãos estavam no momento em que o conde do Hainaut chegou), muito embora as armas que usem em Portugal divirjam um pouco das dos seus parentes belgas. Em Portugal, são “de ouro, com dois leões de vermelho, adossados, e bordadura de prata aguada a azul. Timbre: cabeça e pescoço de veado de sua cor, coleirado e chocalhado de ouro”⁷.

Terá sido a estas enciclopédias que todos os estudiosos, por uma razão ou por outra, recorreram em busca das informações que necessitavam: José Meco refere que os Sinel de Cordes eram “cavaleiros flamengos chamados a Portugal por Filipe II, para procederem à recolha de impostos”⁸. Anne de Stoop afirma que são “descendentes do flamengo João Baptista de Cordes, que veio para Portugal no reinado de Filipe II, no início do século XVII, como controlador do fisco real”⁹. Nos *Retratos de Oeiras* diz-se que os Sinel de Cordes são “descendentes do fidalgo flamengo, de Antuérpia, João Baptista de Cordes, que veio para Portugal no reinado de Filipe II, com o encargo de superintender a cobrança dos impostos reais, aqui casando, criando família”¹⁰. Fernando Silva, por sua vez, acerca da capela de S. João Baptista existente na quinta de Nossa Senhora da Conceição, afirma tratar-se

de uma capela muito antiga, datada de 1641, do século XVII, mandada construir pela família Cordes, neste caso António Luís Sinel de Cordes, ligada a cavaleiros flamengos chamados a Portugal pelo Rei Filipe II para exercerem cobranças e nela existe a imagem de S. João Baptista, considerado o patrono da família¹¹.

A ficha existente na antiga Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais referente a este Imóvel de Interesse Público também está em concordância com o que é dito no *Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras*, baseado, por sua vez, em Anne de Stoop. De todos, Fernando Silva, na sua obra *Barcarena Ancestral*, é quem mais se esforça para reconstituir a história desta família:

⁷ ZÚQUETE, Afonso – *Armorial lusitano, genealogia e heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, Lda., 1961. p. 172-173.

⁸ MECO, José – Azulejaria no concelho de Oeiras: o palácio Pombal e a Casa da Pesca. *Cadernos da Biblioteca Operária Oeirense*. (1982), p. 7.

⁹ STOO, Anne de – *op. cit.*, p. 119.

¹⁰ CRISPIM, Mário; VASCONCELOS, Pedro (coord.) – *Retratos de Oeiras*. Oeiras: Publicações DAS, 1994.

¹¹ SILVA, Fernando – *Religiosidades e tradições de Barcarena*. Oeiras: Câmara Municipal: Junta de Freguesia de Barcarena, 2002. p. 111.

Também nesses documentos antigos [do *Memorial Histórico de Oeiras*] consta a existência de muitas quintas no território oeirense habitadas por fidalgos e pessoas importantes da época. No dia 4 de Janeiro de 1676, dá-se conta, pela primeira vez, do registo de uma quinta em nome de António Luís de Cordes, junto à ribeira que corria perto de Barcarena. Essa propriedade era pois, a Quinta de Nossa Senhora da Conceição, que seria duzentos anos mais tarde pertença da família Sinel de Cordes, a que neste período acrescenta o nome de Sinel, concluindo-se, portanto, que um daqueles primitivos donos tivera casado com uma senhora cujo apelido era Sinel, e os seus descendentes, do sexo masculino, perduraram até ao aparecimento dos irmãos João e José Sinel de Cordes, como damos conta num episódio deste trabalho¹².

Depois de termos feito um pequeno périplo bibliográfico pelo que foi escrito acerca desta família, percebe-se que existe um consenso alargado entre os investigadores no que diz respeito às origens e às circunstâncias em que os Cordes chegaram a Portugal. Recapitulemos: descendentes dos condes soberanos do Hainaut, na Flandres, chegaram a Portugal no início do século XVII a pedido do rei para procederem à cobrança de impostos como tesoureiros do fisco real. Apontam-se até documentos trazidos da sua terra natal a comprovar a sua origem nobre. A existência destes documentos parece ser uma certeza, tal como a tese da origem nobre de João Baptista de Cordes.

Porém, não foi possível, após ter sido efetuada uma análise ao cartório do tabelião Bernardo Moniz, comprovar a existência desses documentos a que se faz alusão. No entanto, João Baptista de Cordes prestou provas em 1626 por ocasião da sua habilitação a familiar do Santo Ofício. A partir dela chega-se à conclusão de que ele tinha nascido em Lisboa e que procedia de uma família de mercadores. Logo, não era nobre nem tinha vindo para Portugal a pedido do rei.

Ao habilitar-se a familiar, e apesar de não ser nobre de nascimento, João Baptista de Cordes procurava distanciar-se do resto do Terceiro Estado recorrendo aos mecanismos existentes de promoção e ascensão sociais. O acesso ao chamado “estado do meio” fazia-se, em boa medida, pela familiatura do Santo Ofício cujas portas dificultavam a entrada aos judeus, mouros, ciganos, negros ou mesmo aos cristãos velhos cuja profissão, condição social ou comportamentos fossem considerados inadequados à função. Ser familiar do Santo Ofício exigia que o candidato provasse, ainda, deter meios económicos e viver limpamente¹³.

¹² SILVA, Fernando – *Barcarena ancestral: desenvolvimento histórico e etnográfico das raízes da freguesia de Barcarena*. Oeiras: Câmara Municipal, 1999. p. 30.

¹³ BRAGA, Isabel Drummond – Santo Ofício, promoção e exclusão social: o discurso e a prática. *Lusíada História*. Lisboa. II Série Nº 8 (2011), p. 226-229. Isabel Drummond Braga tem vários estudos sobre a familiatura do Santo Ofício como meio de promoção e de exclusão social, detendo-se, inclusivamente sobre as dificuldades sentidas pelos judeus, pelos mouros, pelos mulatos e pelos próprios cristãos velhos no acesso à estrutura do Santo Ofício. Da análise aos seus textos deduzimos que tanto a recusa à entrada do Santo Ofício como a perseguição por este acabavam por ser um elemento negativo marcante da vida de um indivíduo e da sua família numa sociedade em que a caracterização e a mobilidade sociais podiam depender da raça, da religião, da profissão e da conduta do indivíduo e dos seus antepassados.

João Baptista de Cordes, ao obter uma carta de familiar do Santo Ofício pretendeu, de certo modo, apropriar-se de uma espécie de carta de nobilitação, que constituía um meio seguro e prestigiado de comprovação da limpeza linhagística. No dizer de Isabel Drummond Braga, o familiar “não ascendia à nobreza mas tocava a nobreza” pois “a passagem desta prova, com êxito, era imediatamente interpretada como uma forma de ascensão social, pelo que se habilitara e pelos que o conheciam”¹⁴. João Baptista de Cordes reforçou ainda a sua posição no “estado do meio”, enquanto estádio de preparação para a nobilitação, com a aquisição do cargo de tesoureiro do fisco da corte. O ingresso na burocracia do Estado veio, assim, aumentar o seu capital simbólico e permitir a consolidação do seu estatuto social.

Outro aspeto a considerar é a constante associação entre João Baptista de Cordes e a quinta de Nossa Senhora da Conceição. Talvez porque o brasão existente na entrada é o dos Cordes os estudiosos lhe tenham dado valor excessivo. A quinta pertencia a Baltasar Peles Sinel, genro de João Baptista de Cordes. Os Sinel já deteriam esta propriedade há algum tempo, como se depreende de uma escritura de 1639, através da qual Baltasar Peles Sinel adquire metade da quinta a sua avó, Maria Romana, viúva de João Sinel, *o velho*¹⁵. Mas, apesar de terem sido os Sinel os responsáveis pela aquisição da quinta e a representar a linha varonil, a verdade é que foi o brasão dos Cordes a identificar a família daí adiante¹⁶.

CAPÍTULO II: OS SINEL DE CORDES: ORIGEM GEOGRÁFICA E SOCIAL

Jorge Pedreira, para o caso dos franceses radicados em Portugal entre 1750 e 1833, conseguiu identificar os traços gerais da sua integração social:

Os descendentes dos franceses formavam o grupo mais numeroso entre negociantes de origem estrangeira. Ao contrário do que acontecia em grandes praças internacionais onde o comércio francês predominava, como Cádiz e Constantinopla, em Lisboa, eram raros os que chegavam com meios próprios para se estabelecerem imediatamente como comerciantes do grosso trato. Preponderavam os citadinos, em especial os parisienses, os pequenos burgueses de Paris, mas também os mercadores de regiões rurais da Normandia e os comerciantes dos portos. Em geral as suas origens eram modestas e só adquiriam alguma notoriedade em Lisboa, onde muito cedo começavam como caixeiros. Como chegavam ainda jovens, casavam já em Portugal, e não eram poucos os que encontravam uma noiva portuguesa. O meio social de que provinham, o prolongamento da sua permanência e as escolhas matrimoniais propiciavam a sua integração na comunidade mercantil nacional¹⁷.

¹⁴ *Ibidem*, p. 226-227.

¹⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), 9ª A Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas nº 145, f. 60.

¹⁶ A ligação dos Cordes à quinta remonta ao casamento da filha de João Baptista de Cordes com Baltasar Peles Sinel, herdeiro desta propriedade.

¹⁷ PEDREIRA, Jorge – *Os homens de negócio da praça de Lisboa, de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa: Universidade Nova/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995. p. 230. Tese de doutoramento em História, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

O caso dos antepassados dos Sinel de Cordes, pertencentes a outra época (século XVI-XVII) e com outra origem (flamenga, exceto João Galão, vindo da Bretanha no início de quinhentos), apresenta algumas similitudes com o que acima foi descrito. Quanto à nobreza que lhes é atribuída aqui e ali nos textos que existem, é de difícil comprovação, e, mesmo que a ela já pertencessem nos países donde vieram, a verdade é que em nada esse estado se refletiu na sua vida em Portugal, onde se dedicaram ao comércio, atividade pouco digna para alguém da nobreza. Só os pais do desembargador João Vanvessem, parentes dos Sinel de Cordes, se dedicavam ao grosso trato. De resto, tudo vendia a retalho¹⁸.

Ora vejamos: João Galão, o mais antigo de todos, natural da Bretanha, chegou a Portugal nos inícios do século XVI, magnetizado pelas excelentes oportunidades de negócio proporcionadas pela abertura da Rota do Cabo. Casou com Maria Lisou, natural de Lisboa mas filha de pais flamengos, muito provavelmente comerciantes. Teve, pelo menos, quatro filhas: Joana Galoa, Maria Galoa, Isabel Galoa e Catarina Galoa. Esta última casou com Henrique Romão¹⁹, morando ambos na Boa Vista a Santa Ana, em “casas próprias”. Maria Galoa casou com Gaspar Condetorf, de Carpen, Isabel Galoa com Gaspar Peles, *o velho*, de Antuérpia²⁰, e Joana Galoa com Duarte Smitte²¹.

Catarina Galoa e Henrique Romão tiveram, pelo menos, três filhos: Isabel Romana, Maria Romana e Luís Romão. Este morava na Cruz de Pau, a Santa Catarina, e tratava com encomendas, ou seja, era mercador, fazendo também parte da irmandade da confraria de Santo André dos flamengos e da família do Santo Ofício²². Casou com Ana Gris, filha de Daniel Gris e de Margarida Vandezuque, naturais de Bruxelas e vindos ao tempo d’el rei D. João III e de D. Catarina para servirem como seus tapeceiros, continuando depois o ofício por conta própria numa tenda na rua dos Escudeiros, onde moravam. Os pais de Daniel Gris eram naturais da cidade de Antuérpia. Isabel Romana, irmã de Luís Romão²³, casou com Pedro Zagarcas, natural de Dargus, Flandres, de quem teve Catarina Zagarcas, futura mulher de Miguel Vanvessem²⁴ e mãe do desembargador João Vanvessem. Tratavam com mercadorias grossas sem terem loja nem fazerem vendas a miúdo, pelo que eram considerados nobres. Maria Romana, a outra irmã de Luís Romão, casaria com João Sinel, o velho, natural de Duventer, Flandres, mercador e morador à Boa Vista, tendo três filhos dele: João Sinel, comandante de barcos, Henrique Sinel, negociante, e, finalmente, Catarina Sinel, mãe de Baltasar Peles Sinel. O segundo quis dedicar-se ao grosso trato sem ter balanço social nem financeiro

¹⁸ Aconselhamos o leitor a consultar a árvore genealógica, colocada no final deste capítulo para facilitar a sua compreensão, elaborada com base, nomeadamente, nos processos de habilitação a familiar do Santo Ofício de João Baptista de Cordes e de Baltasar Peles Sinel e na habilitação a bacharel de João Vanvessem.

¹⁹ Filho de Henrique Romão e de Maria Vanoven, todos naturais de Lovaina, do ducado do Brabante, ao tempo “cidade católica e obediente a Sua Majestade”. ANTT, Habilitações Familiares do Santo Ofício, *maço 1, diligência 37*, Baltasar Peles Sinel.

²⁰ Na documentação aparece Ambéres, Anveres e Anvers, presumindo-se que seja Antuérpia preferiu-se a utilização desta designação para permitir uma melhor compreensão.

²¹ Sepultada em 2 de fevereiro de 1604 no convento de Nossa Senhora da Quietação das freiras flamengas de Alcântara.

²² ANTT, Habilitações Familiares do Santo Ofício, *maço 1, diligência 37*, Baltasar Peles Sinel.

²³ ANTT, Habilitações Familiares do Santo Ofício, *maço 1, diligência 38*, Luís Romão.

²⁴ Filho de Miguel Vanvessem e de Barbara António, naturais e moradores na cidade de Boldoque na Flandres. ANTT, Leitura de Bacharéis, *maço 14, doc. 58*, João Vanvessem.

suficiente, acabando por falir nas malhas da estratégia política de Olivares, valido de D. Filipe III de Portugal. Ainda assim, cedo puxou os seus sobrinhos, órfãos de pai desde crianças, para os negócios. Baltasar Peles era filho de Gaspar Peles, o *velho*, natural de Antuérpia, e de Isabel Galoa, que viviam a São José e se dedicariam a negócios seus, em que também meteram o filho até este falecer.

Do lado dos Cordes verifica-se a mesma endogamia flamenga e a mesma estratégia de ascensão a longo prazo: Simão de Cordes, filho de Jaques de Cordes e de Úrsula Bressart, era natural de Antuérpia, casando com Joana Condetorf, filha de Maria Galoa e de Gaspar Condetorf, natural de Carpen, que moravam a São Nicolau. Teve, pelo menos, dois filhos: Agostinho de Cordes, padre frei da ordem de São Domingos, morador no convento da cidade de Évora²⁵, e João Baptista de Cordes, familiar do Santo Ofício e tesoureiro do fisco da corte. Ambos nascidos em Lisboa. João Baptista de Cordes casou com Cecília Vel, filha de João Vel²⁶, mercador e morador ao Espírito Santo, e de Britis Bacaler²⁷. Também Cecília Vel tinha um irmão, António Vel, padre frei no convento de São Domingos de Évora²⁸.

Estão assim reconstituídas as gerações anteriores a António Luís de Cordes, filho de Baltasar Peles Sinel e de Maria Antónia de Cordes, filha de João Baptista de Cordes. António Luís de Cordes foi o corolário de uma estratégia matrimonial bem-sucedida cujo intento final era a ascensão a patamares mais elevados da sociedade da altura. Neste sentido, a radiografia social que Jorge Pedreira²⁹ traçou para os franceses radicados em Portugal nos finais do século XVIII e inícios do XIX, pode ser, *grosso modo*, transplantada para o caso dos Sinel de Cordes, uma vez que a origem mais ou menos modesta dos estrangeiros que foram chegando a Lisboa, seduzidos pela abundância da cidade, se enquadra nos parâmetros que delimitou. Viriam por conta própria, a serviço do rei ou de alguma companhia que desejasse estender os seus braços a esta parte da península. Para tanto, não devemos esquecer a importância de Lisboa como empório comercial na distribuição das especiarias orientais e como montra viva do exotismo. Ainda em 1619 o era, pois,

num rol de conselhos que foram dados ao monarca [D. Filipe II de Portugal], aquando da sua visita a este Reino (...) recomendava-se-lhe que devia levar todas as suas guardas militares, «não porque possa haver necessidade, mas porque sendo aquela cidade *tão cheia de estrangeiros de todas as nações* (itálico nosso) será bom que vejam em alguns dias como Sua Majestade se serve³⁰.

²⁵ ANTT, Habilitações Familiares do Santo Ofício, *maço 206, diligência 3078*, António Vel (padre frei), 11/05/1650.

²⁶ Natural de Antuérpia, filho de João Vel e de Paulina Perpseraque, moradores nessa mesma cidade.

²⁷ Nascida em Lisboa, filha de Abraham Bacaler, natural de Armentieres, lapidário e dono da quinta das Laranjeiras, e da primeira mulher deste, Beatris Cado. ANTT, Habilitações Familiares do Santo Ofício, *maço 2, diligência 72*, João Baptista de Cordes.

²⁸ “e porque diz ser Jrmão inteiro da mulher de João Bautista de Cordas familiar e thezoureiro de fisco dessa dicta cidade”. ANTT, Habilitações Familiares do Santo Ofício, *maço 206, diligência 3078*, António Vel (padre frei), 11/05/1650.

²⁹ PEDREIRA, Jorge – *Ibidem*.

³⁰ OLIVAL, Fernanda – *D. Filipe II, de cognome «O Pio»*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006. p. 242.

Essa presença de estrangeiros seria bem visível nos inícios do século XVII atendendo às numerosas trocas que ficaram assentadas nas notas dos tabeliães. Foi também cá que tanto os Cordes como os Sinel alcançaram alguma notoriedade através dos ofícios que desempenharam.

Normalmente, os Cordes e os Sinel associaram-se ao comércio a retalho e só por exceção ao grosso trato (e sabe-se que correu mal), fomentando as relações entre os da mesma origem geográfica. Os flamengos constituíram uma confraria para si e reforçaram os laços de nacionalidade com os de sangue mesmo depois de já terem nascido por cá. Assiste-se até a uma profusão das ligações de uma família a várias outras, numa tentativa de alargar a solidariedade entre elas. Formavam-se verdadeiros clãs, cuja vitalidade dependia, em grande medida, das redes comerciais que controlavam. Acontecia, por vezes, uma só família ter membros implantados em vários pontos-chaves da atividade mercantil, sempre atentos às tendências do mercado e às oscilações dos preços das mercadorias que transacionavam. Principalmente quando os negócios se processavam a uma escala global, como era o caso dos tratos do Brasil e de África e o negócio do sal, em que tanto os Peles como os Sinel estavam empenhados³¹.

Os negócios eram assim feitos entre parceiros confiáveis estabelecidos, por vezes, em vários pontos do globo. Contudo, o casamento com mulheres portuguesas era relativo, pois elas eram-no somente de nascimento, já que os seus pais (ou avós) tinham vindo da Flandres e da Bretanha. Indiscutível é o facto de a sua origem social, a sua permanência alongada em Portugal (vinham ainda novos) e as atividades que cá desempenhavam (mercadores, no geral) lhes terem propiciado uma rápida integração na “comunidade mercantil nacional” como bem assinalou Jorge Pedreira para os franceses estabelecidos em Portugal nos finais do Antigo Regime³².

³¹ Baltasar Peles pediu autorização para ir a Cabo Verde em 1605. ANTT, Chancelaria Régia de D. Filipe II, *livro 2*, f. 73v. Privilégios: próprios e comuns – Balthazar Pelles: Alvará para hir a Cabo Verde. Quanto aos Sinel, mantinham relações com o Brasil, a Espanha e a Inglaterra.

³² PEDREIRA, Jorge – *Ibidem*.

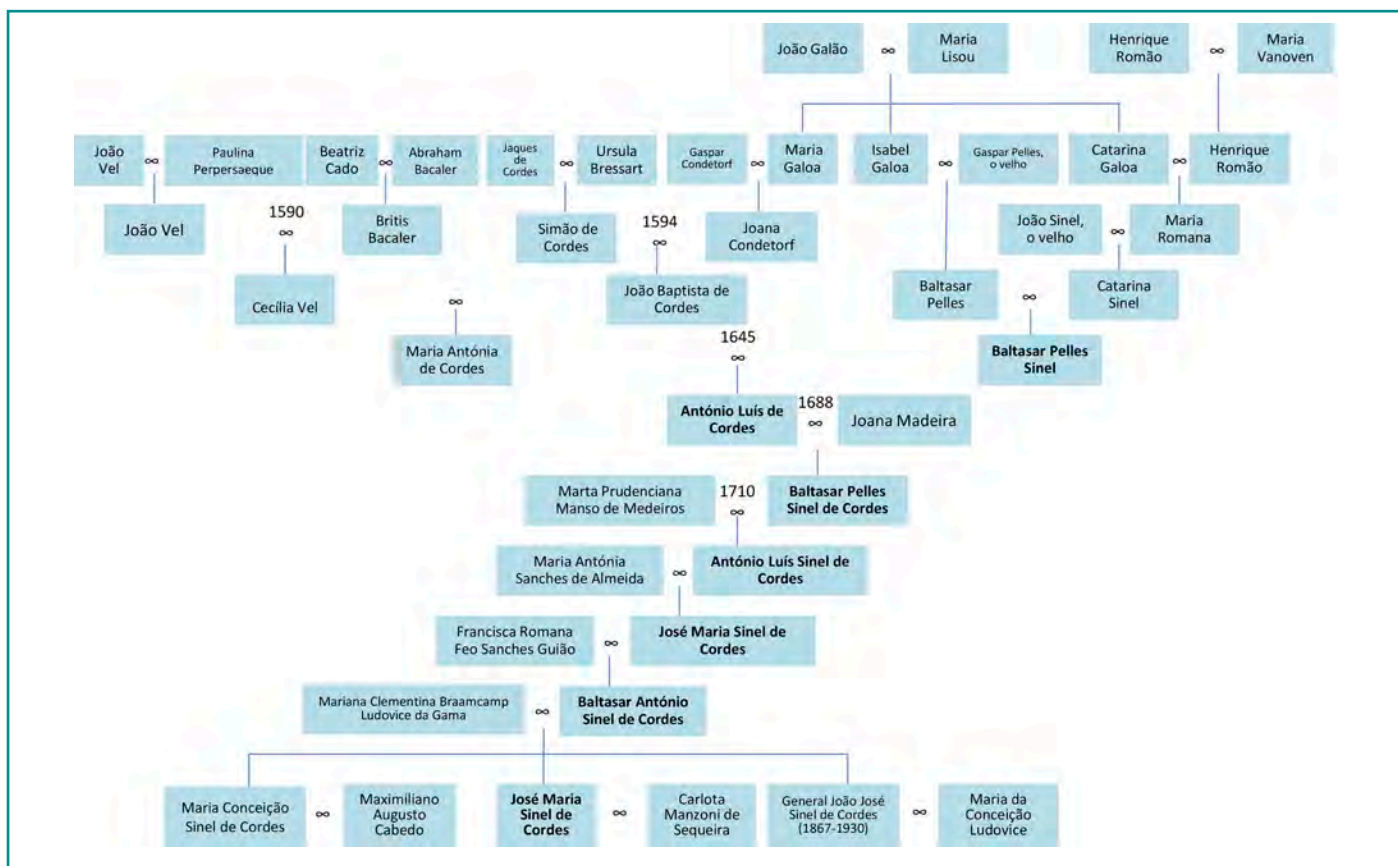


Figura 1 Árvore genealógica da família Sinel de Cordes. Nota: A negrito está a linha varonil que herdou o morgado.

CAPÍTULO III: "À CONQUISTA DAS HONRAS"

O que salta à vista na sociedade do Antigo Regime é a rigidez das relações sociais e a promoção, pela própria Coroa, da disparidade social entre os seus súbditos:

A representação da sociedade em agrupamentos ordenados juridicamente constituía, antes de mais, um modelo mental e normativo, mas, para além da retórica discursiva, certos autores assinalam que o vocabulário social da época tinha “uma peculiar eficácia estruturante” e que a força do direito se fazia sentir na organização social, definindo grupos de status e estabelecendo uma hierarquia estatutária. Os grupos dominantes eram grupos de privilégio, capacitados pelo direito que legitimava uma estratificação caracterizada pela desigualdade dos corpos sociais perante a lei³³.

³³ RODRIGUES, José Damião – A estrutura social. In MENESES Avelino de Freitas de (coord.); SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 2001. vol. VII, p. 406.

À partida, a origem mercantil dos Sinel de Cordes podia ter constituído um entrave às suas ambições de ascensão social. Contudo, a sociedade do Antigo Regime, intrinsecamente caracterizada pela desigualdade orgânica entre os diversos corpos sociais, não era estanque. O acesso ao privilégio estava ao alcance de todos, desde os maiores aos mais pequenos, pelo que qualquer súbdito podia chegar à nobreza. Bastava-lhe, para tanto, preencher os requisitos exigidos e beneficiar da graça régia³⁴. Pertencer à nobreza, pela aura de prestígio e distinção social que consubstanciava, era uma aspiração comum à maioria dos indivíduos. E, tanto os Sinel como os Cordes, mercadores de origem flamenga, passaram a acalentar esse sonho à medida que se foram integrando na sociedade portuguesa, principalmente quando a subida do curso, o ataque às possessões coloniais e a quebra do monopólio do comércio oriental começaram a lançar um clima de insegurança nos negócios, já nos finais da União Ibérica. De qualquer maneira, não nos devemos esquecer que

no quadro dos valores dominantes da época, a riqueza, sendo um importante mecanismo de mobilidade ascendente e, cada vez mais, um fator de diferenciação no interior dos corpos sociais, era uma condição necessária mas não suficiente e o trabalho, gerador de riqueza, era desvalorizado³⁵.

Concluindo-se, portanto, que “durante a Idade Moderna e até ao início do século XIX, o comércio foi, de um modo geral, “una etapa transitoria hacia la nobleza, la renta y la propiedad agraria”³⁶. A passagem para o estado de nobre impunha a reconversão sócio-económica dos novos membros, obrigados a abandonarem as ocupações vis dos seus antepassados e a investirem os seus capitais em bens fundiários, vivendo posteriormente dos rendimentos por eles proporcionados. Assim,

por razões diversas, de ordem material, sociológica e ideológica, a terra e todas as atividades ou rendas a ela associadas constituíam realmente o principal objeto de atração dos capitais. Mas, justamente porque as razões eram diversas, também eram diversos, ainda que por vezes concomitantes, os objetivos, os agentes sociais e a incidência

³⁴ Benedita Vieira, a este respeito, afirma: “conhecem-se com exatidão os limites do estatuto legal da nobreza portuguesa por um quadro traçado antes das Invasões Francesas e confirmado nas vésperas da aclamação de D. João VI. Af se distinguia a fidalguia – nobreza cultural ou hereditária, transmitida, em geral, no respeito pelas regras de sucessão linhagística codificadas em Portugal – da nobreza civil ou política, adquirida em resultado de serviços prestados e da vontade régia, tácita ou expressa. Tradicionalmente, desde pelo menos o século XVII, fazia parte da cultura política portuguesa a defesa do direito de acesso de todos à categoria de nobres e, na referida obra de 1806, Luís Pereira de Oliveira confirmava, à entrada do século XIX, que todas as funções que andavam ordinariamente em gente nobre nobilitavam, por inerência, quem as exercia. Nesse magma distinguia o autor nove categorias que abrangiam, nos finais do Antigo Regime, quase todas as elites económicas, sociais e culturais. Uma tal abrangência da nobreza simples e a ausência de privilégios ligados a este estatuto levaram a historiografia a considerar a situação de «diluição da noção de nobreza». No limite, apenas ficavam excluídos desta nobreza «rasa» os oficiais mecânicos, entendidos estes como aqueles que «dependiam mais do trabalho do corpo do que do espírito, ou os que, não sendo mecânicos em sentido estrito (por exemplo, os boticários ou os músicos), exerciam a sua função servilmente e por ofício». Também possuir riqueza suficiente para instituir morgadio era, por si só, suficiente para a inclusão de alguém no estatuto legal da Nobreza. Daí que, embora se encontrem listas da Nobreza nas câmaras municipais, nas capitânias-mor e nas misericórdias, ninguém deste estrato se intitulava individualmente de nobre. O interesse do estatuto residia na capitalização de créditos, para quando pertencer a uma genealogia nobre fosse pré-requisito para assumir uma qualquer função ou distinção”. VIEIRA, Benedita – A sociedade: configuração e estrutura. In MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.); SERRÃO, Joel (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 2002. vol. IX, p. 179-180.

³⁵ RODRIGUES, José Damião Rodrigues – *op. cit.*, p. 407.

³⁶ Idem, *ibidem*.

desse investimento, e nem todos tiveram as mesmas possibilidades e o mesmo comportamento durante este período. Basicamente, podemos considerar três sentidos principais de investimento. Um deles, porventura o dominante, era dirigido prioritariamente à posse territorial. Nalguns casos, haveria a preocupação de consolidar a propriedade com a exploração, mas, maioritariamente, visava apenas a propriedade da terra enquanto fonte de rendas, ou enquanto refúgio duradouro da riqueza acumulada nos sectores da economia mais dinâmicos e de maior risco. Além disto, constituía seguramente a forma de aplicação de capitais preferida pelos grupos sociais economicamente (mas não sociologicamente) mais fortes, que procuravam, desse modo, uma espécie de reprodução sociológica do investimento. Isto é: visto que, de acordo com o quadro mental e ideológico da época, a posse territorial era a principal expressão/ condição de prestígio social, de riqueza e de poder, o investimento na mesma era indispensável à afirmação do *status* social e a qualquer estratégia individual de mobilidade social³⁷.

O percurso dos Sinel de Cordes obedece em grande medida à caracterização aqui feita, já que vinham, por assim dizer, "refugiados" do comércio e dos seus riscos, para se estabelecerem como gente detentora de riqueza fundiária. A "conquista das honras" pressupunha a nobilitação prévia das famílias que receberam mercês da Coroa. Por vezes, um caminho longo, mas mesmo assim mais fácil do que noutros países, pois, em Portugal

a assunção do limiar tácito de nobreza era adquirida pelo «viver nobremente», pelo desempenho de funções nobilitantes (pertencer ao corpo de oficiais do exército de primeira linha ou das ordenanças, à magistratura, ou simplesmente a uma câmara municipal, etc.) ou, negativamente, pelo não exercício de funções mecânicas³⁸.

Daí resultou uma "grande abertura no acesso aos hábitos das ordens militares, evidente ao longo do século XVII, [que] seria muitas vezes ironizada no século seguinte". Estas "práticas institucionais setecentistas"³⁹ puseram então em causa a identidade tradicional da fidalguia: na base da hierarquia nobiliárquica, a fronteira alarga-se progressivamente, ao mesmo tempo que o topo se redefine e reestrutura em função dos títulos concedidos pela coroa⁴⁰.

Esta "dupla mutação do estatuto nobiliárquico protagonizada pela monarquia"⁴¹ procurava responder às dinâmicas sociais que então se processavam, nomeadamente, à "ampliação do estrato terciário urbano"⁴²

³⁷ SERRÃO, José Vicente – O quadro económico. In HESPANHA, António (coord.); MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. vol. IV, p. 80.

³⁸ MONTEIRO, Nuno – *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda, 2003. p. 28.

³⁹ Idem, *ibidem*.

⁴⁰ Idem, *ibidem*.

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 33.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 26.

cujas pujanças económicas não passava incólume aos olhos da Coroa, aparentemente pouco preocupada “com o correspondente risco de banalização”⁴³ do estatuto de nobreza. Coube à “doutrina jurídica criar diferenciações internas e estatutos privilegiados intermédios”, nomeadamente,

o conceito de *nobreza civil ou política* (por oposição a nobreza natural), já perfeitamente incorporado na literatura jurídica, e não só, do século XVII, decorrente, ao que parece, da forma singular e tardia como os juristas portugueses integraram a categoria de “nobreza” do direito comum europeu⁴⁴.

Tal como muitos dos seus coetâneos, os Sinel de Cordes tornaram-se familiares do Santo Ofício, pois

nos séculos XVII e XVIII, as cartas de Familiar do Santo Ofício constituíram um importante mecanismo de nobilitação para os elementos do estado do meio. Para além de atestarem que os seus detentores estavam limpos de sangue impuro, estes documentos asseguravam importantes privilégios e isenções. Deste modo, as cartas de familiar eram procuradas também por membros da aristocracia, se bem que fossem os indivíduos do terceiro estado que as procurassem com maior empenho, pois “pela carga simbólica de distinção nobre que possuíam, aproximavam os Familiares das gentes nobres das localidades”. Entre aqueles que, na primeira parte de Setecentos, mais beneficiaram com a obtenção da carta de familiar, contam-se os lavradores, os letrados e, sobretudo, os homens de negócio, estes dois últimos grupos frequentemente conotados com os cristãos-novos⁴⁴.

O mesmo se passava com a atribuição dos hábitos das Ordens Militares, que constituíam honras ainda maiores. Esta ânsia pela nobilitação tornou-se premente quando os “estatutos de limpeza de sangue passaram a ter uma aceitação crescente em muitas instituições portuguesas”⁴⁶. A luta contra os inimigos do catolicismo (protestantes, mouros e judeus) assim o exigia. Mas, para se entrar na nobreza tinha-se de obedecer, genericamente, aos seus cânones:

Como é sabido, não bastava ter a mercê do hábito; depois disso, para obter a provisão de lançamento era necessário ver aprovadas as habilitações na Mesa da Consciência. Este último processo, salvo exceções, era feito nos locais de natalidade de todos os envolvidos (do pretendente, dos pais e dos quatro avós) e também no sítio onde morava o próprio candidato. As exigências eram grandes para todos os que eram alvo de inquérito: pureza de sangue, o que implicava não descender de judeus, cristãos-novos e mouros; limpeza de ofícios, isto é não ter ofício manual; nobreza, ou por outras palavras, ter um estilo de vida reputado como tal; não ser herege, nem ter cometido crime de lesa-majestade; não provir de gentios ou de mulatos. Ao próprio habilitante ainda se impunham mais condições: ter idade entre 18 e 49 anos; ter nascido de matrimónio legítimo; não ser portador de doença, nem aleijão físico que impedissem o uso de armas; não ter dívidas, nem crimes pendentes, nem ser infamado de caso grave que tocassem na

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁵ RODRIGUES, José Damião, *op. cit.* p. 411.

⁴⁶ OLIVAL, Fernanda – juristas e mercadores à conquista das honras. *Revista de História Económica e Social*. Âncora Editora. Nº 4 (2002), p. 43. Separata.

reputação do candidato; não ser professo noutra religião, nem ter voto de ir a Roma, Jerusalém ou Santiago; sendo casado, saber se a mulher não se opunha à sua entrada numa Ordem Militar⁴⁷.

Todavia, e muito embora o acesso à familiatura do Santo Ofício e às Ordens Militares parecesse muito difícil, conveniências várias, como demonstrou Fernanda Olival, produziram uma outra realidade:

ainda através da mesma bula de 1570, foram também textualmente excluídos das Ordens Militares os filhos e netos de oficiais mecânicos. Note-se que não foi pedida fidalguia (como acontecia em Castela), mas sim limpeza de sangue dos ofícios até à geração dos avós. Este era, apesar de tudo, um requisito mais fácil de provar do que a linhagem fidalga – mesmo para quem não a tinha, como se verá. Desenhara-se, assim, o novo modelo de cavaleiro que irá perdurar claramente até 1773. Até essa época, a insígnia de uma Ordem Militar no peito procurava veicular esse imaginário de servidor destacado do rei, limpo de sangue e com património suficiente para não sujar as mãos com trabalho. Um ideal que muitos homens dos séculos XVII e XVIII lutaram por alcançar. Desta forma, a Coroa portuguesa, depois de ter incorporado a tutela das Ordens, ampliou o valor destes expedientes ao propiciar que novos significados fossem reinvestidos nestas velhas distinções. A Monarquia não ganhara deste modo apenas mais recursos; com o tempo conseguiu potenciar-lhe conteúdos simbólicos fortemente vantajosos, em função dos parâmetros da sociedade da época e dos seus interesses: uma realidade não era independente da outra. Simultaneamente, através deste processo, a Coroa assumia-se cada vez mais como centro legitimador – e pouco ou nada contestado – das classificações sociais, mesmo daqueles que repousavam em jurisdições com alguma tradição de autonomia, como eram os Mestrados⁴⁸.

Esta arbitrariedade na concessão de hábitos, que resultou num número de cavaleiros muito superior ao que existia em qualquer um dos outros reinos ibéricos, foi possível porque, ao contrário deles,

até à reforma mariana das Ordens, os monarcas [portugueses] podiam conceder quantas insígnias quisessem, ou considerassem necessárias. O único ónus resultante seria o da tença, pensão ou comenda que quase sempre a acompanhavam. E destas três modalidades de encargos, teoricamente apenas a última correspondia a uma distinção claramente limitada, e também por isso mais difícil de obter⁴⁹.

Convém também salientar que

em Portugal, tal como no resto da Península, o rigor posto na apreciação deste obstáculo nem sempre foi o mesmo. No entanto, na prática, no período em estudo, os ofícios manuais eram copiosamente dispensados pelos monarcas portugueses, embora nem sempre com grande facilidade: às vezes sim outras não. Tudo dependia de um amplo conjunto de fatores que iam desde o tipo de mecânica à negociação de contrapartidas, como se tornou corrente a partir do último quartel do século XVII⁵⁰.

⁴⁷ OLIVAL, Fernanda – *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. [S.l.]: Estar Editora, 2001. p. 163-164.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 56-57.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 163.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 360.

No topo das dispensas havia determinados grupos, sendo que

o tipo ideal de cavaleiro com mecânica nele próprio estava geralmente ligado ao comércio; era, quase sempre, homem de negócios do grande trato ou caixeiro, quando recebia o hábito. Tinha, em regra, bons recursos financeiros⁵¹. [Desta forma,] no século XVIII, praticamente metade dos cavaleiros de Cristo exibiam a insígnia sem de facto reunirem todos os requisitos estatutários. A larga maioria deles com mecânicas – 39%. Este valor é tão ou mais expressivo, quanto ficou demonstrado que algumas atividades que em Seiscentos eram consideradas incapazes deixaram de o ser ao longo da centúria seguinte. Muitas delas eram marcantes no universo em apreço, como era o caso do lavrador de terras próprias, do comerciante do grosso trato e do caixeiro⁵². [Mas,] como foi referido, o grande abalo ocorreu em 1773, quando por via legislativa a insígnia perdeu a exigência de limpeza de sangue. A partir daí, apenas referenciava Nobreza e serviço à Coroa, tinha, por isso, outros concorrentes, neste campo simbólico. Aparentemente o hábito tornou-se menos atrativo. Até essa altura, eram as exigências de serviços para alcançar a mercê, a herança religiosa-reconquistadora do passado, a isenção de foro, o rigor das provanças, e o facto de se inserirem numa cultura de identidade nobiliárquica, reconhecida nas diversas monarquias europeias, que davam valor a estes ícones. Acresce que em Portugal, boa parte da severidade das habilitações resultava das suas capacidades para apurar a pureza de sangue. A exibição dos hábitos exaltava este quadro de valores, traduzia fidelidade à Coroa e vivia de todo este caldo, em grande medida alimentada pela realeza. No entanto, perante os problemas e as necessidades crescentes do Reino e do Império, foi o próprio núcleo duro do centro político que mais se esforçou por facilitar as provanças. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, frequentemente o monarca prometeu e pagou serviços com honras, designadamente com a mercê do hábito⁵³. [E,] para quem não tinha feito quaisquer serviços, restava a hipótese de os ter herdado ou conseguido por algum meio (dote, doação, compra)⁵⁴.

Assim, entre 1644 e 1777 ingressaram cerca de 12 024 cavaleiros na ordem de Cristo. Sendo que entre 1701 e 1710 entraram 60 cavaleiros na ordem de Cristo⁵⁵, um dos quais foi António Luís de Cordes, em 1709. Um aspeto a salientar é o facto de, apesar de o hábito ser intransmissível, a mercê poder ser alienada.

Os ascendentes dos Sinel de Cordes, na primeira metade do século XVII, pertenciam ao "estado do meio". João Baptista de Cordes tornou-se familiar do Santo Ofício em 1626, e o seu genro, Baltasar Peles Sinel, em 1643. Convém, portanto, referir que

se, no *Vocabulario Portuguez e Latino*, o "estado do meio" ainda não surge como "verdadeiramente nobre", por não possuir nobreza política, nem hereditariedade, aqueles que pertenciam a esse estado já não corriam o risco de serem

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 376.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 523.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 214-215.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 521.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 161.

confundidos com os mecânicos, quer pelo seu modo de vida e comportamento (o "trato da pessoa"), quer pelos seus privilégios. E, gradualmente, por via de um alargamento do limiar da nobreza, seriam assimilados ao grupo nobre⁵⁶.

O que veio a acontecer com António Luís de Cordes, neto de João Baptista de Cordes e filho de Baltasar Peles Sinel. A "verdadeira nobreza" estava prestes a abrir as suas portas a esta família, o que ocorreu em 1686, quando o rei deu foro de fidalgo cavaleiro a António Luís de Cordes⁵⁷. Estava assim consumado o objetivo pelo qual os seus ascendentes andavam a batalhar há várias gerações⁵⁸. Mais uma vez, é Fernanda Olival quem melhor expressa o modo como se processava a integração das famílias de pé fresco no círculo brasonado:

A adoção do comportamento nobiliárquico por parte dos primogénitos era questão de uma ou duas gerações, no máximo. Para esse efeito seriam coadjuvados pelo diferencial de riqueza que representavam os morgados, e que os pais ou avós instituíram no final das respetivas vidas (muitas vezes no próprio testamento), quando o destino da maioria dos restantes filhos estava já traçado. Com base neste rendimento que administravam, estariam mais aptos a servir a Coroa, e a partir daí, ter serviços indispensáveis à captação de mercês régias; estas – por seu turno – complementariam os réditos vinculares e trariam a necessária atualização das distinções sociais. Quando o modelo vincular era adotado por estes grupos, tendia a condicionar, também, o comportamento dos descendentes daquela linha, além da conduta dos irmãos. Juristas, ou mercadores, podiam ser, deste modo, e nestas circunstâncias, ocupações transitórias. Na realidade, o ideal da sociedade portuguesa do século XVI passava por viver à maneira nobre «com cavalos, escravos e criados» e com rendimentos preferencialmente sustentados por bens de raiz, os mais sólidos e honrosos. Mas para este tipo de famílias em ascensão, não era apenas a colocação do primogénito que inquietava os pais. Havia ainda os restantes varões e as filhas. As saídas destas cingiam-se a um bom casamento – situação ideal – ou ao amparo num cenóbio reputado, possibilidade também difícil de concretizar porque os conventos quase sempre exigiam dote, embora inferior aos matrimoniais⁵⁹. [Paralelamente,] os troncos fundadores apostaram também muito na Igreja, sobretudo como forma de criar uma memória, simultaneamente piedosa e honorífica, ao mesmo tempo que abrangia as respetivas casas e a descendência⁶⁰.

⁵⁶ RODRIGUES, José Damião, *op. cit.*, p. 408.

⁵⁷ ANTT, *Registo Geral de Mercês, D. Pedro II, Livro 1*, f.180. António Luís de Cordes (f. de Baltasar Peles Sinel): Carta – Fidalgo Cavaleiro com 1\$600 de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia, 05/11/1686. Era natural de Lisboa e genro de António Alvares Ribeiro.

⁵⁸ João Miguel Simões, nos seus *Apontamentos Históricos e Artísticos para o Visitante* do Convento das Flamengas ao Calvário, diz-nos que foram aí "sepultados membros da baixa nobreza", entre os quais, como pudemos verificar in loco, se encontrava Joana Galoa, tia-avó de Baltasar Peles Sinel. A pertença à baixa nobreza seria certamente uma posição intermédia entre a nobreza e as profissões mais lucrativas do Terceiro Estado. Baltasar Peles Sinel foi-se nobilitando sem largar os negócios, porém, o salto para a plena nobreza, protagonizado pelo seu filho, exigiria o abandono progressivo de tais atividades e a consequente conversão do estilo de vida «à lei da nobreza».

⁵⁹ OLIVAL, Fernanda – Juristas e mercadores à conquista das honras. *Revista de História Económica e Social*. Nº 4 (2002), p. 32-33. Separata: "No fim do século XVII observa-se uma diminuição no valor dos dotes nobres, ao mesmo tempo que estes deixaram de incluir bens de raiz. De qualquer modo, casar uma filha custava mais caro à aristocracia do que dar-lhe apenas um dote religioso para ingressar num convento". SILVA, Maria Beatriz Nizza da - A vida quotidiana. In MENESES, Avelino de Freitas de (coord.); SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 2001. vol. VII, p. 445.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 42.

Daí o apego dos Sinel de Cordes ao convento da Nossa Senhora da Quitação das Flamengas de Alcântara e a edificação e renovação da capela de S. João Baptista, existente na sua quinta de Barcarena. Aos poucos, os Sinel de Cordes converteram-se em verdadeiros nobres, procurando distinguir-se “dos plebeus através de despesas sumptuárias e comportamentos que afirmavam o seu poder e liberalidade. Tratava-se, em suma, de viver “à lei da nobreza”, para se viver nobremente, era preciso possuir terras ou outras fontes de receita”⁶¹.

António Luís de Cordes, até obter o foro de fidalgo cavaleiro e o cargo de secretário da Câmara Real, sustentou a sua família com os proventos do morgadio que seu pai lhe deixou em herança. Explorava-o diretamente e/ou arrendava-o de acordo com as suas conveniências. Mas, depois de entrar ao serviço do rei, tanto ele como os seus sucessores, cada vez mais embrenhados nos assuntos da corte, acabam por ter menos disponibilidade para gerir o seu património fundiário. Era junto do rei que se podia conquistar a sua simpatia e beneficiar das suas mercês. E os Sinel de Cordes, servidores leais e competentes, foram diversas vezes agraciados pela Coroa, recebendo, inclusivamente, uma comenda numa altura em que estas eram “distribuídas essencialmente pelas grandes famílias da nobreza do reino”⁶².

A caminhada que levou “à conquista das honras” foi longa e implicou a transformação dos comportamentos e dos círculos em que esta família se movia. De mercadores estrangeiros que vendiam os seus produtos a retalho, ascenderam ao “estado do meio” com a aquisição de ofícios públicos e de terras e com a integração na familiatura do Santo Ofício e na ordem de Cristo, sustentáculos da pureza de sangue dos seus ascendentes. Finalmente, subiram à “verdadeira nobreza”, desempenhando importantes funções na corte. Foi, aliás, em virtude do bom desempenho dessas funções que lhes foram concedidas diversas honras, beneficiando da generosidade real.

A ascensão dos Sinel de Cordes à nobreza do Reino foi feita de forma gradual e beneficiou da relativa fluidez existente nos múltiplos estratos sociais. A emergência de um «estado do meio», enquanto distintivo semântico e funcional das diferenças cada vez mais evidentes para os próprios membros do Terceiro Estado, acompanhada da instituição de instrumentos e formas de configuração e de controlo da ordem social consagrados no ordenamento jurídico, como eram a família do Santo Ofício e as Ordens Militares, proporcionaram soluções de mobilidade na escala social para aqueles que cumpriam os requisitos exigidos. Para alguns funcionariam, efetivamente, como trampolins para a nobilitação plena.

⁶¹ RODRIGUES, José Damião, *op. cit.*, p. 422

⁶² BRAGA, Paulo Drummond – Igreja, Igrejas e Culto. In MENESES, Avelino de Freitas de (coord.); SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 2001. vol. VII, p. 103.

CAPÍTULO IV: DE MERCADOR A NOBRE. DOIS PERCURSOS DE VIDA

António Luís de Cordes tornou-se fidalgo cavaleiro em 1686, escrivão do Desembargo do Paço na repartição do Alentejo e do reino do Algarve em 1705 e cavaleiro da ordem de Cristo em 1709, alcançando o estatuto de nobreza para a família. Para termos noção da importância desta escalada social protagonizada por António Luís de Cordes, há que referir o relevo do Desembargo do Paço nesta época na máquina do Estado.

O tribunal do Desembargo do Paço foi, até ao pleno desenvolvimento da figura dos secretários de Estado, o principal órgão da administração central. Criado por D. João II com a função de aconselhar o rei nas suas decisões do dia-a-dia, era

formado, basicamente, pela Mesa dos Desembargadores, pela Secretaria da Repartição das Justiças e do Despacho da Mesa e por quatro outras secretarias, respeitantes às Repartições da Corte, Estremadura e Ilhas; Beira; Alentejo e Algarve; Minho e Trás-os-Montes⁶³.

Os Sinel de Cordes estavam vinculados à repartição do Alentejo e do Algarve e tratavam também do expediente das reais audiências. Em cada repartição havia um escrivão, um oficial maior, um oficial menor e um praticante. Enquanto escrivães do Desembargo do Paço

exerciam o ofício administrativo mais importante do tribunal. Superintendiam as repartições distribuindo tarefas pelos oficiais e autenticavam, como notários da Coroa, os documentos referentes a títulos, cartas de mercê e outros benefícios régios⁶⁴.

Detinham, por essa via,

a incumbência de tratar, junto da Mesa, e nos dias da semana indicados no Regimento, do despacho dos papéis referentes aos concelhos das suas comarcas. [Por conseguinte,] na sequência do expediente diário, o escrivão da Câmara Real, além da elaboração das consultas decididas no plenário da Mesa dos desembargadores, deveria ainda proceder à redacção das provisões e pedidos de informação a outros ministros para fundamentação de parecer na Mesa⁶⁵.

Em comparação com os dos restantes cargos administrativos, tinham um bom ordenado, estando em sétimo lugar na lista dos que mais ganhavam (auferiam 600 mil réis em 1755 e 1200 em 1833)⁶⁶.

⁶³ SUBTIL, José – *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1996. p. 357.

⁶⁴ SUBTIL, José – Os poderes do centro. In HESPAÑA, António (coord.); MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. vol. IV, p. 145 e 147.

⁶⁵ RODRIGUES, Ana Maria – *Desembargo do Paço: inventário*. Lisboa: Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2000. vol. I, p. 18.

⁶⁶ SUBTIL, José – *Ibidem*. p. 170-171.

Foi esta abundância que permitiu aos Sinel de Cordes erigir um palácio no campo de Santa Clara, em São Vicente de Fora, na cidade de Lisboa. Pese embora os méritos individuais de António Luís de Cordes em impedir que a sua mãe desbaratasse o património familiar, em arranjar um bom casamento para si e em captar a herança do seu tio João Vanvessem⁶⁷, a verdade é que a sua ascensão a secretário da Câmara Real não pode ser dissociada dos percursos de vida do seu pai, Baltasar Peles Sinel e do seu avô João Baptista de Cordes, que ora vamos analisar para perceber o processo de nobilitação operado em três gerações.

O seu avô, João Baptista de Cordes, nasceu em Lisboa. Chegou ainda a investir em navios antes de se tornar familiar do Santo Ofício, em 1627⁶⁸, e tesoureiro do fisco da corte, alguns anos mais tarde. Antes envolvera-se numa briga com outro homem⁶⁹ mas não terá sido negativamente afetado com esse episódio. As inquirições que lhe foram feitas demonstraram que ele, ao contrário do registado nos compêndios de genealogia e heráldica, descendia de comerciantes. Apesar disso, João Baptista de Cordes viu-lhe ser reforçada a sua pertença plena ao "estado do meio" com relativa facilidade. A compra do cargo de tesoureiro do fisco da corte terá desempenhado um papel essencial neste processo, proporcionando-lhe uma excelente oportunidade para capitalizar o seu esforço. No fim da vida preocupou-se bastante com o destino dos seus filhos, amealhando muito dinheiro para os dotes das suas filhas. Duas delas seguiram a vida religiosa. A terceira, Maria Antónia de Cordes, também beneficiou de um bom dote⁷⁰, tendo-se casado com Baltasar Peles Sinel, um homem abastado⁷¹. Quanto ao filho Simão⁷², tudo leva a crer que viveu da herança paterna, a que acresceu o salário de capitão de cavalos, até receber a comenda de S. Martinho de Ranhados da ordem de Cristo, em 1684⁷³.

⁶⁷ ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, *Livro 103*, Doc. 117, f. 138v.

⁶⁸ João Baptista de Cordes participa em negócios com navios juntamente com Luís Romão em 14/04/1626. 2º Cartório Notarial de Lisboa, *Livro de Notas* n.º 147, f. 63.

⁶⁹ ANTT, Chancelaria Régia de D. Filipe III, *livro 25*, f. 38. Perdões e Legitimações: Próprios – João Baptista de Cordes: carta de perdão. De 5 de novembro de 1625.

⁷⁰ “e Logo por elle João Baptista de Cordes e sua mulher Dona sezillia Vel foi dito a mi tabaliam perante as testemunhas ao diante nomeadas que elles estão Contratados para Com o fauor divino e graça do espirito santo, aVerem de Cazar a sua filha Dona Maria de Cordes com elle dito Balthezar pelles sinel que aVendo o dito Casamento seu Real effeito, na forma que ordena o sagrado Consillio Tredyntino prometem e Dão em Dotte â dita sua filha asima a quantia de seis mil Cruzados pagos na forma e maneira seguinte// jtem Dous mil e quinhêntos Cruzádos em dinheiro de Contado, jtem mil Cruzados em jojas pessos de ouro e pratta, jtem quinhentos e sesenta mil reis, êm moueis e Alfâjas e hornatto de Caza, das quais peças e Vallia dellas se deCLara em hu RoL asinado por ambos, de que se tirarão Duas Copias hua para elles dotadores, e outra pera elles Dotados, jtem quatrocentos <e quarenta> mil reis em huas terçenas que estão nesta Cidade â pampulhã por Baixô do mosteiro das freiras marianas, â faça do már que Contêm três Cazas, a saber, Logea terrea, e sobrelogea, e sobrado com suas seruentias e Logradouros que forão de João Vel paj e sogro delles dotadores, que os ouuuerão por Duas Cartas de aRematação, Cujas sedullas entregarão a elle Dotado que tudo faz soma dos ditos seis mil Cruzados”. ANTT, 9ºA Cartório Notarial de Lisboa, *Livro de Notas* n.º58, f. 34v.-35v.

⁷¹ ANTT, Coleção Casa Sinel de Cordes, *caixa 13, maço 16, n.º 7*, dotes.

⁷² João Baptista de Cordes teve um filho chamado João de Cordes e outro Simão de Cordes. Este último deu origem à linhagem dos morgados do Sardoal, detentores da Quinta do Pouchão. De acordo com a habilitação a familiar do Santo Ofício de António Brandão de Cordes Pina e Almeida, Simão de Cordes foi batizado na freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai, e a mulher deste, D. Catarina Tomásia Brandão Pereira, na da Sé, em 1662. ANTT, Habilitações Familiares do Santo Ofício, *maço 64, doc. 1297*, 29/01/1729. Simão de Cordes, de acordo com as *Genealogias Manuscritas*, p.229, “seruiu na guerra da Aclamação, e foi Capitam de Cavalos da prouincia da Beira; teue o abito de Christo; e a merce do foro de fidalgo no anno de 669”.

⁷³ Simão de Cordes (f. de João Batista de Cordes): Carta de Padrão – 20\$000 réis de pensão na comenda de S. Martinho de Ranhados com o hábito de Cristo, 23/08/1684. ANTT, Chancelaria Régia de D. Pedro II, *Livro 1*, f. 281v., tem junto o alvará de 27/03/1683.

Baltasar Peles Sinel, pai de António Luís de Cordes, nasceu em Lisboa na viragem do século XVI para o XVII, no seio de uma família de mercadores. Era filho de Catarina Sinel e de Baltasar Peles, ficando órfão de pai desde criança. Por essa razão, foi educado por sua mãe e viveu sob o patrocínio do seu tio Henrique Sinel, comerciante da cidade do Porto, que o introduziu no mundo dos negócios. A sua infância terá sido passada em Lisboa, seguindo depois para o Porto. Finalmente, a mando do seu tio Henrique, mudou-se para Aveiro, onde, em 1632, o encontramos a desempenhar as funções de feitor. Não seria também de estranhar que, entretanto, tivesse acompanhado o seu outro tio, João Sinel, o *moço*, nas viagens que este fazia a Espanha, ao norte da Europa e ao Brasil⁷⁴. Para esta família os negócios eram quase tudo, pois era deles que lhe advinha a riqueza e o estatuto. Era neles, também, que residia a esperança de um dia alcançarem a nobreza. Por isso, o seu comportamento tinha sempre em conta esse objetivo, sujeitando-se aos sacrifícios que estas ocupações exigiam.

Henrique Sinel estava envolvido no trato brasileiro e negociava, como testa-de-ferro de Nicolas Masibradi (pois não lhe era reconhecida grande fortuna) o *asiento* relativo ao transporte do sal português para armazéns de sal (alfolins) da Galiza e das Astúrias, por um período de 10 anos⁷⁵. Como arma, dispunha

"de uma ótima rede de correspondentes comerciais, a começar pela sua esposa, instalada no Porto; por João Sinel, seu irmão e comandante dos seus barcos; e por seu sobrinho, Baltasar Peles Sinel, feitor em Aveiro"⁷⁶.

Tinha, também, no outro lado do Atlântico, o seu outro sobrinho, o capitão Gaspar Sinel, assistente na baía de Todos os Santos e tesoureiro geral do Estado do Brasil⁷⁷. Este era um negócio muito apetecido, atendendo à importância que o sal tinha na época, pois era uma matéria-prima estratégica para a salga de carne e para a pesca, podendo a sua falta conduzir ao surto da peste. E, como a Galiza e as Astúrias não o produziam em quantidade suficiente, eram obrigados a importá-lo de Portugal (Aveiro, Lisboa e Setúbal) e do sudoeste da França. Todavia, os conflitos em que Monarquia Hispânica estava envolvida exigiam cada vez mais recursos financeiros⁷⁸, pelo que Olivares decidiu optar pelo agravamento do preço do sal para evitar o imposto extraordinário, os chamados *millones*, pedidos às Cortes de Castela, principalmente, porque se destinavam a pagar metade das despesas da *Armada del Mar Oceano* e da *Armada de Portugal*, encarregadas, entre 1632 e 1639, de reconquistar Pernambuco.

Madrid vivia sob constante sufoco financeiro, roçando permanentemente o limiar da bancarrota. O desejo de hegemonia e a defesa da Fé Católica exigiam sacrifícios cada vez maiores por parte dos diversos reinos, tocando de forma particularmente grave a Castela, maior financiadora dos *millones* que o rei pedia para combater os inimigos. Portugal ia-se furtando ao pagamento do que adicionalmente lhe pediam, até que se tornou inevitável ter de contribuir para o esforço de guerra comum, começando a pagar a proteção que os castelhanos lhe haviam

⁷⁴ João Sinel, em 1628, era capitão de infantaria em Lisboa, tendo negócios no Rio de Janeiro. ANTT, 9^o A Cartório Notarial de Lisboa, *Livro de Notas n^o111*, f. 6.

⁷⁵ SCHAUB, Jean-Frédéric – A falência de Henrique Sinel: insucesso comercial ou desafio político? *Penélope*. Lisboa. N^o 9/10 (1993), p. 151-162.

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ ANTT, 9^o A Cartório Notarial de Lisboa, *Livro de Notas n^o147*, f. 87v.

⁷⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero – A indústria. In MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.); MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. vol. 3, p. 258-259.

prestado em diversas ocasiões. Foi então que os cargos relacionados com os impostos passaram a ter um valor muito significativo para a administração real. Para ter consciência das dificuldades financeiras da monarquia hispânica, basta pegar em testemunhos da época e perceber a gravidade da situação, recorrente ao longo de toda a primeira metade do século XVII:

quando nasceu a infanta Maurícia [1601], os apertos financeiros da corte eram inúmeros. Segundo refere o mesmo cronista [Cabrera de Córdoba], nessa altura Sua Majestade não teria dinheiro para pagar as propinas e rações dos seus criados, nem para o abastecimento da sua mesa senão tomando-a por fiado. As suas rendas estariam todas empenhadas. Desde o Cardeal de Sevilha a muitos outros nobres e ministros teriam dado dinheiro e objetos de prata ao rei, como meio de enfrentar a crise⁷⁹. [Consequentemente,] a nomeação de uma comissão com poderes ao nível das finanças tinha por objetivo «que Portugal se bastasse a si mesmo» e que não fosse necessária a comparticipação de Castela no esforço financeiro. Suspeitava-se que o dinheiro era desviado ou então que não eram recolhidos os devidos impostos. Desta forma, era constituída por castelhanos⁸⁰.

Henrique Sinel esperava obter lucros avultados deste negócio, porém, as circunstâncias foram de tal modo adversas que acabou por ir à falência. Eis as razões que conduziram a este desfecho: em primeiro lugar, estava impossibilitado de requisitar navios à Holanda, maior potência naval na época, porque a Espanha estava em guerra com este país; em segundo lugar, os problemas fiscais e administrativos levantados pelo facto dos navios utilizados no transporte do sal serem de proveniência estrangeira; em terceiro lugar, as frequentes requisições de navios por parte das autoridades militares; e, em último lugar, o contrabando gigantesco levado a efeito por terra em direção à Galiza. Tudo junto acabou por arrasar com o seu negócio. Perante isto, o governador Nicolas Masibradi adquire um primeiro terço do asiento em 1634 e um outro em 1636. Henrique Sinel, acossado, solicita oficialmente a proteção de uma personagem poderosa, Diogo Soares, «*valido del valido*», que dominava, há alguns anos, as questões relacionadas com o fisco do sal. Todavia, a falência não pôde ser evitada. As feridas deste desastre tardariam a sarar, pois, em 1645, encontramos o seu sobrinho, Baltasar Peles Sinel, ainda a tratar de dívidas desse tempo⁸¹.

O que aconteceu com o seu tio levou Baltasar a repensar a sua estratégia de ascensão social. Convencido de que o mundo dos negócios comportava demasiados riscos, Baltasar, sem abandonar totalmente o comércio, regressa a Lisboa e começa a investir o seu dinheiro em bens de raiz, muito menos rentáveis mas muito mais seguros e prestigiantes. Em julho de 1639 arrematou metade da quinta situada “junto ao lugar de Barquerena” onde vivia a sua avó, Maria Romana, viúva de João Sinel, *o velho*, por 550 mil réis. Essa metade correspondia ao quinhão herdado pelo seu tio Henrique, afogado em dívidas na altura⁸². Entretanto, foi comprando muitas outras propriedades na zona de Barcarena, e não só. Todavia, os rendimentos auferidos com elas não seriam

⁷⁹ OLIVAL, Fernanda – *D. Filipe II, de cognome «O Pio»*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006. p. 226.

⁸⁰ *Ibidem*. p. 180.

⁸¹ ANTT, 9º A Cartório Notarial de Lisboa, *Livro de Notas nº158*, f. 101v.-103.

⁸² *Ibidem*, *Livro de Notas nº 145*, f. 60.

ainda suficientes para se retirar dos negócios, continuando envolvido no comércio. Por exemplo, em outubro de 1640, constituiu António Garcia de Semedo como seu procurador para que este exigisse o pagamento das dívidas de carregações de vinho das Canárias que ele havia enviado para o Rio de Janeiro e para a Baía⁸³. Os negócios continuariam a ser o seu principal sustento até adquirir o ofício de tesoureiro do senado da Câmara de Lisboa, por nove mil cruzados, e se tornar familiar do Santo Ofício, em 1643⁸⁴.

A verdade é que, em 1645, por ocasião da instituição do seu morgado, se assume como um homem "abastado de Bens", considerando que devia manter unidos esses bens em proveito do engrandecimento da linhagem que estava prestes a fundar. Casaria poucos dias depois com Maria Antónia de Cordes, filha de João Baptista de Cordes, tesoureiro do fisco da corte⁸⁵. Baltasar Peles Sinel, quando casou com Maria Antónia de Cordes, era um homem de fortes cabedais. Para além do morgado⁸⁶ que instituíra dias antes, entrou com

mais noue mil Cruzados que lhe Custõ o seu offisio de Thezoureiro da Camara desta Cidade// jtem em dinheiro de Contado peças d'ouro e pratta jojas e moueis de Caza, Dezaseis mil Cruzados, jtem quatro mojos de trigo <de foro> a Retro que lhe pagão em Cada hu anno Diuersas pessoas de que tem escrituras em seu poder// jtem a quarta parte de hũ Casal que está no termo de santarem onde Chamão o Verdelho// jtem hũns quartos de pão e Vinho que se lhe pagão em cada hũ anno na freguesia de Barquerena foreiros às freiras de Loruão junto a Coimbra que he prazo em vidas em que elle hua primeira vida, jtem hu quarto de vinho de foro a Retro que lhe pagão em cada hu anno na Villa de Coima, jtem mais huas terras de pão Lauradias, de que lhe pagão de Renda em Cada hu anno Dous mojos entre trigo e seuada, jtem diuidas que lhe deuem Carregações e nauios que espera de fora que tudo jmporta e estima em Vinte e Dous mil Cruzados⁸⁷.

⁸³ *Ibidem*, Livro de Notas nº 147, f. 87v.

⁸⁴ ANTT, Habilitações Familiares do Santo Ofício, *maço 1, diligência 37*, Baltasar Peles Sinel.

⁸⁵ ANTT, 9ªA Cartório Notarial de Lisboa, Livro de Notas nº58, f. 34v.-35v.

⁸⁶ O morgado era composto por: Hua quinta que esta na Ribeira de Barquerena termo desta Cidade que Contem em sj Cazas grandes e nobres, Dous pumares de espinho ambos Regadios, Vinhas terras de paõ holiuais, asenha com sua atafona fontes tanque hermidia, e outras pertenças tudo murado â Roda, e de fora dos muros da dita quinta, tem quatro moradas de Casas, Duas que estão de frente da dita quinta no Caminho que Vaj para o dito Lugar de Barquerena, e hua murada de Cazas no Lugar que Chamam do ferodo e outras no Lugar de Leça, E outras Cazas que estão no Lugar de Cabanas de que hé directo senhorio e se lhe pagã de foro em Cada hu anno quatosentos reis em dinheiro e hua gallinha// Jtem Duas Vinhas hu pumar de espinho, Dous oliuais, terras de pao que estão abaixo da dita sua quinta, onde Chamão as Buchauellas da mes[fólio 28]ma freguesia de Barquerena, que ouue de Compra de fernando teixeira E dos herdeiros de Catarina fernandez, Jtem, hu Casal que esta no Lugar de queijas freguesia de são Romão de Carnachide do termo desta Cidade que Contem em sj Cazas terra de pão e huã Vinha palheiros e outras pertenças que trás de aRendimento francisco Dias, jtem outro Casal que esta no Lugar de manique termo de Casquães que Contem em sj Cazas terras de pão, E hua Vinha, palheiros e outras pertenças que trás de ARendimento Antonio fernandez, jtem outro Casal que está no termo de sintra onde Chamão o Cubello que Contem em sj soamente terras de pão, E hua Vinha, e matts, e outras pertenças que trás de ARendimento Rafael Luís, morador no Lugar do Linho junto ao dito Lugar do Cabello, jtem huns Larangaes, E oliueiras; e terras Lauradias, que estão junto â dita quintã de Barquerena, pegado aos muros della, onde Chamaõ Vazasáquos, jtem noue mil reis de foro em fatiotta, que lhe paga Donna Biolante soares em Casa hu anno, de hua morada de Cazas Com seu quintal grande que estão na Villa de santarem, jtem, huãs Cazas que estão ao outeiro da BoaVista, na Rua da silua da Banda da terra que forão tersenas de pão, e em hum Almazem grande per Baixo, foreiras em fatiotta a jose furtado de mendonça em mil e quarenta reis cada anno. *Ibidem*, Livro de Notas nº 158, f. 27v.-28.

⁸⁷ *Ibidem*, Livro de Notas nº58, f. 34v-35v.

Reunia, de facto, um bom pecúlio, resultante, também, dos negócios do Brasil, em que continuava fortemente empenhado. Receando que viessem a desbaratar o seu património, impôs cláusulas um pouco diferentes daquelas que normalmente eram aplicadas ao nível do regime de sucessão, justificando-se da seguinte forma:

e porque muitas Vezes susede que pella serteza da subçesão que tem o filho ou filha mais Velho nos morgados por fallesimento dos pais naçerem dezobidiensias disse ele jnstituidor que sendo Cazo que o subçesor deste Morgado tenha mais filhos machos que hu, e em defeito de filhos machos tenha mais filhas que hua podera nomear para a subcessão do dito morgado qualquer dos filhos machos e não tendo filhos machos podera Nomear qualquer das filhas femeas que tiuer⁸⁸.

Até à sua morte, Baltasar Peles Sinel adquiriu ainda mais terras, envolvendo-se em diversos negócios. Em janeiro de 1647 dá poder a Duarte Solter, de nação inglesa, para que este receba, em Londres, o dinheiro correspondente a oito caixas de açúcar, seis de branco, com cento e trinta e sete arrobas, e duas de mascavado, com quarenta e cinco arrobas, que ele mandara carregar na ilha Terceira, em 1640⁸⁹. Em 19 de dezembro desse mesmo ano comprou a Manuel Fernandes e sua mulher sete alqueires de trigo que estavam vinculados a uma capela situada em Cascais de que eles eram administradores⁹⁰. Quatro dias depois adquiriu a João da Costa Peixoto dois pedaços de terra, um deles, com doze pés de oliveiras, nas “Buchavelhas”, e o outro junto à ribeira, e azenhas com pomar, vinhas e terras de pão, tudo por 195 mil réis⁹¹. Em 1651 vendeu parte de um casal que tinha no Verdelho, termo de Santarém, por 40 mil réis⁹². A sua assinatura deixa então de ser fina e elegante e passa a ser trémula e grossa, sinal de uma saúde fragilizada. No ano seguinte é nomeado por sua mãe num prazo constituído por duas casas foreiras ao convento de Chelas⁹³ e compra a Pedro João dois pedaços de terra nas “Buchavelhas” e outro no sítio dos Quartos, por dez mil réis⁹⁴. Ainda em 1652 comprou um serrado de terra de pão, nas Abitureiras, a Antónia Vicente⁹⁵. No final do ano aforou, por 13 mil réis por ano, um casal em Valverde a Pedro Lopes⁹⁶. Em janeiro de 1653 movimentou 50 mil réis dos 120 mil relativos a uma dívida à misericórdia de Vila do Conde⁹⁷ e recebeu de sua mãe uma fazenda situada nas “Buchavelhas” composta de duas vinhas, um laranjal e um olival como paga pelos “mais de cinquenta mil reis cada anno” com que a assistia desde há vinte anos “pera sua sustentação e de sua caza”⁹⁸. Comprou um moio de trigo a António Cordovil Sequeira⁹⁹, quinze alqueires de trigo ao padre

⁸⁸ *Ibidem*, Livro de Notas nº158, f. 27v-29.

⁸⁹ *Ibidem*, Livro de Notas nº 160, f. 148.

⁹⁰ *Ibidem*, Livro de Notas nº 161, f. 128.

⁹¹ *Ibidem*, Livro de Notas nº 161, f. 132v.

⁹² *Ibidem*, Livro de Notas nº 165, f. 82v.

⁹³ *Ibidem*, Livro de Notas nº 165, f. 132v.

⁹⁴ *Ibidem*, Livro de Notas nº 165-A, f. 133-135.

⁹⁵ *Ibidem*, Livro de Notas nº 166, f. 43v.

⁹⁶ *Ibidem*, Livro de Notas nº 166, f. 80.

⁹⁷ *Ibidem*, Livro de Notas nº 166, f. 95v.

⁹⁸ *Ibidem*, Livro de Notas nº 166, f. 96v.

⁹⁹ *Ibidem*, Livro de Notas nº 166, f. 126.

Domingos Coresma¹⁰⁰ e um moio de trigo a Pedro da Silva de Menezes¹⁰¹. Nesse mesmo ano comprou um laranjal no sítio de Vazasacos e um canavial abaixo da fonte do lugar de Barcarena¹⁰². Finalmente, em fevereiro de 1654, comprou a Pedro João, tanoeiro, uma vinha nas Porcariças em Barcarena¹⁰³. Deve ter falecido passado algum tempo, pois a sua mulher volta a casar em janeiro de 1656, desta feita com João Pestana Pereira¹⁰⁴.

Antes de morrer, Baltasar Peles Sinel deve ter vivido ainda apertos financeiros resultantes da quantidade de negócios em que se ia envolvendo. Razão pela qual o seu filho menor, António Luís de Cordes, em 1657, dirige uma petição ao senado da Câmara Municipal de Lisboa solicitando a mercê de poder vender o cargo de tesoureiro da cidade, para pagar as dívidas contraídas, alegadamente, pelo seu falecido pai¹⁰⁵. O despacho foi favorável, mas o negócio suscita-lhe ainda dúvidas aquando da elaboração do seu testamento em 1719¹⁰⁶. Certo é que o perigo de delapidação da fortuna corria pelo lado da sua mãe, tendo António Luís de Cordes de lhe pagar uma dívida para evitar a desagregação do morgado¹⁰⁷.

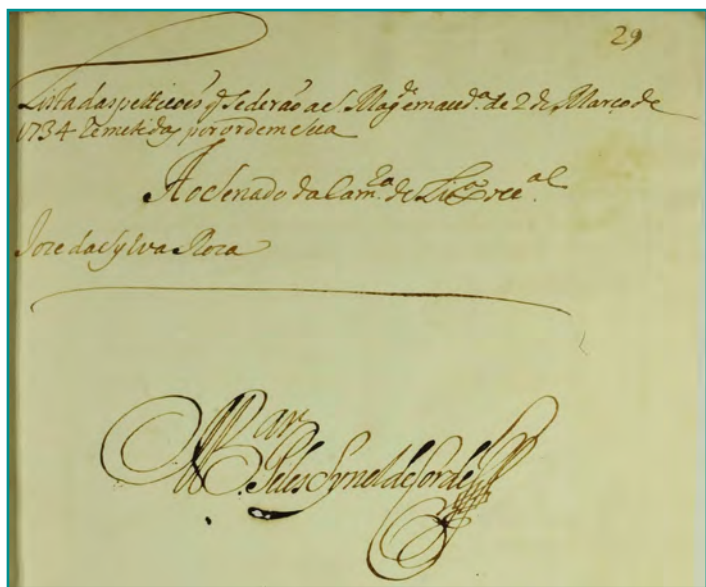


Figura 2 Lista das petições enviadas em 2 de março de 1734 ao Senado de Lisboa pelo secretário de Sua Majestade, Baltasar Peles Sinel de Cordes.

AML, Livro 9º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, f. 29

¹⁰⁰ *Ibidem*, Livro de Notas nº 167, f. 15.

¹⁰¹ *Ibidem*, Livro de Notas nº 167, f. 39.

¹⁰² *Ibidem*, Livro de Notas nº 167, f. 61v.

¹⁰³ *Ibidem*, Livro de Notas nº 169, f. 30v.-32v.

¹⁰⁴ ANTT, Cartório dos Livros do Distribuidor, Caixa 38, Livro 47, f. 82.

¹⁰⁵ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Livro 1º de consultas e decretos de D. Afonso VI, f. 224 a 225.

¹⁰⁶ “DeClaro mais que Phelippe Peixoto da Sylua ja falecido comprou o meu officio de thezoureiro da Camara de que teue merce e porque fes a dita Compra na minha menoridade e indeuidamento a entrega do preço, lhe mamdo [fólio 91 v] mando a qual está parada ja ha annos e meus herdeiros poderaõ Vzar do direito que me Competiã na dita Cauza Contra os do dito Phelippe Peixoto da Sjlua”. ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 156, Doc. 29, f. 91-91v.

¹⁰⁷ ANTT, Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos, Livro 156, Doc. 29, f. 88v.

Finalizando, tanto João Baptista de Cordes como Baltazar Peles Sinel souberam aproveitar as oportunidades existentes na conjuntura turbulenta da primeira metade do século XVII, colocando-se na via acertada para a ascensão social. Não significa isto que tivessem abandonado por completo as práticas comerciais, mas, em vez de tratarem predominantemente com encomendas como os seus antepassados, passaram, cada vez mais, a investir nos bens de raiz, comprando e vendendo casas, terras e azenhas, e recebendo as respetivas rendas. O comércio mais indigno foi, gradualmente, desprezado a favor de ofícios e trocas comerciais mais dignificantes. Como corolário desta estratégia bem-sucedida, António Luís de Cordes, descendente daqueles, alcança anos mais tarde o cargo de secretário da Câmara Real, que deixará como herança aos seus sucessores até 1833, aquando da extinção do Desembargo do Paço. Acima temos um dos documentos, hoje guardado no Arquivo Municipal de Lisboa, assinado por Baltazar Peles Sinel de Cordes no decurso das suas funções de secretário ao serviço de Sua Majestade.

CAPÍTULO V: PALÁCIO SINEL DE CORDES. O CRISMA DA NOBREZA?

A chegada da família Sinel de Cordes à nobreza impunha a necessidade de afirmação do novo estatuto. A abundância com que certamente viveria, em função dos cargos e das mercês que detinha e da propriedade da quinta de Nossa Senhora da Conceição em Barcarena, não chegava para consolidar as novas fronteiras sociais que acabava de trilhar. Assim, terá surgido com naturalidade a ideia de construir um palácio que refletisse a sua nova situação e consolidasse a sua imagem junto da corte. Segundo Vilhena de Barbosa (citado por Elisabete Serol¹⁰⁸), o palácio

foi construído pouco depois de 1740, sem contudo nos informar se esse pouco depois vai até ao terramoto ou se estende além dele. Por nossa parte o que sabemos é que os Cordes moraram nas suas casas da rua Direita do Loreto até às proximidades do cataclismo de 1755, conforme nos elucidam os livros paroquiais da freguesia da Encarnação. Lá estavam em 1751 quando na respectiva paroquial, em 8 de Setembro, se baptizou com o nome de Manuel um filho de António Luiz Sinel de Cordes e de sua mulher D. Ana Margarida Sanches de Almeida do Amaral, filha do desembargador António de Sanches Pereira; em 1752 quando no dia 24 de Maio faleceu Baltazar Peles Sinel de Cordes escrivão da Câmara do Desembargo do Paço, casado com D. Marta Prudenciana Manso de Medeiros e pai do António Luiz citado; e em 1753 quando em 27 de Julho nasceu Baltazar, baptizado em 15 de Agosto e irmão do Manuel a que já nos referimos.

Com o terramoto de 1755 terão os Sinel de Cordes passado a viver no seu palácio e abandonado as casas da rua Direita do Loreto, procurando nele o abrigo que aquelas já não ofereciam¹⁰⁹. Em 1833, com a implantação do

¹⁰⁸ SEROL, Maria Elisabete – O Campo de Santa Clara, em Lisboa: cidade, história e memória: um roteiro cultural. Lisboa: Universidade Aberta, 2012. vol. I; p. 43-44. *Tese de mestrado em Estudos do património apresentada à Universidade Aberta.*

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 50 e p. 127.

liberalismo e a extinção do Desembargo do Paço, os Sinel de Cordes ficaram sem o cargo que os munira de nobreza por mais de cem anos. Por essa razão, ter-se-ão refugiado em Barcarena e deixado o palácio até o venderem ao juiz do Supremo Tribunal de Justiça, José Correia Godinho da Costa, 1.º visconde de Correia Godinho, que, de acordo com Barbosa de Vilhena, citado por Elisabete Serol, “reformou o palácio acrescentando-lhe a balaustrada e vasos que o coroam”¹¹⁰. Em 1892, como consta de um processo de obra, o seu sucessor requereu a alteração para portas dos quatro vãos das janelas de peitos do andar térreo do palácio¹¹¹.

Segundo Elisabete Serol¹¹², no início do século XX o palácio estaria ocupado pela Legação de Itália, sofrendo um violento incêndio e obras de recuperação em seguida. Após este período terá sido transformado na Escola Primária Oficial n.º 4 e na Escola Primária Masculina n.º 70. Em 1962, o edifício foi adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa a Carlos Machado Ribeiro Ferreira¹¹³. Em 2011, de acordo com Elisabete Serol¹¹⁴ o palácio terá sido fechado. Em 2012, a Câmara Municipal de Lisboa celebrou um protocolo de cedência de parte do palácio com a Associação Trienal de Arquitetura de Lisboa, organização sem fins lucrativos¹¹⁵.



Figura 3 Palácio Sinel de Cordes (entre 1898 e 1908).
AML, fotógrafo não identificado, Palácio Sinel de Cordes.
PT/AMLSB/FAN/000913

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 79.

¹¹¹ AML, *Obra n.º 20851*, Processo 5917/1ªREP/PG/1892, f. 1

¹¹² SEROL, Maria Elisabete – *Ibidem*. p. 79-80

¹¹³ AML, *Livro de escrituras n.º 250-A*, f. 49v.-51v.

¹¹⁴ SEROL, Maria Elisabete – *Ibidem*. p. 154

¹¹⁵ AML, *Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação Trienal de Arquitectura de Lisboa para a cedência de parte do segundo e do terceiro pisos do Palácio Sinel de Cordes*.

Finalizando, o Palácio Sinel de Cordes terá funcionado como um gênero de “certidão de nobreza” significando, efetivamente, a confirmação da nobilitação da família Sinel de Cordes. Esta viu-se, assim, inserida no círculo restrito de famílias que, no século XVIII, podiam mandar construir um palácio. A imagem que desejavam poder, por esta via, ter sido alcançada, bem como a perpetuação da sua memória.

CONCLUSÃO

O presente artigo centra-se na família Sinel de Cordes, como estudo de caso, para exemplificar o seu processo de fixação em Lisboa e ascensão social num período que medeia entre os finais do século XVI e os inícios do século XVIII. Lisboa assumiu-se como o polo de atração de estrangeiros devido às oportunidades proporcionadas pela expansão ultramarina, surgindo negócios no Oriente, em África e no Brasil que geravam rendimentos avultados a quem neles participava.

Muitos desses mercadores estrangeiros acabaram por se estabelecer em Portugal, fazendo parte de redes comerciais cujos tentáculos se estendiam a vários pontos do globo. Inicialmente optaram por criar comunidades endogâmicas, alimentando as teias comerciais com a celebração de casamentos entre elementos do grupo. Depois, olhando-se como portugueses, começaram a aplicar os seus rendimentos em bens de raiz e em cargos públicos, afastando-se progressivamente do perfil mercantilista. Esta estratégia conduziu, em pouco mais de cem anos, à nobilitação da família Sinel de Cordes, concluindo-se, deste modo, a sua integração plena na alta sociedade portuguesa.

As referências, na nossa literatura, às origens nobres dos Sinel de Cordes na Flandres, não encontram eco na documentação existente. Neste artigo foi possível identificar claramente a origem geográfica e social desta família bem como o processo de “Conquista das Honras” através da análise de dois percursos de vida. A Lisboa cosmopolita do século XVI recebeu estrangeiros em busca das riquezas do império marítimo, conseguindo fazer com que estes se transformassem em portugueses e com que se afastassem do comércio e passassem a servir a Coroa. Logo, mais do que uma capital nacional, Lisboa galvanizou interesses um pouco por toda a Europa, gerou redes mercantis espalhadas pelo mundo e ofereceu oportunidades para nacionais e estrangeiros. Lisboa foi uma plataforma de uma globalização que serviu para algumas famílias, à luz dos valores da época, aproveitarem as riquezas para darem um salto na hierarquia social que, de outro modo, teria sido, certamente, mais difícil.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 1º de consultas e decretos de D. Afonso VI.

Livro 9º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental.

Livro de escrituras n.º 250-A.

Obra n.º 20851, Processo 5917/1ªREP/PG/1892.

Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação Trienal de Arquitectura de Lisboa para a cedência de parte do segundo e do terceiro pisos do Fotógrafo não identificado, Palácio Sinel de Cordes, PT/AMLSB/CMLSB/ADMG-P/02/001497.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Cartório dos Livros do Distribuidor.

9º A Cartório Notarial de Lisboa.

Chancelaria Régia de D. Filipe II.

Chancelaria Régia de D. Filipe III.

Chancelaria Régia de D. Pedro II.

Coleção Casa Sinel de Cordes.

Habilitações Familiares do Santo Ofício.

Leitura de Bacharéis.

Feitos Findos, Registo Geral de Testamentos.

Registo Geral de Mercês.

Bibliografia

BRAGA, Isabel Drummond – Santo Ofício, promoção e exclusão social: o discurso e a prática. *Lusíada História*. Lisboa. II Série Nº 8 (2011), p. 223-242.

BRAGA, Paulo Drummond – Igreja, igrejas e culto. In MENESES, Avelino de Freitas de (coord.); SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 2001. vol. VII, p. 90-129.

CRISPIM, Mário; VASCONCELOS, Pedro (coord.) – *Retratos de Oeiras*. Oeiras: Publicações DAS, 1994.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura – 5ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1967. vol. 5.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – A indústria. In MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.); MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. vol. 3, p. 253-281.

MECO, José – Azulejaria no concelho de Oeiras: o palácio Pombal e a Casa da Pesca. *Cadernos da Biblioteca Operária Oeirense*. Oeiras. (1982).

MONTEIRO, Nuno – *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

OLIVAL, Fernanda – *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. [S.l.]: Estar Editora: Coleção Thesis, 2001.

OLIVAL, Fernanda – Juristas e mercadores à conquista das honras. *Revista de História Económica e Social*. Nº 4. (2002). Separata.

OLIVAL, Fernanda – *D. Filipe II, de cognome «O Pio»*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

PEDREIRA, Jorge – *Os homens de negócio da praça de Lisboa, de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa: Universidade Nova/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995. Tese de doutoramento em História, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

RODRIGUES, Ana Maria – *Desembargo do Paço: inventário*. Lisboa: Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2000. vol. I.

RODRIGUES, José Damião – A estrutura social. In MENESES, Avelino de Freitas de (coord.); SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 2001. vol. VII, p. 404-441.

SCHAUB, Jean-Frédéric – A falência de Henrique Sinel: insucesso comercial ou desafio político?. *Penélope*. Lisboa: Edição Cosmos. Nº 9/10 (1993), p. 151-162.

SEROL, Maria Elisabete – *O campo de Santa Clara, em Lisboa: cidade, história e memória: um roteiro cultural*. Lisboa: Universidade Aberta, 2012. vol. I. Tese de mestrado em Estudos do património apresentada à Universidade Aberta.

SERRÃO, José Vicente – O quadro económico. In HESPAÑA, António (coord.); MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. vol. IV, p. 71-117.

SILVA, Fernando – *Barcarena ancestral: desenvolvimento histórico e etnográfico das raízes da freguesia de Barcarena*. Oeiras: Câmara Municipal, 1999.

SILVA, Fernando – *Religiosidades e tradições de Barcarena*. Oeiras: Câmara Municipal: Junta de Freguesia de Barcarena, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da – A vida quotidiana. In MENESES, Avelino de Freitas de (coord.); SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 2001. vol. VII, p. 499-551.

STOOP, Anne de – *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*. Lisboa: Livraria Civilização, 1985.

SUBTIL, José – Os poderes do centro. In HESPAHHA, António (coord.); MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. vol. IV, p. 141-243.

SUBTIL, José – *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma, 1996.

TÁVORA, D. Luiz de Lancastre e - *Dicionário das famílias portuguesas*. Lisboa: Quetzal Editores, 1989.

VIEIRA, Benedita – A sociedade: configuração e estrutura. In MARQUES, A. H. de Oliveira (coord. e dir.); SERRÃO, Joel (dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 2002. vol. IX, p. 161-194.

ZÚQUETE, Afonso – *Armorial lusitano, genealogia e heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, Lda., 1961.



Italianos em bairros de Lisboa (século XVII)

Italians in Lisbon's neighbourhoods (17th century)

Nunziatella Alessandrini*

submissão/submission: 31/01/2015

aceitação/approval: 20/04/2015

RESUMO

O presente texto tem como objetivo o de dar continuidade a um trabalho que temos vindo a publicar sobre os italianos em bairros da Lisboa Quinhentista. Apesar de as muralhas continuarem a marcar o limite da cidade até ao terramoto de 1755, é manifesto o alargamento de Lisboa para a parte ocidental ao longo da zona ribeirinha a partir das primeiras décadas de Quinhentos. Seguindo este crescimento iremos verificar um processo de expansão daquelas que eram as primitivas residências de italianos em Lisboa. Efetivamente, as zonas nevrálgicas da cidade, nomeadamente a rua Nova dos Mercadores e, em geral, a freguesia de São Julião, continuam a manter uma primazia na escolha. No entanto, e sobretudo após a construção da igreja do Loreto e, mais tarde, da igreja de São Roque, assiste-se a uma instalação mais frequente de mercadores italianos nas zonas próximas da igreja dos Italianos prosseguindo para São Paulo e Corpo Santo.

*CHAM - Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal.

Nunziatella Alessandrini, doutorada em História pela Universidade Aberta de Lisboa (2010), é, desde 2011, investigadora integrada do Centro de História d'Aquém e d'Além Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores e bolsista de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. É coorganizadora dos ciclos de conferências luso-italianas desde 2011 e investigadora principal do projeto de reabilitação do acervo documental do arquivo da igreja de Nossa Senhora do Loreto com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Correio electrónico: lella.45@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Lisboa / Italianos / Mercadores / Loreto

ABSTRACT

This paper is meant to be regarded as the next stage of an earlier work of ours on the Italian presence in Sixteenth-century Lisbon neighborhoods. From the early decades of the 1500s Lisbon began to expand along its riverside towards West, even though its walls still marked the city limits until the 1755 Earthquake. The primitive Italian residence will also be affected by this urban expansion. It is true that core mercantile areas of the City such as the rua Nova dos Mercadores and São Julião's parish in general still remained as the Italians preferential choices for their residence. However, after the construction of Loreto's church in 1518 and São Roque in 1569, Italian merchants changed their preferences, looking for housing opportunities closer to the so-called igreja dos Italianos, and afterwards to the quarters of São Paulo and Corpo Santo.

KEYWORDS

Lisbon / Italians / Merchants / Loreto

INTRODUÇÃO

Estas páginas constituem a continuação de um caminho iniciado há um ano aquando da publicação de um texto, em parceria com Pedro Flor¹, onde se procurava organizar as “moradas” dos italianos na capital portuguesa do século XVI identificando os bairros escolhidos por estes estrangeiros e, quando possível, explicando as motivações de tal escolha. A ideia subjacente era a de oferecer uma visão de conjunto das zonas que acolhiam os mercadores italianos do século XVI, num mapeamento que seguia o natural alongamento da cidade de Lisboa para a zona ocidental, assinalada com a construção do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém no reinado de D. Manuel.

Mergulhando no labirinto de ruas, becos e vielas estreitas que caracterizavam a malha urbana da época medieval e moderna, a nossa intenção agora é a de identificar a residência dos mercadores italianos no século XVII baseando-nos quer na importante produção de estudos sobre a cidade de Lisboa anterior ao terramoto, quer nos relatos deixados por viajantes estrangeiros que visitaram e/ou viveram na capital portuguesa, quer ainda

¹ ALESSANDRINI, Nunziatella; FLOR, Pedro - Índícios, sinais e moradas dos italianos “estantes” em Lisboa (séc. XVI). In ALESSANDRINI, Nunziatella [et al.] - *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se ne pò Lisboa dos italianos: história e arte (sécs. XIV-XVIII)*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas A. Benveniste, 2013. p. 103-121. Seguirei de perto este texto no que diz respeito às referências às moradas dos italianos no século XVI.

em documentação primária, alguma inédita, de tipologia muito variada tal como tombos da cidade, testamentos, compras, vendas, instituição de morgados. Esta documentação permite-nos, por um lado, ter notícias mais técnicas referentes à volumetria das moradas através de pormenores de medidas de largura e de altura, e, por outro lado, apresenta-nos o enredo social com informações acerca da vizinhança. Para além da Lisboa “urbana”, serão também contemplados os arredores da cidade onde as camadas mais abastadas destes mercadores estrangeiros adquiriram quintas, quiçá investindo o dinheiro dos negócios desenvolvidos na capital portuguesa.

Importa assinalar a preocupação que, recentemente, se tem manifestado para com a tentativa de reconstruir a cidade de Lisboa anterior ao terramoto de 1755, tanto mais quanto este interesse transbordou a área dos estudos olisiponenses, alargando-se a outras disciplinas. Assim, na senda do projeto liderado por Gustavo de Matos Sequeira, em meados do século XX, foram apresentados outros projetos que, utilizando a tecnologia para produzir imagens virtuais, recriaram os complexos lisboetas destruídos pelo sismo. Esta exigência deu origem a um projeto de recriação virtual, interativo e imersivo, sobre o conjunto urbano que se perdeu e sobre as ruínas das quais se construiu a nova Lisboa. Intitulado *City and Spectacle: a vision of pre-earthquake Lisbon*², o projeto pretende uma aproximação à memória da cidade perdida, recriando Lisboa nas suas dimensões urbanística, social e cultural, a partir de um levantamento e seleção exaustiva de fontes escritas e iconográficas existentes nos acervos nacionais.

Importa ainda salientar o trabalho dos investigadores³ do Museu da Cidade cujo projeto (2005-2010) visava recriar em 3D os edifícios emblemáticos de Lisboa e alguns eixos viários como o da rua Nova dos Mercadores⁴. No que diz respeito à caracterização da rua Nova dos Mercadores antes de 1580, esta foi identificada numa tela por Annemarie Jordan-Gschwend⁵, permitindo-nos uma visão real do quotidiano da circulação na dita rua e das pessoas que ali se movimentavam. A área da História da Arte muito se tem dedicado à investigação da iconografia de Lisboa anterior ao sismo - recordem-se os estudos de Sílvia Ferreira, Susana Flor, Maria João Pereira Coutinho, Delminda Rijo, Giuseppina Raggi, Vítor Serrão, entre outros, que, ao utilizar documentação notarial e paroquial, entre outra, deram um importante impulso ao conhecimento da Lisboa pré-terramoto. Assim, o projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em 2010 referente à investigação iconográfica de Lisboa anterior ao Terramoto e coordenado por Pedro Flor, *Lisboa em Azulejo antes do Terramoto*, tinha como objetivo desenvolver uma investigação sobre a evolução iconográfica da cidade de Lisboa durante o período moderno, partindo da análise detalhada de um painel de azulejo realizado nos finais do século XVII e início do século XVIII pertencente ao acervo do Museu Nacional do Azulejo, peça singular da azulejaria portuguesa.

² Projeto de investigação em desenvolvimento no Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora desde 2005 (<http://lisbon-pre-1755-earthquake.org>) e os trabalhos de Helena Murteira, Alexandra Gago da Câmara e Paulo Rodrigues.

³ O projeto, liderado por Ana Cristina Leite e Jorge Ramos de Carvalho, contou com a investigação de Margarida Almeida Bastos, Rita Fragoso de Almeida, Rita Manteigas, entre outros.

⁴ Disponível em <http://www.museudacidade.pt/Lisboa/3D-lisboa1755/Paginas/default.aspx>.

⁵ JORDAN-GSCHWEND, Annemarie; BELTZ, Joahannes - *Elfenbeine aus Ceylon. Luxusgüter für Katharina von Habsburg (1507-1578)*. Zúrique: Museum Rietberg, 2010. p. 49-51.

ITALIANOS EM LISBOA NO SÉCULO XVI: BREVES ANTECEDENTES

O século XVI foi, para os italianos em Lisboa, um momento de importante crescimento quer do ponto de vista do engrossamento da própria comunidade quer do ponto de vista do enriquecimento financeiro. De facto, a comunidade italiana na capital portuguesa reforçou-se de maneira considerável após a abertura do caminho marítimo para o oriente seguindo o apelo de novos e rentáveis comércios de longa distância. Embora não se pudesse falar de “comunidade italiana”, uma vez que a península itálica estava dividida em múltiplas cidades estado, ocorreu, na segunda década de Quinhentos, um acontecimento importante, elucidativo da consciência dos italianos no estrangeiro: a edificação da igreja de Nossa Senhora do Loreto, igreja da Nação Italiana. Esta sensibilidade de se apelidar de “nação italiana” superando as rivalidades que na mãe pátria opunham os pertencentes às várias regiões da península itálica, deve ser tida em consideração quando se estuda a presença italiana em Portugal a partir do século XVI e quando se utiliza o termo “italiano” para designar uma comunidade constituída por florentinos, venezianos, genoveses, milaneses, prazentinos, etc. Iniciado no século XII, o fluxo de entrada de italianos em Portugal mantém-se ao longo dos séculos sucessivos chegando a números importantes após as descobertas atlânticas e orientais. É conhecida a atividade de mercadores particulares e de famílias italianas que criaram casas comerciais cuja participação na economia portuguesa foi profunda e frutuosa⁶. A Lisboa que no início de Quinhentos acolhia estes estrangeiros era uma cidade em plena transformação, sob iniciativa do rei D. Manuel que lhe conferiu o seu marco de cidade ribeirinha, onde o rio e o mar se tornaram “o eixo verdadeiro da expansão urbana”⁷. Nesta conformação urbana, a vida citadina e comercial ocupava a parte baixa da cidade, mais perto do rio, onde chegavam os navios carregados de mercadorias. A rua Nova dos Mercadores, ponto nevrálgico do comércio, fazia parte da freguesia de São Julião e estava encostada ao rio. Ao entrar na freguesia da Madalena, a rua mudava de nome para rua dos Ferros, sendo o chamado Arco dos Barretes o limite das duas freguesias. Nesta zona, nas freguesias da Madalena (rua da Ferraria do Aver-do-Peso) e de São Julião (rua Nova dos Mercadores no Arco dos Barretes), tinha casas o rico mercador florentino Bartolomeo Marchionni, cuja presença em Lisboa remonta a 1469⁸, deixadas em herança, respetivamente, à filha Isabel e à neta Elena Corbinelli⁹. Na mesma freguesia de São Julião tinham residência famosos mercadores italianos: na calçada de São Francisco vivia Francesco Corbinelli¹⁰, pai de Elena Corbinelli e genro de Marchionni por ter

⁶ Muitos foram os estudos que se debruçaram sobre as figuras de mercadores e de famílias mercantis italianas no período das descobertas portuguesas, entre outros os trabalhos de Virgínia RAU, M. Cármen RADULET, Marco SPALLANZANI, Francesco GUIDI BRUSCOLI, Nunziatella ALESSANDRINI.

⁷ ARAÚJO, Renata de - *Lisboa a cidade e o espectáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 23. Hélder Carita deteta já em D. Dinis um interesse pela dinamização da área ocidental da cidade: CARITA, Hélder - *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 35.

⁸ Sobre Bartolomeo Marchionni o recente estudo de GUIDI BRUSCOLI, Francesco - *Bartolomeo Marchionni, «homem de grossa fazenda» (ca. 1450-1530): un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2014.

⁹ Para uma descrição mais detalhadas ver ALESSANDRINI, Nunziatella; FLOR, Pedro - *Indícios, sinais e moradas dos Italianos...* p. 110-111.

¹⁰ Sobre Francesco Corbinelli: RAU, Virgínia - Um florentino ao serviço da expansão portuguesa: Francisco Corbinelli. “Memórias” do Centro de Estudos da Marinha. IV (1974), p. 107-141; SPALLANZANI, Marco - Mercanti fiorentini nell'Asia Portoghese (1500-1525). Florença: Spes, 1997. p. 63-79.

casado com a filha, Maria Marchionni; na rua do Vidro e no “Beco que vai da Rua Nova dos feros pera o Poço da Fotea”¹¹ tinha propriedades o cremonês Cristóvão Bocolli, procurador do afamado João Francisco Affaitati. Membros da família Perestrello, de Piacenza¹², tinham moradas na freguesia de São Julião e São Nicolau. Outros conhecidos mercadores italianos moravam na freguesia da Sé, nomeadamente João Francisco Affaitati, Jacome de’ Bardi, Luca Giral di, entre outros¹³.

O início da construção da igreja do Loreto em 1518¹⁴ e, depois, a sucessiva edificação da igreja de São Roque em 1569, assinalam uma progressiva mudança das residências italianas para a zona ocidental. A zona imediatamente fora e/ou contígua à antiga muralha fernandina foi-se rapidamente povoando e os italianos que, aquando da sua vinda para Lisboa, se tinham instalado na parte oriental da cidade, começaram a comprar casas nas redondezas da igreja do Loreto. Assim, o já mencionado mercador florentino Luca Giral di, residente em Lisboa desde 1515 e morador na zona da Sé tinha adquirido, em 1551 “hum assento de casas, junto da porta de sancta catherina da banda de dentro, e estão na primeira travessa que vai da dita porta pera a Trindade, ao longo do muro, e são as primeiras, que tem hum pátio grande, e dentro tem duas moradas de casas grandes, e por detrás vai hum quintal”¹⁵.

A filha de Luca Giral di, Luísa, foi morar com o marido D. Francisco da Gama, conde de Vidigueira¹⁶, na rua Larga de São Roque, assim denominada depois da edificação da igreja de São Roque¹⁷, o neto do conhecido e rico mercador florentino Girolamo Sernigi, Filipe Sernigi, morava na rua da Metade, freguesia de Loreto, numa casa grande que tinham por baixo “quatro logeas, e por cima vão casas de dous sobrados, com seus repartimentos”¹⁸. Em São Roque morava Antonio del Maestro, marido de Isabel Marchionni e genro de Bartolomeo Marchionni, e na rua da Trombeta, freguesia de Loreto, o veneziano Gaspar Cadena, cujo sogro, Pero Milanês, tinha uma loja no Arco dos Barretes. Na rua Larga de São Roque “gionto al corridore di detta chiesa”¹⁹ comprou casas também o mercador genovês Stefano Lercaro, chegado a Lisboa em 1576 para desenvolver negócios com o amigo mercador genovês Antonio Calvo, e, na altura, morador na freguesia da Sé.

¹¹ *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei Nosso Senhor no ano de 1565* In *Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1947. vol. I, p. 227.

¹² Sobre os Perestrello em Lisboa no século XVI, veja-se ALESSANDRINI, Nunziatella - Os Perestrello: uma família de Piacenza no império português (século XVI). In ALESSANDRINI, Nunziatella; RUSSO, M.; SABATINI, G.; VIOLA, A. (org.) - *Di buon affetto e commercio: relações luso-italianas na Idade Moderna*. Lisboa: Centro de História d’Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa: Universidade dos Açores, 2012. p. 81-112.

¹³ Remete-se para o texto de ALESSANDRINI, Nunziatella; FLOR, Pedro - Índícios, sinais e moradas dos Italianos..., em particular o parágrafo Os Italianos nas freguesias da Sé, Madalena, S. Julião, S. Nicolau, p. 109-116.

¹⁴ Sobre a história da igreja do Loreto: FILIPPI, Sergio - *La chiesa degli italiani: cinque secoli di presenza italiana a Lisbona negli archivi della chiesa di Nostra Signora di Loreto*. Lisboa: Fábrica da Igreja Italiana da Nossa Senhora do Loreto, 2013.

¹⁵ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 1º de tombo das propriedades foreiras à câmara da cidade de Lisboa*, f. 445.

¹⁶ Sobre os terrenos que D. Francisco da Gama possuía em São Roque, cf. AML, *Livro 1º de tombo das propriedades foreiras à câmara da cidade de Lisboa*, f. 361-362 e 368.

¹⁷ É a 8 de janeiro de 1569 que o rei D. Sebastião ordena à Câmara a localização de marcos que impeçam a construção no terreno destinado à rua que irá unir as igrejas do Loreto e de São Roque. AML, *Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião*, doc. 43, f. 67 a 68v.

¹⁸ AML, *Livro 1º de tombo das propriedades foreiras à câmara da cidade de Lisboa*, f. 402.

¹⁹ Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto (ANSL), *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, f. 8.

A cidade expandia-se rapidamente para ocidente e os italianos recém-chegados instalavam-se em zonas fora da muralha fernandina. O caso do mercador milanês Giovan Battista Rovellasca é emblemático. Embora H. Kellenbenz²⁰ refira que Rovellasca morasse na freguesia da Sé aquando da sua chegada a Lisboa em 1577, não temos a certeza da verdade dessa afirmação porque o documento em questão menciona apenas que o mercador milanês foi testemunha dum casamento na freguesia da Sé, sem qualquer outra referência à residência do italiano na mesma freguesia²¹. Sabemos, no entanto, que tinha casas com lojas em São Paulo “junto da cruz de cata que farás”²², e que vivia na sua quinta de Alcântara antes de lhe ser penhorada pelo rei Filipe II por dívidas no contrato da Mina por volta de 1600²³. A São Paulo também morava, desde 1574, Angelo Stella, mercador veneziano. Juntamente com Geronimo Stella, eram donos dos navios Stella e Vidala e mantinham comércios com a sociedade em Veneza constituída por Luc’Antonio Giunti e Marc’Antonio Stella²⁴.

A expansão de Lisboa para ocidente, onde o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém marcavam o limite, era inevitável e rápida e, de facto, o mercador florentino Filippo Sassetti afirma que em 1580 moravam em Alcântara muitos ricos venezianos em casas que foram assaltadas aquando da invasão de Filipe II. Entre estes venezianos podemos contar Alvise Vezzato, cuja habitação foi saqueada em 1580, acontecimento este que foi muito criticado pelo Senado veneziano que “non le pareva honesto, che essendo state rispettate le case dei propri portoghesi, una suoi venetiani sia stata a peggior conditione di loro”²⁵. Juntamente com os florentinos Raffaele Fantoni e Giulio Nessi, Alvise Vezzato subscreveu em 1589 o contrato da pesca do atum adiantando mais de 100.000 ducados. No entanto, a sociedade faliu com a consequência de uma ingente perda de capital²⁶.

A cidade aparece a Sassetti “grande”, “maravigliosa per il sito”, envolvida em “due vestigi di mura, che l’uno è chiuso nell’altro”²⁷, sendo que a parte principal e maior ficava fora das muralhas. Nas zonas urbanas o que capturava a atenção do mercador florentino era a vivacidade que caracterizava as ruas “in ogni via e in ogni casa è bottega che cuoce e vende pesce ogni giorno e ogn’ora, talmente che per l’odore cattivo del frittume è una noia grandissima l’andare attorno”²⁸, assim como a dificuldade em andar nellas “ci há strade tanto repenti, che e’

²⁰ Cf. KELLENBENZ, Hermann - I Borromeo e le grandi casate mercantili milanesi. In *Convegno internazionale nel IV centenario della morte*, Milano, 1984 - S. Carlo e il suo tempo. atti. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1986. p. 825.

²¹ PRESTAGE, Edgar; AZEVEDO, Pedro d’ (org.) - *Registo da Freguesia da Sé desde 1563 até 1610*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924. vol. I, p. 460.

²² Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Inquisição de Lisboa*, Processo 2028. Agradeço a informação ao Dr. Pedro Pinto. Foram estas lojas que, suponho, foram assaltadas pelos ingleses e não a quinta de Alcântara como erradamente refiro no artigo ALESSANDRINI, Nunziatella; FLOR, Pedro - Índícios, sinais e moradas dos Italianos..., p. 120

²³ Para a descrição da quinta de Alcântara, ALESSANDRINI, Nunziatella; FLOR, Pedro - Índícios, sinais e moradas dos Italianos... p. 119-120.

²⁴ ALESSANDRINI, Nunziatella - Vida, história e negócios dos mercadores italianos no Portugal dos Filipes. In CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire da; CUNHA, Mafalda Soares da (org.) - *Portugal na monarquia hispânica: dinâmicas de integração e conflito*. Lisboa: Centro de História d’Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa: Universidade dos Açores, 2013. p. 119.

²⁵ OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de - *Fontes documentais de Veneza referentes a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. p. 242.

²⁶ ALESSANDRINI, Nunziatella - Vida, história e negócios..., p. 121.

²⁷ Carta enviada de Lisboa a Pier Vettori a 6 de março de 1579, in SASSETTI, Filippo; BRAMANTI, Vanni (cura) - *Lettere da vari paesi*. Milano: Longanesi, 1970. p. 230.

²⁸ “Em cada rua e em cada casa há uma loja que cozinha e vende peixe cada dia e em cada hora, ao ponto que devido ao mau cheiro do frito é aborrecido andar” - carta de 10 de outubro 1578, p. 217.

fidalghi, non comportando la vanità loro che e' vadiano a piede, per non vi potere andare e' cavalli, non vi passano mai"²⁹. Ainda não tinha sido construído o torreão do Palácio Real, obra de Filippo Terzi, e o complexo da Ribeira não atraiu a atenção de Sassetti que refere “non ha nessuno bello edifizio”³⁰. Se não tivéssemos representações iconográficas da cidade vista do Tejo e disposta em anfiteatro com as colinas na parte mais alta, poderíamos igualmente ter a mesma visão da cidade através das palavras de Sassetti, “dall’essere sita in costa e tanto alta deriva questo bene, che una parte delle case, la maggiore, scuoprono il rio pieno di navi e di legni e fino taluna alla marina, che maggior diletto non si potrebbe chiedere”³¹.

Juntamente com a cidade, a Igreja do Loreto foi conhecendo alterações ao longo do século XVI ligadas sobretudo ao seu engrandecimento. Delimitada entre a muralha, à qual estava encostada, e a rua de São Roque, a igreja do Loreto podia ser aumentada apenas em sentido longitudinal no caso em que a Câmara tivesse concedido aprovação para abater uma das torres da porta de Santa Caterina³². A irmandade pediu à Câmara a permissão de demolir a torre para ampliação da igreja e, a 5 de fevereiro de 1577, António de Castilho, fidalgo da casa d’el rei e guarda-mor da Torre do Tombo, confirma a receção pelas mãos de Nicolao Pietro Coccino, genovês, na altura mordomo da igreja do Loreto, do contrato “escrito em publica forma” em que o rei dava a possibilidade de derrubar a torre que estava diante da porta principal da igreja de Nossa Senhora do Loreto de modo a esta se poder alargar³³. Para além da ampliação física do templo italiano, veremos que este, ao longo do século XVII, se vai também engrossando devido às propriedades imobiliárias que lhe foram sendo legadas pelos fiéis.

A LISBOA ITALIANA DO SÉCULO XVII

No último quartel do século XVI assistiu-se a uma reviravolta na política portuguesa que viu o reino de Portugal ser incorporado pela Monarquia Ibérica. O reinado dos Filipes de Castela influenciou, como não podia deixar de ser, também a atividade da comunidade italiana na capital portuguesa. Os grandes protagonistas do início de Quinhentos já tinham falecido e tinham deixado descendentes que, como veremos, irão, com frequência, integrar-se nas elites portuguesas. As estritas relações que tinham caracterizado as ligações entre Espanha e Génova vão-se rapidamente deteriorando e a *Superba* vai encontrar em Portugal um espaço onde agir. Não cabe agora aprofundar as questões que levaram os mercadores genoveses a instalarem-se em Portugal, apenas queremos assinalar que as bancarrotas filipinas determinaram a saída de mercadores genoveses que de Castela chegaram a Lisboa dando início a um predomínio destes italianos, que se revelará em toda a sua força depois da Restauração

²⁹ “Há ruas tão íngremes nas quais os fidalgos, cuja vaidade não lhe permite ir a pé, e não podendo ir de cavalo, nunca passam” - carta de 19 de fevereiro 1579, p. 226.

³⁰ Carta de 10 de outubro 1578, p. 216. Monumentos notáveis, tal como o hospital de Todos-os-Santos, a Sé, o convento do Carmo, não despertaram a atenção do mercador humanista florentino.

³¹ “Por ser situada na costa e ao mesmo tempo na colina vem o bom, sendo que a maior parte das casas vêm o rio cheio de navios o que não podia ser de maior encanto” - carta de 19 de fevereiro 1579, p. 226.

³² Cf. FILIPPI, Sergio, *La chiesa degli italiani...*, p. 51.

³³ AML, *Livro 1º de contratos*, doc. 22, f. 97 e f. 97v.

de Portugal. A comunidade italiana que vamos encontrar no findar do século XVI até às primeiras décadas do século seguinte, é constituída, portanto, por descendentes de famílias já radicadas em terra portuguesa há gerações e por mercadores italianos, na maioria genoveses, que vão iniciar um percurso comercial.

Deve-se sublinhar que a bibliografia referente à comunidade italiana no século XVII é ainda bastante escassa e que um importante impulso para o seu estudo foi efetuado, há alguns anos, no âmbito da História da Arte por Teresa Leonor Vale³⁴. A historiadora, ao analisar a importação de escultura italiana em Portugal na 2ª metade do século XVII, detetou elos de ligação entre a vinda de artistas italianos para Lisboa e os mercadores cá residentes que comissionavam as suas obras, desenhando, por um lado, um quadro dos contactos culturais, diplomáticos e económicos entre Portugal e algumas cidades italianas, nomeadamente Génova³⁵ e Roma, e, por outro, trazendo à luz os nomes dos mais afamados mercadores que compunham a comunidade italiana na segunda metade de Seiscentos. Na mesma linha, e utilizando a documentação do arquivo da Igreja do Loreto, Vítor Serrão³⁶ procurou realçar o impacto das novidades da arte genovesa no mercado lisboeta e, nesse sentido, propôs-nos interessantes reflexões que merecem ser desenvolvidas³⁷. Para além disso, há estudos parcelares que ajudam na identificação da comunidade italiana do período que nos interessa e que pertencem, mais uma vez, ao âmbito da história da arte: Isabel Mayer Godinho Mendonça³⁸, assim como os autores acima mencionados, oferece-nos um leque variado de artistas italianos cuja vivência foi reconstruída graças à documentação do arquivo da igreja do Loreto.

Do mesmo modo, os nossos recentes contributos³⁹, abordaram o estudo da comunidade italiana no século XVII privilegiando o papel económico, diplomático e social, numa tentativa de olhar para este grupo de estrangeiros numa ótica multidisciplinar.

³⁴ A historiadora, para além de obras e artigos referentes a artistas italianos, transcreveu documentos inéditos extraídos do arquivo da igreja do Loreto, dando a conhecer a rica família de mercadores genoveses dos Gherzi. Cf. VALE, Teresa Leonor - *Escultura italiana em Portugal no século XVII*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004. p. 326-331.

³⁵ Sobre as relações diplomáticas entre Génova e Lisboa veja-se ALESSANDRINI, Nunziatella - *Consoli genovesi a Lisbona*. In AGLIETTI, M.; HERRERO SÁNCHEZ, H.; ZAMORA RODRIGUEZ, F. - *Los cónsules de extranjeros en la Edad Moderna y a principios de la Edad Contemporánea*. Madrid: Doce Calles, 2013. p. 201-211.

³⁶ Limito-me a assinalar, dentro da vasta produção do autor, a obra *A Cripto-História de Arte - Análise de obras de arte inexistentes*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001, principalmente o cap. VIII - O tecto de N.ª S.ª do Loreto, comunidade dos italianos de Lisboa.

³⁷ O historiador relaciona, hipoteticamente, o largo pedido de obras de artes vindas de Génova com o guia sobre a dita cidade escrito por Carlo Antonio Paggi, filho do conceituado pintor Giovanni Battista Paggi, em Lisboa de 1656 até 1666 com o cargo de cônsul dos genoveses. O guia foi publicado na oficina de Henrique Valente Oliveira em 1659 com o patrocínio do mercador genovês Nicolao Miconi. Sobre Carlo Antonio Paggi está no prelo um trabalho de nossa autoria.

³⁸ O conhecimento da documentação do arquivo da igreja do Loreto por parte da historiadora é notável, tendo trabalhado aprofundadamente nos *Livros das Pessoas Italianas que se desobrigão nas Quaresmas nesta Igreja de N.ª S.ª do Loretto*. Entre os numerosos estudos da autora, remetemos para o seguinte: MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho - Paolo Dardani (1726/1789): “O pintor de batalhas” que viu baleias no Tejo. In ALESSANDRINI, N.; FLOR, P.; RUSSO, M.; SABATINI, G. (org.) - *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se pò. Lisboa dos italianos: história e arte (sécs. XIV-XVIII)*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Universidade de Lisboa, 2014. p. 219-237.

³⁹ ALESSANDRINI, Nunziatella - La presenza genovese a Lisbona negli anni dell'unione delle corone (1580-1640). In *Genova y la monarquía hispánica (1528-1713)*. Genova, 2011. p. 73-98. ALESSANDRINI, Nunziatella - Vida, história e negócios...; ALESSANDRINI, Nunziatella - Consoli genovesi a Lisbona...; ALESSANDRINI, Nunziatella; VIOLA, Antonella - Genovesi e fiorentini in Portogallo: reti commerciali e strategie politico-diplomatiche (1650-1700). In *Mediterranea Ricerche Storiche*, 28 (2013), p. 295-322.

No que diz respeito aos descendentes das ricas famílias italianas que primaram na economia portuguesa da primeira metade do século XVI, já temos referido o paradeiro de Luísa Giraldi e D. Francisco da Gama na rua de São Roque. Aqui também viviam os herdeiros de João Francisco Affaitati. O neto do mercador cremonês, D. Rodrigo de Sousa, filho de Inês de Lafetá e Leonardo de Sousa, casado com D. Joana de Vasconcelos, filha de D. Luís Fernandes de Vasconcelos e de D. Branca de Vilhena, vivia num “assento de casas que estão n’esta cidade, no Bairro de S. Roque, pegado com o Moinho de vento, que tem um pateo grande com duas casas térreas, e da banda do norte uma horta com poço de nora e arvores de fruto, toda cercada de muro no valor de 1:600\$000 reis”⁴⁰.

Um caso problemático verificou-se com a descendência masculina de Luca Giraldi. O filho do mercador florentino, Francisco Giraldi, ao casar-se com a neta de João Francisco Affaitati, Lucrezia de Lafetá, teve uma filha, Maria (apelidada indiferentemente de Giraldi ou Lafetá, o que é sintomático do impacto que as duas famílias tinham na sociedade do tempo) que se tornou herdeira dos bens do pai inclusive das casas situadas do lado extra muro da igreja do Loreto. Para além disso, Maria Giraldi ou Lafetá tinha herdado a capela-mor da igreja do Loreto, adquirida pelo avô Luca Giraldi. A posse da capela-mor, no entanto, implicava uma série de condições a que os da casa Giraldi eram obrigados e que Sebastião de Sá e Menezes, filho de Maria e Francisco de Sá e Meneses, não cumpriu. O contrato estipulado entre Luca Giraldi e os Irmãos da Igreja do Loreto previa que, em troca de 3.000 cruzados e doze mil réis de juro cada ano, o mercador florentino tivesse a capela-mor para si e para os seus descendentes serem ali sepultados. Para garantir a posse da capela-mor foi estabelecido que esta devia ser mantida sempre em condições e reconstruída, em caso de eventos ruinosos, à custa da família Giraldi⁴¹. De facto, Luca Giraldi, após falecer (1565), foi ali sepultado, assim como o filho dele, Francisco Giraldi (1594). O acontecimento que desmoronou a capela-mor ocorreu em março de 1651 quando um pavoroso incêndio destruiu a igreja do Loreto, inclusive a capela-mor. A 29 de março de 1651 os Irmãos do Loreto notificaram a Sebastião de Sá e Meneses que, se pretendia manter o padroado da capela-mor, devia prover à sua reedificação. Uma certidão passada em 1652 a Sebastião de Sá e Meneses confirmava o reconhecimento do senhorio direito a favor do Senado da Câmara feito em 1557 por Luca Giraldi de uma casa “ao longo e dentro do muro da cidade às Portas de Santa Catharina na Travessa que ia para a Trindade, e contíguas à Igreja do Loreto, as quaes pagavam de juro annual ao Senado de Lisboa 547 rs., e eram de Sebastião de Sá e Meneses, em Maio de 1652”⁴². Nestas casas, agora de propriedade de Sebastião de Sá e Meneses, tinha sido concedido ao antigo possuidor, Luca Giraldi, a possibilidade de construir uma escada de madeira sobre o muro da cidade para aceder à tribuna da capela-mor. Esta condição já não era válida uma vez que Sebastião de Sá e Meneses não tinha procedido a reconstruir a capela-mor cujas obras em pedraria foram avaliadas em cerca de 8.500 cruzados⁴³. O litígio surgido entre Sá e Meneses e a igreja do Loreto levou a atrasar as obras de reconstrução e num decreto de 1655 foi ordenado ao Senado que a obra da escada do

⁴⁰ CASTILHO, Júlio de - *Lisboa antiga*. 3ª ed. Lisboa: Oficinas Gráficas da CML, 1962. vol. IV, p. 95.

⁴¹ ANSL, *Caixa IX*, doc. 1b.

⁴² ANSL, *Caixa XIX*, doc. 118.

⁴³ ANSL, *Caixa 1, maço 2*, doc. 11.

muro do Loreto e a disputa existente entre a igreja de Nossa Senhora do Loreto e Sebastião de Sá Meneses fosse da competência da Relação e não da Câmara de Lisboa⁴⁴. Certo é que Maria Giraldi, a 28 de abril de 1658, mandou dizer à Junta da igreja do Loreto que “stando ella moribonda desiderava che il suo corpo fosse sepolto nella Cappella Maggiore nel quale erano stati sepolti li suoi antecessori”⁴⁵ e, um dia depois, 29 de abril do mesmo ano, a Junta determinou que “non si differiva a tal domanda”⁴⁶.

Como já adiantei, o século XVII vê a fileira italiana, “estante” em Lisboa há muito tempo, ser acrescentada com novos elementos. As zonas ribeirinhas de Quinhentos continuavam apelativas, sendo que um núcleo mais forte se situa nas freguesias do Loreto, dos Mártires, no Corpo Santo e Remolares. Este processo vai-se robustecer, como veremos, ao longo do século XVII. Assim, nas primeiras décadas de Seiscentos encontramos o mercador veneziano Francisco de la Corona residente na freguesia da Madalena e a irmã dele, Lucrezia de la Corona, em São Julião⁴⁷. Esta era também proprietária de casas que valiam 20.000 rs. situadas na rua de Lemos na mesma freguesia. Ambos os irmãos, falecidos respetivamente em 1622 e 1626, quiseram ser sepultados na igreja de Nossa Senhora do Loreto. Nesta mesma altura, os mercadores venezianos Jacome Quisali e Bartolomeo Patti e o genovês Alberto Savignone eram moradores, respetivamente, no Corpo Santo e nos Remolares. O romano Paulo Valerio, residia na rua Direita do Alecrim e o florentino Jacome Tatti - casado com a filha do acima citado Raffaele Fantoni, Lucrécia - residia na freguesia do Loreto assim como o genovês Domenico Micone (rua da Barroca).

Entretanto, um grupo de genoveses começava a criar uma importante atividade comercial. Em Lisboa, desde os anos vinte e trinta de Seiscentos, que os mercadores genoveses Nicolao Micone e Francesco André Carrega foram ocupando lugares de relevo dentro da comunidade italiana e eram membros da Confraria do Loreto. Por volta de 1645 a sociedade Micone-Carrega foi-se alargando a um terceiro membro, o mercador genovês Gio Girolamo Gherisi. O longo percurso da sociedade comercial - três décadas - foi marcado por dois acontecimentos cujas consequências reforçaram o papel destes genoveses, quer dentro da comunidade italiana quer dentro da sociedade portuguesa. De facto, aquando da instituição da *Companhia Geral do Comércio do Brasil* (1649), a sociedade genovesa entrou com 3000 cruzados e, partindo do eixo Lisboa-Génova, montou uma alargada rede comercial que abrangia a Europa, o Brasil, o Oriente e a África. Poucos anos depois, em 1651, o medonho incêndio que destruiu a igreja do Loreto tornou necessária a intervenção de ajudas voluntárias e a sociedade genovesa entregou 4.000.000 de reis para a reconstrução do templo. Tanta generosidade e riqueza colocavam os ditos mercadores numa posição de relevo no seio da administração da Igreja do Loreto⁴⁸:

Em 2 de julho de 1655 adquiriram casas na freguesia dos Mártires, “em cima do muro dos cubertos”⁴⁹ em nome dos três. A escritura foi feita na quinta de D. João de Castelo Branco, “junto a são bento o novo freguesia de santos

⁴⁴ AML, *Livro 1º de consultas e decretos de D. Afonso VI*, f. 101 a 103.

⁴⁵ ANSL, *Livro das Juntas*.

⁴⁶ *Idem*.

⁴⁷ Sobre os irmãos de la Corona, ver N. ALESSANDRINI - Vida, história e negócios..., p. 125.

⁴⁸ ANSL, *Livro Mestre da Receita e Despesa*, 3º, f. 4.

⁴⁹ ANSL, *Caixa XII*, doc. 130.

o velho”, presentes dum lado D. Duarte de Castelo Branco e a sua mulher, Dona Mariana Josepha de Mendonça, e, do outro lado, os mercadores Micone, Carrega e Gheresi, “a reto aberto por preço de 2.500 [cruzados] de principal, e a fazer sempre boa a dita venda se obrigou D. João de Castelo Branco com sua quinta defronte s.to bento a qual fica iypotecada”⁵⁰. As casas eram compostas por “duas logeas 3 andares e hum heirado, com serventias na travessa e por cima dos cubertos”⁵¹, “e partem de hua banda com casas de Francisco de Campos e da outra com casa do Monteiro Mor”⁵². Nas mesmas casas viviam também outros membros da família Gheresi quando se encontravam em Lisboa, vindos dos seus negócios como agentes da companhia no Brasil.

Para além das casas na freguesia dos Mártires, Nicolao Micone e Francesco André Carrega possuíam propriedades no beco dos Açúcares, às costas dos Remolares, compradas ao preço de 600.000 réis, que rendiam de aluguer 50.000 réis cada ano e foram avaliadas, após a morte dos dois mercadores, em 800.000 réis. Estas casas “constao de hum almazem e por sima tres sobrados, hum delles que he o primeiro tem quatro cazas, tres cazas das quaes são de huma morada anexa de hua cazas que foram do ditto Paulo Valerio para a banda do mar. No 2º sobrado ha tres cazas No 3º sobrado ha tres casas O almazem rendia 12.000 rs. O 1 e o sobrado 36.000 rs. O 3º sobrado 12.000 rs”⁵³. Estas moradas, juntamente a outras que possuíam ao Moinho do Vento – avaliadas em 260.000 réis - foram destruídas pelo terramoto de 1755⁵⁴.

Em 1664 Gio Girolamo Gheresi escolhe regressar a Génova embora continue a manter estritas relações com a companhia e continue a visitar a capital portuguesa frequentemente. Foi substituído pelos dois irmãos César e João Thomas Gheresi em Lisboa desde 1656. Estes compraram dois prédios em Santo Estêvão, em Alfama, o n.º 8 e outro “de frente do adro do dito nr.18”⁵⁵ e, após a morte de Micone e Carrega, respetivamente em 1675 e 1676, foram morar nas casas sobre o muro dos Cubertos pagando um aluguer de 100.000 réis anuais. Estas casas, de facto, encontravam-se numa posição invejável, considerado o enquadramento privilegiado em que o palácio Corte-Real era elemento de destaque na zona entre o palácio da Ribeira e o Corpo Santo. Acerca destas casas, a documentação do arquivo de Loreto referente aos anos 1723-1744 remete para uma causa acionada pela Mesa do Loreto contra o conde d’Aveiras, D. Duarte António da Câmara, pelo aluguer das casas da igreja do Loreto sitas aos Cobertos, junto ao palácio Corte Real. Estas casas eram, de facto, contíguas ao palácio do infante D. Francisco, e foram alugadas pelo conde d’Aveiras para si e em seu nome, a partir de 1719 e por um valor de 140.000 réis por ano, e não por D. Francisco como os oficiais do Loreto julgavam. De 1723 a 1741 não foi paga à Irmandade a renda que foi reclamada ao infante. Só após o falecimento de D. Francisco, a Irmandade do Loreto tomou conhecimento que as casas tinham sido alugadas ao Conde d’Aveiras - senhor do Palácio de São Cristóvão que arrendou por

⁵⁰ ANSL, *Caixa XIX*, doc. 112.

⁵¹ ANSL, *Livro do inventario dos papeis do archivo*, f. 36v.

⁵² ANSL, *Caixa XX*, doc. 112.

⁵³ ANSL, *Caixa XII*, doc. 136.

⁵⁴ ANSL, *Livros das Juntas*, Sessão de 10 de dezembro de 1755. Transcrito por Nunziatella Alessandrini no artigo de AVELAR, Ana Paula - O terramoto de 1755 nas Recordações... de Jacome Ratton: Revelações de um extraordinário momento. *Olisipo*. II série nº 22-23 (janeiro-dezembro 2005), p. 135-136.

⁵⁵ ANSL, *Caixa XV*, doc. 18/2.

esse tempo por bom preço a um Guillerme Debruin e companhia. O que é certo, porém, é que o infante não queria que as casas tivessem outros proprietários por estarem muito próximas ao seu palácio, tendo até proposto a sua compra à Irmandade⁵⁶. Antes de serem destruídas pelo terramoto de 1755, a Irmandade do Loreto conseguiu arrendá-las por 300.000 réis anuais.

Aos Cobertos, morava também o mercador genovês Antonio Maria Conti Ventimilha⁵⁷.

Vista a importância dos negócios lisboetas, os irmãos Gheresi chamaram para vir a Lisboa o sobrinho Pedro Francisco Ravara, filho da irmã Jeronima Gheresi e do capitão Baltasar Ravara. Em Lisboa, Pedro Francisco Ravara casa com a filha do médico florentino Hipólito Guido, D. Anna Maria Guido, e vai morar em Valverde no Rossio⁵⁸. O Rossio designava o limite da cidade com um complexo arquitetónico que o caracterizava, São Domingos, o palácio da Inquisição e o hospital de Todos-os-Santos. Era uma praça menos ampla do que a da Ribeira, “um espaço de usufruto público, dominados por construções de diversos tipos, de diversas utilizações que exprimiam diferentes poderes”⁵⁹. Aqui tinham residência também os florentinos Ginori.

Nesta metade do século XVII, a planta de Lisboa de João Nunes Tinoco evidencia que a zona ribeirinha mais ocidental, a do Cata-Que-Farás, São Paulo e Remolares, apresentava características de área desafogada, mais ampla e, ao mesmo tempo, perto do mar. Evidentemente, como aconteceu no caso de Giovanni Battista Rovellasca no findar do século XVI, tratava-se de uma zona onde era tecnicamente mais apropriado ter casas e armazéns em que se pudesse recolher a mercadoria. Na rua Direita de São Paulo moravam, por exemplo, o veneziano Francesco Turrini e o florentino Thomas Baldi; no Corpo Santo residiam Domingo Serviello, Pedro Napolitano, Francesco Studendoli; no Cata-Que-Farás vivia o genovês Giovanni Battista Viganego.

Algumas destas propriedades foram engrossar o capital imobiliário da Igreja do Loreto e a documentação levantada no Arquivo da própria Igreja⁶⁰ remete para um considerável aumento de imóveis que lhe eram pertencentes no século XVII. Através de heranças e de compras efetuadas com dinheiro deixado pelos fiéis que queriam deixar rendimentos para que lhes fossem rezadas missas quotidianas e para que fossem mantidas as capelas instituídas, a igreja tornou-se possuidora de imóveis nas zonas mais nobres da cidade. Vejamos que na calçada de São Francisco ao n.º 10 havia uma propriedade de casas pertencentes à igreja de Loreto constituída por 6 andares e uma loja cujos rendimentos anuais eram os seguintes:

⁵⁶ ANSL, *Caixa XVII*, doc. 74.

⁵⁷ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, maço 4*, doc. 192.

⁵⁸ ANSL, *Caixa XI*, doc. 120.

⁵⁹ MURTEIRA, Helena - *Lisboa da Restauração às Luzes*. Lisboa: Editorial Presença, 1999. p. 36.

⁶⁰ No âmbito do projeto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian coordenado por quem escreve, *500 anos de História luso-italiana: o arquivo da Igreja dos Italianos de Nossa Senhora do Loreto em Lisboa. 1ª fase: Catalogação geral e digitalização dos documentos dos séculos XVI e XVII*.

O Primeiro andar e a logea em que vive António da Sylva em cada anno rendem rs 22.000

O segundo e 3º andar em que vive Bertollo de Faria rendem em cada anno à pagas adiantadas rs 30.000

O 4º, 5º 6º andar em que vive Pedro Augier rendem em cada anno rs 45.000⁶¹.

Os prédios acima mencionados de propriedade dos irmãos Gheresi situados em Alfama, em Santo Estêvão, foram doados à igreja para fundação de três capelas⁶², e o rendimento das casas sobre o muro dos Cobertos de Micone e Carrega foi vinculado às capelas instituídas pelos proprietários.

Para além das heranças legadas pelos confrades, a igreja do Loreto comprou, ao longo do século XVII, casas na rua Larga de São Roque, algumas das quais foram demolidas para construir a sacristia. De facto, em 1657 a igreja comprou as casas pertencentes a João Gomes situadas “junto à antiga Igreja, na Rua Larga de S. Roque da banda do muro da cidade”⁶³, por um valor de 180.000 réis. Estas casas foram demolidas na reedificação da igreja após o incêndio para se construir a sacristia. Também as casas compradas a Joanna d’Aguiar por 417.000 eis “situadas na rua Direita do Loreto contiguas a Igreja Velha”⁶⁴, foram demolidas para edificar a sacristia. Em 1659, foram adquiridas, por um valor de 200.000 réis e com a devida licença régia, ao licenciado Antonio da Motta Perestrello, umas casas situadas na rua Larga de São Roque, atrás da capela-mor da mesma igreja e foreiras ao Senado da Câmara de Lisboa⁶⁵.

Não nos devemos esquecer que as famílias italianas mais abastadas possuíam, para além de moradas de casas na cidade, quintas espalhadas nos arredores de Lisboa. Assim, os Perestrello eram proprietários da quinta do Hespanhol e da quinta da Ermingeira, no termo de Torres Vedras; João Francisco Affaitati era dono da quinta dos Loridos, no Carvalhal⁶⁶ e o filho Cosme vivia numa quinta em Colares, termo de Sintra. O procurador de Affaitati, o também cremonês Cristóvão Boccolli, tinha uma quinta no local de Palma a Nova, termo da cidade de Lisboa, com dois quintais e “outras casas poço, nora e tanque de agua, e hum fonte e hum pumar tudo junto e parte delle

⁶¹ ANSL, *Caixa XI*, doc. 113.

⁶² ANSL, *Caixa XI*, doc. 117. Um documento de 1783 define a qualidade das casas. Lê-se que desejando Antonio Roiz Ferreira comprar “hua propriedade de cazas nobres, sita nesta cidade, na Rua Direita que vai da Ermida de Nossa Senhora dos Remédios para a das portas da Cruz, freguesia de Santo Estevao do Bairro de Alfama, com serventia por baixo de outra propriedade mistica para de frente do Adro da mesma Parochia da Igreja de Santo Estevao, com hum pateo pertencente à mesma propriedade nobre. E tendo noticia que a refferida propriedade nobre da Rua Direita de Nossa Senhora dos remédios, e seu pateo, he pertença de um vinculo de Cappella instituído por João Thomas Gheresi, de que he administradora esta illustre Igreja”. ANSL, *Caixa XI*, doc. 119. Estas casas padeceram estragos no terramoto de 1755 cf. ANSL, *Livros das Juntas*, 10 de dezembro de 1755.

⁶³ ANSL, *Caixa XVI*, doc. 11.

⁶⁴ ANSL, *Caixa XVI*, doc. 12.

⁶⁵ ANSL, *Caixa XVI*, doc. 9.

⁶⁶ ALESSANDRINI, Nunziatella - Os italianos e a expansão portuguesa: o caso do mercador João Francisco Affaitati (séc. XVI). In CONTU, Martino (org) - *Studi in onore di Mons. Giovannino Pinna*. Roma: Gangemi, 2014 (no prelo).

cercado de parede e outra parte de vallada, e hua vinha de trás das ditas casas de minha morada caminho de Palma a velha”⁶⁷. Nicolao Giral di, irmão de Luca Giral di, tinha instituído morgado com propriedades no termo da vila de Arruda, precisamente na quinta de São Pedro, que incluía “o casal de Monte Agrao, foreiro a Commenda do Mestrado de Santiago”⁶⁸, e aos Ghersi pertencia a Quinta da Cartaxeira, em Carcavelos, onde terá existido a ermida de Nossa Senhora do Loreto⁶⁹.

Esta viagem nos bairros escolhidos pelos mercadores italianos, chegados à capital portuguesa para aqui ficarem e/ou para se instalarem durante o tempo necessário para a sua atividade comercial, evidencia uma clara aptidão em se estabelecerem naquelas que eram as artérias mais funcionais às suas necessidades. Os casos apresentados como modelos remetem, quer no século XVI quer no século XVII, para uma determinação em ocupar espaços amplos, a Ribeira, os Cobertos, os Remolares, São Paulo, Corpo Santo, como também o Chiado - zona onde se inscreve a igreja do Loreto - e, mais a norte, o Rossio. Todavia, não era despicienda a posse de casas em zonas menos nobres no intuito de uma utilização que gerasse mais algum rendimento. No que diz respeito à posse de quintas e terras, quer no termo da cidade quer fora, esta prática estava ligada à instituição de morgadio, prática frequente entre as famílias mais abastadas, principalmente as que residiam na capital há gerações. Era uma estratégia social e económica para não dispersar o património familiar e para perpetuar o nome da família, mantendo uma forte carga simbólica.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto

Caixa I, maço 2.

Caixa IX.

Caixa XI.

Caixa XII.

Caixa XV.

Caixa XVI.

⁶⁷ ANTT, Hospital de São José, *Livro 38*, f. 44v.

⁶⁸ ANTT, Feitos Findos, Fundo Geral, Letra C, *maço 526, caixa 6627*.

⁶⁹ Agradeço a informação à Dra. Luísa Villarinho Pereira.

Caixa XVII.

Caixa XIX.

Caixa XX.

Livro das juntas, sessão de 10 de dezembro de 1755.

Livro mestre da receita e despesa, 3º.

Livro do inventario dos papeis do archivo.

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião.

Livro 1º de consultas e decretos de D. Afonso VI.

Livro 1º de contratos.

Livro 1º de tombo das propriedades foreiras à câmara da cidade de Lisboa

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Inquisição de Lisboa, Processo nº 2028.

Hospital de São José, *Livro 38.*

Feitos Findos, Fundo Geral, Letra C, *maço 526, caixa 6627.*

Fontes impressas

Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei Nosso Senhor no ano de 1565. Documentos para a história da cidade de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal, 1947. vol. I.

Bibliografia

ALESSANDRINI, Nunziatella - Consoli genovesi a Lisbona. In AGLIETTI, M.; HERRERO SÁNCHEZ, H. ; ZAMORA RODRIGUEZ, F. - *Los cónsules de extranjeros en la Edad Moderna y a principios de la Edad Contemporánea.* Madrid: Doce Calles, 2013. p. 201-211.

ALESSANDRINI, Nunziatella - Os Italianos e a expansão portuguesa: o caso do mercador João Francisco Affaitati (séc. XVI). In CONTU, Martino (org.) - *Studi in onore di Mons. Giovannino Pinna.* Roma: Gangemi, 2014 (no prelo).

ALESSANDRINI, Nunziatella - Vida, história e negócios dos mercadores italianos no Portugal dos Filipes. In CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire da; CUNHA, Mafalda Soares da (org.) - *Portugal na monarquia hispânica: dinâmicas de integração e conflito*. Lisboa: Centro de História d'Além-Mar; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa: Universidade dos Açores, 2013. p. 107-134.

ALESSANDRINI, Nunziatella - La presenza genovese a Lisbona negli anni dell'unione delle corone (1580-1640). In HERRERO SÁNCHEZ, Manuel; GARFIA, Yasmine Rocio Ben Yesse; BITOSSI, Carlo; PUNCUH, Dino (coord.) - *Genova y la monarquía hispánica (1528-1713)*. Genova: Società Ligure di Stori Patria, 2011. p. 73-98.

ALESSANDRINI, Nunziatella - Os Perestrello: uma família de Piacenza no império português (século XVI). In ALESSANDRINI, Nunziatella; RUSSO, M.; SABATINI, G.; VIOLA, A. (org.) - *Di buon affetto e commercio: relações luso-italianas na Idade Moderna*. Lisboa: Centro de História d'Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa: Universidade dos Açores, 2012. p. 81-112.

ALESSANDRINI, Nunziatella; FLOR, Pedro - Índícios, sinais e moradas dos italianos “estantes” em Lisboa (séc. XVI). In ALESSANDRINI, Nunziatella [et al.] - *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se ne pò Lisboa dos italianos: história e arte (sécs. XIV-XVIII)*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Universidade de Lisboa, 2013. p. 103-121.

ALESSANDRINI, Nunziatella; VIOLA, Antonella - *Genovesi e fiorentini in Portogallo: reti commerciali e strategie politico-diplomatiche (1650-1700)*. *Mediterranea Ricerche Storiche*. 28 (2013), p. 295-322.

ARAÚJO, Renata de - *Lisboa a cidade e o espectáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

AVELAR, Ana Paula - *O terramoto de 1755 nas recordações... de Jacome Ratton: revelações de um extraordinário momento. Olisipo*. II série nº 22-23 (janeiro-dezembro 2005), p. 128-136.

CARITA, Hélder - *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CASTILHO, Júlio de - *Lisboa antiga*. 3ª ed. Lisboa: Oficinas Gráficas da CML, 1962. vol. IV.

FILIPPI, Sergio - *La chiesa degli italiani cinque secoli di presenza italiana a Lisbona negli archivi della chiesa di Nostra Signora di Loreto*. Lisboa: Fábrica da Igreja Italiana da Nossa Senhora do Loreto, 2013.

GUIDI BRUSCOLI, Francesco - *Bartolomeo Marchionni, «homem de grossa fazenda» (ca. 1450-1530): un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2014.

JORDAN-GSCHWEND, Annemarie; BELTZ, Joahannes - *Elfenbeine aus Ceylon. Luxusgüter für Katharina von Habsburg (1507-1578)*. Zúrique: Museum Rietberg, 2010.

KELLENBENZ, Hermann - *I Borromeo e le grandi casate mercantili milanesi. In Convegno internazionale nel IV centenario della morte, Milano, 1984 - S. Carlo e il suo tempo: atti*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1986.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho - Paolo Dardani (1726/1789): «O pintor de batalhas» que viu baleias no Tejo. In ALESSANDRINI, Nunziatella; FLOR, Pedro; RUSSO, M.; SABATINI, G. (org.) - *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se ò. Lisboa dos Italianos: história e arte (sécs. XIV-XVIII)*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Universidade de Lisboa, 2014. p. 219-237.

MURTEIRA, Helena - *Lisboa da Restauração às Luzes*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de - *Fontes documentais de Veneza referentes a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

PRESTAGE, Edgar; AZEVEDO, Pedro de (org.) - *Registo da freguesia da Sé desde 1563 até 1610*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924. vol. I.

RAU, Virgínia - *Um florentino ao serviço da expansão portuguesa: Francisco Corbinelli. "Memorias" do Centro de Estudos da Marinha*. IV (1974), p. 107-141.

SASSETTI, Filippo; BRAMANTI, Vanni (cura) - *Lettere da vari paesi*. Milano: Longanesi, 1970.

SERRÃO, Vitor - *A cripto-história de arte: análise de obras de arte inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SPALLANZANI, Marco - *Mercanti fiorentini nell'Asia Portoghese (1500-1525)*. Florença: S.P.E.S., 1997.

VALE, Teresa Leonor - *Escultura italiana em Portugal no século XVII*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.



Corsários argelinos na Lisboa do século XVIII: um perigo iminente

Algerian corsairs in Lisbon by the 18th century: an imminent danger

Edite Martins Alberto*

submissão/submission: 01/02/2015

aceitação/approval: 04/05/2015

RESUMO

Dois dias após o Grande Terramoto de Lisboa, o secretário de estado Sebastião José de Carvalho e Melo pede ao marquês estribeiro-mor que mande colocar militares de vigia ao longo do porto de Lisboa para evitar possíveis ataques de corsários argelinos. Quem eram estes corsários e o que pretendiam? Porque rondavam o estuário do Tejo? São perguntas a que pretendemos responder neste artigo e perceber porque, num tempo em que urgia resolver os problemas causados pela destruição provocada pelo sismo, os governantes se preocupavam com ataques corsários.

PALAVRAS-CHAVE

Lisboa / Defesa portuária / Corso e pirataria / Corsários argelinos / Cativos

*CHAM – Centro de História d’Aquém e d’Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal.

Edite Maria da Conceição Martins Alberto é mestre em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e doutorada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. É investigadora integrada do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores e investigadora associada do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória da Universidade do Minho e Universidade do Porto. Exerce funções no Arquivo Municipal de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa) como técnica superior de História na área da disseminação da informação.

Correio eletrónico: edite.alberto@cm-lisboa.pt

ABSTRACT

Two days after Lisbon's Earthquake (1755), the secretary of state Sebastião José de Carvalho e Melo orders *marquês estribeiro-mor* to place military surveillance along Lisbon's harbour to prevent potential attacks by Algerian corsairs. Who were these privateers and what were they looking for? Why were they in Tagus river? These are questions that we will discuss in this paper. We will try also to understand why were our rulers so attentive to an eventual corsair activity while the city was struggling against the devastating effects of the earthquake.

KEYWORDS

Lisbon / Harbour defense / Privateers and piracy / Algerian corsairs / Captives

INTRODUÇÃO

Datado de 3 de novembro de 1755, o aviso assinado por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro conde de Oeiras e marquês de Pombal, constitui um documento fundamental para a percepção do perigo que a cidade de Lisboa corria na iminência de possíveis ataques de piratas e corsários¹. Perante toda a catástrofe causada pelo Terramoto e de todo um conjunto de problemas a que era necessário ocorrer e legislar, a defesa de Lisboa tornou-se numa preocupação prioritária. Como cidade portuária o perigo era constante mas controlado por um sistema de defesa que permitia vigiar as entradas na barra do Tejo. Agora, dois dias após o Terramoto, a cidade encontrava-se vulnerável face à destruição e aos incêndios que a percorriam. Os principais edifícios da administração estavam destruídos tal como palácios, casas religiosas e hospitais². Os defuntos eram muitos, havia que providenciar

¹ "Providência VI. Aviso para o Marquez Estribeiro mór guarnecer as Torres, e as prayas de Belem, até o Bom-Successo, a fim de impedir alguma tentativa dos Argelinos, que havia noticia andarem na barra de Lisboa (3 de novembro de 1755)". In LISBOA, Amador Patrício de - *Memorias das principaes providencias, que se derão no terremoto que padeceo a corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas, e oferecidas à magestade fidelissima de El-Rei D. José I, nosso senhor*. Lisboa: [s.n.], 1758. p. 110-111. Documento transcrito no final deste artigo.

² Sobre os efeitos do Terramoto de 1755 no património edificado e a atuação política face à catástrofe veja-se MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *D. José*. Lisboa: Círculo de Leitores [etc], 2006. p. 81-94.

mantimentos e alojar os sobreviventes. Neste contexto conturbado surgiu este aviso, do secretário de estado Sebastião José de Carvalho e Melo, para o marquês de Marialva, D. Diogo de Noronha, estribeiro-mor do reino, ordenando, em nome do rei D. José, que providenciasse à colocação de militares na zona portuária de Belém. Sabia-se da investida, junto à Torre de Belém, de uma lancha argelina que cortara as amarras de uma embarcação que estava fundeada e temia-se que a ofensiva constituísse um meio de recolha de informações sobre o estado da cidade e capacidade de defesa³. Pelo aviso, ordenava-se que o marquês estribeiro-mor convocasse todos os soldados, pelo modo que considerasse mais eficaz, “reservando a Infantaria para os trabalhos, que são necessários na Cidade”⁴ e enviando um corpo de cavalaria “tal qual permittirem as circunstancias do tempo”⁵, para o cais de Belém e Bom-Sucesso.

Logo no próprio dia do megassismo, Sebastião José de Carvalho e Melo ordenara ao marquês estribeiro-mor, ao marquês de Abrantes e ao tenente-general de artilharia que apoiassem com tropas e materiais a cidade de Lisboa⁶. No dia seguinte, 2 de novembro, era emitido um aviso para o marquês do Alegrete, D. Fernando Teles e Silva, presidente do Senado da Câmara de Lisboa, sobre as primeiras medidas a tomar a fim de evitar problemas sanitários e fome na cidade, e informando-o que fora pedido ao marquês estribeiro-mor para disponibilizar as tropas que tivesse disponíveis para o coadjuvar na execução destas medidas⁷.

Pela leitura destes avisos podemos concluir sobre o papel das tropas na patrulha e na tentativa de minimizar os estragos ocorridos na cidade. No dia 3 de novembro, face à investida dos corsários argelinos junto à Torre de Belém, Sebastião José de Carvalho e Melo ordena o destacamento de efetivos para a zona portuária da cidade.

A fim de evitar maior instabilidade por parte da população em geral e dos soldados em particular, pedia-se ao marquês estribeiro-mor, neste aviso, que fizesse segredo desta ocorrência e justificasse a deslocação militar com a necessidade de vigiar a saída de mantimentos e outros bens da cidade de Lisboa⁸.

ANDA MOURO NA COSTA...

A presença de corsários e piratas foi uma constante na história marítima de Portugal. *Anda mouro na costa!*, expressão popular, ainda hoje utilizada na linguagem portuguesa, testemunha a inquietação sofrida pelas populações. A expressão relacionada com comportamentos agitados, tem a sua origem no sobressalto em que

³ LISBOA, Amador Patrício de, *op. cit.*, p. 110.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 111.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 111.

⁶ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 8º de consultas, decretos e avisos de D. José I*, f. 366-367.

⁷ AML, *Livro 8º de consultas, decretos e avisos de D. José I*, f. 368-369.

⁸ LISBOA, Amador Patrício de, *op. cit.*, p. 111.

viviam os navegantes e as povoações da beira-mar por causa do perigo constante dos ataques efetuados pelos corsários muçulmanos na costa de Portugal⁹. Através de sinais de fumo ou do toque dos sinos das igrejas, as populações eram avisadas, a fim de se precaverem contra os ataques.

Corsários e piratas, apesar de exercerem ações semelhantes, tinham estatutos diferentes, sendo difícil, por vezes, estabelecer a fronteira entre uns e outros. O pirata era o salteador que atuava geralmente no mar, por conta própria, sem invocar qualquer justificação jurídica nem estar dependente de qualquer entidade. Já o corsário tinha o seu estatuto legalizado por uma carta de corso ou de marca, exarada por um rei ou governador, autorizando a prática do corso a título de represália por danos não reparados¹⁰. Nesta qualidade, o corsário podia atuar em duas situações distintas: em tempo de guerra, contra os inimigos da nação que representava; em tempo de paz, contra todos os navios de determinados países, invocando o direito de represália, que permitia ao agredido ressarcir-se em qualquer embarcação da nacionalidade do agressor¹¹. Em qualquer dos casos, a embarcação corsária devia hastear bandeira do país que a havia comissionado. Temos, em síntese, o corso como “um instrumento jurídico que permitia aos estados dissimular uma política de hostilidade, e, diferindo-a para os particulares, com proveito também para os cofres públicos, usá-lo como meio de pressão no campo diplomático sem quebrar, por isso, as boas relações que os tratados de amizade e aliança preconizavam”¹².

A costa portuguesa não foi só atacada por corsários muçulmanos. Também corsários europeus, principalmente ingleses, franceses e holandeses, fustigaram as armadas e a orla marítima, ao longo da história, em consonância com as relações, umas vezes pacíficas outras de inequívoca rivalidade, que caracterizaram os contactos entre os reinos. Citamos a título de exemplo os ataques efetuados pelo corsário inglês Francis Drake ou a instabilidade provocada pelos navios de corso holandeses, visando a apreensão de mercadorias e navios de comércio, principalmente no Brasil, durante a dinastia filipina¹³.

⁹ VIDAGO, João - Anda mouro na costa. *Studia*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas de Ultramar. N.º 45 (1981), p. 295-306.

¹⁰ Sobre a justificação legal e direito internacional veja-se ALBUQUERQUE, Ruy Manuel de - *As represálias: estudo de história do direito português (séculos XV e XVI)*. Lisboa: R. M. Albuquerque, 1972.

¹¹ Sobre a diferenciação entre os termos corsário e pirata, veja-se GUERREIRO, Luís Ramalhosa - O corso e pirataria nos descobrimentos. In ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) - *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. p. 296-301; LOURIDO DIAZ, Ramón - *Marruecos y el mundo exterior en la segunda mitad del siglo XVIII*. Madrid: Instituto Cooperación con el Mundo Árabe, 1989. p. 62; e PEDROSA, Fernando Gomes - *Os homens dos descobrimentos e da expansão marítima: pescadores, marinheiros e corsários*. Cascais: Câmara Municipal, 2000. p. 70.

¹² GUERREIRO, Luís Ramalhosa - O corso e pirataria nos descobrimentos, *op. cit.*, vol. 1, p. 297.

¹³ AML, *Livro 1º de Filipe III*, f. 56.

Os relatos de ataques à costa portuguesa são inúmeros. Com uma longa fronteira marítima, ilhas atlânticas e constantes armadas que atravessavam o mar fruto de um reino espalhado por quatro continentes, Portugal constituiu, desde muito cedo, local de eleição para investidas corsárias¹⁴.

Centrando-nos no acervo à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, a documentação emanada para a Câmara de Lisboa pelos sucessivos monarcas e regentes atesta a preocupação com esta realidade que criava instabilidade na cidade, nos seus habitantes e, sobretudo, em todos os que viviam das atividades marítimas.

Fazendo uma retrospectiva pelos vários reinados, podemos começar por referir os documentos enviados pela rainha D. Leonor, esposa de D. João II, enquanto regente, à Câmara de Lisboa relativos a João Bretão. Este corsário atacara navios de mercadorias nas ilhas Berlengas (um de pavilhão inglês e o outro francês), fundeara a sua embarcação ao largo de Cascais e aprisionara navios que se dirigiam para Lisboa. A rainha solicita a intervenção da Câmara da cidade nas medidas a tomar nesta situação¹⁵.

Ainda no mesmo reinado, D. João II ordena que a Câmara de Lisboa arme embarcações para capturar um navio corsário francês que se encontrava no porto de Lisboa se não cumprisse as ordens que o rei lhe enviara¹⁶.

No reinado de Filipe III, encontramos a Câmara a pedir ajuda ao monarca para que se atue, com toda a brevidade, na defesa do reino.

[...] porquanto os prezidios delle Estão sem soldados, nem monições, e as cidades e toda a costa e gente della sem armas para se poder deffender, dos acometimentos, e asaltos dos inimigos e cosairos *que* uão em tanto crescimento que ate os pescadores não ousão a sair desta barra a pescar; e Com as muitas presas de nauios *que* de dous annos a esta parte tem tomado andão em tanto numero que se pode com razão temer maiores danos dos que tem feitos no mar e na terra e uisto as nouas *que* há de outros *que* estão para sair dos Portos inimigos, e estar esta costa sem defesa nem armada algũa porque a *que* auia com muita parte da nobresa, e com tanta despeza do Reino como he notorio he ida a restauração da Bahia e se esperão neste uerão seis ou sette naos da India, e outras frotas de diferentes partes *que* he a substancia do Reino e cabedal dos Vassallos delle, e direitos das rendas reaes e de todo o Comercio *que* em

¹⁴ Sobre o corso e pirataria em Portugal e no Mediterrâneo, ver FERREIRA, Ana Maria Pereira - *O essencial sobre o corso e a pirataria*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985; GODINHO, Vitorino Magalhães - As incidências da pirataria e da concorrência na economia marítima portuguesa no século XVI. In *Ensaio II - Sobre a História de Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 181-203; ALBUQUERQUE, Luís de - Os corsários no tempo de D. Henrique. In *Crônicas de História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p. 33-38; FONSECA, Luís Adão da - *Navegación y corso en el Mediterraneo Occidental: los portugueses a mediados del siglo XV*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1978; GUERREIRO, Luís Ramalhosa - Pirataria, corso e beligerância estatal no sudoeste peninsular e ilhas adjacentes (1550-1600). In JORNADAS DE HISTÓRIA IBEROAMERICANA, 4, Portimão, 1998 - *As rotas oceânicas, séculos XV-XVII*. Lisboa: Edições Colibri [etc.], 1999. p. 119-147, e *O grande livro da pirataria e do corso*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996; DOMINGUES, Francisco Contente; MATOS, Jorge Semedo de (org.) - *A guerra naval no Norte de África (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2003; CONGRESO INTERNACIONAL DE ESTUDIOS HISTÓRICOS, 2, Santa Pola, 2002 - *El Mediterráneo, un mar de piratas y corsarios*. Santa Pola: Ayuntamiento, 2002.

¹⁵ AML, *Livro 2º de D. João II*, f. 30-30v., 37-38v., 39-40v., 41-42v., 45-45v. e 46-46v.

¹⁶ AML, *Livro 2º de D. João II*, f. 87-87v.

caso que Deos não permitta, cahião nas mãos dos inimigos ou seião queimadas, ou periguem por não auer armada que a recolha e defenda seria hum dano incomportauel e muito pera sentir por todas as uias¹⁷.

Para a época em estudo, o século XVIII, encontramos D. João V proibindo que nos portos da Baía e do Rio de Janeiro não se admitam navios ingleses ou de qualquer outra nação estrangeira “senão hindo incorporados com as frotas deste Reyno, & voltando com ellas na fórma dos tratados, ou obrigados de alguma tempestade, ou falta de mantimentos, nos quaes casos assistindo lhe com o necessario, os deviam mandar sahir sem lhes permittir commercio algum”¹⁸. Esta medida devia-se, não só, ao facto de prejudicarem o comércio português, retirando do Brasil ouro e tabaco, mas sobretudo por atacarem a frota portuguesa no Atlântico, pois eram navios de guerra¹⁹.

No mesmo reinado legislava-se no sentido de determinar a quem pertenciam os salvados, bens dados à costa, que os governadores do Algarve pretendiam que ficassem para si: “os Navios que dão à costa nas prayas daquelle Reyno, & todas as mais cousas que a ella vem, que erão de Infieis, ou de pessoas, ou naçoens com que este Reyno estivesse em guerra, ou de quaesquer Cossarios, se primeyro os ditos Governadores as occupassem pessoalmente”²⁰. Pelo alvará de 20 de dezembro de 1703, o monarca determinava que todos os bens passariam a pertencer à Fazenda Real:

ordeno, & mando, que daqui em diante todos os Navios, embarçaçoens, & cousas que se perderem, & derem à costa nas prayas deste Reino, ou do Algarve, & nas das Ilhas, Brasil, India, Angola, ou em outras quaesquer de meus Dominios, sendo de Infieis, ou de outras pessoas, ou naçoens, com que este Reyno esteja em guerra, ou de Cossarios, ficarão pertencendo à minha Real Fazenda, & que sejam occupadas pelos Officiaes della, & obrigados a fazer auto, & inventario com toda a clareza, & distinção, o qual será revisto, & examinado pelo Provedor da Comarca do destrito a que pertencer, & com elle me dará conta pelo Conselho da minha Fazenda, ou pelo do Ultramar [...] & os Governadores, nem outra qualquer pessoa, de qualquer qualidade, ou condição que seja, poderão pertender o domínio dos taes bens com fundamento de os haverem occupado. [f. 25v.] do primeyro, ou por outro qualquer pretexto, porque por este meu Alvará hey por derogada a disposição da Ordenação l. 2, t. 32. § I & qualquer outra ley, ou determinação que em contrario haja nesta materia, por quanto quero *que* só esta valha, & tenha força, ficando salva a disposição da dita Ordenação no principio²¹.

¹⁷ AML, *Livro de propostas e respostas e registo de consultas de Filipe III*, f. 78v.

¹⁸ AML, *Livro 6º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, f. 23.

¹⁹ AML, *Livro 6º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, f. 23. Como medidas de punição, determinava o monarca: “Hey por bem, & mando que as pessoas, que com elles commerciareem, ou consentirem que se commercee, ou sabendo o, o não impedirem, sendo Governador de qualquer das minhas Conquistas Ultramarinas, incorrerá nas penas de pagar em tresdobro para a minha fazenda os ordenados que receber, ou tiver recebido pela tal occupação de Governador, & que perca os bens da Coroa que tiver, & fique inhabil para requerer outros, ou para occupar quaesquer cargos, ou governos ao futuro, & sendo Official de guerra, justiça, ou fazenda, ou qualquer outra pessoa particular, Portugues, & Vassallo deste Reyno, incorrerá na pena de confiscação de todos seus bens, ametade para o denunciante, & a outra ametade para a fazenda Real. E para que daqui em diante se descubram com mais facilidade os que fizerem nas ditas Conquistas negocio com os estrangeyros”.

²⁰ AML, *Livro 6º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, f. 25.

²¹ AML, *Livro 6º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, f. 25-25v.

Este alvará revogava a disposição do Livro 2 das *Ordenações Filipinas*, título 32, número 1 que referia “ quando os Navios, que se perderem forem de Infieis, imigos da nossa Santa Fé, que não forem nossos subditos, ou forem de outras pessoas, com que tenhamos guerra, ou de Cossarios, que andarem a toda a roupa, as cousas assi perdidas serão daquelles, que as primeiro occuparem”²².

Pela documentação da Casa da Saúde de Belém também nos chegam referências a embarcações corsárias. A 25 de março de 1708, o guarda-mor da Saúde, Diogo Rangel de Macedo, escrevia ao presidente do Senado da Câmara de Lisboa, João de Saldanha e Albuquerque, avisando-o de que chegara ao porto da cidade um navio corsário holandês com quatro presos franceses a bordo. Pretendia saber o que deveria fazer com as mercadorias e cartas de saúde que traziam²³. Posteriormente, o guarda-mor da Saúde de Belém dirigia-se ao provedor-mor da Saúde sobre o navio corsário inglês, de nome, *Real Jorge* com possível contágio de peste. Este navio estivera no porto de Esmirna para carregar mercadorias, e na viagem “tinham morrido todos o oficiais e a maior parte da gente”²⁴.

A *Gazeta de Lisboa* também é fértil em notícias referentes a ataques de corsários. Em 1717, a 1 julho, noticia a entrada no porto de Lisboa de um navio francês que havia pelejado a seis léguas da barra do Porto com um navio muçulmano. Do confronto resultara a morte de dois homens e de um religioso carmelita português que vinha de Roma, cujo corpo traziam para os religiosos da sua Ordem, providenciarem a sepultura²⁵. No ano seguinte noticia-se que o capitão Boreel, comandante da nau *Nossa Senhora do Cabo*, que *andava correndo a costa*, se recolheu a Lisboa para desembarcar a tripulação que trazia doente, substituindo-a por outra, e se abastecer de alguns provimentos. Teria logo saído para dar caça a quatro naus berberes, que apareceram na vizinhança de Cascais, e tomaram alguns barcos de pescadores que depois lhe “escaparam milagrosamente”²⁶. Cerca de duas semanas depois a *Gazeta de Lisboa Ocidental*, de 9 junho 1718, noticia que chegou ao porto de Lisboa uma galeota francesa de Baiona, chamada *Os Dois Amigos*, que tinha encontrado dois navios de corso argelinos, com um de Salé de 14 peças, “o qual o tentou abordar várias vezes, lhe quebrou o gurupés e lhe tirou muita artilharia, e mosquetaria, crivando-lhe as velas, e rompendo as enxárcias, mas quasi milagrosamente escapou da escravidão, servindo-lhe muito o mau tempo que fazia”²⁷. Dias depois, perante a notícia de que corsários berberes cruzavam as costas portuguesas, o rei manda sair do porto de Lisboa as naus de guerra *Madre de Deus* e *Assunção*, para lhes darem caça²⁸. As notícias sucedem-se durante os anos seguintes, comprovando a instabilidade e o perigo vivido pelos mareantes na faina marítima e nas viagens atlânticas.

²² ALMEIDA, Cândido Mendes de - *Ordenações e leis do reino de Portugal recopiladas por mandado d’El-Rey D.Philippe I*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. livro 2, p. 447.

²³ AML, *Livro 3º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, f. 9-10.

²⁴ AML, *Livro de registo de expediente do provedor-mor da saúde sobre a peste*, f. 14v.

²⁵ *Gazeta de Lisboa*, 1 julho 1717.

²⁶ *Gazeta de Lisboa Ocidental*, 26 maio 1718.

²⁷ *Gazeta de Lisboa Ocidental*, 9 junho 1718.

²⁸ *Gazeta de Lisboa Ocidental*, 23 junho 1718.

OS CORSÁRIOS DE ARGEL E O RESGATE DE CATIVOS

Pelos documentos, até agora referidos neste artigo sabemos da existência de corsários de várias nações. Pretendemos, no entanto, centrarmo-nos no estudo dos corsários provenientes das regências norte africanas, pois são estes que criariam o “pânico” na Lisboa do Terramoto²⁹. As cidades de Salé, em Marrocos e Argel, na Argélia, constituíram os principais centros corsários dos séculos XVII e XVIII.

Salé, o principal centro de pirataria em território marroquino, era uma cidade quase independente e com governo próprio. Prosperou, no século XVII, graças às atividades de apreensão de bens e indivíduos para resgate. No entanto, com as alterações políticas visando a centralização do poder, os sultões de Marrocos transformaram a pirataria em corso. Por razões puramente humanitárias ou porque esperavam tirar maiores vantagens materiais, a banditagem marítima dos saletinos foi sendo substituída por um corso organizado e legal³⁰.

A cidade portuária de Argel, com base nos lucros provenientes dos resgates pedidos pelos cativos e da venda das presas apreendidas, tornou-se a regência dominante no mundo Mediterrâneo. Laugier de Tasi na sua *Historia del reyno de Argel*, lista os lugares, do Mediterrâneo e no Atlântico, onde os corsários argelinos costumavam atuar: Cádiz, cabo de São Vicente, cabo Finisterra, ilhas da Madeira, Lagos, cabo da Roca, ilhas Canárias e ilhas dos Açores³¹. Locais que demonstram a grande incidência do corso nas costas e ilhas portuguesas e a dificuldade em consolidar tréguas com a regência argelina devido aos constantes ataques que perduram até ao século XIX³².

Argel tornou-se um autêntico “centro comercial de cativos”, onde coexistiam indivíduos das várias nações europeias. Estes cativos provinham das apreensões de embarcações ou das investidas nas povoações marítimas. Tanto bens como pessoas eram transportados para Argel, onde aguardavam a venda ou troca por outros prisioneiros. Apesar de poderem ser tratados como escravos, estes indivíduos tinham um estatuto diferente. O

²⁹ LISBOA, Amador Patrício de, *op. cit.*, p. 111.

³⁰ LOURIDO DIAZ, Ramón, *op. cit.*, p. 61. As atividades de corso por parte das cidades marroquinas só terminaram com a assinatura do tratado de paz entre Portugal e Marrocos a 11 de janeiro de 1774. Para leitura deste tratado veja-se a transcrição, em português e árabe, no número temático da revista dedicada à comemoração dos 230 anos das relações luso-marroquinas da publicação: *Camões: revista de letras e culturas lusófonas*. Lisboa: Instituto Camões. N.º 17-18 (nov. 2004), p. 212-224 e BRANDÃO, Fernando de Castro - Subsídios para a história diplomática portuguesa: o tratado luso-marroquino de 1774. *Studia*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas de Ultramar. N.º 32 (junho 1971), p. 357-363.

³¹ TASI, Laugier de - *Historia del reyno de Argel: su gobierno, fuerzas de mar y tierra, suas rendas, policia, justicia, politica e comercio*. Madrid: Oficina de Pantaleon Aznar, 1740. p. 276-277. Sobre os ataques de corsários argelinos veja-se ALBERTO, Edite Martins - Corsários argelinos na costa atlântica: o resgate de cativos de 1618. In CONGRESSO INTERNACIONAL O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME PODERES E SOCIEDADES, Lisboa, 2005 - *Actas*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, 2005. [Consult. 29.01.2015]. Disponível na Internet: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/edite_alberto.pdf.

³² Os conflitos com Argel só começaram a ser resolvidos no século XIX com a assinatura do Tratado de Trégua e Resgate em 1810 e do Tratado de Paz Luso-Argelino a 21 de junho de 1813. Sobre as negociações tendentes à assinatura destes tratados veja-se BRANDÃO, Fernando de Castro - *Portugal e as regências de Argel, Tunes e Tripoli: subsídios para a história diplomática portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos, 1985.

termo *escravo* refere-se a um conceito social enquanto que *cativo*, a uma realidade de carácter ideológico. Com o tempo a utilização destas palavras generalizou-se e passaram a ser utilizadas como sinónimos, gerando confusão entre os dois significados. A diferença radica no carácter transcendental do problema do cativo. Um cativo será a pessoa que pode renegar pois o seu estado depende da filiação religiosa seguida, contrária àquele que o aprisionou. O cativo encontra-se na mão do inimigo, o escravo na mão de um proprietário³³.

No *Vocabulário Portuguez* composto pelo padre Rafael Bluteau, cativo tem o significado de *prisioneiro de guerra ou preso pelos piratas*³⁴, enquanto que no *Dicionário de Língua Portuguesa* composto pelo mesmo autor, cativo passa a designar apenas reduzido à escravidão, servidão por guerra³⁵. No *Grande Dicionário de Língua Portuguesa* de António Morais da Silva o termo *cativo* é sinónimo de *que não goza de liberdade, enclausurado, prisioneiro de guerra obrigado à servidão*³⁶. Nas obras de Giulio Cipollone³⁷, Andrés Diaz Borrás³⁸ ou Miguel Ángel de Bunes de Ibarra³⁹, só para citar alguns dos historiadores que têm desenvolvido estudos sobre os contactos entre cristãos e muçulmanos, a diferenciação entre os conceitos é clara. Nesta dualidade, comum ao mundo mediterrâneo, o escravo distingue-se facilmente do cativo. Este último estado tem intrínseco toda uma realidade religiosa, legitimada pelos princípios cristãos e islâmicos.

Se recuarmos ao tempo da reconquista cristã da Península Ibérica, séculos XII a XV, a apreensão de cativos foi um ato praticado de ambos os lados beligerantes. Tanto cristãos como muçulmanos utilizavam este processo simultaneamente com a tomada de bens materiais. Quanto mais importante fosse o cativo maior era o valor pedido pelo seu resgate. Para além desta vertente, que tinha por base os conflitos militares existia outra centrada na pirataria e no corso. Tanto cristãos como muçulmanos fretavam embarcações para este tipo de negócio, ou

³³ CIPOLLONE, Giulio - Missione parola polivalente: i Trinitari in Portogallo: missione come liberazione. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA SOBRE MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS, Lisboa, 1992 - *Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa [etc.], 1993. vol. III, p. 444-453

³⁴ BLUTEAU, Rafael - *Diccionario da lingua portugueza...* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. vol. 1, p. 246.

³⁵ BLUTEAU, Rafael - *Vocabulario portuguez e latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1718. vol. 2, p. 202.

³⁶ SILVA, António Morais da - *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1949. vol. 1.

³⁷ CIPOLLONE, Giulio - *Cristianità - Islam: cattività e liberazione in nome di Dio: il tempo di Innocenzo III dopo il 1187*. Roma: Editrice Università Gregoriana, 1996.

³⁸ DÍAZ BORRÁS, Andrés - *El miedo al Mediterráneo: la caridad popular valenciana y la redención de cautivos bajo poder musulmán 1323-1539*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas [etc.], 2001. p. 5-29. O autor, na introdução desta obra, reflete sobre a história da escravatura e diferenciação dos conceitos *escravo* e *cativo*.

³⁹ Estudos introdutórios de BUNES DE IBARRA, Miguel Ángel de e ALONSO ACERO, Beatriz nas edições do *Tratado de la redención de cautivos de Jerónimo Gracián de la Madre de Dios*. [S.l.]: Ediciones Espuela de Plata, 2006; e do *Tratado para confirmar los pobres cautivos de Berbería en la católica y antigua fe y religión cristiana, y para los consolar, con la palabra de Dios, en las aflicciones que padecen por el Evangelio de Jesucristo de Cipriano Valera*. [S.l.]: Ediciones Espuela de Plata, 2004.

seja, apreender bens e pessoas para futuro resgate⁴⁰. Na base do corso não estavam apenas os produtos ou bens dos navios apreendidos mas as pessoas, que, aprisionadas nos barcos ou em ataques a zonas costeiras, eram transportadas para Argel.

Para resolver o problema da libertação dos cativos cristãos, desde cedo são constituídas ordens religiosas com o objetivo de se dedicarem a este fim: a Ordem da Santíssima Trindade e a Ordem de Nossa Senhora das Mercês são duas que, nos estados ibéricos, desde o século XIII, se vão dedicar a esta obra de assistência⁴¹.

Em Portugal a organização dos resgates dependia em termos civis da Mesa de Consciência e Ordens e, no campo religioso, dos frades da Ordem da Santíssima Trindade, congregação presente em Portugal desde o século XIII e instituída com o fim específico de libertar cristãos cativos. Os trinitários, chegados a Lisboa em 1207, são convidados pelo rei D. Sancho I a fixarem-se em Santarém. Passados alguns anos, em consequência do apoio dado ao monarca português na conquista de Alcácer do Sal, são convidados a estabelecerem-se em Lisboa⁴². Será a partir do convento da Santíssima Trindade de Lisboa que se organizaram os Resgates Gerais de cativos. Os Resgates Gerais, ou seja, a libertação de todos os portugueses cativos em determinado lugar pelos padres redentores da Ordem da Santíssima Trindade, fruto de negociações entre a Coroa de Portugal e os governantes de Marrocos ou Argel, constituíam o modo oficial, tanto político como religioso, de exercer esta atividade. O rei através dos religiosos providenciava a libertação dos seus súbditos, como definiam documentos régios e pontifícios. No entanto, outros interesses, fruto dos valores monetários envolvidos e dos privilégios inerentes à redenção dos cativos, faziam pôr em causa estas decisões. A realidade mostra que a abertura à realização de resgates particulares muitas vezes fugiu à inerência destes religiosos, sobrepondo-se interesses vários, aceites e autorizados pela Coroa.

Para se efetuar um resgate de cativos era necessário que estivessem estabelecidas condições necessárias por parte dos dois reinos envolvidos. De Portugal, a logística inerente a um projeto que envolvia várias entidades bem como o movimento de elevadas somas monetárias. Do lado de Marrocos ou Argel, o interesse em efetuar o resgate dos seus prisioneiros e assegurar condições propícias à entrada, em segurança, dos religiosos e oficiais régios que efetuariam as negociações com vista à libertação dos cativos⁴³.

⁴⁰ Apesar de, neste artigo, nos centrarmos no estudo dos corsários que atacaram os interesses portugueses, não podemos deixar de referir que Portugal também tinha os seus navios de corso. Veja-se, por exemplo: THOMAZ, Luís Filipe F. R. - Do Cabo Espichel a Macau: vicissitudes do corso português. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA INDO-PORTUGUESA, 6, Macau, 1991 - *As relações entre a Índia portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1993. p. 537-568.

⁴¹ Sobre a presença em Portugal da Ordem da Santíssima Trindade, veja-se ALBERTO, Edite Martins - *Um negócio piedoso: o resgate de cativos portugueses na época moderna*. Braga: [s.n.], 2011. Tese de doutoramento em História Moderna apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. [Consult. 28.01.2015]. Disponível na Internet: <http://hdl.handle.net/1822/13440>. Relativamente à Ordem de Nossa Senhora das Mercês, veja-se ALBERTO, Edite Martins - Mercedários. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. III, p. 194-195.

⁴² ALBERTO, Edite Martins - *Um negócio piedoso...*, *op. cit.*, p. 52-59.

⁴³ Idem, *ibidem*, p. 176-220.

Para angariar as somas necessárias para os resgates, os sucessivos monarcas pediram a intervenção da Câmara de Lisboa. Citamos a título de exemplos, os pedidos efetuados por D. Pedro II, em 1689 e 1695.

Por se ter noticia *que* em Argel e Mequines tem crescido consideravelmente o numero de Catiuos, e as esmolas particulares serem de prezente menores que nos tempos passados [...] e porque para obra tam pia e tanto do seruiço de Deos como he a da Redempção dos Catiuos, costumarão sempre as Camaras e Mizericordias concorrer com as suas esmolas, e espero de vós o fareis nesta occazião, com o feruor e esforço com que vos applicaes a exercitar as obras de Mizericordia⁴⁴.

E porque [f. 212v.] o numero de Captiuos he muy cressido, e no cofre das Esmolas, e effeitos applicados *pera* esta obra não ha aquella quantia *que* se necessita, nem ainda *pera* o resgate de hum moderado *numero* de Captiuos, me pareço ordenar se uos desse esta noticia como o mando tambem fazer ás mais Camaras, Meziricordias, e Prellados do Reino *pera que* concorrais com as esmolas desse senado, e as percureis com aquelle zello *que* de uós fio, e pede hũa obra tão pia, e tanto do Servico de Deos, e deste Reino, hauendo de se empregar este *dinheiro* na liberdade dos naturaes delle⁴⁵.

Salientamos, ainda, o pedido feito por D. João V, em 1707, para resgate dos cativos que estavam em Mequinez, atual cidade de Meknès, em Marrocos, justificando haver pouco dinheiro no Cofre dos Cativos e realçando que o contributo de Lisboa deveria ser de molde a servir de exemplo às outras câmaras: "Me pareceo participar uos esta noticia *pera que* Concorraes com hũa esmolla que corrisponda a tam grande *necesidade* e obra tam meritoria Como estou Certo que fareis dando exemplo as maes Camaras do Reino a quem tambem mando escrever"⁴⁶.

Nos reinados de D. João V e D. José efetuaram-se sete Resgates Gerais de cativos: cinco em Argel e dois em Mequinez. Nestes resgates foram libertados um total de 1364 cristãos portugueses que estavam cativos nestas cidades. Entre estes resgatados encontramos alguns naturais de Lisboa e de povoações localizadas no estuário do Tejo. No resgate de 1720 vieram de Argel 365 cativos resgatados, trinta e cinco dos quais naturais de Lisboa e dois do Barreiro. Entre eles contavam-se marinheiros, mestres calafates, mestres tanoeiros, um capitão e um piloto da barra. Destacando estes dois últimos, sabemos que o capitão se chamava Amaro Antunes, foi resgatado com 41 anos de idade e tinha estado catorze anos cativo; o piloto, de nome Francisco Ferreira, de 30 anos, estivera quatro anos cativo⁴⁷. O resgate seguinte ocorreu ano de 1726. Entre os 214 resgatados de Argel, encontravam-se seis naturais de Lisboa. O rei disponibilizara os muçulmanos que tinha cativos a trabalhar nas galés e vinte e

⁴⁴ AML, *Livro 10º de consultas e decretos de D. Pedro II*, f. 359. D. Pedro, ainda enquanto príncipe regente, já solicitara a colaboração das câmaras do reino com dinheiro para o resgate de cativos. Veja-se: AML, *Livro 1º de consultas e decretos de D. Pedro II*, f. 462.

⁴⁵ AML, *Livro 7º de registo de consultas e decretos de D. Pedro II*, f. 212-212v.

⁴⁶ AML, *Livro 1º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, f. 191.

⁴⁷ *Relaçam do resgate que por ordem del-rey noso senhor Dom Joam V rey de Portugal se fez na cidade de Argel...* Lisboa Occidental: Officina de Miguel Manescal, 1720.

três portugueses foram libertados por troca com estes⁴⁸. Esta situação volta a suceder, três anos depois, aquando do resgate de Mequinez. Aqui fora o próprio sultão que exigira a libertação de todos os cativos do seu reino que tinham sido apreendidos por portugueses e que se encontram em Portugal. Foi realizado um levantamento por todo o país, para reunir em Lisboa todos os muçulmanos perseverantes na fé islâmica. Os que, entretanto, tinham renegado e se convertido ao cristianismo, já não seriam trocados. Existiam quarenta e cinco muçulmanos que viajaram juntamente com os padres trinitários para a praça portuguesa de Mazagão, onde foram trocados pelos cristãos cativos. Neste resgate foram libertados 113 portugueses. Entre eles contam-se cinco naturais de Lisboa⁴⁹. Apesar de, em 1726, não ter ficado nenhum cativo português em Argel, em 1731, já existiam em tal número que foi realizado novo Resgate Geral. Foram libertados 193 cativos entre eles quinze naturais de Lisboa, três da Arrentela e um do Seixal. Entre os libertados salienta-se Manuel de Sousa, com 45 anos e que estava cativo há 20 em Tunis. Como os trinitários portugueses não organizavam resgates nesta cidade, era muito difícil contactar os portugueses que para aí eram enviados. Neste resgate foi possível resgatá-lo, juntamente com outros dois, através de negociações efetuadas a partir de Argel⁵⁰.

Em 1735 processa-se outro resgate em Mequinez, o último antes das negociações visando a assinatura da paz com Marrocos, no qual foram libertos 73 cativos. Entre eles destacam-se cinco padres jesuítas, que tinham sido aprisionados por corsários de Salé enquanto viajavam para o Brasil. Entre estes religiosos, dois eram naturais de Lisboa: o padre António Salgado e o padre João de Araújo⁵¹. Três anos mais tarde, em 1739, organiza-se novo resgate para Argel. Altura que são libertados 178 cativos, entre eles doze naturais de Lisboa e três pescadores da Arrentela e Caparica⁵².

No ano anterior ao Terramoto, repetira-se novo resgate em Argel. Foram libertados 228 cativos, entre eles 56 pescadores, 45 marinheiros e 20 passageiros que viajavam nas embarcações apreendidas. Destacamos um pescador da Caparica, seis barqueiros da Arrentela e sete naturais de Lisboa: os pescadores António Martins, de 45 anos de idade e quatro de cativo; José Gonçalves, de 53 anos e dez meses de cativo, José dos Prazeres, de 42 anos e três anos e meio de cativo, Nicolau Rodrigues, de 24 anos cativo dois anos e meio, o marinheiro

⁴⁸ *Relação do resgate que por ordem del rey nosso senhor D. João V rey de Portugal se fez na cidade de Argel...* Lisboa Occidental: Officina de Musica, 1726.

⁴⁹ *Relação das pessoas resgatadas do cativo de Mequines que por ordem d'el rey nosso senhor Dom João V rey de Portugal...* Lisboa Occidental: Officina de Musica, 1729.

⁵⁰ *Relação dos cativos que por ordem delrey nosso senhor D. João V resgataram na cidade de Argel...* Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1731.

⁵¹ *Relação dos cativos que por ordem delrey nosso senhor D. João V resgatarão na cidade de Mequinez...* Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1735.

⁵² *Relação dos cativos que por ordem de elrey n. senhor D. João V resgataram na cidade de Argel...* Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1739; e *Gazeta de Lisboa*, de 29 de outubro de 1739.

Manuel da Silva, de 35 anos e cinco de cativo, Pedro João Alvares “de um barco do alto” de 42 anos e quatro de cativo, e José Gomes que faleceu no hospital de Argel depois de resgatado⁵³.

Este rol de resgatados naturais de Lisboa e das povoações ribeirinhas do Tejo permitem-nos concluir sobre o perigo em que viviam estes marítimos na eminência de serem surpreendidos pelos corsários argelinos. O tempo que ficavam em cativo variava de acordo com a periodicidade dos resgates mas também com a vontade dos *proprietários* negociarem a libertação com os padres redentores.

Todos estes cativos, após o desembarque em Lisboa, eram recolhidos na igreja de São Paulo, donde saíam em procissão pela cidade até ao convento da Trindade, passando pelo palácio real da Ribeira e pela igreja da Misericórdia⁵⁴.

TENTATIVAS DE RESOLUÇÃO: MEDIDAS DE DEFESA DA BARRA DE LISBOA

A par das armadas de patrulha da costa, os monarcas tomaram medidas de proteção costeira (fortes, torres de vigia), principalmente a partir da dinastia filipina. Em 1587 Filipe I informa a Câmara de Lisboa que pretende tomar medidas de combate ao corso, afirmando que “terey lembrança de mandar dar ordem com que ao diante se preuinão outros insultos semelhantes de Cossairos”⁵⁵. Em 1595, o mesmo monarca manda diversas armadas, militares a pé e a cavalo para defesa do reino português contra os ataques dos corsários, face a notícias de uma armada que se preparava em Inglaterra⁵⁶. Filipe II, no ano de 1618, ordena o apresto de uma armada de dezassete navios capitaneado por D. Jerónimo de Almeida para defesa da costa⁵⁷.

Apesar das constantes medidas preconizadas pelos reis portugueses ao longo dos seus reinados, só no final do século XVIII surgem grandes reformas na marinha portuguesa. Foi, nas palavras de Camilo Sena, “o período de ressurgimento talvez mais notável da nossa Marinha de Guerra, devido à ação inteligente e vigorosa de Martinho de Melo que, nomeado em 1770 secretário de estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, ocupou esse lugar durante 25 anos consecutivos”⁵⁸. Durante a direção de Martinho de Melo, incrementaram-se as

⁵³ *Relação dos cativos que por ordem do fidelissimo rey Dom Joseph I nosso senhor resgataram na cidade de Argel...* Lisboa: Officina de Francisco da Silva, [1754].

⁵⁴ SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de - *Historia da esclarecida Ordem da SS. Trindade, redempção de cativos, da provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1794. tomo II, p. 341, 456 e 461.

⁵⁵ AML, *Livro 1º de Filipe I*, f. 109.

⁵⁶ AML, *Livro 1º de Filipe I*, f. 177-177v.

⁵⁷ AML, *Livro 1º de Filipe II*, f. 186.

⁵⁸ SENA, Camilo - *Marinha de guerra portuguesa: apontamentos para a sua história*. *Revista militar*. Lisboa: Tipografia da Empresa Diário de Notícias. (1927), p. 1.

esquadras portuguesas no Canal da Mancha e no Mediterrâneo e foram lançados ao mar um total de dezoito novos navios. Um esforço que, na viragem do século, se contabilizava em treze naus, dezasseis fragatas, três corvetas, dezassete brigues e oito charruas. No entanto estas medidas não evitaram o aprisionamento da fragata *Cisne*, tomada em 1802 de surpresa pelos corsários argelinos⁵⁹.

Não querendo fazer um levantamento exaustivo mas apenas passar a noção da realidade que acompanhou todos os reinados, gostaríamos ainda de referir o regimento de 1805 a adotar pela polícia do porto de Belém relativamente aos corsários das potências beligerantes “enquanto não se formalizar um sistema mais amplo que englobe diretrizes para a atuação da polícia marítima”⁶⁰. Segundo este regimento deveria estar fundeada entre a torre de Belém e a torre de S. Julião “em situação, para se fazer á vela com todo o tempo” uma corveta, uma fragata ou um bergantim da Armada Real⁶¹. Entre a nau, a corveta, a torre de Belém e as vigias da Barra deveria haver “correspondencia de Signaes, de maneira a apparecendo qualquer Navio de suspeita” pudessem facilmente ser contactados⁶². No artigo 12º encontra-se discriminado

Para maior intelligencia dos antecedentes Artigos, e do que por eles se acha determinado, he necessario que se entenda, que no termo = Corsario = são comprehendidos Amadores particulares, que navegação sem Carga, e com o fim de aprezar Navios inimigos; tambem Prezas dos mesmos Armadores, e até Prezas feitas por Náos, Fragatas, ou outras quaesquer Embarcações de Guerra, pertencentes aos Estados Belligerantes⁶³.

Este regimento, vinha no seguimento das medidas tomadas em decreto de 3 de julho de 1803, pelo príncipe regente D. João, futuro D. João IV, pelo qual se regulamentava sobre a entrada de navios corsários nos portos portugueses:

Sou servido Declarar, que os Corsarios das Potencias Belligerantes não sejam admittidos nos Pórtos dos Meus Estados e Dominios, nem as prezas que por eles, ou por Naus, Fragatas, ou quaesquer outras Embarcações de Guerra se fizerem, sem outra excep [f. 220v.] ção que a dos casos, em que o Direito das gentes faz indispensavel a hospitalidade; com a condição porém que nos mesmos Pórtos se lhes não consentirá venderem ou descarregarem as ditas Prezas, se a eles as trouxerem nos referidos casos, nem demorar-se mais tempo que o necessario para evitarem o perigo, ou conseguirem os innocentes socorros, que lhes forem necessarios⁶⁴.

⁵⁹ SENA, Camilo, *op. cit.*, p. 6.

⁶⁰ AML, Provimento da saúde, *Pasta nº 3 de papéis remetidos das Secretarias de Estado*, f. 215-222v.

⁶¹ AML, Provimento da saúde, *Pasta nº 3 de papéis remetidos das Secretarias de Estado*, f. 215.

⁶² AML, Provimento da saúde, *Pasta nº 3 de papéis remetidos das Secretarias de Estado*, f. 215.

⁶³ AML, Provimento da saúde, *Pasta nº 3 de papéis remetidos das Secretarias de Estado*, f. 217.

⁶⁴ AML, Provimento da saúde, *Pasta nº 3 de papéis remetidos das Secretarias de Estado*, f. 220-220v.

NOTAS DE CONCLUSÃO

Portugal foi especialmente afetado pela atividade corsária, tanto ao longo da sua costa, como nas ilhas atlânticas e tráfico transoceânico. Por isso, desde cedo, se procedeu à construção de fortes de vigia e à criação de armadas específicas para a vigilância da costa portuguesa e para a proteção das embarcações da Carreira da Índia e do Brasil, comboiando-as no seu trajeto de regresso a Portugal.

O aviso emitido no dia 3 de novembro de 1755, que serve de ponto de partida para este estudo, ilustra esta realidade agravada por uma situação de fragilidade na defesa externa da cidade provocada pelo Terramoto e potencializada pela presença da família real no lugar de Belém⁶⁵. Para além do cais de Belém, seriam colocadas “sentinellas por todas as outras prayas, ainda que sejam das ordenanças, auxiliares, e guarnições das Torres, às quaes Vossa Excellencia verá, que deve passar as mais apertadas ordens para terem boas vigias, e não deixarem entrar de noite embarcação alguma”⁶⁶.

Sebastião José de Carvalho e Melo termina o aviso com a recomendação: “Em fim Vossa Excellencia guardará esta em segredo, tomando para as referidas prevenções, e para as mais que achar convenientes, o pretexto de vigiar a sahida dos mantimentos, e outros semelhantes; porque não succeda augmentar esta noticia a consternação para desertarem as gentes, agitadas tambem pelo terror panico dos Mouros”⁶⁷.

Para além das listagens de cativos que poderíamos apresentar comprovativas da instabilidade que se vivia decorrente da ameaça corsária, este documento dá testemunho da permanência e intensidade desse clima, ao ponto do receio do ataque de corsários argelinos ter motivado uma das medidas mais urgentes do futuro marquês de Pombal, logo após o Terramoto.

⁶⁵ LISBOA, Amador Patrício de, *op. cit.*, f. 111.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, f. 111.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, f. 111.

APÊNDICE DOCUMENTAL

PROVIDENCIA VI : Evitar, que pelo mar se dêsse sahida aos roubos, e para este effeito rondar o Rio.

Aviso para o Marquez Estribeiro mór mandar guarnecer as Torres, e as prayas de Belem, até o Bom-Successo, a fim de impedir alguma tentativa dos Argelinos que havia noticia andarem na barra de Lisboa.

Ill.mo e Ex.mo Senhor.

Agora chega à noticia de S. Magestade, que esta noite proxima passada pretendeo a equipagem de huma lancha de Argelinos cortar a amarra de uma embarcação, que se achava ancorada detraz da Torre de Belem, e que deu parte daquella tentativa para se prevenirem outras, que o chaveco, ou chavecos, donde foy expedida a referida lancha, possão intentar. Não podendo estes Corsarios adivinhar a consternação presente para fazerem huma expedição animados por ella, he de crer, que a referida lancha seja pertencente a algum chaveco, que achando-se na Costa, e observando a ruina, que vio em Cascaes, e talvez em outros Lugares, mandou a sobredita lancha observar o que passava no interior do Tejo. Seja porém a força dos Argelinos mais, ou menos, sempre necessita de promptissima cautela este successo, achando-se Suas Magestades, e Altezas neste sitio, e tendo nelle a consternação das gentes causado todo o desamparo, que he notorio a V. Excellencia: a quem o mesmo Senhor manda participar, sem perda de tempo, tudo o referido, para que V. Excellencia convocando os soldados ausentes por bandos, toques de caixa, e trombetas, e pelos modos que considerar mais efficazes; e reservando a Infantaria para os trabalhos, que são necessarios na Cidade, mande hum corpo de Cavallaria, tal qual permittirem as circumstancias do tempo, para guarnecer o Caes de Belem, e a praya, que a elle se segue para o Bom-Successo: pondo-se sentinellas por todas as outras prayas, ainda que sejam das Ordenanças, Auxiliares, e Guarnições das Torres, às quaes V. Excellencia verá, que deve passar as mais apertadas ordens para terem boas vigias, e não deixarem entrar de noite embarcação alguma. Em fim V. Excellencia guardará esta em segredo, tomando para as referidas prevenções, e para as mais que achar convenientes, o pretexto de vigiar a sahida dos mantimentos, e outros semelhantes; porque não succeda augmentar esta noticia a consternação para desertarem as gentes, agitadas tambem pelo terror panico dos Mouros. Deos guarde a V. Excellencia. Paço de Belem, a 3 de Novembro de 1755. = Sebastião Joseph de Carvalho e Mello⁶⁸.

⁶⁸ PROVIDENCIA VI : Evitar, que pelo mar se dêsse sahida aos roubos, e para este effeito rondar o Rio. In LISBOA, Amador Patrício de - *Memorias das principaes providencias, que se derão no terremoto que padeceo a corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas, e oferecidas à magestade fidelissima de El-Rei o D. José I, nosso senhor*. Lisboa: [s.n.], 1758. p. 110-111.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 2º de D. João II.

Livro 1º de Filipe I.

Livro 1º de Filipe II.

Livro 1º de Filipe III.

Livro de propostas e respostas e registo de consultas de Filipe III.

Livro 1º de consultas e decretos de D. Pedro II.

Livro 7º de registo de consultas e decretos de D. Pedro II.

Livro 10º de consultas e decretos de D. Pedro II.

Livro 1º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental.

Livro 3º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental.

Livro 6º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental.

Livro 8º de consultas, decretos e avisos de D. José I.

Provimento da Saúde, Livro de registo de expediente do provedor-mor da saúde sobre a peste.

Provimento da Saúde, Pasta n.º 3 de papéis remetidos das Secretarias de Estado.

Fontes impressas

ALMEIDA, Cândido Mendes de - *Ordenações e leis do reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I.* Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

BLUTEAU, Rafael - *Diccionario da lingua portugueza...* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BLUTEAU, Rafael - *Vocabulario portuguez e latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1718.

Gazeta de Lisboa Occidental. Lisboa. (26 maio 1718, 9 jun. 1718 e 23 jun. 1718).

Gazeta de Lisboa. Lisboa. (1 jul. 1717 e 29 out. 1739).

LISBOA, Amador Patrício de - *Memorias das principaes providencias, que se derão no terremoto que padeceo a corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas, e oferecidas à magestade fidelissima de El-Rei D. José I, nosso senhor*. Lisboa: [s.n.], 1758.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tipographia Universal, 1885-1893.

Relaçam do resgate que por ordem del-rey noso senhor Dom Joam V rey de Portugal se fez na cidade de Argel... Lisboa Occidental: Officina de Miguel Manescal, 1720.

Relação das pessoas resgatadas do cativoiro de Mequines que por ordem d'el rey nosso senhor Dom João V rey de Portugal... Lisboa Occidental: Officina de Musica, 1729.

Relação do resgate que por ordem del rey nosso senhor D. João V rey de Portugal se fez na cidade de Argel... Lisboa Occidental: Officina de Musica, 1726.

Relação dos cativos que por ordem de elrey n. senhor D. João V resgataram na cidade de Argel... Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1739.

Relação dos cativos que por ordem delrey nosso senhor D. João V resgataram na cidade de Argel... Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1731.

Relação dos cativos que por ordem delrey nosso senhor D. João V resgatarão na cidade de Mequinez... Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1735.

Relação dos cativos que por ordem do fidelissimo rey Dom Joseph I nosso senhor resgataram na cidade de Argel... Lisboa: Officina de Francisco da Silva, [1754].

SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de - *Historia da esclarecida Ordem da SS. Trindade, redempção de cativos, da provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789-1794.

TASI, Laugier de - *Historia del reyno de Argel: su gobierno, fuerzas de mar y tierra, suas rendas, policia, justicia, politica e comercio*. Madrid: Officina de Pantaleon Aznar, 1740.

Obras de referência

ALBUQUERQUE, Luís de - *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

SILVA, António Morais da - *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1949-1959.

Estudos

ALBERTO, Edite Martins - Corsários argelinos na costa atlântica: o resgate de cativos de 1618. In CONGRESSO INTERNACIONAL O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME PODERES E SOCIEDADES, Lisboa, 2005 - *Actas*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, 2005. [Consult. 29.01.2015]. Disponível na Internet: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/edite_alberto.pdf.

ALBERTO, Edite Martins - Mercedários. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. vol. III, p. 194-195.

ALBERTO, Edite Martins - *Um negócio piedoso: o resgate de cativos portugueses na época moderna*. Braga: [s.n.], 2011. Tese de doutoramento em História Moderna apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. [Consult. 28.01.2015]. Disponível na Internet: <http://hdl.handle.net/1822/13440>.

ALBUQUERQUE, Luís de - Os corsários no tempo de D. Henrique. In *Crónicas de História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p. 33-38.

ALBUQUERQUE, Ruy Manuel de - *As represálias: estudo de história do direito português (séculos XV e XVI)*. Lisboa: R. M. Albuquerque, 1972.

BRANDÃO, Fernando de Castro - *Portugal e as regências de Argel, Tunes e Tripoli: subsídios para a história diplomática portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos, 1985.

BRANDÃO, Fernando de Castro - Subsídios para a história diplomática portuguesa: o tratado luso-marroquino de 1774. *Studia*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. N.º 32 (junho 1971), p. 357-363.

BUNES DE IBARRA, Miguel Ángel; ALONSO ACERO, Beatriz - *Tratado de la redención de cautivos de Jerónimo Gracián de la Madre de Dios*. [S.l.]: Ediciones Espuela de Plata, 2006.

BUNES DE IBARRA, Miguel Ángel; ALONSO ACERO, Beatriz - *Tratado para confirmar los pobres cautivos de Berbería en la católica y antigua fe y religión cristiana, y para los consolar, con la palabra de Dios, en las afliciones que padecen por el Evangelio de Jesucristo de Cipriano Valera*. [S.l.]: Ediciones Espuela de Plata, 2004.

Camões: revista de letras e culturas lusófonas. Lisboa: Instituto Camões. N.º 17-18 (nov. 2004).

CIPOLLONE, Giulio - *Cristianità - Islam: cattività e liberazione in nome di Dio: il tempo di Innocenzo III dopo il 1187*. Roma: Editrice Università Gregoriana, 1996.

CIPOLLONE, Giulio - Missione parola polivalente: i Trinitari in Portogallo: missione come liberazione. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA SOBRE MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS, Lisboa, 1992 - *Actas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa [etc.], 1993. vol. III, p. 441-453.

CONGRESO INTERNACIONAL DE ESTUDIOS HISTÓRICOS, 2, Santa Pola, 2002 - *El Mediterráneo, un mar de piratas y corsarios*. Santa Pola: Ayuntamiento, 2002.

DIAZ BORRÁS, Andrés - *El miedo al Mediterráneo: la caridad popular valenciana y la redención de cautivos bajo poder musulmán 1323-1539*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas [etc.], 2001.

DOMINGUES, Francisco Contente; MATOS, Jorge Semedo de (org.) - *A guerra naval no Norte de África (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2003.

FERREIRA, Ana Maria Pereira - *O essencial sobre o corso e a pirataria*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

FONSECA, Luís Adão da - *Navegación y corso en el Mediterraneo Occidental: los portugueses a mediados del siglo XV*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1978.

GODINHO, Vitorino Magalhães - As incidências da pirataria e da concorrência na economia marítima portuguesa no século XVI. In *Ensaios II - Sobre a História de Portugal*. 2.^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978. p. 181-203.

GUERREIRO, Luís Ramalhosa - O corso e pirataria nos descobrimentos. In ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) - *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. p. 296-301.

GUERREIRO, Luís Ramalhosa - *O grande livro da pirataria e do corso*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

GUERREIRO, Luís Ramalhosa - Pirataria, corso e beligerância estatal no sudoeste peninsular e ilhas adjacentes (1550-1600). In JORNADAS DE HISTÓRIA IBEROAMERICANA, 4, Portimão, 1998 - *As rotas oceânicas, séculos XV-XVII*. Lisboa: Edições Colibri [etc.], 1999. p. 119-147.

LOURIDO DIAZ, Ramón - *Marruecos y el mundo exterior en la segunda mitad del siglo XVIII*. Madrid: Instituto Cooperación con el Mundo Árabe, 1989.

MINEIRO, António Correia - A propósito das medidas de remediação e da opção política de reedificar a cidade de Lisboa sobre os seus escombros, após o sismo de 1 de novembro de 1755: reflexos. In *1755 O grande terramoto de Lisboa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana [etc.], 2005. vol. 1, p. 189-217.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *D. José*. Lisboa: Círculo de Leitores [etc.], 2006.

PEDROSA, Fernando Gomes - *Os homens dos descobrimentos e da expansão marítima: pescadores, marinheiros e corsários*. Cascais: Câmara Municipal, 2000.

SENA, Camilo - Marinha de guerra portuguesa: apontamentos para a sua história. *Revista militar*. Lisboa: Tipografia da Empresa Diário de Notícias. (1927).

THOMAZ, Luís Filipe F. R. - Do Cabo Espichel a Macau: vicissitudes do curso português. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA INDO-PORTUGUESA, 6, Macau, 1991 - *As relações entre a Índia portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1993. p. 537-568.

VIDAGO, João - Anda mouro na costa. *Studia*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas de Ultramar. N.º 45 (1981), p. 295-306.



Claude Laprade: um escultor provençal na Lisboa de Setecentos

Claude Laprade: A Provençal sculptor in the eighteenth century Lisbon

Sílvia Ferreira*

submissão/submission: 31/01/2015

aceitação/approval: 24/03/2015

RESUMO

O escultor de origem provençal Claude Laprade (c.1675-1738) ganhou lugar de destaque na história da arte portuguesa com a execução do túmulo pétreo do bispo D. Manuel de Moura Manuel. Localizado na capela da Vista Alegre, em Ílhavo, o monumento veicula a linguagem estética barroca romana, testemunhando as influências artísticas do seu autor. Apesar de ser um escultor divulgado desde os anos 50 do século XX, quando o investigador Ayres de Carvalho resgatou a sua obra ao esquecimento, Claude Laprade é, ainda, essencialmente, conhecido como o autor do túmulo da Capela da Vista Alegre. No entanto, a sua obra multifacetada, entre a qual se contam projetos e execução de retábulos, obra escultórica em madeira e pedra, nunca mereceu até hoje uma visão exegética de conjunto. Tendo por base os estudos dos que nos precederam e documentação inédita recentemente referenciada em arquivos portugueses (ANTT e AML), pretendemos com este texto uma visão global da sua obra.

* IHA - Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva Ferreira é doutora em História na especialidade de Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com o tema: A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720). Os artistas e as obras. Membro integrado do Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Bolseira de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/101835/2014), com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MEC. Os seus estudos centram-se no património de talha dourada de Lisboa e das áreas da sua influência. Tem participado em congressos, seminários e cursos livres, tanto em Portugal como no estrangeiro. Neste e noutros domínios é autora de diversas publicações.

Correio eletrónico: silvia.a.s.ferreira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Provença / Lisboa / Barroco / Escultura / Pedra / Talha

ABSTRACT

Claude Laprade (c.1675- 1738), a Provençal sculptor, earned his place in the Portuguese history of art with the execution of the stone tomb of the bishop D. Manuel de Moura Manuel. Located in the chapel of Vista Alegre in Ílhavo, the monument conveys the Roman Baroque aesthetic language, witnessing the artistic influences of its author. Despite being a sculptor unveiled since the 50s of the twentieth century, when the researcher Ayres de Carvalho rescued his work from oblivion, Claude Laprade is still mainly known as the author of the Tomb of Vista Alegre's chapel. However, his multifaceted work, between which we can include projects and execution of altarpieces and sculptural work in wood and stone, never deserved an exegetical overview. Based on studies of those who preceded us and unpublished documentation recently referenced in Portuguese archives (ANTT and AML) we intend with this paper a global vision of his work.

KEYWORDS

Provence / Lisbon / Baroque / Sculpture / Stone / Woodcarving



1. AS ORIGENS

O escultor de origem provençal Claude Laprade (c. 1675-1738), essencialmente conhecido por ser o autor do túmulo pétreo do bispo de Miranda do Douro, D. Manuel de Moura Manuel (1632-1699), situado na capela da Vista Alegre, em Ílhavo, é mencionado naquela que julgamos ser a primeira vez por D. José Barbosa:

(...) havia mandado edificar o Bispo D. Manoel de Moura Manoel huma magnifica Ermida a Nossa Senhora da Penha de França, e para o tumulo, que na Capella môr havia ordenado, que se lhe lavrasse, foy trasladado o seu corpo no anno de 1706. Sobre a sepultura, que não tem Epitaphio, se vê a sua effigie revestida de Pontifical, obra premorosissima do famoso Escultor Claudio de Lapelada¹.

¹ BARBOSA, D. José - *Memórias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e dos seus collegiaes e porcionistas*. Lisboa: Officina de António José da Sylva, 1727. p. 402.

Esta referência, datada de 1727, poucos anos volvidos sobre a execução da obra que deverá ter ficado pronta em finais de 1699, dá-nos conta do estatuto de Claude Laprade nos anos vinte da centúria de Setecentos. Depois desta data, várias foram as menções ao escultor, compondo-se o leque da sua biografia artística em Portugal.

Sobre a nacionalidade de Claude Laprade, os dados mais diretos que possuímos são aqueles que o próprio fornece nos documentos em que intervém diretamente, a saber, uma procuração passada a um mestre carpinteiro residente na quinta da Vista Alegre em Ílhavo² e a licença matrimonial requerida em 1703 quando pretende casar com a futura mulher Joana Gaubert³. Tanto na procuração como na licença matrimonial, Claude Laprade refere que é natural de Avignon, ao tempo integrada no estado romano. Neste último documento especifica que foi batizado na Igreja de Saint Agricol da mesma cidade. Declara-se filho de André de Laprade e de Maria Dragul, afirma ter 28 anos e ser morador na freguesia do Sacramento, em Lisboa, desde há 15 anos.

Dezembro de 1703

Diz Claudio de LaPrada natural da cidade de Avinhan estado Romano baptizado na Igreja de Santo Agricol da dita cidade de Avinhan filho de Andre de LaPrade, e de Maria Dragul, e morador nesta cidade freguesia do Sacramento que elle esta comtratado para cazar com Joanna Gaubert natural da Vila de Ciotat e baptizada na Igreja de Sam Pedro da mesma vila Provincia de França filha de Esteuam Gaubert e de Magdalena Esteuene para cujo effeito = querem justificar serem solteiros e liures nos dittos seus naturaes como he Estillo observado neste Arcebispado e porque requerendo ao Reverendo Doutor Provizor dos cazamentos lhes não defferio (...)

Aos vinte e dous dias do mes de Dezembro de mil setecentos e tres anos nesta cidade de Lisboa no escritório da Camara Bernardo de Castanheda enquiridor comigo escriuão da camara fizemos a justificação seguinte Manoel Moniz da Rocha o escreveu

Depoimento da contraente

Jurou sobre os Santos Euangelhos Joanna Gauberta natural da freguesia de São Pedro da cidade de Ciotat reino de França filha de Esteuão Guaberta e de Magdalena Esteuene da idade de dezouto anos e he moradora na freguesia de São Paulo desta cidade aonde está assistente ha noue anos E para casar com Claudio de la Prade com quem está contratada depõem de sua livre vontade e he solteira e livre asim no seu natural como nesta cidade não foi cazada jurada nem comprometida com outro homem nem fez voto algum e asinou o inquiridor Manoel Moniz da Rocha o escreveu (...)

² Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), - *Livro de notas do Tabelião Pantaleão Cordeiro de 16 de Junho de 1699 a 2 de Fevereiro de 1700*. f. 80-80 v. Documento citado por LOPES, José Maria da Silva - *Claude de Laprade e o túmulo da Vista Alegre*. Lisboa: Universidade, 2001. p. 114-115. Tese de mestrado em Teorias da Arte apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Câmara Eclesiástica de Lisboa. *Sumários Matrimoniais, maço 1*, 1703, sn. f. Citado por LOPES, José Maria da Silva - *op. cit.* Transcrição nossa.

Depoimento do contraente

Jurou sobre os Santos Evangelhos Claudio de la Prade natural da freguesia de Santo Agricol da cidade de Avinhão estado de Roma filho de Andre de la Prade e de Maria Dragul da idade de vinte e oito anos e he morador na freguesia do Sacramento aonde assiste ha quinze anos e para casar com Joanna Gauberta com quem está contratado depõem de sua livre vontade e he solteiro e livren asim no seu natural como nesta cidade não foi cazado jurado nem comprometido com outra molher nam fez voto algum e asinou o inquiridor Manoel Moniz da Rocha escreveu

Claudio de Laprade⁴

Os noivos apresentam como testemunhas duas pessoas suas conhecidas: Clara Joya mulher de Jacques Fazdeles Condestável, moradora aos Remolares, que diz conhecer os noivos dos seus locais de origem e em Portugal, e António Cebola, soldado de Sua Majestade, morador a São Paulo. Testemunham também os párocos das freguesias de ambos os noivos em como não conhecem impedimento algum para a realização do casamento.

Hoje admite-se como verdadeira a sua origem provençal, mais concretamente da cidade papal de Avignon. No entanto, quando se pretende aprofundar e conhecer melhor os contornos exatos da sua origem e filiação, concluímos que as informações prestadas pelo artista parecem não corresponder inteiramente à verdade. Ao compulsarmos os arquivos paroquiais online da igreja paroquial de Saint Agricol, na cidade de Avignon, damos conta que não existe nenhum registo de batismo de uma criança de nome Claude Laprade, cujos pais se chamariam, respetivamente, Andre de Laprade e Maria Dragul. Semelhante procedimento efetuado em registos notariais de outras igrejas paroquiais de Avignon obteve resultados idênticos⁵.

É bem verdade que Ayres de Carvalho, ao tentar desvendar as origens geográficas exatas do escultor, bem como a sua filiação, quis ver num assento de batismo da igreja paroquial de Isle-sur-la-Sorge⁶, de uma criança de nome Claude Jozeph Courrat Laprade, a prova do nascimento e batismo do escultor emigrado em Portugal. No entanto, a assunção de que este assento de batismo identifica o escultor Claude de Laprade levanta-nos sérias dúvidas. Desde logo, a data de batismo (22 de novembro de 1682) coloca um problema de monta. Sabe-se que Claude Laprade esculpiu o túmulo do bispo D. Manuel de Moura Manuel cerca de 1699-1700; logo, segundo este assento

⁴ Cf. nota 3.

⁵ AVIGNON. Archives Municipales - *Registres paroissiaux* [Em linha]. Avignon: AM, [200-]. [Consult. 12.01.2015]. Disponível na Internet: <http://archives.avignon.fr/>.

⁶ Este registo de batismo referido por Ayres de Carvalho na obra *Novas revelações para a história do Barroco em Portugal. II- O mestre das grandiosas máquinas douradas da Lisboa Setecentista: o artista Claude de Laprade (1682-1738)*. *Belas-Artes*. Lisboa. N.º 20 (1964), p. 25, sem nunca fornecer a fonte, foi depois investigado por José Maria da Silva Lopes na sua dissertação de Mestrado. Este autor identificou o assento de batismo referido por Ayres de Carvalho e aceitou a tese de que a criança batizada em 22 de novembro de 1682 seria o mesmo Claude Laprade que emigrou para Portugal. Cf. Archives Départementales de Vaucluse - Isle-sur-la-Sorgue, *Naissances*, 1674-1726. Batismo de Claudius Josephus Courrat, cit. por LOPES, José Maria da Silva - *op. cit.*, p. 119.

de batismo, teria de ter 17 anos de idade à data da execução do monumento fúnebre, o que não se compagina com a qualidade da obra em questão.

O registo do batismo de Claude Joseph Courrat é o seguinte: “Claudius Josephus Courrat D. [Domini] Joseffi et I.mae Antoniae Laprade cujus baptizatus fuit die Novembris vigesima secunda patrinus D. Claudius Courrat matrina I.mae Francisca (...)”⁷.

As informações sobre a vida de Claude Laprade parecem perder-se numa nebulosa de contradições, até hoje difíceis de desvelar. Quando pede permissão à Câmara Eclesiástica para casar com Joana Gaubert, afirma ter 28 anos de idade e viver em Lisboa há 15. A serem verídicas estas informações, o artista teria de viver na capital desde os 13 anos de idade, facto que inevitavelmente levanta outras tantas questões e perplexidades: Onde terá Claude Laprade aprendido o seu ofício? Quem terão sido os seus mestres? Quando, como e em que circunstâncias veio para Portugal? As contradições que estas informações encerram, contudo, não interferem no facto de que esteve efetivamente em Ílhavo e em Coimbra, quer em 1699 a esculpir o túmulo de D. Manuel de Moura Manuel, quer a trabalhar para a Universidade de 1700 a 1702⁸. Que as obras que Laprade esculpiu em pedra para estes dois locais patenteiam as coordenadas estilísticas da escultura provençal barroca é um facto indesmentível, como teremos oportunidade de adiante confirmar.

2. A OBRA PÉTREA

A mais relevante obra de Claude Laprade em material pétreo é indubitavelmente o monumento fúnebre de D. Manuel de Moura Manuel, bispo de Miranda do Douro, situado na capela da Vista Alegre, em Ílhavo⁹.

O conjunto artístico da capela é composto ainda pelo ossuário da mãe do bispo de Miranda, dois altares em talha dourada, painéis de azulejo da autoria do ceramista Gabriel del Barco (1648-1701?)¹⁰ e uma árvore de Jessé pintada no teto da nave.

⁷ Citado por LOPES, José Maria da Silva - *op. cit.*, p. 119. Este assento de batismo pode ser consultado em VAUCLUSE. Archives Départementales - *Registres paroissiaux et d'état civil* [Em linha]. Vaucluse: AD, [200-]. [Consult. 29.01.2015]. Disponível na Internet: <http://e-archives.vaucluse.fr/>. Tanto na cópia disponibilizada na tese de mestrado de José Maria da Silva Lopes, como na cópia digitalizada online não é possível fazer uma leitura integral do documento, pelo desgaste que o mesmo apresenta.

⁸ Cf. os documentos referidos por CORREIA, Virgílio - *Obras*. Coimbra: Universidade, 1946. vol. I.

⁹ Sobre o túmulo de D. Manuel de Moura Manuel, vejam-se os seguintes autores: XAVIER, Pedro - *A iconografia funerária no Barroco e o túmulo do Bispo de Miranda na capela da Vista Alegre*. Lisboa: [s.n.], 1990. Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e LOPES, José Maria da Silva - *op. cit.*

¹⁰ Acerca deste artista cf. MECO, José - O pintor de azulejos Gabriel del Barco. *História e Sociedade*. Lisboa. Nº 6 (1979), p. 58-67 e CARVALHO, Rosário - Gabriel del Barco: la influencia de un pintor español en la azulejería portuguesa (1669-1701). *Archivo Español de Arte*. Madrid. LXXXIV 335 (2011), p. 227-244.



Figura 1. Pormenor do Túmulo do Bispo de Miranda do Douro. Autor Claude Laprade. Capela de Nossa Senhora da Penha de França. Ílhavo. Foto da autora.

A singularidade deste túmulo esculpido pelo artista provençal alicerça-se na sua feição essencialmente escultórica, tão distinta da prática comum observada nas obras tumulares portuguesas suas contemporâneas. De facto, habitualmente a tumulária nacional maneirista e barroca não incluía figuração escultórica como componente decorativa e iconográfica do monumento. A concessão feita ao efeito cenográfico passava bastas vezes pela inclusão simbólica das figuras de elefantes ou leões como elementos de suporte da arca tumular¹¹. Os locais onde podemos encontrar idênticos modelos situam-se fora de Portugal, mais concretamente em França e em Roma. Em França destacam-se o túmulo de Louis Phélypeaux de la Vrillière (1598-1681), conselheiro de Estado do rei Luís XIII, localizado na igreja de Saint-Martial em Châteauneuf-sur-Loire, o de Gaspard du Laurens (1567-1630), arcebispo de Arles, situado na igreja de Saint-Trophime em Arles e o de Laurent Buti (1634-1710), bispo de Carpentras, localizado na igreja de Saint Siffrien, ao qual nos referiremos adiante com mais detalhe. Em Roma, o celebre túmulo do papa Alexandre VII na basílica de São Pedro do Vaticano é outro exemplo a considerar. Segundo Ayres de Carvalho, o modelo do túmulo de D. Manuel de Moura Manuel inspira-se diretamente naquele que o escultor provençal Jean Péru (1650-1729) esculpiu em 1688 para a última morada do Abade Gaspard Simiane La Coste (1607-1649)¹², monumento hoje conhecido apenas por descrições, dada a sua destruição aquando da

¹¹ Sobre o tema da tumulária portuguesa maneirista e barroca veja-se de VALE, Teresa Leonor M. - A figuração do indivíduo na tumulária portuguesa do Maneirismo e do Barroco (séculos XVI-XVIII). *Artis - Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. Nº 4 (2005), p. 271-291, Idem - A tumulária régia da igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém e a tumulária da capela dos Castros do convento de S. Domingos de Benfica: uma análise paralela. *Lusíada. Arqueologia, História da Arte e Património*. Lisboa. Série 1 Nº 1(2001), p. 113-129.

¹² Cf. CARVALHO Ayres de - Novas revelações (...), p. 27-28.

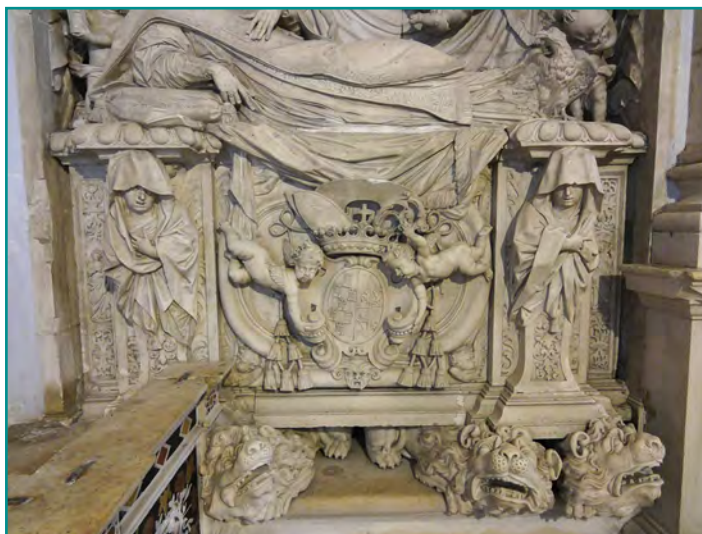


Figura 2. Pormenor do Túmulo do Bispo de Miranda do Douro. Autor Claude Laprade. Capela de Nossa Senhora da Penha de França. Ílhavo. Foto da autora.

Revolução Francesa¹³: “On y voyait en haute en ange sonnante de la trompette, avec ses mots sous une cartouche: *surgit mortels et venite ad judicium* et au dessous, l’abbé de la Coste, couché dans une attitude décent et noble, qui lève la tête épouvanté”¹⁴.

Segundo julgamos saber pela documentação disponível, o túmulo do bispo de Miranda terá sido o primeiro grande trabalho escultórico de Claude Laprade em solo português. Assim sendo, e em face da grandiosidade, qualidade e modelo do monumento, devemos colocar a questão de quais terão sido as reais influências da sua Provença natal. A admitirmos como verdadeira a sua origem, torna-se imperiosa a compreensão da produção escultórica pétrea e em madeira, levada a cabo pelos artistas dessa região francesa.

Um dado que até agora não tem suscitado o interesse devido é o facto de Claude Laprade ser apontado como escultor em madeira, já ao tempo da execução do túmulo de D. Manuel de Moura Manuel. O autor das

¹³ BRETON, Alain - À Saint-Martial: deux oeuvres baroques méconnues: le tombeau de l’abbé de Lacoste - les bâtiments modernes de Saint-Martial. *Annuaire de la Société des Amis du Palais des Papes*. Avignon: [s.n]. Vol. 71-72 (1984-1985), p. 67-85.

¹⁴ Bibliothèque Municipale d’Avignon: livrée Ceccano – Descrição do túmulo do Abade Simiane de La Coste por Esprit Calvet. *Miscelânea de documentos do século XVIII*. Manuscrito n.º 2348, p. 379, cit. por LOPES, José Maria da Silva - *op. cit.*, p. 174. A mesma informação encontra-se publicada e disponível em *Répertoire des Travaux de la Société de Statistique de Marseille par une Commission Spéciale*. Marseille: Imprimerie de Carnaud Fils, 1837. p. 317.

Memorias Paroquiais de Ílhavo, o pároco João Martins dos Santos¹⁵, ao descrever a obra da capela da Vista Alegre, informa-nos:

(...) duas torres huma de cada Lado, que acompanham a Igreja, e sahidas algum tanto para fora servem, de alguma forma, de Resguardo à porta principal, e principalmente a huma prodigiosa agigantada Imagem de pedra de N. Senhora de Penha de França, Soberana fachada deste Templo primorosamente elaborada pelo famozo escultor Laprada (outro Miguel Angelo) bem Conhecido deste Reyno; do qual são outra mais Imagens, e effigies assim de pedra como de pau que no interior do Templo se admiram e veneram (...) huma prodigiosa Imagem de um santo Christo, obra do insigne Laprada¹⁶.

Ancorados nos estudos levados a cabo pelos autores que se dedicaram à investigação sobre os escultores do barroco provençal, reconhecemos que foram certamente determinantes na sua aprendizagem nomes como Jean Péru¹⁷, Jacques Bernus (1650-1728)¹⁸ e o mais conceituado e operativo de todos, Pierre Puget (1620-1694)¹⁹.

Tendo presente a obra destes escultores, disseminada por igrejas e museus em Marselha, Avignon, Toulon, Aix-en-Provence e mesmo em localidades de menor dimensão, como é o caso de Isle-sur-la-Sorgue, reconhecemos fortes semelhanças entre a produção escultórica de Laprade e muitas das esculturas observadas nos locais acima referidos, quer entre aquelas que a documentação comprova taxativamente, quer naquelas que são atribuídas com base em comparação estilística. Esse “ar de família” que percorre ambas as produções – a Provençal e a de Claude Laprade, em Portugal – é inegável.

De entre as várias composições escultóricas visionadas, escolhemos salientar aquelas que pensamos serem as mais representativas das semelhanças entre as duas produções. Neste sentido, a escultura pétrea da Virgem com o Menino, situada na fachada da igreja de Saint Pierre em Avignon, atribuída a Jean Péru, ou as esculturas das Virtudes teologais e cardiais, esculpidas por este mesmo artista para pontuarem nos arcos das capelas da nave da igreja de Notre-Dame-des-Anges na localidade de Isle-sur-la-Sorgue²⁰, afiguram-se como exemplos

¹⁵ Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo - *Memorias Paroquiais de 1758- freguesia de Ílhavo*, vol. 18. *Memória n.º 17*. Manuscrito de João Martins dos Santos.

¹⁶ Cf. Idem, *ibidem*. f. 117 e 119, respetivamente. Citado por LOPES, José Maria da Silva - *op. cit.*, p. 15.

¹⁷ Sobre este escultor veja-se MARCEL, Adrien - Les Péru: sculpteurs et architectes d'Avignon. *Mémoires de l'Académie de Vaucluse*. Avignon: [s.n]. 2.ª Série T XVIII (1928), p. 1-157, GIRARD, Joseph - *Évocation du vieil Avignon*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1958, principalmente a terceira parte da obra, a qual o autor dedica às igrejas, museus e edifícios monumentais dessa cidade.

¹⁸ BARJAVEL, Casimir-François - *Dictionnaire historique, biographique et bibliographique du département de Vaucluse*. Carpentras: Imprimerie de L. Devillario, 1841. tomo I, p. 184-190, REQUIN, l'Abbé Henri - *Jacques Bernus: sa vie, son oeuvre: 1650 - 1728*. Vaucluse: Séguin Frères, 1855.

¹⁹ LAURENT, Stéphane - Pierre Puget, une unité de l'art “obligée” à l'âge classique. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. São Paulo: [s.n]. N.º 9 (2008-2009) p. 51-68, HERDING, Klaus - Puget Sculpteur, Puget Dessinateur. In VIAL, Marie Paule (coord.) - *Pierre Puget: peintre sculpteur architecte (1620-1694)*. Marseille: Musées de Marseille/Réunion des Musées Nationaux, 1995. p. 88-169, BAUMANN, Émile - *Pierre Puget, sculpteur*. Paris: Les Editions de l'Ecole, 1949.

²⁰ Cf. O contrato de Jean Péru para execução da obra de escultura e decoração geral da igreja de Notre-Dame-des-Anges de Isle-sur-la-Sorgue. Fonds Moreau. E. Notaires, *Jean Moricelly*, 1688, f. 200-203. Cit. por LOPES, José Maria da Silva - *op. cit.*, p. 174. Sobre a história e arte desta igreja cf. GUIGUE, Julien - *L'église de l'Isle-sur-Sorgue*. Avignon: Imprimerie Ruillière Frères, 1944.

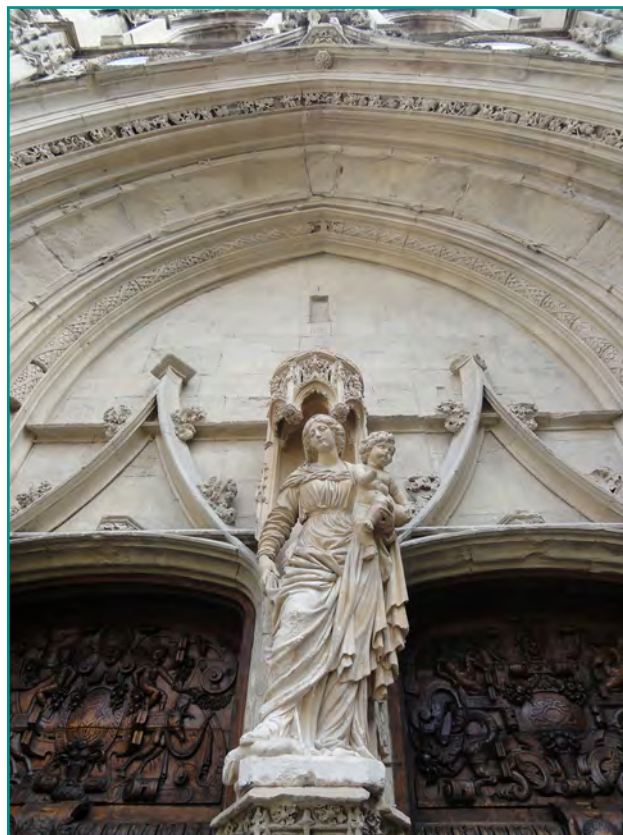


Figura 3. Virgem com o Menino. Atribuída a Jean Péru. Fachada da Igreja de Saint Pierre. Avignon.
Foto da autora

paradigmáticos. De facto, as figuras das Virtudes, colocadas aos pares em arcos e que mimetizam os modelos barrocos romanos que se visionam em inúmeras igrejas de Roma, lembram as figuras femininas esculpidas por Laprade. Tendo presentes as esculturas pétreas representando a Justiça, a Medicina ou a Teologia, que o autor esculpiu para figurarem nas salas de aula da Universidade, encimando as cátedras dos respetivos professores das disciplinas, e as figuras que compõem o monumento pétreo da Via Latina, hoje dedicado a D. José I (1714-1777), a Fortaleza e a Justiça, constatamos melhor as similitudes.

Nesta igreja provençal destaca-se, ainda, uma escultura pétreo figurando Maria Madalena, reclinada, na qual o tratamento dos cabelos, da forma e posicionamento das mãos, e da face, lembra as estátuas de Laprade, assimilando diretamente o modelo que Gianlorenzo Bernini (1598-1680) esculpiu representando a Beata Ludovica Albertoni, na igreja de San Francesco a Ripa, em Roma.

Outra obra relevante neste contexto de influências e similitudes é a do túmulo de Laurent Buti, bispo de Carpentras, localizado na catedral da mesma cidade, da autoria do escultor Jacques Bernus. Neste monumento fúnebre reconhecemos a figura alegórica do Tempo, numa alusão de gosto barroco à inexorabilidade da morte, personagem igualmente utilizada por Claude Laprade no túmulo do bispo de Miranda do Douro²¹.

O trabalho escultórico que Laprade executou para a Universidade de Coimbra e para a capela da Vista Alegre, que não se cifrou apenas na feitura do túmulo do bispo, mas alargou-se ao monumento fúnebre da mãe, à imagem de Nossa Senhora da Penha de França, na fachada da capela, e ao Cristo de madeira destinado à sacristia, terá decorrido entre os anos de 1699 e 1702. Em finais de 1699, a Universidade de Coimbra comprava pedraria *para as feyguras dos gerais* e, entre esta data e 1702, são contínuos os pagamentos a Laprade pelas obras das estátuas para as salas, para o pórtilco e, finalmente, para pagamento dos remates das portas das aulas²².

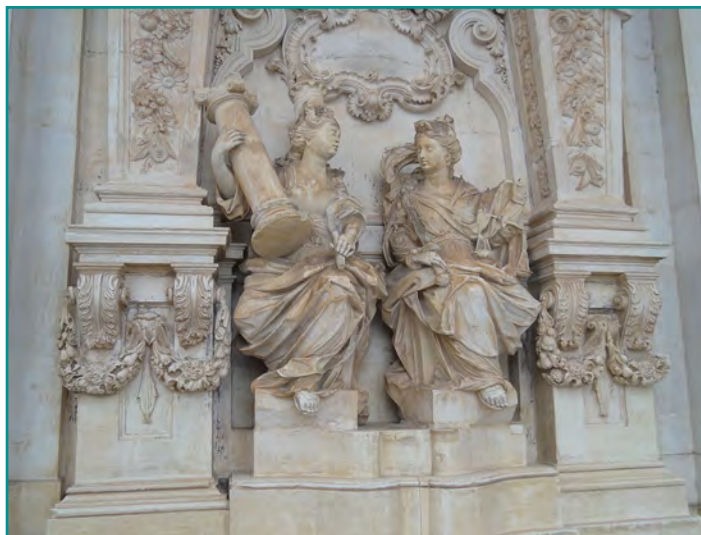


Figura 4. Fortaleza e Justiça. Pórtico da Via Latina da Universidade de Coimbra. Autor Claude Laprade. Foto da autora

²¹ Sobre a figura do Tempo e seu significado na tumulária barroca, veja-se XAVIER, Pedro Amaral - *A morte: símbolos e alegorias*. Lisboa: Livros Horizonte. 2001. p. 98-103.

²² Cf. CORREIA, Virgílio - *op. cit.*, p. 146-151. Por toda a Provença se pode constatar o gosto pela ornamentação das sobreportas com peças escultóricas pétreas. Sobre o assunto veja-se: BÉRUTTI, André - Les portes de la "basse ville". In MEYRUCIS, Jean-Paul; BÉRUIT, André (coord.) - *Toulon et son patrimoine: portes et façades, corderie et front de mer*. Gémenos: Autres Temps-Académie du Var, 2008. p. 67-93.

Pela obra dos escultores provençais mencionados perpassa a influência da arte barroca italiana de Seiscentos, quer romana, quer genovesa – esta última pela proximidade geográfica e pelos contactos mantidos. No entanto, podemos distinguir uma visão estética muito própria destes artistas e que enforma as suas produções. Uma realidade muito interessante no percurso destes escultores foi a sua polivalência, comprovada no trabalho escultórico dos vários materiais. Escultores como Jacques Bernus, Pierre Puget ou Jean Péru trabalharam em pedra, madeira e mesmo estuques. Um bom exemplo desta polivalência é o trabalho que Jacques Bernus efetuou para a igreja de Saint-Siffrein de Carpentras. Tendo como encomendador o bispo Laurent Buti, Bernus decorou o coro alto da igreja, executou o altar-mor composto de sacrário com uma glória de anjos em talha dourada, um relicário e, ainda, o túmulo pétreo do bispo Buti.

Outro dos escultores da Provença, Pierre Puget, o mais profícuo e afamado entre os seus pares, teve a sua formação enriquecida com idas a Génova e a Roma, onde pôde aperfeiçoar a sua técnica e destreza artística. Puget foi um artista completo. Desenhava, pintava e esculpia em madeira e em pedra, não se limitando a executar obras pétreas de grande valor escultórico, mas diversificando a sua atividade, chegando a desenhar os motivos decorativos da popa e da proa dos navios da armada francesa. No Museu Marítimo de Toulon guardam-se ainda as memórias dos seus trabalhos. Esta versatilidade de Puget observamo-la, em menor escala, como é evidente, em Claude Laprade que, como demonstraremos, também diversificou a sua carreira artística enquanto escultor e desenhador, articulando-a nos múltiplos planos possíveis à época.

Cremos que o momento das realizações escultóricas da Vista Alegre e da Universidade de Coimbra revelou-se decisivo na carreira de Laprade. Foi a época em que pôde demonstrar as suas verdadeiras capacidades como escultor, não só de pedra, mas também de madeira, trabalhando para uma clientela exigente e de elite.

O ano de 1703 deverá ter marcado uma viragem na vida e na carreira de Claude Laprade. Nessa data encontramos-lo a contrair matrimónio, em Lisboa, com a sua compatriota Joana Gaubert e, a partir deste momento, não se conhece mais produção escultórica pétreo da sua autoria.

3. OS ANOS DA MADEIRA

Iniciam-se os anos da madeira. Embora não tenhamos dados que expliquem cabalmente esta fixação na arte da escultura e entalhe em material lúneo, o facto é que a mudança definitiva para Lisboa parece ter condicionado esta opção. Possivelmente, as encomendas em pedra escassearam e Laprade adaptou-se às exigências de um mercado mais habituado a conviver com as obras em madeira, mormente as de talha e escultura que recheavam as igrejas da capital e arredores.

No entanto, a sua fama como estatuário persistiu e vingou para além do Mondego, razão pela qual a primeira encomenda documentada que lhe é comissionada em Lisboa é destinada à sacristia da igreja dos padres agostinhos de Nossa Senhora da Graça.



Figura 5. Túmulo de Laurent Buti. Igreja de Saint-Siffrein de Carpentras. Provença. Autor Jacques Bernus. Foto da autora.

Estava-se em 1710 e D. frei António Botado (1651-1715), bispo de Hipona e religioso do convento dos agostinhos da Graça, irmão de Mendo de Fóios Pereira (1643-1708), secretário de Estado de D. Pedro II (1648-1706), encomenda-lhe a execução de noventa e dois bustos de santos e sete braços relicários para serem colocados na recém-reformada sacristia²³ com a intenção de enriquecer e tornar magnífico o espaço onde o seu irmão se encontrava sepultado num magnífico túmulo²⁴.

Atualmente, dos noventa e dois bustos e onze braços relicários, apenas subsistem onze bustos e dois braços.

²³ Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Convento dos Agostinhos da Graça. *Livro do Recibo e Gasto do Santuario da Sacristia de Nossa Senhora da Graça*. 1710, f. 31-32. Documento gentilmente cedido pelo Professor Vítor Serrão.

²⁴ Cf. VALE, Teresa Leonor M. - *Escultura italiana em Portugal no século XVII*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004. p. 207.



Figura 6. Busto de um Santo. Coleção do Patriarcado de Lisboa. Autor Claude Laprade. Foto da autora

O terramoto de 1 de novembro de 1755 teve um efeito devastador na igreja e em todo o complexo arquitetónico do mosteiro dos agostinhos. Parte da explicação para o desaparecimento da maioria das peças esculpidas por Laprade poderá residir nesse facto, mas não nos podemos esquecer também da lei liberal de 1834, que ordenou a extinção das ordens religiosas, e do sentimento anticlerical de inícios do século XIX, que teve a sua expressão máxima na lei da separação das Igrejas e do Estado.

Das onze existências que hoje se contabilizam, oito bustos estão ainda colocados em vitrines na parede fundeira da sacristia em posição frontal ao túmulo de Mendo de Fóios Pereira. Três bustos conservam-se nas coleções do Patriarcado de Lisboa e a sua visualização permitiu-nos comprovar que de facto são de material lúneo, prateados – como aliás é referido na documentação de encomenda, sendo que dois deles terão sofrido intervenções de conservação e restauro em anos recentes. As peças que tivemos oportunidade de observar denotam grandes semelhanças entre si, quer na modelação facial, na qual bocas e narizes se apresentam muito idênticos, quer no

trato geral do resto da anatomia e vestes. Resta salientar que os bustos observados patenteiam grandes afinidades com as esculturas em madeira executadas por Laprade, como são por exemplo, o S. Pedro e o S. João Evangelista da catedral de Viseu ou ainda a escultura do Senhor Morto da igreja da Misericórdia da Chamusca.

Depois desta intervenção documentada na sacristia da igreja do convento da Graça de Lisboa, só voltamos a ter notícia do labor de Claude Laprade cinco anos depois, quando é referenciado a trabalhar na grande empreitada do altar-mor da igreja de Nossa Senhora da Pena, em Lisboa²⁵.

Embora a documentação da irmandade do Santíssimo Sacramento, encomendadora do referido altar-mor, seja bastante exaustiva no que se refere à discriminação de gastos com a obra, não especifica a tarefa de cada entalhador e escultor. Sabe-se que nesta obra trabalharam Domingos da Costa Silva e Claude Laprade, reconhecidos escultores, entre muitos outros mestres entalhadores, mas as atribuições de cada um permanecem uma incógnita, exceto que Domingos da Costa elaborou o altar colateral e uma imagem de Nossa Senhora da Soledade²⁶. No entanto, quer pelas somas substancialmente elevadas que recebe em relação aos seus colegas, quer pelos dias de trabalho efetuados, ou ainda pela sua fama como escultor, os atlantes do retábulo da igreja de Nossa Senhora da Pena têm sido atribuídos a Laprade²⁷, facto nunca contestado pelos historiadores da arte.

Foram exatamente estes atlantes que contribuíram para afirmar na historiografia de arte portuguesa o nome de Laprade como exímio escultor em madeira. Aliás, este motivo não era estranho ao artista, pois semelhantes figuras masculinas de suporte são observadas no monumento pétreo a D. Pedro II, esculpido na Via Latina da Universidade de Coimbra. Com a revelação feita por Ayres de Carvalho, com base na documentação disponível, de que este escultor seria natural de Avignon, na Provença, as comparações com as figuras de atlantes que pontuam nos monumentos da região foram incontornáveis. De facto, quer em Toulon, quer em Aix-en-Provence, o uso destas figuras como animadoras das fachadas de edifícios é recorrente. Atente-se nos emblemáticos atlantes esculpidos por Pierre Puget para figurarem na entrada principal do *Hôtel de Ville* em Toulon e ainda aqueles em Aix-en-Provence, ladeando a porta do *Hôtel de Espagne* na Rua Mirabeau ou aqueles que pontuam na entrada do *Pavillon Vendôme*²⁸. Todas estas figurações de atlantes, com as suas inevitáveis diferenças estéticas podem ser interpretadas como influências artísticas na obra de Laprade.

²⁵ Cf. CARVALHO, Ayres de – Novas revelações (...). p. 41-45, GUIMARÃES, Carlos Alberto - *Tribuna da capela-mor da Igreja da Pena: documentos para a sua história*. Lisboa: Edições Documenta: Igreja da Pena, 1968. p. 31-48.

²⁶ *Despeza que fes o mesmo Thezoureiro João da Costa com as obras da Igreja: Despendeo com o retabolo que se fes para o nouo Altar colatral (sic) aonde esta o Santo Christo cuja obra fes o Mestre Domingos da Costa por cento e sinco mil reis*. Arquivo Paroquial da igreja de Nossa Senhora da Pena de Lisboa, (APINSPL), Livro da Despeza da Irmandade (1711) Livro 29, f. 41 e ainda *Dispendeu com o Mestre Entalhador Domingos da Costa do resto do feitio de huma imagem de Nossa Senhora da Soledade -1.670*. *Idem, ibidem*, f. 52.

²⁷ Cf. CARVALHO, Ayres de – Novas revelações (...). p. 26.

²⁸ Cf. BOURGUET-VIC, Monique – Les atlantes de Puget. In MEYRUCIS, Jean-Paul; BÉRUIT, André (coord.) - *op. cit.*, p. 219-234.

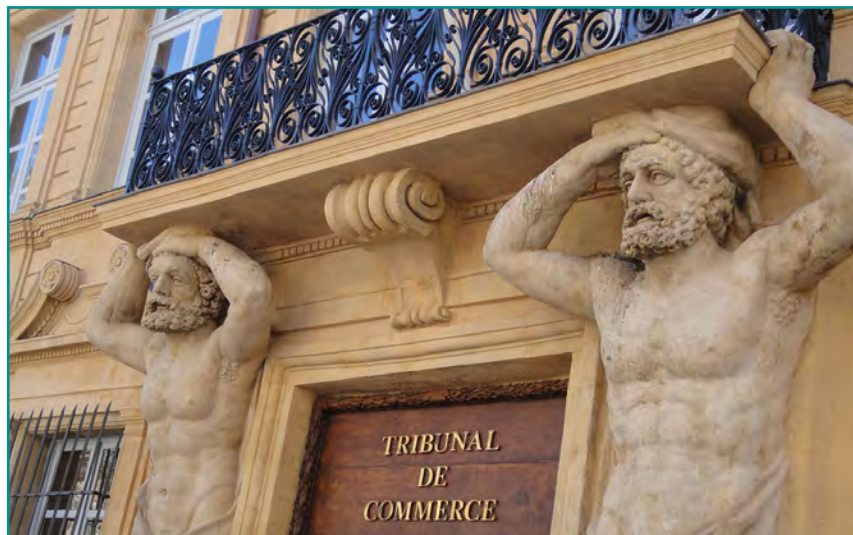


Figura 7. Atlantes no altar-mor da igreja de Nossa Senhora da Pena, em Lisboa. Autor Claude Laprade. Foto da autora.

Figura 8. Atlantes do Hôtel d'Espagne. Rue Mirabeau. Aix-en-Provence. Foto da autora.

Terão de decorrer cerca de dois anos até termos de novo notícias do labor do escultor. Estava-se em 1717 e a irmandade da Misericórdia da vila de Chamusca contrata com Laprade a execução de várias imagens para a sua igreja, a saber: uma do Senhor dos Passos, uma de Nossa Senhora da Soledade, ambas de roca, e um grupo escultórico figurando Cristo morto e duas imagens femininas plangentes.

Apesar de estas encomendas terem sido documentadas no *Livro Geral* (2-3-1706 - 12-9-1718) da irmandade do Santíssimo, hoje em dia, o livro em questão encontra-se desaparecido. Vale-nos uma memória histórica da igreja, à guarda da Santa Casa da Misericórdia da Chamusca, que revela a data da encomenda a Laprade²⁹.

²⁹ Cf. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Chamusca - *Memória histórica da Igreja da Misericórdia da Chamusca*. (texto policopiado). Esta informação consta do *Livro Geral* de 2-3-1706 a 12-09-1718, f. 4, documentação para a qual remete o *Inventário Geral da Irmandade do Santíssimo de 1868*, f. 29.



Figura 9. Cristo jacente. Capela-mor da igreja da Misericórdia da Chamusca. Foto da autora.

Sabe-se que estas imagens terão sido realizadas como complemento da obra de talha do altar-mor, executado também por um artista de Lisboa, de nome José Pessoa Nobre, com contrato assinado em 3 de fevereiro de 1733³⁰. Até ao momento esta é a única obra documentada subsistente deste mestre entalhador, cuja biografia se limitava a referenciá-lo como o autor do desaparecido retábulo de Nossa Senhora da Soledade, sito na igreja do mosteiro de Santa Marta, em Lisboa, e datado de 1723. Os assentos de batismo de duas das suas filhas, Paula e Maria, e o seu registo como membro da irmandade de S. Miguel e Almas, da freguesia de Nossa Senhora das Mercês (Lisboa), completam as informações disponíveis sobre o artista.

Voltando à imagem de Cristo morto, esta é a mais expressiva do conjunto esculpido por Laprade. Representa o Salvador do mundo magro e exangue, visivelmente sangrando das feridas infligidas pela crucifixão, dor que se reflete na expressão dos olhos e no trejeito da boca, denunciadores de uma morte em dor e agonia prolongada.

Quanto às estátuas do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Soledade, apesar dos sucessivos repintes de que foram alvo, apresentam similitudes com as restantes obras documentadas de Laprade. A paternidade destas obras revela-se especialmente quando comparadas com aquelas que o autor esculpiu para a sé de Viseu, sobretudo com a de S. Pedro, ou ainda com os bustos relicários, pertença das coleções do Patriarcado de Lisboa.

³⁰ Segundo a transcrição deste contrato de obra, constante da *Memória Histórica da Igreja da Misericórdia da Chamusca*, o mestre José Pessoa Nobre era morador na rua do Sol. A madeira utilizada foi o pinho da Flandres e a obra foi orçada em setecentos mil réis. Sobre este mestre entalhador Cf. FERREIRA, Sílvia – *A talha barroca de Lisboa (1680-1720): os artistas e as obras*. Lisboa: [s.n.], 2009. Tese de doutoramento em História (especialidade Arte, Património e Restauro) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. vol. II, p. 524.

Para os anos de 1718 e 1719 é a documentação à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa que permite traçar o rasto do artista na cidade e o seu envolvimento com obras custeadas pelo Senado da Câmara.

Em 1718, Claude Laprade é referenciado a pedir licença à Câmara de Lisboa para efetuar algumas obras na sua propriedade situada na rua dos Remolares, então paroquial de São Paulo³¹: “Dis Caldio de Laperade *que* elle he Senhor e Pussiodor de huma morada de cazas sittas na rua direjta dos Remolares e nellas quer fazer obras e meter sacadas e Bollir no aliserce (...)”.

Este é um dado relevante, pois informa-nos do local de morada do artista ao tempo. No entanto, a destruição dos arquivos paroquiais da freguesia de São Paulo, pela ação do terramoto de 1755, é certamente um obstáculo ao enriquecimento de informação sobre a vida pessoal e social deste mestre. Assento de casamento do próprio, batizados das suas filhas, casamentos das mesmas e intervenção do escultor e família em atos de testemunho de casamentos ou batizados poderão ter ficado perdidos para sempre.

O próximo passo na carreira de Claude Laprade é-nos transmitido uma vez mais por documentação pertença do Arquivo Municipal de Lisboa. Destinadas à grande procissão de *Corpus Christi* de 1719 foram encomendadas diversas obras de escultura, entalhe, pintura e outras a vários artistas e artífices de Lisboa. Entre eles contava-se Claude Laprade, apontado como mestre escultor. O trabalho constava de arcos, estátuas e outras peças de caráter decorativo³². Este evento, que mobilizou toda a cidade de Lisboa, foi comissionado pela Câmara Municipal e a sua magnificência foi imortalizada pela pena de Inácio Barbosa de Machado, na sua obra emblemática *Historia critico-chronologica da instituiçam da festa, procissam e officio do Corpo Santissimo de Christo*³³.

Dois anos passados sobre a procissão de *Corpus Christi*, Claude Laprade e os seus colegas escultores, entalhadores e pintores protestam pela falta de pagamento por parte do Senado da Câmara de Lisboa, respeitante à obra executada para a procissão de *Corpus*. Segundo os queixosos, os seus róis de despesas não foram satisfeitos, razão pela qual, interpõem petição ao Senado da Câmara com vista a serem ressarcidos dos montantes em falta. Em vista da demora da resolução da querela entre artistas e Senado, em junho de 1721, D. João V (1689-1750) ordena uma nova avaliação por mestres dos ofícios respetivos, sob a supervisão do arquiteto Frederico Ludovice (1673-1752), responsável pelo planeamento da procissão e desenho dos aparatos efémeros³⁴.

³¹ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro de cordeamentos de 1710-1719*, f. 810 a 811v. (documento avulso).

³² OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1901. t. XI, p. 522, CARVALHO, Ayres de - *Novas revelações (...)*. p. 45-46.

³³ MACHADO, Inácio Barbosa de - *Historia critico-chronologica da instituiçam da festa, procissam e officio do Corpo Santissimo de Christo*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Luiz Ameno, 1759. Sobre a festa do Corpo de Deus de 1719 veja-se o recente artigo de RAGGI, Giuseppina - “A formosa maquina do Ceo e da terra”: a procissão do *Corpus Domini* de 1719 e o papel dos arquitetos Filippo Juvarra e João Frederico Ludovice. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 1 (janeiro - junho 2014), p. 107-129.

³⁴ AML, *Livro 8º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, f. 170-170v.

Segue-se a declaração de dois mestres escultores envolvidos na empreitada, elencando a obra feita:

Domingos da Costa silua e Claudio Laprada mestres do ofício de escultor Certificamos que nos fizemos os rématos e figuras pera os Porticos dos toldos do terreiro do Passo e rosio que tudo Emporta o seguinte:

Seis figuras de dozes palmos cada hũa de gioelhos todas redondas com suas azas feitas por anbas as partes (...) Tres paineis de releuado (...) com hũa gloria de Anjos (...) e reuestidos de rayos (...) tres remates em forma de pedestais, dos frontespicios guarnecidos com molduras, quartelas e fastois³⁵.

Os mestres avaliadores da obra de escultura foram Manuel de Andrade, António da Costa e Domingos Afonso.

Dizemos nos os Mestres, Manoel de Adrade, e Manoel Dias, e Antonio da Costa, e Domingos Affonço Valle, *que nos somos notificados (...) para effeito de medirmos, e avaliarmos, as obras que fizerão de seu officio de Escultura os Mestres Domingos da Costa e Sylva, e Claudio Laprada, e Manoel Machado (...) [f. 212] Que tudo afirmamos (...) se nos foi inposto e declarado pello Arquitecto João Federico Ludoviquo Segundo o decreto de Sua [f. 212v.] Magestade*³⁶.

A decisão final estipulou que:

Por Resolução de 14 de Junho do anno presente (...) foy sua Magestade seruido ordenar se fizesse noua avalliação por louvados com asistencia do Architeto João Federico Lodovisse, Mostrando sse lhe os Róes dos Mesmos offeciões Com os seus abatimentos, e feita avaliação se fizesse presente a vossa Magestade (...) que fizerão presente a vossa Magestade o excesso que hauia nos Róes porque pertendião serem pagos os Pintores dos Payneis, e da Columnas; os Escultores e entalhadores das obras que huião feito para a fabrica dos Toldos da procissão de Corps (...) ao qual se manifestarão os Róes, e abatimentos que se huião feito, e reduzirão as importançias dos ditos Róes que os Artifiçes das refferidas obras huião fabricado desordenadamente Aos lemites da razão, (...) seja Vossa Magestade seruido mandar pagar a estes Artifiçes as importançias das suas obras, ficando de nenhum effeito os Róes porque pertenderão serem pagos (...) Lixboa oriental 30 de Agosto de 1721³⁷.

Assim se terá encerrado a contenda dos artistas com o Senado da Câmara, sendo-lhes pago um preço bastante mais baixo do que aquele que pretendiam.

Durante este tempo de interpelações e petições ao Senado da Câmara, no sentido de ser ressarcido dos gastos do seu ofício pela obra da Procissão de *Corpus*, Claude Laprade continuou a aceitar encomendas de obra e em 1720 é referenciado a executar as imagens de S. João Evangelista e Santa Maria Madalena. Estas eram destinadas à capela

³⁵ AML, *Livro 8º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, f. 193.

³⁶ AML, *Livro 8º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, f. 210-212v.

³⁷ AML, *Livro 8º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, f. 170-170v.

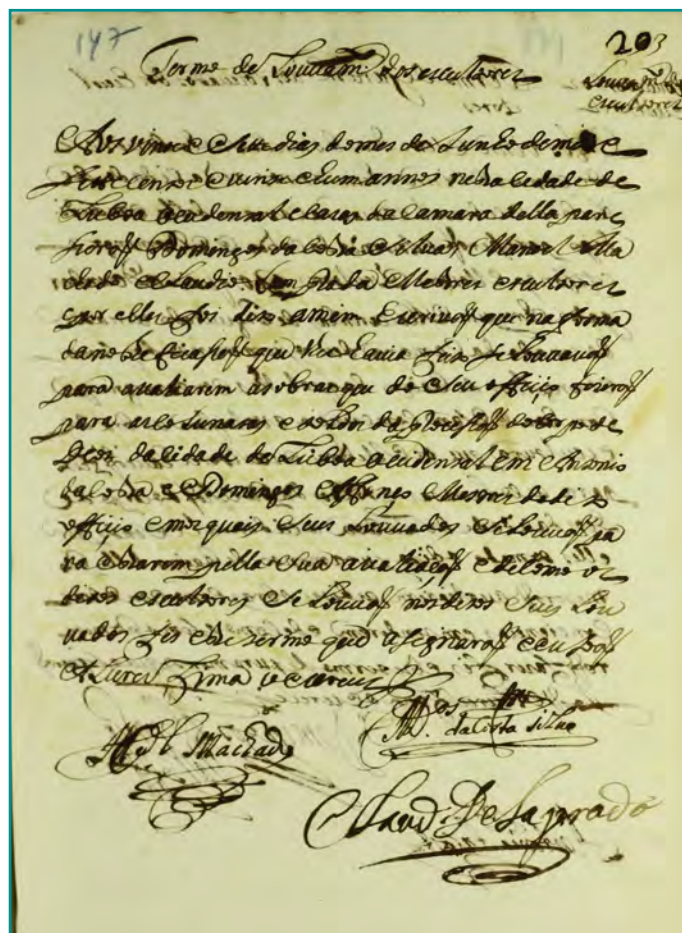


Figura 10. Assinatura de Claude Laprade. AML- Livro 8º de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Oriental, f. 203.

dedicada ao Senhor dos Passos, situada junto ao altar-mor da igreja do mosteiro de S. Domingos, em Lisboa³⁸. Deste altar e imagens nada mais resta do que as memórias escritas, já que a igreja e mosteiro dos Dominicanos, em Lisboa, sofreram graves estragos na sequência do cataclismo de 1 de novembro de 1755. Relevante nesta crónica de frei José da Natividade, para além da notícia de mais duas obras escultóricas de Claude Laprade, é o elogio que o mesmo tece à qualidade das obras do mestre, referindo-se ao mesmo como notável artista: (...) “polidíssimas Imagens dos dous mais notáveis favorecidos da dilecção de Christo Senhor nosso, o amado Evangelista, e a fermoza Magdalena: São da grandeza mais elegante de hum corpo humano, e muito dignas de seu artifice, o insigne Estatuario Laperada (...)”³⁹.

³⁸ Cf. NATIVIDADE, José da - *Memoria historica da milagrosa imagem do Senhor dos Passos, sita no real convento de S. Domingos de Lisboa; e da criação e progresso da sua irmandade*. Lisboa: Oficina Alvarense, 1747. p. 42-43, citado por FERREIRA, Sílvia - *A talha barroca de Lisboa (1670-1720) (...)*. vol. I, p. 137.

³⁹ NATIVIDADE, José da - *op. cit.*, p. 42-43.



Figura 11. S. João Batista. Retábulo colateral da sé de Viseu. Autor Claude Laprade. Foto de Alcina Silva.

Em 1723, e já resolvidas as questões com o Senado da Câmara, certamente conformando-se com o resultado final, Laprade é contratado pelo cabido da sé de Viseu para esculpir as estátuas de S. Pedro e S. João Batista⁴⁰. As imagens destinavam-se aos altares colaterais da catedral como titulares das mesmas: S. Pedro, do lado da Epístola, e S. João Batista, do lado do Evangelho.

Apesar de, atualmente, a estátua de S. Pedro estar no altar para o qual foi concebida, encontra-se deslocada e colocada num pedestal na lateral do corpo do retábulo. Esta situação ocorreu devido a modificações na estrutura retabular introduzidas no século XIX, que inseriram um sacrário e uma cruz de grandes dimensões ao centro do altar.

Claude Laprade representou S. Pedro como uma figura imponente e carismática. Prova disso é a especial atenção concedida aos seus atributos ricamente trabalhados, como as vestes pontificais, a tiara e as luvas que, em conjunto com a pose imponente e assertiva, apresentam o primeiro bispo de Roma em majestade.

⁴⁰ ALVES, Alexandre - *Esculturas de Laprade na Diocese de Viseu*. Viseu: [s.n], 1976. Sep. Beira Alta, p. 461-471; Idem - *A sé catedral de Santa Maria de Viseu*. Viseu: Câmara Municipal: Santa Casa da Misericórdia de Viseu: Grupo de Amigos do Museu Grão Vasco, 1995.

No que respeita à imagem de S. João Batista, o profeta precursor de Cristo é representado como um adolescente, o seu corpo esguio parcialmente coberto por uma pele de cordeiro. Toda a técnica e sensibilidade artística de Claude Laprade transparecem na correção anatómica da imagem e na sua expressividade, nomeadamente na forma como esculpiu o seu corpo e as roupagens que o cobrem. Esta é uma escultura plena de movimentação e expressividade barrocas, tão caras ao gosto da época.

A última grande obra documentada de Claude Laprade refere-se à sua intervenção na conceção do retábulo-mor da sé do Porto e às quatro estátuas de madeira que executou para figurarem no mesmo.

Estava-se em 1726 e a sé do Porto encontrava-se em pleno afã de renovação artística. Um novo retábulo-mor afirmaria a sé como um edifício de vanguarda, plenamente atualizado e consequente com os novos tempos. Imbuído desse espírito, o cabido da catedral do Porto decide contratar dois afamados desenhadores e construtores de retábulos, a fim de gizarem uma moderna máquina retabular⁴¹. Depois de ter sabido que Frederico Ludovice seria uma escolha impossível, devido aos afazeres do arquiteto de Mafra⁴², o representante do cabido da sé do Porto, André Vaz, concentra os seus esforços em contactar Claude Laprade e Santos Pacheco de Lima (1684-1768) – este último, o mestre do imponente retábulo-mor da antiga igreja do Santíssimo Sacramento dos Padres Paulistas, atual paróquia de Santa Catarina, em Lisboa⁴³.

Relativamente à planta e especificações propostas por Santos Pacheco, as quais acompanhavam o seu desenho proposto para o altar-mor da sé, estas últimas eram as seguintes: 1) Intenção de abrir fresta na cimalha para se poder comunicar luz às escadas que davam serventia ao trono; 2) Colocação no remate do retábulo de uma tarja ou cartela situada sob uma concha de grande dimensão; 3) Abertura de nichos para os santos, que seriam sobrepujados por duas grandes conchas; 4) Execução dos pedestais do retábulo em embutidos de mármore ou lisos⁴⁴.

Quanto à idealização de Claude Laprade, esta incluía: 1) Colocação de meios-corpos, provavelmente nas pilastras do retábulo; 2) As colunas seriam: “(...) a forma das duas colunas do meio é moderna, mas mais moderna a retorcida, as quais vem a sair para fora (...), recolhendo-se bastante para dentro na sua extremidade dos lados que vão a topar nas paredes das ilhargas (...) 3) O entablamento e o remate do retábulo tenderiam a projetar-se para fora, (...) ficando a obra no cimo das colunas e no remate muito mais sacada para fora do que em baixo, pelo pouco pé que há (...)”⁴⁵.

⁴¹ BRANDÃO, Domingos Pinho de - *Obra de talha dourada, ensablagem e pintura na cidade e na Diocese do Porto*. Porto: Diocese, 1986. vol. III, p. 27-35. As cartas de André Vaz sobre a obra do retábulo-mor da sé do Porto, tendo como destinatário o tesoureiro do Cabido da sé, cónego Domingos Barbosa, situam-se entre 14 de janeiro de 1726 e 15 de fevereiro do ano seguinte. Veja-se também FERREIRA-ALVES, Natália - *A escola de talha portuense e a sua influência no norte de Portugal*. Lisboa: Edições Inapa, 2001. p. 79, FERREIRA, Sílvia - *A igreja de Santa Catarina: a talha da capela-mor*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 114-117.

⁴² Cf. BRANDÃO, Domingos Pinho de - *op. cit.*, p. 30. Carta de 21 de setembro de 1726.

⁴³ Sobre este entalhador veja-se FERREIRA, Sílvia - *A igreja de Santa Catarina (...)*.

⁴⁴ Cf. BRANDÃO, Domingos Pinho de - *op. cit.*, p. 33-34.

⁴⁵ Cf. Idem, *ibidem*, p. 35. Carta datada de 15 de fevereiro de 1727.

Esta descrição de André Vaz, em carta enviada ao Cabido da sé do Porto, elucida-nos sobre a feição que os dois artistas desejavam imprimir ao retábulo-mor em causa. Reconhece-se que a planta de Claude Laprade projetava um retábulo de maior complexidade estrutural e decorativa do que o idealizado por Santos Pacheco. De facto, o atual retábulo da sé do Porto apresenta essas características. Os autores que se debruçaram sobre esta questão com mais acuidade são da opinião que o retábulo-mor da catedral portuense resulta da escolha de vários elementos retirados das duas plantas apresentadas. No entanto, e dada a descrição feita por André Vaz, pensa-se que a planta gizada por Laprade terá sido a preferida e que a maior parte das suas especificações foi aprovada pelo Cabido. Domingos Pinho de Brandão refere que a planta escolhida terá sido a de Claude de Laprade, com algumas sugestões da de Santos Pacheco⁴⁶. De forma semelhante, Natália Marinho Ferreira-Alves, coloca em dúvida a autoria do desenho do retábulo, sugerindo que, possivelmente, teriam sido escolhidos elementos das duas plantas encomendadas pelo Cabido da sé⁴⁷.

Para além do desenho do altar-mor, a Claude Laprade é ainda solicitado que execute quatro imagens de santos para figurarem nos nichos do referido altar. São eles São Benedito, São Bernardo, São Basílio e São João Nepomuceno⁴⁸. Estas estátuas de Laprade não possuem a mesma qualidade escultórica das que executou para a catedral de Viseu. Falta-lhes a atenção aos detalhes, o cuidado, a vitalidade e a noção de movimento, como se o investimento pessoal nas mesmas fosse diminuto, qual produção em série para cumprir um compromisso no qual já não se sentia empenhado. Possivelmente serão obra oficial com uma intervenção reduzida por parte do mestre.

A última referência ao trabalho artístico de Laprade é veiculada por Domingos Pinho Brandão, segundo informação de carta de André Vaz: “(...) As inquietações das obras de Mafra também chegam ao Laprada e ao seu oficial precisando-os a que vão para lá, mas dizem eles que não será a dilação muita, porque para o seu ofício pouco há lá que fazer (...)”⁴⁹.

Para o escultor Provençal, já na reta final da sua carreira, pouco ou nada haveria para fazer em Mafra, limitando-se possivelmente a modelar em barro os pequenos *putti* e outros elementos decorativos semelhantes, como aventou Ayres de Carvalho.

Claude Laprade vem a falecer em 1738, cerca de 8 anos depois da sua colaboração nas obras de Mafra. O seu testamento, até agora inédito⁵⁰, revela-nos alguns dados pessoais e profissionais interessantes, traçando a sua biografia nos últimos anos de vida:

⁴⁶ Cf. Idem, *ibidem*, p. 28.

⁴⁷ Cf. FERREIRA-ALVES, Natália - *A escola de talha portuense* (...). p. 79.

⁴⁸ BRANDÃO, Domingos Pinho de - *op. cit.*, p. 119-120. Carta datada de 14 de maio de 1729.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 120.

⁵⁰ Apesar de Ayres de Carvalho ter fornecido informações que constam deste documento, as mesmas nunca tinham sido autenticadas até agora com a referência exata às fontes.

Testamento de Claudio Laprada testamenteira sua molher Joanna Laprada moradora a Calçada de São Francisco

Em nome da Santissima Trindade Padre Filho Espirito Santo tres pessoas destintas hum só Deos verdadeiro, em quem eu Claudio Laprada verdadeiramente creyo e em cuja fée viuo, e espero morrer, e salvar me; porquanto me acho com muitos achaques não sabendo quando Deos Nosso Senhor será seruido levar me para sy detreminey fazer este testamento (...) Declaro que sou casado com Joanna Laprada de cujo matrimonio tenho quatro filhas viuas por nomes Maria casada com Hieronimo Piarroyo, Margarida casada com Bartolomeu Baltaque Angella casada com Antonio Salva, e huma Donzella por nome Felicia que está em vesporas de tomar estado, as quais são minhas herdeiras forçadas (...) deixo por herdeira a dita minha molher para que fique senhora, e posuidora da minha terça, e de tudo o que por direito posso testar, e a despuzição da dita minha molher deixo o meu emterro, e sufrágios, por confiar muito della fará por minha Alma e que o meu amor lhe merece, e se dará de oferta ao meu Padre cura da freguesia onde eu falecer dous mil e quatrocentos reis, atendendo ás minhas poucas posses, por estar doente, emtreuado, e cego há muitos anos, e a dita minha molher nomeyo por minha testamenteira // E nesta forma hey por acabado este meu testamento que quero se cumpra como nelle se comthem por assim ser minha ultima vontade, e por estar sego, roguei ao Padre João da Silua Pereira morador na Rua dos Odreiros que este por mim fizece, e asinace (...)

Aprouação

Saybam quantos este Instrumento de aprouação virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos trinta e oito, em vinte e dous dias do mes de Janeiro na cidade de Lisboa ocidental, a Calçada de São Francisco e cazas de morada de Claudio Laprada soldado aposentado da Guarda Real, estando elle ahy presente sentado em hum tamborete, cego, e emtreuado, mas em seu júzo perfeito, e por elle das suas maos as de mim tabaliam em presença das testemunhas ao diante nomeadas me foy dado o testamento antecedente escrito (...)

Abertura

Bernardino do Couto cura nesta parrochial de São Julião certefico que eu abri este testamento com que /fl. 109/ falleceo Claudio Laprada, o qual estaua cozido e lacrado com sinco pingos de lacre por banda feito por João Rodrigues Pereira a rogo do dito testador, e aprouado pello Tabaliam João do Rego Meyrelles escrito em quatro laudas de papel em que entra aprovação, e assinatura das testemunhas sem entrelynha vicio ou outra couza que ouvida possa fazer em fée do que pasey a presente Lisboa ocidental vinte e oito de Março de mil setecentos trinta e oito // o cura Bernardino do Couto // E não dizia mais o dito testamento sua aprovação e abertura que aqui registei e comcertei com o próprio, e com o escriuão abaixo asinado que me foy apresentado por Joam Guerreiro que de como o recebeo asinou comigo Lisboa ocidental 26 de Junho de 1738 e eu Joze Francisco dos Santos escriuão do Registo Geral dos Testamentos por Portaria do Regedor das Juntas no empedimento de Antonio Joze de Andrade o escreuy e asiney

Comcertado por mim escriuão

João Guerreyro

Joze Francisco dos Santos

Antonio de Queyroz Carneiro⁵¹.

Estabelece-se assim com este documento a data exata da morte de Claude Laprade, 28 de Março de 1738, na sua casa à calçada de S. Francisco. Ficamos a saber que ao tempo tinha quatro filhas “(...) viuas por nomes Maria casada com Hieronimo Piarroyo, Margarida casada com Bartolomeu Baltaque Angella casada com Antonio Salva, e huma Donzella por nome Felicia (...)”. Estes genros de Laprade, que Ayres de Carvalho identifica como sendo genoveses e florentinos, através dos assentos de batismo dos seus filhos, provam a forte ligação do mestre à comunidade italiana residente em Lisboa⁵².

4. AS OBRAS ATRIBUÍDAS

Claude Laprade, como famoso estatuário da corte de Lisboa, terá tido uma atividade profícua que, como é óbvio, não se esgota nas obras documentadas. Por esse facto, algumas peças escultóricas têm vindo a ser-lhe atribuídas com maior ou menor coerência científica.

Assinalamos aqui algumas daquelas que, pela sua conjuntura histórica e coordenadas estilísticas, se apresentam como hipóteses, em nossa opinião, viáveis.

- Imagem de Nossa Senhora da Conceição da igreja de Nossa Senhora da Pena, em Lisboa. Segundo Cyrillo Volkmar Machado: “Pelos mesmos tempos estiveram em Lisboa Claudio la Prada, e João Bernardes Escorpio, Italianos: o 1.º fez a Conceição da Pena, e o 2.º o Santo Elias do Carmo⁵³. Esta atribuição afigura-se consistente, quer pela possível datação e qualidade e traços escultóricos da imagem, quer pelo facto de Claude Laprade ter trabalhado na igreja de Nossa Senhora da Pena entre os anos de 1714-15 na obra do retábulo-mor.
- Um altar da Igreja de S. Paulo. Segundo as cartas remetidas pelo procurador do Cabido da sé do Porto, aquando das suas diligências para contactar Claude Laprade, o mesmo refere que o mestre andaria ocupado com uma obra de

⁵¹ ANTT, Registo Geral de Testamentos, *Livro 215*, f. 108-109. Interessante no seu testamento é a referência direta ao cargo que teve como soldado da Casa Real. A mesma indicação tinha já sido dada pelo procurador do Cabido da sé do Porto na carta de 8 de fevereiro de 1727, na qual refere que, procurando Laprade em sua casa não o encontrou, pois o escultor tinha “saído na guarda da Senhora Rainha à oração”. Cf. BRANDÃO, Domingos Pinho de – *op. cit.*, p. 34.

⁵² Agradecemos à Doutora Nunziatella Allesandrini os esforços desenvolvidos no Arquivo Paroquial da Igreja do Loreto na tentativa de localizar o livro de batizados correspondente. No entanto, o referido livro terá sido desviado do arquivo pois, atualmente, os registos de batismo começam em 1749.

⁵³ MACHADO, Cyrillo Volkmar - *Colecção de memorias, relativas ás vidas dos pintores, e esculptores, architectos, e gravadores portugueses, e dos estrangeiros que estiverão em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, 1823. p. 253.

retábulo da igreja matriz de S. Paulo, que segundo testemunho visual do próprio André Vaz integraria as famosas cariátides (“metas”, na expressão do procurador)⁵⁴. Esta obra terá desaparecido com a ação do terramoto de 1 de novembro de 1755, que derrubou a referida igreja.

- Imagem de Nossa Senhora da Glória do retábulo da invocação homónima na sé de Santarém. Segundo Ayres de Carvalho, esta estátua replica aquela que o escultor executou em finais de Seiscentos para a fachada da capela da Vista Alegre, em Ílhavo⁵⁵.

Tendo tido oportunidade de observar de perto a escultura, aquando da intervenção de conservação e restauro de que foi alvo recentemente, podemos constatar que esta não é uma atribuição carecida de fundamento. De facto, a imagem da Senhora apresenta algumas características da obra escultórica de figuras femininas de Laprade. A modelação das mãos, cabelos e rosto remetem para as figuras pétreas e para a Nossa Senhora da Soledade da Igreja da Misericórdia da Chamusca.

BREVES CONCLUSÕES

Apesar de Claude Laprade permanecer, aos olhos da historiografia de arte portuguesa, uma figura controversa, não só quanto à sua vida pessoal, mas também quanto às suas obras de arte, recheadas umas e outras de verdadeiras contradições, é, contudo, no seu labor artístico que podemos encontrar respostas para o papel que desempenhou na arte do seu tempo.

O seu percurso profissional ainda mal conhecido, principalmente no que se refere à formação artística e contactos pessoais e profissionais que o trouxeram de Provença até Portugal, vai-se desvelando lentamente graças às pesquisas levadas a cabo pelos investigadores que ao longo do tempo se têm debruçado sobre a sua obra. Se as suas origens e anos iniciais de vida continuam envoltos em mistério, a obra que produziu, contudo, remanesce e será provavelmente com ela que será legítima a atual construção de uma biografia do escultor.

Segundo a documentação disponível, Laprade terá iniciado a sua carreira em Portugal essencialmente como escultor pétreo. No entanto, regressado a Lisboa, as solicitações ter-se-ão resumido a encomendas de obra em madeira, quer fossem retábulos, quer obras de imaginária. Adequando-se rapidamente ao gosto do mercado português, o escultor provençal terá começado a trabalhar para uma clientela exigente e conhecedora, ancorada numa efetiva tradição nacional de escultura lígnea.

⁵⁴ Cf. BRANDÃO, Domingos Pinho de – *op. cit.*, p. 31.

⁵⁵ Cf. CARVALHO, Ayres de – *D. João V e a arte do seu tempo*. Lisboa: Edição do Autor, 1962. vol. II, p. 234.



Figura 12. Nossa Senhora da Glória. Altar de Nossa Senhora da Glória. Sé de Santarém. Atribuída a Claude Laprade. Foto da autora

Laprade afirmou-se no panorama escultórico português em madeira como um dos mais solicitados e profícuos mestres do seu tempo. As crónicas coevas apresentam-no como um artista conceituado e requisitado, facto constatável também nos preços pelos quais se fazia pagar. A sua obra estendeu-se desde o Porto até Aveiro, passando por Viseu, Coimbra, Lisboa e Ribatejo.

A marca que no seu tempo imprimiu nas obras que realizou e o contributo que deu para a europeização da arte portuguesa torna-se visível, quer na produção escultórica e de entalhe sua contemporânea, quer nas obras que lhe sobrevieram. A assimilação das duas heranças culturais, a provençal e a portuguesa, foram determinantes para a feição estética impressa no seu trabalho. É inegável que o vocabulário barroco provençal italianizado contribuiu em muito para a evolução dos modelos retabulares, principalmente da escola de talha de Lisboa. Os seus famosos atlantes tornaram-se modelares e foram mimetizados em muitos dos retábulos executados na capital, mas não só. Estes modelos Lapradianos foram “exportados” com êxito, primeiro para o altar-mor da sé do Porto que, com o seu estatuto de obra “ao moderno”, se dispôs a ser modelo a imitar.

Para além do reconhecido mérito como escultor, sabemos igualmente que o seu talento como idealizador e debuxador de retábulos foi uma realidade. Comprovam-no as cartas dirigidas de Lisboa por André Vaz ao Cabido da sé do Porto.

Claude Laprade, numa primeira fase da sua carreira, ajudou a introduzir em Portugal os modelos estruturais e decorativos que tão bem conhecia e usava nas suas obras. O retorno que a arte portuguesa lhe deu foi, igualmente, generoso. A longa tradição portuguesa da arte da escultura em madeira, quer fosse de imagens de santos e santas, quer fosse de altares com os seus motivos arquitetónicos, decorativos e escultóricos, permitiu-lhe o contacto direto e a absorção dos mesmos. De posse desse conhecimento, que o treino visual e a técnica apuraram, o artista pôde lançar-se na criação de novos modelos e no aperfeiçoamento contínuo da sua “marca” pessoal. No auge da sua carreira, a marca Laprade exaltava a perfeita simbiose entre o sentir e o sentido estético da arte sacra provençal e portuguesa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.

Convento dos Agostinhos da Graça, *Livro do Recibo e Gasto do Santuario da Sancristia de Nossa Senhora da Graça*.

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro de cordeamentos de 1710-1719 (doc. avulso).

Livro 8º de consultas e decretos de D. João V, do Senado Oriental.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Registo Geral de Testamentos, L. 215.

Memorias Paroquiais de 1758- freguesia de Ílhavo, vol. 18. Memória n.º 17. Manuscrito de João Martins dos Santos.

Câmara Eclesiástica de Lisboa. Sumários Matrimoniais, *maço 1*.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Chamusca

Memória Histórica da Igreja da Misericórdia da Chamusca. Chamusca (texto policopiado).

Arquivo da Universidade de Coimbra

Livro de Notas do Tabelião Pantaleão Cordeiro de 16 de Junho de 1699 a 2 de Fevereiro de 1700.

Bibliothèque Municipale d' Avignon: Livrée Ceccano

Descrição do túmulo do Abade Simiane de La Coste por Esprit Calvet. *Miscelânea de documentos do século XVIII. Manuscrito n.º 2348*.

Estudos

ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1967. vol. II, p. 644.

ALVES, Alexandre - *Esculturas de Laprade na Diocese de Viseu*. Viseu: [s.n], 1976. Sep. Beira Alta, p. 461-471.

ALVES, Alexandre - *A sé catedral de Santa Maria de Viseu*. Viseu: Câmara Municipal: Santa Casa da Misericórdia de Viseu [etc.], 1995.

AUQUIER, Philippe - *Pierre Puget*. Paris: H. Laurens, 1904.

BARJAVEL, Casimir-François - *Dictionnaire historique, biographique et bibliographique du département de Vaucluse*. Carpentras: Imprimerie de L. Devillario, 1841. tomo I, p. 184-190.

BARBOSA, D. José - *Memórias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e dos seus collegiaes e porcionistas*. Lisboa: Officina de António José da Sylva, 1727.

BEIRÃO, Caetano - O túmulo de D. Manuel de Moura Manuel na Vista Alegre. *Revista de Arqueologia*. Lisboa: Imprensa Moderna.Vol. III (1936), p. 24-25.

BAUMANN, Émile - *Pierre Puget, sculpteur*. Paris: Les Editions de l'Ecole, 1949.

BÉRUTTI, André – Les Portes de la “basse ville”. In MEYRUCIS, Jean-Paul; BÉRUIT, André (coord.) - *Toulon et son patrimoine: portes et façades, corderie et front de mer*. Gémenos: Autres Temps-Académie du Var, 2008.

BOURGUET-VIC, Monique – Les atlantes de Puget. In MEYRUCIS, Jean-Paul; BÉRUIT, André (coord.) - *Toulon et son patrimoine: portes et façades, corderie et front de mer*. Gémenos: Autres Temps-Académie du Var, 2008.

BRANDÃO, Domingos de Pinho - *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e na Diocese do Porto*. Porto: Diocese, 1985. tomo II.

BRETON, Alain - À Saint-Martial: deux oeuvres baroques méconnues: le tombeau de l'abbé de Lacoste: les bâtiments modernes de Saint-Martial. *Annuaire de la Société des Amis du Palais des Papes*. Avignon: [s.n]. N.º 71-72 (1984-1985), p. 67-85.

CARVALHO, A. Ayres de - Desvenda-se o misterioso artista Claude de Laprade. *Diário de Lisboa*. Lisboa: [s.n]. (07.04.1957), p. 13.

CARVALHO, A. Ayres de - *D. João V e a arte do seu tempo*. Lisboa: Edição do Autor, 1962. vol. II.

CARVALHO, A. Ayres de - Novas revelações para a história do Barroco em Portugal. II - O mestre das grandiosas máquinas douradas da Lisboa Setecentista: o artista Claude de Laprade (1682-1738). *Belas-Artes*. Lisboa: [s.n]. 2ª Série Nº 20 (1964), p. 29-65.

CARVALHO, Maria do Rosário Salema de - Gabriel del Barco: la influencia de un pintor español en la azulejería portuguesa (1669-1701). *Archivo Español de Arte*. Madrid: [s.n]. LXXXIV 335 (2011), p. 227-244.

CORREIA, Vergílio - Artistas italianos em Portugal. *Biblos*. Coimbra: Coimbra Editora. Vol. VIII (1932), p. 119-134.

CORREIA, Virgílio - *Obras*. Coimbra: Universidade, 1946. vol. I.

FERREIRA, Sílvia - *A igreja de Santa Catarina: a talha da capela-mor*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

FERREIRA, Sílvia - *A talha barroca de Lisboa (1680-1720): os artistas e as obras*. Lisboa: Universidade, 2009. Tese de doutoramento em História (especialidade Arte, Património e Restauro) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FERREIRA-ALVES, Natália - *A escola de talha portuense e a sua influência no norte de Portugal*. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

GIRARD, Joseph - *Évocation du vieil Avignon*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1958.

GUIGUE, Julien - *L'église de l'Isle-sur-Sorgue*. Avignon: Imprimerie Ruillière Frères, 1944.

GUIMARÃES, Carlos Alberto - *Tribuna da capela-mor da igreja da Pena: documentos para a sua história*. Lisboa: Edições Documenta: 1968.

HERDING, Klaus - Puget sculpteur, Puget dessinateur. In VIAL, Marie Paule (coord.) - *Pierre Puget peintre sculpteur architecte (1620-1694)*. Marseille: Musées de Marseille/Réunion des Musées Nationaux, 1995.

LAURENT, Stéphane - Pierre Puget, une unité de l'art "obligée" à l'âge classique. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. São Paulo: [s.n]. N.º 9 (2008-2009), p. 51-68.

LOPES, José Maria da Silva - *Claude de Laprade e o tórumulo da Vista Alegre*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2001. Mestrado em Teorias da Arte apresentado à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

MACHADO, Cyrillo Volkmar - *Colecção de memorias, relativas ás vidas dos pintores, e esculptores, architectos, e gravadores portugueses, e dos estrangeiros que estiverão em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, 1823.

MACHADO, Inácio Barbosa de - *Historia critico-chronologica da instituiçam da festa, procissam e officio do Corpo Santissimo de Christo*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Luiz Ameno, 1759.

MARCEL, Adrien - Les Péru: sculpteurs et architectes d'Avignon. *Mémoires de l'Academie de Vaucluse*. Avignon: [s.n]. 2.^a Série Vol. XVIII (1928-1929), p. 1-157.

MECO, José - O pintor de azulejos Gabriel del Barco. *História e Sociedade*. Lisboa: [s.n]. N.º 6 (1979), p. 58-67.

NATIVIDADE, José da - *Memoria historica da milagrosa imagem do Senhor dos Passos, sita no real convento de S. Domingos de Lisboa; e da criação e progresso da sua irmandade*. Lisboa: Oficina Alvarense, 1747.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1901. T. XI.

POZZO, Andrea - *Perspectiva pictorum et architectorum*. Roma: Antonio di Rossi, 1737-41.

RAGGI, Giuseppina - “A formosa maquina do Ceo e da terra”: a procissão do *Corpus Domini* de 1719 e o papel dos arquitetos Filippo Juvarra e João Frederico Ludovice. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 1 (janeiro - junho 2014), p. 107-129.

REQUIN, l'Abbé Henri - *Jacques Bernus: sa vie, son oeuvre. 1650-1728*. Vaucluse: Séguin Frères, 1855.

SMITH, Robert - Early works of Claude Laprade and the style Louis XIV. *Gazette des Beaux-Arts*. Paris: [s.n]. Nº XLIV (1954), p. 163-190.

VALE, Teresa Leonor M. - A figuração do indivíduo na tumulária portuguesa do Maneirismo e do Barroco (séculos XVI-XVIII). *Artis - Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa: [s.n]. Nº 4 (2005), p. 271-291.

VALE, Teresa Leonor M. - A tumulária régia da igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém e a tumulária da Capela dos Castros do convento de S. Domingos de Benfica: uma análise paralela. *Lusíada. Arqueologia, história da arte e património*. Lisboa. Série 1 Nº 1 (2001), p. 113-129.

VALE, Teresa Leonor M. - *Escultura italiana em Portugal no século XVII*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.

XAVIER, Pedro Amaral - *A iconografia funerária no Barroco e o túmulo do bispo de Miranda na capela da Vista Alegre*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990. Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

XAVIER, Pedro Amaral - *A morte: símbolos e alegorias*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

XAVIER, Pedro Amaral - O bispo de Miranda e a vinda de Claude de Laprade para Portugal: subsídios para o estudo da igreja e mecenato artístico no Barroco. III - A capela da Vista Alegre e o túmulo do bispo. *Brotéria*. Lisboa: [s.n]. Vol. 160 Nº 5/6 (Maio/Junho 2005), p. 463-487.

Internet:

VAUCLUSE. Archives Départementales - *Registres paroissiaux et d'état civil* [Em linha]. Vaucluse: AD, [200-]. [Consult. 29.01.2015]. Disponível na internet: <http://e-archives.vaucluse.fr/>

AVIGNON. Archives Municipales - *Registres paroissiaux* [Em linha]. Avignon: AM, [200-]. [Consult. 12.01.2015]. Disponível na internet: <http://archives.avignon.fr/>.



O reformismo pombalino e a Feitoria Britânica de Lisboa

The Marquis of Pombal reformism and the British Factory of Lisbon

Teresa Fonseca*

submissão/submission: 12/01/2015

aceitação/approval: 09/04/2015

RESUMO

Neste artigo analisámos as consequências da política reformista do marquês de Pombal na atividade económica da Feitoria Britânica de Lisboa. Procedemos em primeiro lugar à caracterização socioeconómica dos membros da Feitoria. Mencionámos os privilégios por estes adquiridos ao longo de séculos em Portugal e o modo abusivo como eram utilizados. Explicámos de que maneira o ministro de D. José e a Câmara de Lisboa procuraram combater tais abusos, no contexto da política de poder absoluto esclarecido. E descrevemos a reação dos britânicos a tais medidas.

PALAVRAS-CHAVE

Poder absoluto esclarecido / Rei D. José / Marquês de Pombal / Feitoria Britânica de Lisboa / Comércio anglo-português

* Maria Teresa Couto Pinto Rios da Fonseca é doutora em História das Ideias Políticas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Atualmente é investigadora independente. Tem mais de três dezenas de artigos e 11 livros publicados nas áreas da História Moderna e Contemporânea de Portugal.

Correio eletrónico: mtcprfonseca@gmail.com

ABSTRACT

In this article we analyze the consequences of the Marquis of Pombal reformist politics in the economical activity of the British Factory of Lisbon. In the first place, we proceed to the socioeconomic characterization of the British Factory members. Next, we refer to theirs advantages in Portugal, acquired along of centuries, and the abusive way as they were used. We explain how the king Joseph's prime minister and the Lisbon Municipal Council tried to reverse those advantages and overuses in the context of the enlightened absolutism politics. We also intend to elucidate the reactions of the British businessmen to the Portuguese initiatives.

KEYWORDS

Enlightened absolutism / King D. José / Marquis of Pombal / British Factory of Lisbon / Anglo-Portuguese trade



1 - A EXPERIÊNCIA DIPLOMÁTICA LONDRINA DO FUTURO MARQUÊS DE POMBAL

Sebastião José de Carvalho e Melo iniciou a carreira política em 1738, com a sua nomeação como enviado extraordinário junto de Jorge II de Inglaterra. A missão em Londres duraria quatro anos e incluiria dois objetivos essenciais: a renegociação, com a menor desvantagem possível para Portugal, dos tratados anglo-lusos de 1654, 1661 e 1703, sobre comércio e navegação; e a recolha, baseada na experiência britânica, dos ensinamentos necessários a uma política nacional de desenvolvimento naquelas duas áreas¹.

No decorrer das negociações com o governo inglês, o diplomata foi tomando consciência da verdadeira dimensão da desigualdade marítima entre os dois países. Esta perceção fê-lo convencer-se de que a enorme desvantagem portuguesa jamais se resolveria pelo simples diálogo entre as duas chancelarias. Uma questão de tal natureza e complexidade implicaria, no seu entender, uma alteração estrutural da nossa política externa e interna. A primeira, através de uma reformulação das nossas relações com o estrangeiro, sem no entanto quebrar a aliança luso-britânica. E a segunda, através de uma alteração profunda nas áreas económica e ultramarina².

¹ DIAS, José Sebastião da Silva – *Pombalismo e projecto político*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova, 1984, p. 18, 21 e 159.

² Idem, *ibidem*, p. 2-150.

Tais propostas³, porém, não encontraram recetividade na corte de Lisboa, nesta fase derradeira do governo de D. João V. Mas a sua concretização ficaria apenas adiada para o reinado seguinte, com a ascensão do enviado à esfera governativa.

Terminada a missão na corte londrina, Carvalho e Melo seria enviado como emissário para Viena de Áustria entre 1745 e 1749. Os anos de atividade diplomática nos dois países proporcionaram-lhe um conhecimento profundo da política europeia da época e uma mais nítida tomada de consciência do enorme atraso do seu país natal relativamente a outras nações. Mas além da experiência política, o futuro conde de Oeiras (1759) e marquês de Pombal (1769) aproveitou estas estadias no estrangeiro para se munir de uma boa preparação teórica. Tal como sucedeu com outros diplomatas portugueses de Setecentos, a permanência em meios ilustrados e livres da censura inquisitorial possibilitaram-lhe novas leituras, cuja influência viria a ser determinante na estruturação do seu pensamento de estadista moderno⁴.

Constituiu, assim, uma vasta biblioteca, com numerosos livros de cultura geral, mas também com muitos outros sobre ciência política, incluindo diversas obras de teóricos do poder absoluto esclarecido e ainda outras de teor económico, versando finanças, assuntos coloniais, alfândegas, manufaturas e agricultura⁵. Além disso, as relações com intelectuais e negociantes da comunidade judaica londrina, de origem portuguesa, poderão tê-lo influenciado a valorizar o lucro como princípio do desenvolvimento económico⁶.

Deste modo, quando em 1750 foi chamado a integrar a primeira equipa ministerial nomeada por D. José⁷, possuía um conjunto bem definido de ideias sobre as grandes questões dos diversos domínios da governação, que tentaria implementar durante os 27 anos do reinado josefino. De todas essas medidas reformadoras, abordaremos apenas as que tiveram maior impacto na comunidade dos negociantes britânicos de Lisboa.

2 - A FEITORIA BRITÂNICA DE LISBOA: UMA BREVE CARATERIZAÇÃO

Os britânicos designavam por “factory”, traduzida na época por “feitoria”, a comunidade de homens de negócio da sua nacionalidade estabelecidos numa determinada localidade. Em Portugal, as feitorias mais importantes localizavam-se em Lisboa e no Porto, embora a de Coimbra e a do Funchal tivessem ainda alguma relevância⁸.

³ MELO, Sebastião José de Carvalho e - *Escritos económicos de Londres: 1741-1742*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

⁴ Sobre as ideias reformistas da elite política joanina oriunda da diplomacia, veja-se MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *D. José*. Lisboa: Círculo de Leitores [etc.] 2006. p. 47-50.

⁵ DIAS, José Sebastião da Silva - *Pombalismo e projecto político*, p. 220-228.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 112-114 e 213.

⁷ Acerca do contexto político da ascensão de Carvalho e Melo à esfera governativa, veja-se MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *D. José*, p. 51-56.

⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da - Pombal e os Ingleses: incidências económicas e relações internacionais. In CONGRESSO O MARQUÊS DE POMBAL E A SUA ÉPOCA, Pombal, 1999; COLÓQUIO O SÉCULO XVIII E O MARQUÊS DE POMBAL, Oeiras, 1999 - [Atas]. Oeiras: Câmara Municipal; Pombal: Câmara Municipal, 2001. p. 137.

Por volta de 1770, a Feitoria de Lisboa era constituída por 102 casas de negócio, de acordo com uma relação inserida no código 692 da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal⁹. Pelo menos 21 desses estabelecimentos eram geridos por sociedades. 20 destas possuíam dois sócios, frequentemente irmãos; e uma três sócios. 69 negociantes aparecem assinalados como solteiros. Aparentemente habitavam sozinhos. E pelo menos alguns destes podiam permanecer apenas temporariamente em Lisboa, como representantes de casas comerciais britânicas. Os restantes viviam na companhia de um ou vários familiares, quase sempre a mulher e os filhos, mas por vezes também irmãos, sobrinhos, netos e mais parentes.

Daqueles, 46 estabelecimentos possuíam entre um a três caixeiros da mesma nacionalidade. As outras casas comerciais poderiam contar com a colaboração de familiares, pois a ausência de tais empregados é mais notória nos agregados com vários elementos masculinos. No entanto, uns e outros teriam ao seu serviço caixeiros portugueses, em exclusivo ou a par dos de origem inglesa. Em 1770, Denis Connell (f. 223v.) possuía um empregado de comércio português, Domingos Lourenço Martins¹⁰. E em 1774, a firma Start & Buller possuía pelo menos dois caixeiros: o português Bernardo Gomes e o inglês Guilherme Folliot¹¹.

Algumas unidades familiares eram numerosas. Luís Arnold Majendie vivia com a mulher, cinco filhos e um caixeiro (f. 223); Samuel Barclay, provavelmente viúvo, tinha a companhia do irmão Jorge, da mãe e de dois filhos; e Domingos Joyce, solteiro, coabitava com a irmã e três sobrinhos (f. 224).

A única cabeça de casal feminina deste grupo era a viúva Ana Brown, que morava com dois sobrinhos, em quem provavelmente delegara a gestão do negócio deixado pelo marido (f. 224).

Entre os comerciantes arrolados destacam-se: Francis Ibbetson (f. 224), cônsul britânico na corte portuguesa entre 1764¹² e pelo menos 1773¹³. O industrial William Stephens (f. 223v.), fundador da fábrica de vidros da Marinha Grande, para a qual a Junta do Comércio, por alvará régio de 7 de julho de 1769, concedeu um subsídio de 8.000 cruzados¹⁴. O “comerciante milionário” Gerard de Visme (f. 223v.), que juntamente com o seu sócio David Purry e um terceiro, de apelido Melish¹⁵, alugara depois de 1755 a Carvalho e Melo, as casas nobres que

⁹ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Coleção Pombalina, *Código 692*, “Lista das Pessoas Vassallos de Sua Magestade Britânica que tem Cazas de Negocio nesta Corte y assistem nella com as suas familias e caixeiros”, f. 223-224. A lista não é datada, mas pelas pessoas nela incluídas foi seguramente elaborada durante o reinado de D. José, sendo essa também a opinião de João Lúcio de Azevedo. V. AZEVEDO, João Lúcio de – *Épocas de Portugal económico*. 3ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1973. p. 427-428. E a inclusão de Thomas Horne, admitido na Feitoria em 1769, como referiremos mais à frente, faz avançar a data pelo menos para 1770.

¹⁰ BNP, Coleção Pombalina, *Código 637*, f. 35, Carta de John Hort para o marquês de Pombal de 12 de outubro de 1770.

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Desembargo do Paço (DP) – Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas (CEI), *maço 1862*, doc. 6.

¹² BNP, Coleção Pombalina, *Código 93*, f. 64-88.

¹³ V. ANTT, DP – CEI, *maço 1600*, doc. 12.

¹⁴ TORRES, Rui d’Abreu – Stephens, Guilherme. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. vol. 4, p. 86.

¹⁵ ALEXANDER, Boyd (introd. e notas) – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. 3ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009. p. 181, nota 38 (do editor).

este possuía na rua Formosa (hoje rua do Século) para aí estabelecerem o seu negócio, quando o estadista se transferiu para a Ajuda¹⁶. Posteriormente, Visme construiria um palácio em S. Domingos de Benfica, famoso na época pelos seus jardins¹⁷ e mais tarde adquirido pela infanta D. Isabel Maria, irmã dos reis D. Pedro IV e D. Miguel¹⁸ e regente do reino entre 1826 e 1828. Saliente-se ainda outro abastado negociante, Tomás Horne (f. 223v.). Este último, admitido na Feitoria Britânica de Lisboa em 1769, viria a ser agente e banqueiro de William Beckford e frequentaria a corte portuguesa durante o reinado de D. Maria I¹⁹.

Embora Portugal mantivesse com a Inglaterra uma balança comercial desfavorável, este país tinha a vantagem de comprar muito do que produzíamos e de vender aquilo de que precisávamos. Por isso era o nosso parceiro preferencial, com quem traficávamos a maior variedade de produtos. Vigiado e disciplinado por Pombal mas também protegido por razões económicas e políticas, o comércio anglo-luso aumentou ao longo do reinado josefino o volume das transações, apesar dos esforços da França para combater o predomínio da sua rival. A comprovar esta supremacia está o facto de mais de metade dos navios estrangeiros entrados no porto de Lisboa entre 1751 e 1775 serem ingleses²⁰.

Os britânicos dedicavam-se, sobretudo, ao comércio por grosso de importação e exportação, embora por vezes também vendessem a retalho. Exportavam principalmente de Inglaterra mas também de outros países para Portugal: cereais (trigo, milho, cevada e aveia), farinha, vinho, toucinho, carne de vaca, bacalhau da Terra Nova, manteiga, queijo, pescada seca, arroz, arenque, biscoito, feijão, aguardente, favas, ervilhas, vinagre, sebo, óleo, sabão, ferro, garrafas, papel, esparto, casquinha, linho, cânhamo, carvão de pedra, chumbo, cobre, pólvora, panelas, louças, arcos de ferro, aduelas, remos, tecidos, entre outros produtos. Do mesmo modo, importavam de Portugal para Inglaterra, mas também para grande parte da Europa, para os Estados Unidos e o Canadá, vinho, fruta, sal, cebolas, sola, telha, pedra, fazendas e produtos coloniais, que até à abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, ocorrida em 1808, tinham necessariamente de passar por Portugal. Entre estas mercadorias contam-se: o algodão, o açúcar, o tabaco, madeiras, o café, o arroz, carnes secas e salgadas, plantas tintureiras, couros, solas e atanados²¹.

¹⁶ RATTON, Jácome - *Recordações e memórias sobre ocorrências do seu tempo, a estátua equestre de D. José e as fábricas de papel, caixas, fiação, chitas, pentes e relógios*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920. p. 142. Melish não aparece na nossa relação, talvez por já ter nessa altura falecido ou regressado a Inglaterra. Também citado por MACEDO, Jorge Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal*. 3ª ed. Lisboa: Gradiva, 1989. p. 102.

¹⁷ ALEXANDER, Boyd (introd. e notas) - *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 42; e p. 181, nota 38 (do editor).

¹⁸ RAMALHO, Margarida de Magalhães - *Os criadores da Pena: D. Fernando II e a condessa d'Edla*. Sintra: Parques de Sintra – Monte da Lua, 2013. p. 48.

¹⁹ ALEXANDER, Boyd (introd. e notas) - *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 39; e p. 180 (nota do editor).

²⁰ MACEDO, Jorge Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal*, p. 89-93.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 97-129. RIBEIRO, Jorge Martins - *A comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1812)*. Porto: Fundação António de Almeida, 1990. p. 26-28.

Alguns especializavam-se em determinados géneros, como Carlos Molloy, negociante de vinhos e vinagres, estabelecido no sítio do Braço de Prata, nos subúrbios da capital²². Em 1770 e em anos anteriores, o negociante Francis Arbwin (f. 223) comerciava principalmente com Londres. Mas mantinha transações regulares com Amiens, Paris, Reims, Sedan, Beauvais, Mans, Lyon, Abeville, Exetter, Londres, Norwick, Amesterdão e Veneza²³. A firma Purry & Visme (f. 223v.) conseguira, já depois do terramoto, assegurar o contrato do pau-brasil, com o qual adquirira “uma imensa fortuna”²⁴. E Tomás Horne, também já acima referido, participara, com um primo da mesma nacionalidade, José Still, no contrato oficial para a exploração do óleo de baleia, com o qual por certo também lucrara bastante²⁵.

Os testemunhos dos estrangeiros que por estes anos visitaram Portugal ajudam-nos a conhecer a vida desta comunidade no nosso país, incluindo o seu relacionamento com os naturais. O artista, arqueólogo e arquiteto inglês James Murphy, que permaneceu em Portugal entre 1788 e 1790, antes de estabelecer residência definitiva em Lisboa²⁶, descreve como o típico comerciante britânico passava o tempo: ia à missa às oito horas, à bolsa às onze e almoçava pela uma da tarde; fazia em seguida uma sesta até às 15 horas; depois petiscava “um fruto”; e jantava pelas 21 horas. Nos intervalos, trabalhava no seu gabinete, efetuava visitas ou jogava²⁷. Aos domingos, tanto os homens de negócio ingleses como os estrangeiros em geral, davam “o seu passeio pelo campo (...) com as damas”. Encontravam-se num determinado local previamente combinado, onde haviam encomendado um jantar. Aí comiam, bebiam e dançavam “alegremente”. Jogavam às cartas e regressavam à noite “sem comunicarem com os habitantes”²⁸.

Os portugueses, por seu turno, não tinham o hábito de se reunirem. Encontravam-se raramente e menos ainda com estrangeiros. “As suas maneiras sociais” eram “tristes”. Era difícil a um forasteiro ser acolhido numa casa lisboeta²⁹. Apesar de conviverem pouco, os nacionais mantinham “relações amigáveis” com os indivíduos de outras nações radicados em Lisboa, principalmente com os ingleses, como nos informa Arthur William Costigan. Mas acrescenta que a maioria destes membros da comunidade britânica, apesar de viverem em Portugal há 20 ou 30 anos, apenas conheciam algumas palavras de português³⁰.

²² ANTT, DP - CEI, *maço 224*, doc. 7. Viria a falecer em Lisboa no início de 1786.

²³ ANTT, DP - CEI, *maço 1600*, doc. 12.

²⁴ RATTON, Jácome - *Recordações e memórias sobre ocorrências do seu tempo, a estátua equestre de D. José e as fábricas de papel, caixas, fiação, chitas, pentes e relógios*, p. 142.

²⁵ ALEXANDER, Boyd (introd. e notas) – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, p. 180 (nota do editor).

²⁶ SANTOS, Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa; NOGUEIRA, Margarida Sá - *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1996. p. 97.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 43.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 44.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 79.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 95.

O pastor protestante sueco Carl Israel Ruders trata os ingleses com maior dureza. Conta que falavam geralmente dos portugueses “com desprezo”. Mas embora os admire pelas suas qualidades de trabalho, considera-os “altamente ignorantes em tudo o que diz respeito aos outros povos”. Faziam sempre apreciações negativas dos estrangeiros, além de desdenharem as suas línguas, os seus costumes e as suas qualidades³¹. Esclarece-nos ainda que muitos possuíam em Lisboa casas de comércio, que tinham estabelecido ou herdado de familiares e até de antigos patrões ou recebido por casamento ou por participação na firma. A maioria das heranças, no entanto, processava-se de pais para filhos, muitos dos quais, já nascidos em Portugal, continuavam na administração das casas paternas.

No entanto, a comunidade britânica de Lisboa ultrapassava largamente o número restrito dos membros da Feitoria. Esta escassa centena de famílias não atingiria 30% dos agregados familiares de origem anglo-saxónica residentes na capital portuguesa³². Com efeito, esta elite socioeconómica era servida por uma multidão de compatriotas, entre médicos, cirurgiões, boticários, construtores e carpinteiros navais, engenheiros, guarda-livros, tripulantes de navios, mestres de velas, fornecedores de múltiplos apetrechos náuticos, estalajadeiros, proprietários de casas de pasto, artífices das mais diversas especialidades e prestadores de todo o tipo de serviços, o que tornava esta comunidade praticamente autossuficiente.

Numa exposição da Junta Geral da Feitoria dirigida em 1764 ao então ainda conde de Oeiras, são referidos os compatriotas britânicos estabelecidos em Lisboa com “Casas de Pasto decentes para receberem os Capitaes, Officiaes, e Mestres dos Navios Estrangeiros, em huma Terra onde semelhantes Conveniencias se não encontram estabelecidas pelos Nacionaes della” e que por isso “se fazem tão precisas como a Porta de desembarque” dos navios³³.

Estribados nos exuberantes privilégios usufruídos em Portugal, os homens de negócios anglo-saxónicos, até meados de Setecentos, tentaram agir no nosso país como se estivessem em terra ocupada ou sem leis. Esperavam, para o efeito, a condescendência dos governos de D. Pedro II e de D. João V, motivada por imperativos de natureza política. E contavam com a passividade e até cumplicidade do funcionalismo camarário lisbonense, facilmente conquistadas pelo suborno.

Mesmo assim, nem sempre conseguiam os seus objetivos. Pressionado pelas queixas dos mercadores nacionais ou de outras nações, motivado pela necessidade de aumentar as receitas camarárias ou simplesmente desejo de fazer valer a sua autoridade, o Senado da capital exercia algum controle sobre a atividade dos britânicos,

³¹ RUDERS, Carl Israel - *Viagem em Portugal: 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. p. 38.

³² Além desta lista existem mais três no mesmo código (f. 224v.-227v.), compostas por britânicos de menor estatuto social, num total de 349 agregados familiares. Mas a estes haveria ainda que acrescentar os conventos de religiosas e provavelmente muitos mais súbditos do rei de Inglaterra que terão escapado ao arrolador, de forma deliberada ou involuntária.

³³ BNP, Coleção Pombalina, *Código 93*, Exposição de 29 de novembro de 1764, f. 85v.-87.

evitando que agissem com total impunidade. Comprovam-no as queixas frequentes dos cônsules e embaixadores do rei de Inglaterra, formuladas àqueles dois monarcas portugueses em nome dos mercadores seus compatriotas, sobre a atuação da Câmara de Lisboa em diversas situações: o impedimento da venda de couros provenientes de Inglaterra, contrariamente ao estabelecido nos tratados de paz celebrados entre os dois países³⁴; a proibição de venderem as suas mercadorias onde quisessem e pelo preço que entendessem³⁵; a apreensão de cereais, praticada pelo juiz do Terreiro do Trigo³⁶; a obrigatoriedade de fazerem os seus seguros na Casa dos Seguros da cidade, tendo assim de pagar a respetiva corretagem³⁷; a proibição do desembarque de certas mercadorias³⁸; a interferência dos oficiais da saúde na descarga do trigo dos seus navios³⁹; a obrigatoriedade de sujeição a certas posturas municipais, reguladoras das taras dos barris da manteiga⁴⁰; ou a falta de apoio na descarga do sal e do bacalhau⁴¹.

3 - A REAÇÃO DA FEITORIA AO REFORMISMO ECONÓMICO POMBALINO

A implementação gradual da política de poder absoluto esclarecido, ao atenuar ou eliminar privilégios e ainda conferir maior autoridade ao funcionalismo régio e camarário e aos magistrados judiciais no exercício da sua jurisdição, veio reforçar consideravelmente a ação fiscalizadora em relação aos reinados anteriores, afetando significativamente os interesses da Feitoria Britânica. Habituada a atuar com mais à-vontade e impunidade, esta poderosa e influente comunidade de homens de negócio vai acentuar a arrogância e a hostilidade em face do novo estilo de governação, envolvendo ainda mais na refrega os representantes diplomáticos londrinos.

Pombal, numa “Observação” sobre os abusos dos estrangeiros⁴², sem data mas provavelmente produzida nos seus primeiros anos de governo, considerava que os alcaides, meirinhos e outros oficiais de justiça portugueses faltavam frequentemente aos seus deveres. Apontava como razão principal do seu modo de atuação o facto de ganharem “pella Tarifa antiga”⁴³, que considerava manifestamente insuficiente. E de os estrangeiros tirarem

³⁴ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 9º de consultas e decretos de D. Pedro II*, Consulta de 29 de janeiro de 1687, f. 190-203.

³⁵ AML, *Livro 18º de consultas e decretos de D. Pedro II*, Consulta de 1 de junho de 1703, f. 99-104.

³⁶ Idem. *Livro 13º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental*, Consulta de 13 de novembro de 1706, f. 197-214.

³⁷ Idem. *Livro 1º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, Consultas de 13 de março de 1706, f. 170-173, e de 31 de maio de 1707, f. 196-199.

³⁸ Idem. *Livro 3º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental*, Aviso de 6 de maio de 1721, f. 227-280.

³⁹ Idem. *Livro 3º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental*, Aviso de 5 de maio de 1724, f. 249-256. Idem. *Livro 9º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, Consulta de 19 de junho de 1728, f. 22-31.

⁴⁰ Idem. *Livro 5º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, Consulta de 23 de dezembro de 1711, f. 369-379.

⁴¹ Idem. *Livro 9º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental*, Consulta de 7 de novembro de 1732, f. 218-229.

⁴² BNP, Coleção Pombalina, *Códice 637*, f. 16-19.

⁴³ Idem, *ibidem*, f. 16.

todas as vantagens possíveis dessa situação, “corrompendo huns officiaes e enganando outros”, fazendo-lhes acreditar que gozavam de privilégios que os isentavam da sua jurisdição. Por isso agiam “quazi absolutamente sem medo das Justicas”. Exceto no caso de “crime gravíssimo e publico, no mais tem pouco medo ou nada que temer”⁴⁴.

Em pouco tempo, porém, a situação alterou-se. Como os seus ordenados passaram a consistir numa percentagem das multas aplicadas ou dos géneros apreendidos, os oficiais alfandegários e de justiça tornaram-se bastante mais zelosos no cumprimento do dever. Então, quase de imediato, surgiram as acusações dos comerciantes estrangeiros, principalmente ingleses, sobre a prepotência e a arbitrariedade de tais funcionários, até então bastante mais dóceis e submissos. Passaram a ser acusados de violarem, de forma arrogante e arbitrária, os tratados anglo-lusos e os privilégios dos cidadãos britânicos, que o poder absoluto de Pombal algumas vezes preteria às leis régias e até aos regulamentos camarários.

Todas estas alterações geraram naturalmente uma mudança de atitude por parte dos embaixadores da corte londrina. Pressionados pelas queixas dos compatriotas, não se coíbiavam de defender “até ao descaramento” os interesses britânicos, através de exposições verbais e escritas apresentadas aos ministros de D. José, “numa atitude arrogantemente intrometida” nos assuntos internos de um Estado soberano⁴⁵.

O combate às diversas formas de contrabando intensificou-se. Em 1759, o secretário de Estado D. Luís da Cunha ordenou à Câmara o encerramento de uma taberna situada “a borda do Rio” na freguesia de S. Paulo, propriedade de três ingleses, que servia de disfarce a um “pernicioso commercio”, proibindo-os de abrirem outra, na cidade ou nos seus subúrbios⁴⁶. Por seu turno, os oficiais alfandegários passaram a apreender somas avultadas de dinheiro, achado na posse de tripulantes dos navios britânicos e provavelmente destinado ao comércio ilícito. Os lesados apelaram para os tribunais. Mas contrariamente ao esperado e após demandas demoradas e dispendiosas, em 1758 e em 1759 foram proferidas sentenças no sentido de o dinheiro apreendido ser distribuído em duas partes iguais, uma para a Fazenda Real e outra para os autores da apreensão⁴⁷.

Tais procedimentos alarmaram os negociantes da Feitoria. Depois de protestarem sem resultado junto das autoridades portuguesas, enviaram em 1760 uma exposição ao secretário de Estado William Pitt, por intermédio do conde de Kinnoull, embaixador britânico em Lisboa. Queixavam-se “da perigosa situação em que se achavam as suas Pessoas e Bens” em face das novas atitudes das autoridades. E avisavam que o comércio com Portugal, “tão vantajoso à nossa Nação”, ficava em risco perante tais “Tomadias” e “Confiscações”. Expressavam a sua surpresa relativamente aos novos poderes dos oficiais, por eles considerados “pessoas indigentes”, empenhadas nas apreensões por receberem uma parte delas. E apelavam à intervenção do ministro britânico para fazer anular

⁴⁴ Idem, *ibidem*, f. 17.

⁴⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Pombal e os Ingleses...*, p. 142.

⁴⁶ AML, *Livro 11º de consultas, decretos e avisos de D. José I*, Aviso de 6 de fevereiro de 1759, f. 191-192.

⁴⁷ BNP, Coleção Pombalina, *Código 93*, f. 5-5v.

estes precedentes perigosos, de modo a que as sentenças fossem revistas, o dinheiro devolvido e os autores da apreensão punidos⁴⁸.

Aparentemente, os negociantes anglo-saxónicos não compreendiam ou não queriam compreender a nova realidade com que teriam de passar a conviver. Eram, juntamente com os holandeses, os únicos estrangeiros a possuir juiz privativo, regalia de que outras comunidades tentaram, sem êxito, usufruir. Este magistrado detinha, desde o reinado de D. Fernando, jurisdição exclusiva em todos os casos cíveis e criminais, exceto os que pertencessem à Fazenda Real. O tratado de 1654 acrescentara a proibição de serem passados mandados de prisão, de penhoras, de “casas buscadas” ou de outros atos judiciais contra vassalos do rei de Inglaterra sem a ordem ou o consentimento escrito do juiz conservador. Atribuía ainda a este oficial a competência para julgar todas as causas relativas aos ingleses, das quais apenas haveria apelação para a Relação, onde as mesmas deveriam ser concluídas em quatro meses. E determinara que nenhum oficial de justiça português poderia prender um súbdito britânico sem ordem escrita do mesmo juiz conservador, a não ser se fosse apanhado em flagrante a cometer algum crime⁴⁹.

Pombal, na “Observação” que temos vindo a citar, formulava duras críticas aos poderes excessivos de tais magistrados. Como os seus procedimentos estavam dependentes das queixas, informações ou detenções praticadas pelos oficiais subalternos, não as havendo nada podiam fazer. Ora os seus únicos subalternos eram os escrivães, “que não sahem dos seus Escriptorios, onde vivem dos Estrangeiros e das suas desordens”. E assim estes defraudavam sistematicamente as “Leis do Reino”. Além do mau exemplo dado a outros estrangeiros sem as mesmas regalias, tornavam-se “odiosos” aos olhos dos portugueses “com a consequência da discordia”, tão frequente na época entre os súbditos das duas nações⁵⁰. Por isso entendia que esses juízes, posto que pagos pelos países para os quais trabalhavam, eram “Ministros de El-Rei e naturaes do Reino”. Tinham a obrigação de seguir as “instruções e ordens” de Sua Magestade, de usar da sua jurisdição nos termos e limites das leis régias, sendo ainda obrigados, pelos ditames do direito natural e civil, “a promoverem os interesses da Patria e a deffendella (...) das violências e jacturas” dos ingleses⁵¹.

Por um decreto de 15 de maio de 1752, os estrangeiros passaram a estar “subordinados” ao Senado da Câmara de Lisboa em tudo o que respeitava a assuntos de polícia. De imediato, os britânicos passaram a considerar-se “muito escandalosamente ultrajados pelos infinitos Officiaes” camarários. Sob as ordens de um “Homem nascido do pó”⁵², entravam “infinitas vezes” nas suas casas comerciais “a tirar coisas” e a condená-los sob aquilo que

⁴⁸ Idem, *ibidem*, f. 6-7, Exposição de 19 de julho de 1760.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, f. 65-66, Memorial do cônsul britânico Francis Ibbetson, de 29 de novembro de 1764.

⁵⁰ Idem, Coleção Pombalina, *Códice 637*, f. 17-17v.

⁵¹ Idem, *ibidem*, f. 18-18v.

⁵² Referia-se a um dos almotacés, uma categoria superior de oficiais camarários, muitos deles de origem nobre e na generalidade das câmaras do reino pertencentes ao núcleo restrito da governança das terras. V. FONSECA, Teresa – *Absolutismo e municipalismo: Évora, 1750-1820*. Lisboa: Colibri, 2002. p. 217-227.

consideravam serem “os mais frívolos pretextos”. A resistência a tais inspeções passara entretanto a ser “crime Capital”. Além disso, a invocação dos privilégios de cidadãos britânicos só fazia “aumentar a insolência” destes “Officiaes inferiores”⁵³.

Os procedimentos dos funcionários da saúde designados pela Câmara para inspecionarem a qualidade dos víveres importados eram também alvo de críticas. O tratado de 1654 determinava que no caso de controvérsia sobre o estado do peixe ou de outros produtos comestíveis, esta seria resolvida por dois cidadãos portugueses, designados pelo magistrado que superintendesse na alfândega e pelo cônsul britânico. Todavia, os empregados do “Tribunal da Saude” arrogavam-se o direito de julgar sem apelação a qualidade do peixe e do trigo, “mandando lançar ao Mar como Corruptos” e estabelecendo multas e mais despesas de custas, tudo “para a ruína dos seus donos”⁵⁴.

Outra lei, de 30 de outubro do mesmo ano, veio limitar os poderes dos juizes conservadores, ao impedi-los de passar contramandados impeditivos da execução de escritos ou ordens passadas pelos juizes comuns, sob pena de seis meses de suspensão da sua atividade. Mesmo as sentenças dos juizes conservadores, quando conseguidas, deixavam na prática de ter efeito, pois as apelações para a Relação, contrariamente aos quatro meses estipulados no tratado de 1654, podiam demorar anos, ficando entretanto a sentença suspensa⁵⁵. Os membros da Feitoria queixavam-se ainda do aumento considerável das despesas “sobre os navios”, que atingiam o “dobro” das anteriormente praticadas. Tal subida também contradizia o acordo anglo-luso de 1654, que dispensava as embarcações britânicas de ancoragem, despesas dos portos e outros direitos⁵⁶.

A criação da Junta do Comércio e das companhias monopolistas foram no entanto as iniciativas que mais apreensões causaram aos negociantes britânicos de Lisboa e aos seus representantes diplomáticos. Este tribunal superior foi criado a 30 de setembro de 1755, data da publicação dos seus estatutos. Era constituído por 11 homens de negócio, dotados de bons cabedais. Sendo de nomeação régia, estavam muito mais identificados e envolvidos com os interesses estatais que os membros da entretanto extinta Mesa do Bem Comum, criada no tempo de D. João V⁵⁷.

Além das iniciais funções consultivas relativamente às atividades comerciais, a Junta do Comércio viu gradualmente ampliarem-se as suas competências. Superintendia no comércio; reprimia o contrabando; intervinha na importação de produtos manufaturados; inspecionava a atividade das alfândegas; aprovava a

⁵³ BNP, Coleção Pombalina, *Códice 93*, Memorial do cônsul britânico Francis Ibbetson, de 29 de novembro de 1764, f. 66v.-67.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, Exposição de 10 de setembro de 1760, dirigida pelo cônsul geral e pelos membros da Feitoria Britânica ao conde de Kinnoull, embaixador do rei de Inglaterra na corte portuguesa, f. 14v.-15v.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, f. 67v.-68v.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, f. 12v.-13.

⁵⁷ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Absolutismo esclarecido e intervenção popular: os motins do Porto de 1757*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990. p. 24-25.

abertura de lojas em Lisboa; concedia licenças para o exercício de atividades fabris; autorizava o estabelecimento na mesma cidade de negociantes; e superintendia na partida de frotas para o Brasil⁵⁸.

Dotada de tão amplos poderes, passou inevitavelmente a ser incluída nas queixas dos britânicos. Consideravam-na contrária às antigas leis do reino e aos privilégios incluídos no tratado de 1654. Este acordo anglo-luso, no seu artº 5º, facilitava aos britânicos a cobrança de dívidas aos portugueses. Mas este novo tribunal, que também superintendia nas falências, protegia os devedores nacionais. Impedia o confisco de bens previsto no tratado. Concedia aos devedores moratórias que se prolongavam durante anos. E acabava muitas vezes por os absolver do pagamento. Deste modo, os britânicos ficavam privados de “huma grande parte dos seus Capitaes”. Porém, nada adiantava o recurso para o juiz conservador, cujas sentenças nunca eram cumpridas⁵⁹.

Mas a criação das companhias monopolistas do Grão-Pará e Maranhão (1755) e de Pernambuco e Paraíba (1759)⁶⁰ alarmou ainda mais os negociantes britânicos de Lisboa. Instituídas com o objetivo de eliminarem a concorrência comercial das grandes potências e assim facilitar o acréscimo da entrada das divisas de que Portugal tanto carecia, tinham o exclusivo do fomento agrícola e do comércio nas respetivas áreas de domínio⁶¹. Deste modo, passaram a dificultar a ação dos ingleses. Segundo as suas previsões, o “Comercio clandestino” no Brasil, tão “avantajoso, e lucroso”, ficaria “infalivelmente perdido” com o monopólio de tais companhias. Os “Negociantes particulares” britânicos extraíam até então “grandes lucros” com esse comércio, que compreendia “huma grande quantidade de géneros” e fazia com que chegassem a Inglaterra “immensas sommas de Prata”, precisamente o que Pombal pretendia evitar. Mais uma vez, os negociantes britânicos invocavam o tratado de 1657, no qual se estabelecia que o comércio inglês com o Brasil seria “geral e livre”. E preconizavam que as companhias fariam “reduzir a Balança do nosso Comercio a huma igualdade da de Portugal”⁶².

Esse equilíbrio económico tão receado pelos britânicos e do mesmo modo desejado pelas autoridades lusas esteve sempre longe de se concretizar⁶³. Mas a ação das companhias, reforçada pela carta régia de 19 de abril de 1761 sobre as providências a adotar pelos governadores do Brasil para “acautelar os Contrabandos”⁶⁴, teve

⁵⁸ MADUREIRA, Luís Nuno – A sociedade civil do Estado: instituições e grupos de interesses em Portugal (1750-1847). *Análise Social*. Lisboa. Vol. 32 Nº 142 (1997), p. 614.

⁵⁹ BNP, Coleção Pombalina, *Código 93*, Exposição de 10 de setembro de 1760, dirigida pelo cônsul geral e pelos membros da Feitoria Britânica ao conde de Kinnoull, embaixador do rei de Inglaterra na corte portuguesa, f. 9v.-11.

⁶⁰ A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro provocou vivas reações da parte dos comerciantes ingleses radicados no Porto e no Alto Douro e gerou veementes protestos dos diplomatas da corte londrina na capital portuguesa, mas afetou apenas indiretamente a Feitoria de Lisboa. Sobre o impacto da criação desta companhia veja-se SILVA, Francisco Ribeiro da – Pombal e os Ingleses: incidências económicas e relações internacionais. Idem, *Absolutismo esclarecido e intervenção popular: os motins do Porto de 1757*. SIDERI, Sandro - *Comércio e poder*. Lisboa: Cosmos, 1978. p. 145-149.

⁶¹ MACEDO, Jorge Borges de – Companhias comerciais. In SERRÃO, Joel (coord.) - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, [19--]. vol. 2, p. 128-129.

⁶² BNP, Coleção Pombalina, *Código 93*, “Demonstração dos prejuízos resultantes do Comercio com o Brasil, da criação das Companhias de Comercio”, de 24 de maio de 1760, dirigida ao conde de Kinnoull, f. 24.

⁶³ Sobre o tema veja-se MACEDO, Jorge Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal*, que temos vindo a citar.

⁶⁴ BNP, Coleção Pombalina, *Código 637*, f. 23-23v.

pelo menos o mérito de dificultar o contrabando britânico. Podemos comprová-lo pelas frequentes detenções de “marinheiros” e “piratas” desta nacionalidade nos diferentes portos do Brasil. Recambiados para Portugal, ficavam detidos na prisão do Limoeiro. Eram objeto das insistências dos diplomatas britânicos junto do marquês de Pombal, em certos casos para que os mandasse soltar com o argumento da falta de provas, noutros para que fossem entregues às autoridades britânicas, a fim de serem julgados em Inglaterra⁶⁵.

4 - O CASO DE DENIS CONNELL

O episódio ocorrido com o negociante irlandês Denis Connell é um exemplo bastante expressivo do modo como a Feitoria Britânica de Lisboa reagiu ao reformismo do reinado de D. José e da firmeza com que tal política foi defendida pelas autoridades municipais e pelo governo central.

Carl Ruders, na sua *Viagem em Portugal* já anteriormente citada, informa-nos de que os ingleses não queriam ser confundidos com os irlandeses, embora estes tivessem também nacionalidade britânica. E se havia “muitas casas ricas” entre aqueles, já no respeitante aos irlandeses eram “raros os negociantes com fortuna”⁶⁶. Denis Connell, sócio da casa Connell & Morronney, incluía-se certamente neste grupo restrito de irlandeses abastados, pois o encarregado de negócios John Hort considerava-o, em carta enviada em 1770 ao marquês de Pombal, “un des principaux des negociants Britaniques etablis dans Lisbonne”⁶⁷.

Connell foi preso pelo almotacé das execuções camarárias José António de Castro, a 4 de agosto de 1770, por se ter recusado a assinar as verbas do registo geral de géneros que vendera, bem como a pagar a taxa correspondente aos corretores do número⁶⁸. No mesmo dia, o preso, apoiado pela comunidade dos homens de negócio britânicos estabelecida na capital portuguesa, apresentou uma queixa à Câmara contra a sua detenção⁶⁹. Na exposição, justificava a recusa em assinar as verbas por dois motivos. O primeiro, por os corretores não terem intervindo nas vendas e as leis lhes proibirem o lançamento das verbas das transações em que não tinham participado. Mas estes oficiais, interessados apenas no recebimento do salário sem se importarem em ser úteis ao comércio, ao tomarem conhecimento posterior das vendas através dos compradores, lançavam-nas na mesma, para auferirem indevidamente o valor correspondente. O segundo motivo, por se achar pendente no juízo da conservatória britânica uma causa interposta pela Feitoria sobre o mesmo assunto, ou seja, a pretensão dos corretores de cobrarem corretagem por todas as vendas, mesmo quando não tivessem participado nelas.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, Cartas do diplomata britânico John Hort dirigidas ao marquês de Pombal, de 18 de agosto de 1770, f. 26-27, e de 10 de outubro de 1770, f. 33-34v.

⁶⁶ RUDERS, Carl Israel - *Viagem em Portugal: 1798-1802*, p. 141.

⁶⁷ BNP, Coleção Pombalina, *Código 637*, Carta de 4 de agosto de 1770, f. 25-25v.

⁶⁸ BNP, Coleção Pombalina, *Código 692*, f. 84-95.

⁶⁹ AML, *Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. José I*, f. 269.

Entendia ainda o detido que o almotacé não possuía jurisdição para o obrigar a assinar e muito menos para o prender, pois apenas poderia fazer uma e outra coisa com autorização do juiz conservador. Até apresentara um mandado emitido pelo mesmo magistrado, a proibir a prisão dos cidadãos britânicos a pedido dos corretores, enquanto não terminasse a demanda acima referida sobre a mesma questão. Mas não conseguira com tal documento demover o almotacé. Considerava por isso a sua detenção atentatória dos privilégios dos súbditos britânicos consagrados nos antigos acordos entre os dois reinos. Acusava ainda José António de Castro de ter ofendido, em audiência pública, toda a nação britânica ao acusar os ingleses de serem “Huma corja de patifes insolentes”⁷⁰.

Como o Senado lisbonense tivesse indeferido o agravo, Connell, sempre acompanhado pelos seus compatriotas da Feitoria de Lisboa, recorreu para o ministro plenipotenciário John Hort, que por seu turno escreveu a Pombal, denunciando, na língua diplomática, a “injustice criante” da prisão do irlandês⁷¹.

Apesar da movimentação de tais influências, Connell continuou detido, o que motivou, a 7 de setembro, nova missiva de Hort para o ministro josefino. O diplomata repetia as razões antes apresentadas pelo preso ao Senado camarário lisbonense. Acusava ainda o almotacé José António de Castro de ter afirmado em tribunal que os privilégios dos cidadãos britânicos eram nulos. E de ter dito, no meio de “insultes” contra a nação anglo-saxónica, que a sua autoridade bastava para os mandar a todos para a prisão, incluindo o próprio juiz conservador. Estranhava que tal pessoa não tivesse ainda sido suspensa de funções, quando o “irrepreensível” cidadão britânico já ia no seu 34º dia de detenção. Alertava para o perigo de tão longa clausura para a saúde do compatriota, devido às péssimas condições sanitárias da cadeia do Limoeiro. Por isso, pedia ao marquês a concessão de uma audiência, para lhe falar pessoalmente sobre este e outros assuntos respeitantes aos seus compatriotas⁷².

A 2 de outubro, Pombal recebia nova carta, desta feita de Londres, escrita pelo secretário de Estado William Henry Lyttelton. De forma menos diplomática e mais arrogante, o governante britânico emitia praticamente uma ordem ao ministro josefino para que libertasse Connell e castigasse exemplarmente o almotacé⁷³.

Todavia, Carvalho e Melo não se deixou impressionar. Com uma calma esfíngica, escrevia a Hort, a 19 do mesmo mês, comunicando-lhe que ainda o não recebera, pois aguardava a consulta do Senado da Câmara de Lisboa, que teria obrigatoriamente de ser ouvido neste caso⁷⁴.

Finalmente, a 12 de novembro, chegava às mãos do marquês a consulta da Câmara lisbonense, então presidida pelo seu filho mais velho, o 2º conde de Oeiras, Henrique José de Carvalho e Melo. Os membros do Senado esclareciam

⁷⁰ Idem, *ibidem*.

⁷¹ BNP, Coleção Pombalina, *Códice 637*, Carta de 4 de agosto de 1770, f. 25-25v.

⁷² Idem, *ibidem*, f. 28-29v.

⁷³ Idem, *ibidem*, f. 31-32.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, f. 38-39.

que o requerimento de Connell ocultava, sob “pretextos” destinados a “confundir a verdade no conceito das pessoas que, ou pela distancia ou pelas profissões, não podem conhecer o que tem passado” no respeitante à violação das leis económicas do reino. Remetiam para a “Resposta” do síndico da Câmara, que acompanhava a consulta. O parecer do jurista municipal merecera a total concordância da Câmara, ao ponto de esta não lhe ter acrescentado mais nada⁷⁵.

Entendiam por isso que o requerimento devia ser objeto de indeferimento régio. Acusavam o preso de ter engendrado “um visível e artificioso plano de fraudes e de monopólios em generos comestíveis”. Com ele punha em causa o sustento quotidiano de nacionais e de estrangeiros residentes na capital portuguesa. Além disso, “as vendas clandestinas, cautelosas e ocultas” de tais géneros prejudicavam os negociantes “de todas as outras praças da Europa” que apercebendo-se de tais fraudes deixariam de enviar a Lisboa os seus comissários⁷⁶.

Quanto ao síndico, na sua bem estruturada e fundamentada “Resposta”, começava por contestar a opinião de Connell sobre os corretores do número⁷⁷. Não eram, no entender do jurista municipal, “plebeos mercenários e simples Agentes das compras e das vendas dos Negociantes”, mas antes “huns officiaes nobres com o character de Cidadoens, e Pessoas de Authoridade”⁷⁸. Os negociantes não deviam incumbi-los de lhes arranjar compradores para os seus géneros nem de efetuar quaisquer outras diligências, pois não eram eleitos por eles mas antes representantes “do Corpo do Senado da Camara de Lisboa”, o qual lhes dera sempre “Regimentos uteis para a economia das Mercadorias” que entravam na cidade⁷⁹.

Como inspetores do Senado, competia-lhes a elaboração do registo público e geral dos comestíveis introduzidos em Lisboa, das pessoas que os compravam, de quando eram vendidos e por que preço. Este controle era vantajoso para os consumidores e para os negociantes por grosso, incluindo os estrangeiros. Deste modo ficava a todos garantida a qualidade dos géneros e o seu preço de venda. Evitavam-se o monopólio, o açambarcamento e a especulação⁸⁰. Além disso, assegurava-se a retenção da terça parte desses géneros de “primeira necessidade”, para serem vendidos no “Mercado Publico em beneficio da Cidade”⁸¹.

⁷⁵ AML, *Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. José I*, Consulta de 10 de novembro de 1770, f. 267.

⁷⁶ Idem, *ibidem*.

⁷⁷ Os corretores integravam a oficialidade camarária lisbonense desde a Idade Média. Eram pessoas da inteira confiança da Câmara e por ela nomeados, apenas podendo exercer o officio mediante carta probatória passada pela edilidade. Eram os intermediários obrigatórios em todas as operações comerciais efetuadas entre estrangeiros e portugueses. Sobre as suas importantes funções veja-se RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*. Lisboa: Câmara Municipal, [19--]. p. 104-109. E ainda LISBOA. Câmara Municipal - *Livro das posturas antigas*. Lisboa: C.M., 1974. p. 76-77.

⁷⁸ BNP, Coleção Pombalina, *Códice 692*, f. 90v.

⁷⁹ Idem, *ibidem*, f. 91.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, f. 91v.

⁸¹ As posturas municipais permitiam às câmaras a retenção da terça parte dos bens essenciais (como cereais, carne, azeite e vinho) produzidos no concelho para serem vendidos à população local, podendo os outros dois terços ser vendidos livremente para fora. Mas os governos municipais tiveram sempre bastante dificuldade em fazer cumprir esta lei, pois as coimas aplicadas a quem era apanhado em transgressão, o que sucedia raramente, compensavam bem o risco. Veja-se FONSECA, Teresa – *Relações de poder no Antigo Regime: a administração municipal em Montemor-o-Novo (1777-1816)*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, 1995. p. 68-69. E ainda FONSECA, Teresa – *Absolutismo e municipalismo: Évora, 1750-1820*, p. 313-315. Em Lisboa praticava-se o mesmo relativamente a produtos importados, como o trigo, embora as dificuldades em fazer cumprir estas determinações face à ousadia dos grandes traficantes, designadamente britânicos, não fossem inferiores às verificadas nos outros municípios do reino.

Os exportadores estrangeiros só teriam a beneficiar com esta fiscalização. Ficavam a saber exatamente por que preço eram os seus produtos vendidos, evitando-se assim as fraudes dos seus comissários. Estes, sem tal controle, dariam conta das vendas por um preço inferior ao real, ficando com o lucro pertencente de direito ao exportador. Omitida a ação dos corretores, “a cidade pereceria à fome”. O “Commercio se reduziria a confusão de pleitos entre compradores e devedores”⁸². As importações diminuiriam, pelo receio dos exportadores das “más contas dos seus Commissarios”⁸³. Mesmo a “Bolsa de Londres” sairia prejudicada “com fraudes sobre os géneros, que os bons e legítimos Mercadores dela” enviavam para Lisboa⁸⁴.

O síndico rebatia também a afirmação do irlandês acerca do almotacé, considerado por este “outro baixo Indivíduo da Plebe da Cidade”, quando na realidade estes oficiais camarários eram “Magistrados (...) Nobres e Cidadãos (...) os mais consideráveis entre eles”. Invocava as *Ordenações* do reino⁸⁵ para explicar que na maior parte dos concelhos o cargo era exercido pelos vereadores e o procurador que acabavam o mandato anual. Só não se passava o mesmo em Lisboa, pois os membros da governança eram insuficientes para o grande trabalho exigido aos almotacés da capital. Mas enquanto cidadãos nobres “escolhidos pelos seus bons costumes”, equiparava-os aos edis da República de Roma e aos xerifes de Londres⁸⁶. Tal como estes possuíam “hum completa jurisdição económica executiva”, para “tirarem Devassas contra todos os transgressores das Leys da cidade”; e para os “fazerem prender”, quando transgredissem essas leis⁸⁷.

E concluía a sua extensa exposição, argumentando que Lisboa, tal como todas as cidades regidas por leis de polícia⁸⁸, não poderia deixar de ter magistrados “com jurisdição para vigiarem sobre a execução das suas Leys económicas, e para cohibirem os transgressores delas”. Finalmente, em nome da “necessidade publica”, considerada “Ley Suprema”, justificava o facto de nenhum privilegiado poder ficar isento do juízo da almotaçaria⁸⁹.

⁸² BNP, Coleção Pombalina, *Códice* 692, f. 92.

⁸³ Idem, *ibidem*, f. 92v.

⁸⁴ Idem, *ibidem*, f. 93.

⁸⁵ O cargo de almotacé era um dos mais antigos e prestigiados ofícios municipais, sendo já referido no foral de Lisboa de 1179. Veja-se RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*, p. 57. As *Ordenações Filipinas*, no Livro 1º, Título 67, § 13 e 14, determinam o modo de escolha dos almotacés. E no Título 68, § 1 a 12, estabelecem as suas amplas funções. No entanto, o seu processo de nomeação foi-se alterando ao longo dos séculos, divergindo também um pouco consoante os concelhos. Veja-se SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*. Porto: Câmara Municipal, 1988. vol. II, p. 567-574. E ainda FONSECA, Teresa – *Absolutismo e municipalismo: Évora, 1750-1820*. Lisboa: Colibri, 2002. p. 217-227 e a bibliografia aí citada.

⁸⁶ BNP, Coleção Pombalina, *Códice* 692, f. 93-93v.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, f. 93v.- 94.

⁸⁸ O termo *polícia* possuía, no Antigo Regime, uma abrangência bastante superior à atual. Significava “a autoridade que os Príncipes têm para estabelecerem e proverem os meios e subsídios que facilitem e promovam a observância das suas Leis” e “o aumento da População a saúde dos Povos, o Comércio, a Agricultura e as Manufaturas”. SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e – *Prelleções de direito patríio publico e particular, offerecidas ao serenissimo senhor D. João príncipe do Brasil*. Coimbra: na Real Imprensa da Universidade, 1793. p. 138-140. Veja-se ainda sobre o tema SUBTIL, José – *Atores, territórios e redes de poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Curitiba: Juruá Editora, 2011. p. 265-268. E ABREU, Laurinda – *Pina Manique: um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013. p. 107-283.

⁸⁹ BNP, Coleção Pombalina, *Códice* 692, f. 94-94v.

Quando o marquês de Pombal recebeu finalmente John Hort em sua casa, a 12 de novembro, deu-lhe a ler a consulta da Câmara e o parecer do síndico. O diplomata compreendeu-os perfeitamente “em toda a sua força”⁹⁰. No dia seguinte, o ministro de D. José escreveu uma carta ao congénere londrino Lord Lyttelton, por cujos termos dava a entender considerar encerrada a questão. Anexava-lhe uma cópia da consulta da Câmara. Explicava as deturpações da verdade contidas na queixa de Connell. Demonstrava de que modo pretendia o irlandês subtrair-se à jurisdição económica municipal, da qual nenhuma nação nem pessoa da mais elevada categoria poderiam ser isentas. Por fim, justificava o afastamento do juiz conservador do processo, com o facto de os assuntos de economia interna pertencerem exclusivamente aos almotacés, enquanto delegados do Senado camarário lisbonense, à semelhança do que era praticado “dans toutes les grandes villes de l’Europe”⁹¹.

Contudo, o poder central nem sempre dava razão ao Senado nos seus múltiplos conflitos com estrangeiros, censurando até o excesso de zelo dos almotacés⁹². Por isso, a firmeza do seu apoio às decisões municipais neste caso concreto, apesar de tal atitude implicar um conflito diplomático com a “velha aliada” que conduziu ao envolvimento direto do ministro de D. José, só reforça a suposição da gravidade das transgressões praticadas pelo irlandês.

Denis Connell acabaria por ser solto em data que não conseguimos precisar, mas certamente sem cedências da parte das autoridades camarárias. O seu caso, pela visibilidade atingida e pelo envolvimento de diplomatas e de membros do governo de ambos os países, representou um exemplo para os negociantes britânicos e de outras nações radicados em Lisboa e no país em geral. Constituiu, ainda, uma oportunidade para o marquês de Pombal demonstrar, perante os seus poderosos e arrogantes aliados, quem ditava as regras em território luso.

Ultrapassado o impasse, Connell continuou a trabalhar e a viver entre nós durante muito tempo, o que nos ajuda a confirmar o exagero das suas queixas. Habitou longos anos em umas casas nobres com quintal, na rua Fresca, junto à rua de S. Bento, na freguesia de Santos-o-Velho. O edifício constava de loja de entrada e dois armazéns no andar térreo, por cima do qual ficava o andar onde morava. Em 1801 comprou-as à antiga senhoria, para aí continuar a residir⁹³.

⁹⁰ Idem, *ibidem*, *Códice 637*, f. 41v.

⁹¹ Idem, *ibidem*, *Códice 637*, Carta do marquês de Pombal para Lord Lyttelton de 13 de novembro de 1770, f. 46-46v.

⁹² Em 1761, o almotacé das execuções ordenara a prisão de Jácome António Galianarte, fabricante de candeeiros de estanho com copos de vidro, bem como dos três oficiais que com ele trabalhavam. Além disso teve de pagar uma multa de 8.000 réis e foram-lhe apreendidos as manufaturas e os instrumentos de trabalho. Nessa ocasião, tanto a Câmara como o almotacé foram repreendidos, pois Galianarte, além de possuir autorização da Junta do Comércio para o exercício da sua atividade, estava abrangido pelo decreto de 18 de abril desse ano, que alargava aos estrangeiros a atribuição de licenças para trabalhar obras vazadas em estanho, latão e outros metais. AML, *Livro 12º de consultas, decretos e avisos de D. José I*, Decreto de 18 de junho de 1761, f. 162-163; e Aviso de 7 de maio de 1761, f. 164.

⁹³ ANTT, DP - CEI, *maço 261*, doc. 13.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nome da dignificação e reforço do poder da Coroa, Sebastião José de Carvalho e Melo passou a conferir, desde o início do reinado de D. José, mais autoridade ao funcionalismo régio e camarário que servia na justiça, na administração pública, nas alfândegas e na fazenda real⁹⁴. Estes, por seu turno, passaram a empenhar-se mais na vigilância do cumprimento das leis, atalhando abusos e combatendo irregularidades até então impunes, praticadas muitas delas por estrangeiros, incluindo os negociantes britânicos de Lisboa.

Os tratados anglo-lusos estabelecidos entre 1640 e 1703, assinados em troca do apoio britânico à nossa recém-conquistada e ainda frágil independência, conferiam enormes vantagens económicas aos ingleses, acompanhadas de exuberantes prerrogativas nunca conseguidas por outras nações.

Ao pretender disciplinar e modernizar a sociedade portuguesa, atalhando muitas das prerrogativas do clero⁹⁵ e da nobreza⁹⁶, o ministro josefino não podia deixar impunes os privilégios dos estrangeiros nem tolerar-lhes abusos proibidos aos nacionais.

O reforço do poder do Estado dependia principalmente do aumento das suas receitas. Este foi, por isso, um dos principais desígnios de Pombal, incentivado ainda pela quebra das remessas do ouro do Brasil. Com esse objetivo, aumentou as taxas alfandegárias; aboliu as isenções ainda existentes ao seu pagamento por parte das embarcações inglesas; e tomou medidas rigorosas no respeitante à cobrança de impostos e ao combate ao contrabando⁹⁷. Criou a Junta do Comércio e as companhias monopolistas com vista à defesa do comércio nacional, incluindo o ultramarino⁹⁸. E impulsionou o desenvolvimento manufatureiro, de modo a diminuir as importações⁹⁹. Todas estas medidas afetaram ainda que temporariamente a Inglaterra, a nossa principal parceira económica. Mas a proibição imposta aos britânicos de comerciarem com o Brasil acabou por trazer a Portugal mais comerciantes dessa nacionalidade e fazer afluir aos nossos portos um maior número de navios anglo-saxónicos.

Sobre as vantagens atribuídas aos ingleses no tratado de 1654 e sistematicamente invocadas pelos súbditos britânicos, Pombal, nas suas reflexões, considerava que era habitual, por direito e costume “derrogarem os Senhores Reyes semelhantes Privilegios quando assim o pede a necessidade ou o interesse publico do seu Reyno”.

⁹⁴ Sobre este tema existe legislação abundante. Veja-se MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo – *A legislação pombalina: alguns aspectos fundamentais*. Coimbra: Almedina, 2006. FONSECA, Teresa – *Absolutismo e municipalismo: Évora, 1750-1820*, p. 162 e 276-277. MACEDO, Jorge Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal*, p. 49-54 e 59.

⁹⁵ FONSECA, Teresa – *Absolutismo e municipalismo: Évora, 1750-1820*, p. 571-577.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 578-581.

⁹⁷ MACEDO, Jorge Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal*, p. 47-62.

⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 63-117.

⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 141-184.

Por isso, seria “couza nunca vista” pretenderem os ingleses em Portugal ter regras contrárias às da sociedade civil e contra o que se praticava em Inglaterra com os vassallos do rei português¹⁰⁰.

Considerava, assim, que os ingleses tinham sido os primeiros a violar os tratados anglo-lusos. No reinado de Carlos II proibira-se a entrada dos navios e géneros estrangeiros nos portos das colónias inglesas, debaixo de graves penas. Por isso, se os portugueses não podiam navegar para as colónias de Inglaterra e nelas comerciarem, do mesmo modo também os ingleses não seriam autorizados a navegar para as colónias e domínios de Portugal e aí introduzirem as suas mercadorias¹⁰¹.

Apesar da sua firmeza face às pretensões britânicas, Pombal não pretendia o equilíbrio da nossa balança comercial com a Inglaterra, como exageradamente temiam os negociantes ingleses de Lisboa. O nosso estadista sabia bem que tal igualdade seria impossível de concretizar, face à debilidade estrutural da nossa economia e à inexistência de um grupo mercantil forte, capaz de assegurar o desenvolvimento manufatureiro e o comércio marítimo. Mas além de impraticável, essa situação também não era desejável, pois Portugal continuava a necessitar do apoio político da Grã-Bretanha para manter o império colonial e em períodos mais críticos a própria independência.

O que o ministro josefino pretendia (e em parte conseguiu) era atenuar o enorme desequilíbrio comercial entre as duas nações; diminuir a dependência económica portuguesa face à Grã-Bretanha; e extinguir os enormes privilégios dos britânicos em Portugal. Os seus direitos “exuberantes” geravam abusos e irregularidades de toda a espécie. Punham em causa a autoridade do oficialato régio e camarário e por conseguinte a das próprias instituições que estes serviam. E colocavam os nacionais em situações de humilhante desvantagem. Em suma, eram incompatíveis com a política absolutista de disciplina e contenção social e de dignificação da autoridade régia que o marquês de Pombal tanto se esforçava por consolidar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 9º de consultas e decreto de D. Pedro II.

Livro 18º de consultas e decretos de D. Pedro II.

Livro 3º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental.

¹⁰⁰ BNP, Coleção Pombalina, *Códice 637*, f. 14.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, f. 107.

Livro 9º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental.

Livro 13º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental.

Livro 1º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental.

Livro 5º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental.

Livro 9º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental.

Livro 6º de registo de consultas e decretos de D. José I.

Livro 11º de consultas, decretos e avisos de D. José I.

Livro 12º de consultas, decretos e avisos de D. José I.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Desembargo do Paço – Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas

Maços 224, 261, 1600 e 1862.

Biblioteca Nacional de Portugal

Coleção pombalina

Códices 93, 637 e 692.

Fontes Impressas

ALEXANDER, Boyd (introd. e notas) – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. 3ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

RATTON, Jácome - *Recordações e memórias sobre ocorrências do seu tempo, a estátua equestre de D. José e as fábricas de papel, caixas, fiação, chitas, pentes e relógios*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

RUDERS, Carl Israel - *Viagem em Portugal: 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

Estudos

ABREU, Laurinda – *Pina Manique: um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013.

DIAS, José Sebastião da Silva – *Pombalismo e projecto político*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova, 1984.

FONSECA, Teresa – *Absolutismo e municipalismo: Évora, 1750-1820*. Lisboa: Colibri, 2002.

FONSECA, Teresa – *Relações de poder no Antigo Regime: a administração municipal em Montemor-o-Novo (1777-1816)*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, 1995.

LISBOA. Câmara Municipal - *Livro das posturas antigas*. Lisboa: C.M., 1974.

MACEDO, Jorge Borges de – Companhias comerciais. In SERRÃO, Joel (coord.) - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, [19--]. vol. 2, p. 122-130.

MACEDO, Jorge Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal*. 3ª ed. Lisboa: Gradiva, 1989.

MADUREIRA, Luís Nuno – A sociedade civil do Estado: instituições e grupos de interesses em Portugal (1750-1847). *Análise Social*. Lisboa. Vol. 32 Nº 142 (1997), p. 603-624.

MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo – *A legislação pombalina: alguns aspectos fundamentais*. Coimbra: Almedina, 2006.

MELO, Sebastião José de Carvalho e - *Escritos económicos de Londres: 1741-1742*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José*. Lisboa: Círculo de Leitores [etc.] 2006.

RAMALHO, Margarida de Magalhães – *Os criadores da Pena: D. Fernando II e a condessa d'Edla*. Sintra: Parques de Sintra – Monte da Lua, 2013.

RIBEIRO, Jorge Martins – *A comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1812)*. Porto: Fundação Eugénio de Almeida, 1990.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos (leitura e transcrição) – *Livro das posturas antigas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974.

SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e – *Prellecções de direito patrio publico e particular, offerecidas ao serenissimo senhor D. João príncipe do Brasil*. Coimbra: na Real Imprensa da Universidade, 1793.

SANTOS, Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa; NOGUEIRA, Margarida Sá - *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1996.

SIDERI, Sandro - *Comércio e poder*. Lisboa: Cosmos, 1978.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *Absolutismo esclarecido e intervenção popular: os motins do Porto de 1757*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

SILVA, Francisco Ribeiro da - Pombal e os Ingleses: incidências económicas e relações internacionais. In CONGRESSO O MARQUÊS DE POMBAL E A SUA ÉPOCA, Pombal, 1999; COLÓQUIO O SÉCULO XVIII E O MARQUÊS DE POMBAL, Oeiras, 1999 - [Atas]. Oeiras: Câmara Municipal; Pombal: Câmara Municipal, 2001. p. 137-157.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*. Porto: Câmara Municipal, 1988.

SUBTIL, José – *Atores, territórios e redes de poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

TORRES, Rui d'Abreu – Stephens, Guilherme. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. vol. 4.



“Lisboa dos Italianos”: presença italiana e práticas de nacionalidade nos primeiros trinta anos do século XIX

**“The Lisbon of the Italians”:
The Italian presence in the Portuguese capital and the national practices of the Italian community (early 19th century)**

Carmine Cassino*

submissão/submission: 31/01/2015

aceitação/approval: 06/04/2015

RESUMO

A cidade de Lisboa tem registado desde o século XV uma importante presença italiana, ligada às práticas comerciais e financeiras, e organizada nas “nações” de mercadores florentinos, genoveses e venezianos. Com o processo de “italianização” que afeta o país a partir de meados do século XVIII, mudar-se-á a composição da própria comunidade italiana. Esta acolhe cada vez mais pessoas, num processo de diversificação das atividades socioeconómicas. Também muda a perceção das instituições e da sociedade portuguesa em relação a esta presença. A partir de então projeta-se a imagem duma “nação italiana” única, coesa em torno de elementos identitários comuns.

* CH - Centro de História, Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, Portugal.

Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, doutorando em História Contemporânea com uma tese sobre a emigração italiana em Portugal e a comunidade italiana em Lisboa na primeira metade do século XIX. Bolseiro da Fundação pela Ciência e Tecnologia, publicou vários estudos sobre as relações luso-italianas no século XIX. É colaborador do Instituto Italiano de Cultura de Lisboa.

Correio eletrónico: carmine.cassino@campus.ul.pt

Perfila-se um grupo homogêneo, que nas relações sociais (formais e informais) é reconhecido pelo ambiente que a acolhe, e que, ao mesmo tempo, desenvolve processos de autoidentificação (práticas de nacionalidade). Esta dinâmica projeta na primeira metade de Oitocentos uma comunidade (italianos e luso-italianos) que é corpo vivo da cidade, tendo um papel muito ativo sobretudo em três sectores: artes, ciências e comércio.

PALAVRAS CHAVE

Nação italiana / Imigração/Emigração / Luso-italianidade / Nacionalidade / Igreja do Loreto

ABSTRACT

Since the 15th century, the city of Lisbon has hosted a significant Italian presence, linked to commercial and financial activities and organized around the so-called 'nations', which gathered merchants from Florence, Genoa, and Venice. Because of the 'Italianization' affecting the country since the beginning of the XVIII century, the composition of the Italian community undergoes a process of change. This community starts to receive more and more people, in a process of pluralization and diversification of the socio-economic activities. The Portuguese society and institutions also change their perception of this presence. From then on, the image of an 'Italian nation' imposes itself, built around common identity elements. This emerging homogenous group is recognized by the hosting milieu in social relations (formal and informal), carrying on, at the same time, a process of auto-definition (nationality practices). Such a dynamic consolidates the presence of the Italian and Luso-Italian community as a 'living body' in the city, playing a particularly relevant role in the arts, sciences and trading.

KEYWORDS

Italian nation / Immigration/Emigration / Luso-Italian / Nationality / Loreto Church

1 - INTRODUÇÃO

As relações luso-italianas têm representado, no quadro geral das historiografias dos dois países nos últimos 150 anos (em particular, na segunda metade de Novecentos), um tema de estudo que tem produzido resultados amplos e relevantes. Os elementos das relações seculares entre as duas realidades – no campo económico e

cultural – têm sido reconstruídos e guardados nas obras de autores que têm deixado um largo legado de estudos historiográficos e literários¹, ricos em perícia documental. Estes textos constituem leituras propedêuticas imprescindíveis para os estudiosos que querem abordar o tema das relações luso-italianas, segundo várias vertentes e em relação a diferentes épocas históricas.

Mais recentemente, tem despertado o interesse quer do mundo académico, quer dum público generalista, o ciclo de conferências dedicado às relações luso-italianas na época medieval e moderna, organizado em parceria pelo Centro de História d'Aquém e d'Além- Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa e pelo Instituto Italiano de Cultura (de Lisboa). Este conjunto de conferências, de que se acabou há pouco tempo o 4º ciclo², tem relançado nos últimos anos o assunto das relações entre os dois povos e as respetivas culturas sob novas perspetivas de investigação. Assim, tem permitido a uma nova geração de investigadores apresentar resultados atualizados, através de novas abordagens metodológicas e evidenciando a relevância das conexões interdisciplinares³.

Mas se os séculos de XV a XVIII têm merecido uma atenção escrupulosa, podemos afirmar pelo contrário que mais brando foi o olhar sobre um século como o Oitocentos, em que se definem questões nacionais fundamentais para as duas culturas e para ambos os territórios; questões que se desenvolvem, frequentemente, numa encruzilhada de vicissitudes e influências histórico-políticas. Do lado italiano resulta claro a forma como as celebrações recorrentes da unificação nacional (1861) constituem ocasiões para despertar periodicamente o interesse sobre o estudo das relações românticas entre as duas realidades⁴; neste sentido, está a revelar-se particularmente fecundo o período aberto pelo cento-cinquentenário da unificação nacional (em 2011), com uma prevalência

¹ Estamos a referir-nos, em particular, à vasta produção bibliográfica de autores como Prospero Peragallo, Virgínia Rau, Giuseppe Carlo Rossi e Carmen Radulet. Não é possível explicar a causa de tão elevado número de obras sobre o assunto nem elencar exaustivamente os estudos que se fizeram sobre o tema. Para um conhecimento mais profundo dos trabalhos de duas figuras menos conhecidas do público português, o padre carmelita Prospero Peragallo e o professor Giuseppe Carlo Rossi, remetemos o leitor para dois estudos bio-bibliográficos: sobre o primeiro, veja-se ROSA, Cristina – Prospero Peragallo, un agente culturale fra Italia e Portogallo: una bio-bibliografia. In SOMMARIVA, Grazia (dir.) – *Amicitiae munus. Miscellanea di studi in memoria di Paola Sgrilli* [Em linha]. Sarzana: Agorà, 2006. p. 193-201. Disponível na Internet: <http://dspace.unitus.it/bitstream/2067/814/1/ARTICOLOPROSPEROPERAGALLO.pdf>. Sobre o segundo, veja-se MENDES, Maria Gil (dir.) – *Giuseppe Carlo Rossi Lusitanista (1908-1983). Atti del convegno internazionale nel centenario della nascita (1908-2008)*. Roma: Albatros, 2012. Atti del convegno internazionale nel centenario della nascita (1908-2008).

² O 4º ciclo foi dedicado ao tema “Diplomacia e circulação de elites (sécs. XV-XVIII)”. Até ao momento de redação do presente artigo estão no prelo as atas do 3º ciclo: “Circulação de mercadorias, pessoas e ideais (secs. XV-XVIII)”.

³ Entre as dinamizadoras desta atividade encontra-se uma das estudiosas atualmente mais empenhadas na investigação e divulgação do tema no contexto académico português: Nunziatella Alessandrini, cuja produção científica da última década, em língua portuguesa e italiana, merece lugar de realce.

⁴ Por ocasião do centenário aparece uma resenha bibliográfica: MANUPPELLA, Giacinto – Documentos para o estudo das relações intelectuais luso-italianas: bibliografia portoghese del Risorgimento. *Boletim internacional de bibliografia luso-brasileira*. Lisboa: [s.n.]. Vol. II Nº1 (jan. – mar. 1961), p. 67-141.

da análise dos temas políticos ligados ao *Risorgimento* italiano. Este interesse renovado pelo assunto tem dado origem a trabalhos de investigação⁵.

Todavia, falta ainda um estudo orgânico de história social da comunidade italiana em Portugal do século XIX – nomeadamente em Lisboa – que possa dar um quadro mais claro acerca duma presença que, quer em termos numéricos quer em termos de impacto social, não é menos importante do que a dos séculos anteriores, período ao qual se dedicaram mais estudos. Esta é uma presença que se liga e até antecipa temas fundamentais da identidade italiana dos últimos dois séculos, em particular, os da consciência nacional, da emigração e da descendência no estrangeiro.

O presente artigo tentará, no limite do possível, contribuir para um maior conhecimento da dimensão e da atividade da comunidade italiana na Lisboa Oitocentista, focando a atenção sobre os italianos e luso-italianos na capital nos primeiros trinta anos do século e sobre o seu papel social, económico e político. A escolha deste arco cronológico deve-se às características particulares que apresenta a comunidade italiana em Portugal, obrigada a medir-se com determinantes questões políticas que interessam quer à realidade portuguesa, quer à italiana. Neste último caso, evidencia-se como o primeiro quartel do século reverbera na Península Itálica e fora dela os sinais de começo da questão nacional italiana.

2 - A “NAÇÃO ITALIANA EM LISBOA”: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E FILOLÓGICO

A ideia da existência duma “nação italiana” na capital portuguesa assenta na utilização desta definição ao longo dos séculos: a sua regularização e sedimentação no curso do tempo atribuem progressivamente ao elemento terminológico um sentido e uma função diferentes do de “nação estrangeira” dominante nas idades medieval e moderna. Este perfila-se como um elemento de valor linguístico-identitário que qualifica uma cultura e não só uma atividade ou um papel económico, indicando um conjunto de forasteiros que partilham não só interesses ou atividades comuns, mas também traços identitários (língua e cultura).

A denominação “nação estrangeira”, na sua aceção original, vigorou na Europa até o século XIX, e refere-se, ao longo de toda a idade medieval e até ao final da época moderna, a grupos de homens de negócio (mercadores, banqueiros e financeiros) que vêm de fora do país e nele residem: “comunidades estrangeiras, especialmente de

⁵ Assinalamos duas teses de doutoramento que representam até este momento o resultado mais avançado da investigação no campo das relações luso-italianas no contexto do *Risorgimento* italiano: DI GIUSEPPE, Francesca – *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)*. Napoli: [s.n.], 2010. *Tese de doutoramento em Ciências Históricas, Arqueológicas e Historicoartísticas* (XXII ciclo), Università degli Studi di Napoli “Federico II”; BRON, Grégoire – *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie: les relations politiques luso-italiennes des lumières à l'Internationale libérale de 1830*. Paris-Lisboa: [s.n.], 2013. Thèse de doctorat, Ecole Pratique des Hautes Etudes – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. No que diz respeito às publicações, revela-se particularmente rico o conjunto de contribuições publicadas na revista *Estudos italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura. Nova Série N. 6 (2011).

comerciantes que vivem e gozam dos privilégios da cidade onde vivem"⁶. É por esta razão que, desde o século XV até ao XVIII, se ouve falar em Lisboa de nação "florentina", "piacentina" e "genovesa". Estas designações representam grupos de agentes comerciais e financeiros, sediados na urbe com os seus empórios, as suas casas comerciais e, sobretudo, os seus capitais.

Mas a partir de meados do século XVIII em Portugal fixa-se o uso da expressão "nação italiana", que vai progressivamente substituir os epítetos regionais ("florentino", "piacentino" e "genovês"): a expressão passa a representar sobretudo aquele que é natural da Península Itálica e de cultura italiana; continuando também a referir-se ao cidadão italiano com um certo papel socioeconómico no conjunto da sociedade portuguesa/lisboeta. Por exemplo, lê-se no texto da *Notícia* das exéquias em sufrágio de D. João V, realizadas na paróquia de Nossa Senhora do Loreto em 1751:

receba entretanto gratamente aquela grande Alma este tenue limitado obsequio, que lhe tributa a Nação Italiana, que da generosa indole, e magnanimidade do seu Augusto Successor reinante, espera aquella mesma proteção, que sempre gozou nos seus felicissimos Estados, e pela qual conservará perpetuamente a gratidão mais ativa, e mais constante⁷.

Em 1751, a "nação italiana" em Lisboa não é predominantemente composta por homens de negócio, mas abrange já toda uma série de outras figuras profissionais, como veremos em breve. Bem sabemos que este epíteto não surge nesta época mas é bem anterior, como pontualmente têm averiguado estudos recentemente publicados, que localizam a utilização da expressão em épocas anteriores à da *Notícia* que acabámos de referir⁸. Na própria bula de instituição (20 de abril de 1518) do mais importante símbolo da italianidade na cidade de Lisboa, a igreja de Nossa Senhora do Loreto, no Chiado, há uma referência direta a *Confraternitati Italarum in Civitati Ulixbonen*, entendida fundamentalmente como comunidade de homens de negócio (*viris Mercatoribus*)⁹. Em Setecentos, a referência prevalente à comunidade de comerciantes/homens de negócio é ultrapassada pela tendência à identificação duma comunidade única, transversal, apesar da inexistência, na Península, duma entidade nacional e estadual comum. Uma tendência que coincide, de facto, com aquele processo de "italianização", que, no curso

⁶ *Woordenboek der Nederlandsche Taal*, Den Haag, 1913, coll. 1586-90, *apud* HOBBSAWM, Eric J. – *A questão do nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780*. 2ª ed. Lisboa: Terramar, 2001. p. 21.

⁷ *Notícia do aparato, e magnificas disposições, que para as solemnes exéquias de Sua Magestade [...] Dom João V, celebrou na sua Igreja de Nossa Senhora do Loreto em 14 de janeiro de 1751. Pela nação italiana, residente em Lisboa*. [s. l.]: [s.n.], [s.d.].

⁸ Cf. ALESSANDRINI, Nunziatella – La presenza genovese a Lisbona negli anni dell'unione delle corone (1580-1640). Genova y la Monarquia Hispánica (1528-1713). *Atti della Società Ligure di Storia Patria*. Genova: [s.n.]. Nuova Serie Vol. LI (CXXV), fasc. I, p. 73-98, *passim*.

⁹ *Capitulum et Canonici sacrosantae Lateranensis Ecclesiae dilectis nobis in Christo Nobilibus viris Mercatoribus, et Confraternitati Italarum in Civitate Ulixbonen. Commemorantium salutem, ac sinceram Domino Charitatem*, in Arquivo do Loreto, *Caixa I/Bolle e Brevi*, fasc. 35, p. 6ss, letra G; *Caixa I/Storia della Chiesa*, doc. 39; *Caixa VII*, doc. 1; *apud* FILIPPI, Sergio – *La Chiesa degli Italiani: cinque secoli di presenza italiana a Lisbona negli archivi della chiesa di Nostra Signora di Loreto*. Lisboa: Fábrica da Igreja Italiana da Nossa Senhora do Loreto, 2013. p. 40, nota 29.

desta centúria, invade vários setores das atividades económicas e da vida pública em Portugal (e cujo princípio pode convencionalmente identificar-se na introdução do mais forte elemento cultural da italianidade, o teatro da ópera, em meados dos anos trinta): não somente comércio, mas também (e sobretudo) arte e cultura¹⁰. É neste processo que assenta a evolução do sentido da terminologia, que começa a manifestar-se também na linguagem jurídico-diplomática, além de na linguagem formal-ritual: isto aparece evidente sobretudo na primeira parte do século XIX, fase em que a identidade geopolítica italiana se torna objeto de intensa discussão e luta político-ideológica, verdadeiro âmago do ressurgimento nacional. A análise aprofundada de material documental diverso que se encontra guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) de Lisboa – por exemplo nos fundos da Intendência Geral da Polícia ou do Ministério dos Negócios Estrangeiros – permite atestar um uso evidente do termo “italiano” para identificar quem procede da Península Itálica, apesar da condição de súbdito de uma qualquer das entidades estatais pré-unitárias. Basta folhear as páginas com elencos de estrangeiros residentes em Portugal e em Lisboa nos anos vinte de Oitocentos para verificar como a utilização deste adjetivo ocorre frequentemente no registo oficial de numerosas individualidades¹¹.

Além disso, deve considerar-se que, a partir do ano de 1800, é instituída em Lisboa a *Conservatória Italiana*¹², com um magistrado especial, cuja tarefa é dirimir questões de direito penal, civil e comercial que dizem respeito aos súbditos dos diferentes Estados italianos beneficiários de privilégios (predominantemente, homens de negócio). Isto é, existe uma unificação substancial na jurisprudência, que reconhece formalmente a existência da “nação italiana”, como grupo de direito adquirido, embora segundo uma discriminação de *jure*.

Como é óbvio, a persistência duma terminologia com valor jurídico-administrativo (que acompanha o uso social e informal da definição) não comporta a consequente e imediata fixação ou aquisição de subjetividade/consciência nacional pelo grupo social a que se refere; ou seja, quem for apelidado de “italiano” não se sente necessariamente membro duma “nação” portadora de elementos de identidade cultural e política, ligando pelo contrário a sua condição de “italiano” a um puro elemento de procedência geográfica e fazendo prevalecer, segundo cada caso particular e segundo a oportunidade, uma identidade que assenta na condição de membro (ou melhor: súbdito) das realidades estatais pré-unitárias italianas. Por exemplo, reivindicar o estatuto de súbditos dos Estados pré-unitários é, por razões jurídicas evidentes, o recurso daqueles italianos nascidos em Portugal

¹⁰ “Em Portugal, a italianização percorreu uma estrada livre, com o acesso facilitado pela relação preferencial de Lisboa com a corte de Viena, ativo centro italianizante. Como se sabe, a italianização atingiu não só a música e a dança, mas também a literatura, a arquitetura, a pintura, a escultura, o teatro. E como encontrou para si todo o espaço, instalou-se imperturbável até para além do fim do século, sem sentir as diferentes ameaças críticas à sua hegemonia”. SASPORTES, José – Trajetória da dança teatral em Portugal. *Biblioteca Breve*. [Lisboa]: Instituto de Cultura Portuguesa. Vol. XXVII (1979), p. 33.

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), Intendência Geral da Polícia, *Estrangeiros residentes em Portugal*, liv. 161.

¹² THOMAZ, Manuel Fernandez – *Repertorio geral, ou indice alphabetico das leis extravagantes do reino de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1815. p. 236. Pode-se ler: “Conservatoria da Nação Italiana foi criada. A 22 de abril de 1800”. Mas é certa a existência de juizes conservadores antes desta data, representados pelos quatro corregedores do cível da cidade. Em 1800 passa-se à organização da Conservatória como sujeito autónomo, com juiz conservador próprio, pago pela paróquia do Loreto, capaz de intervir em processos judiciais, cíveis e crime. A Conservatória italiana foi extinta em março de 1845.

e que querem escapar à obrigação de assentar praça no exército português. Convoco para este texto um caso exemplar (entre vários): em 1825, um tal Stefano Baccigalupo, filho de genoveses, mas nascido em Setúbal, pede para ser dispensado do serviço militar, sendo ele súbdito do Reino de Sardenha. A argumentação utilizada pelo cônsul sardo (o conde Luigi Massimino) na defesa desta instância antecipa um ponto que trataremos em breve e que diz respeito ao papel jurídico e de agregador da comunidade italiana desempenhado pela igreja do Loreto, provida da faculdade de poder batizar – a pedido dos pais – os filhos dos italianos nascidos em qualquer outra freguesia do país, garantindo-lhes assim o direito a guardar a qualidade de forasteiros e os direitos inerentes a esta condição. O ato de batismo de Baccigalupo prova a sua ligação ao templo dos italianos, e por isso “non può essere annoverato tra i naturali di questi Stati”, pois que “quelli che non sono nati in questi Regni non saranno tenuti per naturalizzati quantunque vi abbiano dimorato, abbiano sposato donne del paese e vi abbiano vissuto intimamente e fissato il loro domicilio o posseduto dei beni”¹³.

Na conclusão deste parágrafo, achamos importante salientar que a construção duma consciência nacional italiana bem definida é um processo que se concretiza a longo prazo, que ainda no ato formal da unificação (na década 1861-1870) se apresenta como a mais dura problemática para o novo grupo dirigente (“fatta l’Italia bisogna fare gli italiani” é a histórica frase que a lenda faz pronunciar ao marquês d’Azeglio na véspera da unificação e que bem sintetiza o argumento que acabamos de referir). Além disso, podemos afirmar sem dúvida alguma que as práticas de identificação, quer desenvolvidas pelas instituições (ao nível formal), quer pelo ambiente social de acolhimento no estrangeiro (ao nível informal), para com uma específica identidade coletiva, homogénea, relativa a um espaço geográfico e cultural bem definido e reconhecido – práticas que vivem da linguagem e da praxe da relação social –, constituem um indiscutível contributo para a formação dum espírito e duma identidade comuns. O mesmo sucede em Portugal, onde se apelida de “italiano” quem proceda da Península Itálica ou fale a língua ainda informe mas que apresenta muitos traços comuns. Ou seja, é no estrangeiro que se forma o embrião da consciência nacional italiana: é o paradigma historiográfico da *Italia fuori d’Italia*, que reconhece aos autóctones uma influência determinante no desenvolvimento de sentimentos de identidade comum entre os italianos,

dal momento che quasi sempre consideravano chi migrava dall’Italia come italiano, prima ancora che l’Italia esistesse come stato nazionale. Di conseguenza, l’italianità può davvero esser nata più facilmente e prima tra le popolazioni che vivevano all’estero di quanto non sia accaduto nella stessa Italia¹⁴.

¹³ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência da Legação de Sardenha em Lisboa*, cx. 511, fasc. “1826”, f. 28.

¹⁴ GABACCIA, Donna R. – L’Italia fuori d’Italia. In CORTI, Paola; SANFILIPPO, Michele (dir.) – *Storia d’Italia: annali 24. Migrazioni*. Torino: Einaudi, 2009. p. 232. A historiadora canadiana Donna R. Gabaccia, especialista em emigração italiana, reconhece a função aglomerante das sociedades estrangeiras quando os italianos emigraram antes da unificação nacional, embora não partilhe a ideia de funcionalidade – sobretudo política – do paradigma da “nação fora da nação”.

3 - “PRÁTICAS DE ITALIANIDADE” EM LISBOA

Como vimos, a partir do século XVIII em Portugal a identificação dos italianos começa a ter uma conotação não exclusivamente socioeconómica; isto não significa que o termo “italiano” e ainda mais a expressão “nação italiana” não guardem uma função originária, função que – como frisámos – subordina a utilização destas expressões à indicação dum grupo de estrangeiros cujo papel reconhecido é a intervenção ativa na economia da sociedade portuguesa, sobretudo no mundo do comércio. No caso das comunidades italianas, esta utilização diz respeito a grupos que podemos definir como “regionais” (porque representativos de conjuntos que têm origens e ligações com um território limitado a certas realidades urbanas ou geográficas no contexto alargado da Península Itálica). Estes grupos caracterizam o seu percurso histórico na cidade de Lisboa com fases de grande unidade e coesão, e com outras de evidente distanciamento e rivalidade. O primeiro momento tem o seu cume na construção da igreja de Nossa Senhora do Loreto¹⁵, em 1518, no ângulo onde a muralha fernandina se abria nas portas de Santa Catarina. Com o passar dos anos, este lugar de culto adquire um papel sempre maior como elemento aglomerador, unificante dos vários elementos que compõem a comunidade italiana na cidade, o que se tornará mais evidente no século XIX.

Entre os vários exemplos que se podem levar para representar fidedignamente o segundo momento, escolhemos dois que dizem respeito à tradição da construção de arcos triunfais, em arte efémera, que até o final da idade moderna representa uma das obrigações celebrativas das “nações estrangeiras” aquando de importantes ocasiões que dizem respeito à família real ou, em geral, à nação portuguesa. De facto, no verão de 1687, o cônsul florentino Lorenzo (Lourenço) Ginori envia uma petição ao Senado de Lisboa, pedindo que o rei (D. Pedro II) acolha a impossibilidade da nação florentina de levantar o arco por ocasião da entrada na cidade do casal real (após o segundo casamento do soberano)¹⁶; a justificação apresentada revela, como razão de fundo, o facto de terem ficado em Lisboa apenas duas casas de florentinos (a sua e a de um tal Giovanni Francesco [João Francisco] Poltri),

e duas pessoas sómente é impossível fazerem um arco, e se as outras nações fazem arcos, é porque são muitos e toca a cada um pagar vinte ou trinta mil réis, porém, se duas pessoas sómente fizerem um arco, custará a cada uma mais de seiscentos mil réis [...] considerando os tempos e a falta que ha no negocio e pouco commercio que de presente ha¹⁷.

Esta posição suscita o protesto do Senado da Câmara, que contesta aos florentinos a incompreensível atitude em excluir-se desta prática e em não querer participar nas atividades com o resto da nação italiana. Argumenta

¹⁵ Para uma história da igreja do Loreto e da sua arte: ATAIDE, Maia; MECO, José – *A igreja de Nossa Senhora do Loreto*. Lisboa: Embaixada de Itália-Instituto Italiano de Cultura, 1986; FILIPPI, Sergio – *op. cit.*

¹⁶ Em agosto de 1687 desembarca na barra do Tejo Maria Sofia de Neuburgo, segunda esposa de D. Pedro II, após a morte em 1683 da primeira mulher (e antiga cunhada), Maria Francisca Isabel de Saboia.

¹⁷ Arquivo Municipal de Lisboa (doravante AML), *Livro 9º de consultas e decretos de D. Pedro II*, f. 223; *apud* OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, [1898]. 1ª parte, t. IX, 1898. p. 8.

o Senado: “razão de que, estando os florentinos annexos aos italianos para fazerem, nas ocasiões das entradas dos senhores reis d’este reino, o arco que sempre fizeram, por causas particulares, que entre elles haveria, se desuniram”¹⁸. A controvérsia é resolvida de forma diplomática pelo soberano, que demonstra adotar um critério de *just-milieu*: “O senado não obrigue ao consul de Florença a que faça arco, vistas as razões que allega; mas fará que os florentinos, infallivelmente, concorram com a parte que lhes tocar para o arco dos italianos”¹⁹.

Mais evidente é a rutura que se realiza em fevereiro de 1729, por ocasião da visita à cidade da infanta Maria Bárbara, princesa do Brasil e filha de D. João V. São, de novo, dois comerciantes florentinos – Berardo (Beroardi) Medici e Stefano (Estevão) Olivieri – a dirigir uma petição ao rei (depois remetida ao Senado da Câmara), recusando-se a colaborar com os outros italianos na construção do arco triunfal que a nação italiana tinha de levantar para a ocasião, querendo concorrer com os comerciantes portugueses, como já tinha ocorrido em outras ocasiões²⁰. É evidente que se trata dum contencioso que se arrastava desde há muito tempo (particularmente, entre os florentinos e os genoveses, grupos dominantes entre os de origem itálica em Lisboa), mas não nos foi ainda possível averiguar as causas desta rivalidade. Contudo, a razão oficial que os florentinos apresentam, e que é acolhida pelo desembargador, é de que devem contribuir para a construção do arco dos homens de negócio portugueses, por serem florentinos

“[...] e não terem corpo de nação, nem consul n’esta [...] e especialmente porque não podiam sacrificar o decoro do seu principe e honra da sua nação, e subordinar-se a um consul de principe de uma republica, que é mais inferior e sem jurisdição alguma com os florentinos [...] confundindo-os na geral palavra de italianos”.

Estas afirmações, que são uma reação à carta de solicitação enviada pelo cônsul de Génova, que coordenava os trabalhos e as despesas para a construção do arco entre os italianos, expressa a evidente conflitualidade com os genoveses²¹. Aliás, a própria posição do cônsul de Génova – expoente máximo do grupo de origem italiana mais numeroso em Lisboa – é esclarecedora quer da controvérsia em curso, quer evidentemente daquele que já é, naquela altura, o sentimento público para com o reconhecimento da italianidade:

“(...) os florentinos são italianos, e o ducado de Florença está em o centro de Itália, entre o estado de Genova e Roma, e sempre foram reputados por Italianos, e, como taes, gozam dos privilegios concedidos á nação italiana e respondem nas suas causas perante o conservador da dita nação”²².

¹⁸ *Ibidem*; apud OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 9.

¹⁹ *Ibidem*; apud OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 10.

²⁰ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, [1901]. 1ª parte, t. XII, 1901, p. 205, nota 2.

²¹ AML, *Livro 9º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental*, f. 36; apud OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 208.

²² AML, *Livro 9º de consultas e decretos d’el-rei D. João V do Senado Ocidental*, f. 39-46; apud OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 207.

Estes dois casos suscitam duas reflexões: em primeiro lugar, que a coesão comunitária e o reconhecimento duma identidade partilhada é um processo longo e muito problemático, embora no estrangeiro encontre mais facilidade por condições contingentes; em segundo lugar, que estas contingências são viabilizadas pelas instituições portuguesas (neste caso, o Senado da Câmara da cidade de Lisboa e até o próprio rei), através de dinâmicas de identificação comum, que vão além das separações (de carácter regional) que existem dentro da comunidade italiana em Portugal. As autoridades portuguesas procuram persuadir o grupo dos florentinos a associarem-se aos demais italianos em momentos de cerimónias públicas, porque para eles são italianos, sem diferenças. Tal facto condiciona inevitavelmente o próprio ambiente social, no qual a religião e as instituições religiosas desempenham um papel importante.

Mesmo tendo em conta esta realidade, podemos afirmar sem hesitação que os italianos em Lisboa na primeira metade de Oitocentos apresentam elementos e sinais de comunidade, de união, e que o centro propulsor é uma antiga e influente instituição cidadina, polo de atração da “nação italiana”: a já referida paróquia de Nossa Senhora do Loreto, no Chiado, também conhecida como “Igreja dos Italianos”. Como vimos, por exemplo, no caso de Baccigalupo, a função aglutinadora desta instituição ao longo dos séculos não se manifesta somente na organização da comunidade em torno da vertente religiosa. O seu ofício unificante revela-se numa polivalência de elementos que se manifestam desde a sua fundação, como demonstra a escolha dum culto não “divisivo” como o da Nossa Senhora de Loreto, particularmente comum em todo o território nacional italiano (e – acrescentamos nós – provido de outra característica própria da tradição do culto mariano em todo o território da Península, ou seja, uma ícone negra); ou a decisão de depender diretamente da diocese de Roma (São João de Latrão), para se demarcar da autoridade do bispo de Lisboa – e do patriarca, a partir de 1716 – definindo desta maneira uma extraterritorialidade (*solum lateranensi*), em que a comunidade vivia fora da sua própria nação, num tempo em que esta ainda nem existia, estando fraturada em diversos centros de poder²³.

Nas primeiras décadas do século XIX, o papel de centro de reunião e de representação informal desta nacionalidade italiana *ante litteram* é plenamente reconhecido à igreja pela sociedade portuguesa, antecipadora de facto da oficialização deste sentimento. Esta situação torna-se evidente em 1824, no trabalho de recolha de dados para a publicação da primeira edição do *Almanach Portuguez* (1825) por Marino Miguel Franzini²⁴, geógrafo e deputado de origem italiana.

Para a compilação das listas dos negociantes estrangeiros residentes em Lisboa naquela altura²⁵, Franzini faz recurso aos dados (registos e cadastros) guardados junto das representações consulares das nações recenseadas (britânica, francesa, espanhola, holandesa e flamenga, alemã, cidades hanseáticas e suíça) para recuperar as

²³ Cf. FILIPPI, Sergio – *op. cit., passim*.

²⁴ FRANZINI, Marino Miguel (dir.) – *Almanach Portuguez. Anno de MDCCCXXV*. Lisboa: na Impressão Régia, [1825?]. p. 549-550.

²⁵ ANTT, Junta do Comércio, mc. 61, cx. 199 (relações de empregados e negociantes para o Almanaque de Lisboa).

informações necessárias. Isto é, a sua fonte fundamental de informação é a documentação diplomática, pois não era obrigação nem prática os comerciantes estrangeiros fazerem-se reconhecer, para este efeito, pelo tribunal do comércio cidadão²⁶. Pelo contrário, no caso dos comerciantes italianos (com a significativa exceção de lombardos e venezianos, nesta época sob égide austríaca) a fonte de referência do geógrafo luso-italiano não consistia nos elencos fornecidos pela rede consular dos respetivos Estados peninsulares, mas sim pelos do consistente registo civil da igreja do Loreto, disponibilizados pelo provedor da mesma na sua qualidade de “custode” e representante duma inteira comunidade. Por isso, a instituição religiosa é considerada uma referência com função civil de primeiro plano para qualquer relação com a comunidade italiana; trata-se de uma instituição respeitável e representativa da “nação italiana” no seu conjunto. O reconhecimento público que Franzini faz do papel desempenhado pela paróquia do Loreto adquire um valor social e – podemos dizer sem dúvida – até político, porque foi realizado numa altura em que as próprias representações diplomáticas se tornam alvo do interesse das autoridades portuguesas por razões de segurança interna. De facto, o triénio liberal português acabara havia pouco tempo e a repressão dos opositores da restabelecida ordem absolutista tornara-se uma necessidade de manutenção da ordem pública, em que a equação que identificava um estrangeiro com um liberal é assumida como paradigma de referência. Face à ainda consistente presença ou passagem de forasteiros por Lisboa (“especialmente Espanhóis”), o intendente geral da polícia (futuro barão de Rendufe) em março de 1824 ordena a todas as autoridades que intervenham neste sentido para os recensear²⁷, impondo às legações estrangeiras a máxima colaboração. A resposta das respetivas autoridades italianas é imediata²⁸.

Por parte de Franzini – que organizará outras edições do *Almanach* – e das autoridades portuguesas mantém-se obviamente um obrigatório diálogo diplomático com os agentes consulares dos Estados italianos; por exemplo, na edição de 1826 figura somente a lista dos negociantes sardos, lamentando-se a falta de colaboração do cônsul napolitano. Trata-se porém duma distinção que não voltará a repetir-se nos outros almanaques (como o *Almanak estatístico de Lisboa*), onde os comerciantes italianos continuarão a ser identificados com este título. Além disso, fica a importância do dado: o reconhecimento de uma homologia entre os naturais da Península Itálica, de uma conformidade identitária que se traduz em elemento comunitário e de coesão social, em torno da instituição religiosa, cujo papel de forjador do sentimento nacional é oficialmente consagrado; instituição que desempenha um importante papel civil.

²⁶ ANTT, Junta do Comércio, mc. 61, cx. 199 [lettera di Francisco Morato Roma, contador geral da Real Junta do Comércio, ottobre 1825].

²⁷ “Faço saber a todos os Estrangeiros estabelecidos, ou residentes nesta Capital desde janeiro de 1820 por diante [...] que, no prefixo termo de 8 dias, contados desde o I de abril proximo futuro, se venhão apresentar na Intendencia Geral da Polícia, munidos dos respetivos certificados de identidade, expedidos nas Legações, a que pertencem, a fim de se lhes conferir novo Bilhete de residencia, quando estejam nestas circunstancias; e considerar-se-ão suspeitos, e como taes se farão sahir do Reino, aquelles Estrangeiros, que findo o supramarcado prazo, se não acharem reabilitados. E para que assim chegue a noticia de todos, e ninguém possa alegar ignorância, mandei afixar este nos lugares do costume” (ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência da Intendência Geral da Polícia [1823-24]*, cx. 342, f. 83).

²⁸ “[...]nuova misura di sicurezza pubblica adottata dall’Intendente Generale di Polizia verso li forestieri residenti da certa epoca in questa Corte, e assicura S. Ex.^a che se mai concepisse qualche sospetto verso qualche individuo che si presentasse per reclamare il necessario attestato, non mancherà di comunicarlo tosto a S. Ex.^a secondo ne resta prevenuto” (ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência dos Consulados da Áustria, Suécia, Toscana e Roma*, cx. 233, fasc. “Consulado de Toscana, 1824”, f. sem número, em 24/03/1824).

4 - OS ITALIANOS EM LISBOA: BIOGRAFIA, GEOGRAFIA, OLISIPOGRAFIA

4.1 - Dimensão “italiana” da cidade e elementos de luso-italianidade

A presença italiana em territórios do Império Português na primeira metade do século XIX, embora tenha então alguma relevância nas áreas sob controlo político português (os territórios ultramarinos), faz-se sentir sobretudo na cidade de Lisboa. É neste espaço de “macrocefalismo populacional”²⁹ do Império que se concentra a mais alta percentagem de residentes procedentes da Península Itálica, ou de alguma maneira de origem italiana.

No princípio de 1800, com os seus 170.000 habitantes (estimativa, distribuídos em cerca de 44.000 fogos), Lisboa continua a ser de longe a cidade mais povoada dos territórios portugueses³⁰, e a nona mais populosa da Europa – com mais população do que Berlim, Madrid ou Roma. Teresa Rodrigues, nos seus estudos demográficos sobre a população portuguesa, apresenta dados sobre a cidade de Lisboa que dão conta de 882 italianos residentes no princípio de Oitocentos³¹. Na tabela explicativa que se segue, elaborada pela própria estudiosa e relativa a algumas comunidades estrangeiras residentes em Lisboa no princípio do século XIX, dá-se conta da composição da comunidade italiana na capital, por número de fogos e unidades de género.

TABELA N. 1 - População estrangeira residente em Lisboa (1802-1803)

Comunidade	Fogos	Homens	Mulheres	Total
Holandesa	15	68	45	13
Alemã	67	268	128	391
Italiana	/	530	352	882
Francesa	/	189	118	307

RODRIGUES, Teresa – Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos. *Ler História*, Lisboa: ISCTE. N. 26 (1994), p. 45-75. Dados elaborados a partir dos documentos do Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República (Comissão Estatística). Os dados sobre a comunidade francesa são parciais.

²⁹ Cf. RODRIGUES, Teresa – Um espaço urbano em expansão: de Lisboa de Quinhentos à Lisboa do século XX. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. Lisboa: Quetzal Editores. Nº13 (1994). p. 95-117, *passim*.

³⁰ *Ivi*, p. 100; BARDET, Jean-Pierre; DUPÂQUIER, Jaques (dir.) – *Histoire des populations de l'Europe. Vol. II – La révolution démographique*. [s.l.]: Fayard, 1998. p. 211. Segundo estes estudiosos, a população da cidade em 1800 é igual a 190.000.

³¹ RODRIGUES, Teresa – *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Cosmos, 1995. p. 142.

A cidade que nos primeiros vinte anos desta centúria sobrevive à complicada fase dos conflitos napoleónicos e que a partir de 1821 acolhe um primeiro importante segmento de emigração política italiana – consequência da falência das revoluções liberais em Nápoles e Turim, a que se segue a saída da Península itálica de muitos responsáveis daquelas experiências, para escaparem à repressão absolutista³² – é uma realidade social marcada pela difusão de apelidos de origem itálica: os portadores destes nomes de família constituem quer a herança antroponímica duma presença secular, quer a representação viva duma emigração recente. Neste caso falar-se-á da dimensão da “luso-italianidade”, portadora de significativo valor cultural no contexto das artes, da intelectualidade e da economia portuguesa, indicativa da marca e da importância da secular presença italiana na capital, embora esta vertente social diga respeito às pessoas de naturalidade portuguesa e com reduzida consciência identitária.

O âmbito da luso-italianidade torna-se evidente na sedimentação de nomes de origem italiana na antroponímia lusitana, em formas obviamente aportuguesadas, resultado daquele legado secular que acabámos de mencionar e que é testemunho do longo percurso de fusão entre as culturas e as populações de Portugal e da Península Itálica, pelo menos desde o século XIV. A este respeito, podemos retirar alguns exemplos trazidos no célebre estudo de antroponímia portuguesa, da autoria de José Leite de Vasconcelos. Este trabalho, pela época em que foi estruturado (finais dos anos vinte do século XX), manifesta-se como uma análise – embora parcial – deste legado linguístico muito próximo do período em que se centra o nosso estudo. Apelidos como Achiole/Achioli (Acciaiuoli), Amador (Amatori), Cartucho (Carducci), Catanho (Cattaneo), Corvinel (Corvinelli), Espínola/Spínola (Spinola), Geraldês (Giraldi), Honorato (Onorato/Onorati), Lafetá (Affaiati), Lomelino (Lomellini), Morel (Morelli), Perestrelo (Perestrelli), Pessanha (Pessagna) e Reinêl (Ranieri) denunciam a origem italiana dos seus portadores. Entre aqueles que não sofreram corrupção da versão originária, o linguista enumera Bobone, Canongia, Corazzi, Doria, Ferrari, Lucci, Morato e Sassetti³³. A matriz genovesa domina os apelidos luso-italianos. Considere-se como exemplo que o apelido Espínola/Spínola, particularmente comum em Portugal (e conhecido sobretudo devido à sua ligação com figuras históricas), é de clara origem genovesa, destacando-se a antiga e potente família dos *Spinola* (presença documentada desde 1105), cujas relações com a cidade de Lisboa e a monarquia lusitana foram já aclaradas³⁴.

³² O tema do exílio político italiano – fenómeno que tem o seu momento apical entre a terceira e quarta década do século – encontra um dos seus cenários mais importantes na Península Ibérica. Devido à situação política portuguesa em 1821, Portugal torna-se meta daquela grande vaga migratória. Em específico, Lisboa (seu espaço urbano, o seu quadro social e a própria comunidade italiana aqui residente) vem a ser lugar de passagem ou residência de vários perseguidos, obrigados a largar bens e afetos nos respetivos lugares de origem. Trata-se dum fenómeno que não se esgota com o fim do regime constitucional, em maio de 1823, mas que se prolonga pelo menos até ao fim da década, quando as medidas policiais adotadas pelo absolutismo miguelista definem uma atitude profundamente anti-estrangeira.

³³ Cf. VASCONCELLOS, José Leite de – *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928. p. 313-322.

³⁴ DE FELICE, Emidio – *Dizionario dei cognomi italiani*. 2ª ed. Milano: Oscar Studio Mondadori, 1979. p. 240. No salão nobre do histórico palácio Spinola di Pellicceria, localizado em Génova, pode admirar-se um fresco de Lazzaro Tavarone, intitulado “La città di Lisbona assediata dal duca d’Alba”, comissionado em 1592 por Giulio Spinola, na altura embaixador junto da corte de Felipe II.

4.2 - Biografia(s) dos italianos de Lisboa

Para definir um quadro prosopográfico geral dos italianos ou luso-italianos em Lisboa no princípio de Oitocentos, precisamos de distinguir três tipos dominantes de ocupações profissionais destes cidadãos: as artes (artistas e trabalhadores do teatro – cantores, cenógrafos, modistas e marceneiros – arquitetos e gravadores), as ciências (puras e humanas, incluindo os letrados) e o comércio. Em todas estas categorias manifestam-se personalidades cuja história pessoal está ligada à realidade portuguesa em diferentes sentidos e a vários níveis: há quem nasça em Portugal em famílias de origem italiana e há quem chegue a esta terra provindo de Itália. Vários, entre eles, manifestam determinadas sensibilidades políticas e até chegam a ter parte ativa nos acontecimentos que caracterizam o primeiro trinténio do século XIX. Numerosos italianos pertencem à grande vaga migratória de profissionais ligados às artes e às ciências (mundo técnico e intelectual) que chega a Portugal na segunda parte do século XVIII. No conjunto de todas estas figuras, para além das origens assentadas na mesma cultura prevalece outro denominador comum importante: suas biografias são parte integrante de qualquer olissipografia. A nossa análise não será exaustiva, por evidentes razões de espaço ou por falta de documentação ao nosso dispor, mas evidenciará alguns casos particulares, que considerámos os mais representativos e exemplares.

4.2.1 - As Artes

As artes em Portugal constituem, nesta altura, o resultado ainda não completo do processo de “italianização” a que fizemos referência anteriormente. Por esta razão, principiámos esta parte com figuras de italianos ligados a este domínio. Por exemplo, em 1802 a capital é ponto de desembarque dum importante cenógrafo, desenhador e gravador toscano, Francesco Bartolozzi. A sua chegada a Portugal realiza-se após uma longa experiência de trabalho em Itália e em Inglaterra, nomeadamente em Londres, onde abriu uma loja juntamente com o filho e onde se tinha iniciado na maçonaria, na Loja *The Nine Muses* (é aliás autor duma bela alegoria que decora a edição de 1785 das *Constituições de Anderson*)³⁵. Chega a Lisboa em idade já avançada, 80 anos, para trabalhar na Imprensa Régia, que lhe entrega a organização duma aula de gravura, atividade que instala junto da sua habitação, na rua de São Bernardo. Vive na capital até à sua morte, ocorrida em 1815, sendo sepultado na igreja da sua freguesia (Santa Isabel)³⁶. Aproveita este tempo em Lisboa para deixar numerosas estampas, gravuras e uma preciosa chapa de cobre, representando S. Félix de Cantalice, na igreja do convento dos Barbadinhos Italianos³⁷. Aliás, o seu trabalho para a Imprensa Régia avanteja-se com a integração nesta instituição do valioso legado material (instrumentos) e imaterial (pessoal e competências) da Casa Literária do Arco do Cego³⁸, formalmente

³⁵ VENTURA, António – *Uma história da Maçonaria em Portugal. 1727-1986*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013. p. 55.

³⁶ SOARES, Ernesto – Francisco Bartolozzi em Portugal. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Italiana em Portugal. Fasc. 7-8 (1943), p. 112.

³⁷ NEVES, Eduardo Augusto da Silva – *O convento dos Barbadinhos Italianos*. Lisboa: [s.n.], 1952, p. 14.

³⁸ Para um aprofundamento da (breve) história e atividade daquela empresa editorial, veja-se CAMPOS, Fernanda Maria Guedes [et al.] – *A casa literária do Arco do Cego (1799-1801): bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional [etc.], 1999.

extinta um ano antes da chegada de Bartolozzi a Lisboa. A convergência das respetivas experiências permite a construção dum centro editorial de grande importância, “que só em Lisboa poderia ter sede, ficando-lhe devida uma série de títulos traduzidos que faltavam à informação dos artistas nacionais”³⁹. Na sua estadia em Lisboa, Bartolozzi revela o seu espírito filantrópico. Na correspondência mantida com o seu amigo D. Rodrigo de Sousa Coutinho (embaixador de Portugal em Turim entre 1778 e 1796) revela o seu empenho em cuidar e sustentar economicamente pessoas carenciadas: acolhe e ajuda uma rapariga (Joana Margarida de Castro) que depois entrega aos cuidados de Sousa Coutinho; ajuda também outro jovem artista, um tal Tommasi, pedindo ao embaixador o favor de cuidar dele (e das suas três filhas) após a sua morte⁴⁰.

Em 1803 chega um dos seus discípulos, o veneziano Domenico Pellegrini, também maçom, que não fica a trabalhar com o seu mestre, encontrando até 1812 (ano do seu regresso a Inglaterra após problemas de carácter político em que é envolvido, sobre os quais voltaremos a falar mais a frente) um espaço profissional como retratista régio⁴¹. A relação entre estrangeiros e a Maçonaria em Lisboa é particularmente importante nestes anos. Como frisa Oliveira Marques,

na Maçonaria existente em Portugal concorreu um número significativo de estrangeiros. Naturais das ilhas britânicas a maioria, mas igualmente franceses, italianos e outros, os maçons estrangeiros desempenharam papel importante na estruturação e consolidação da organização portuguesa. Isso possibilitou uma diversificação interna das Lojas, nomeadamente no aspeto religioso, já que muitos destes estrangeiros eram protestantes⁴².

Entre estes estrangeiros há alguns italianos; tendo em conta os casos de Bartolozzi e Pellegrini, podemos levantar a hipótese de que eles constituem grande parte do 0,9% que é a percentagem dos artistas no total do chamado «povo maçónico». Em 1820, entre os maçons estrangeiros em Portugal, a categoria profissional mais representada é a dos comerciantes, com cerca de 12,5% do total⁴³.

O mundo da cultura – nomeadamente o teatro da ópera – é, direta ou indiretamente, veículo fundamental da presença italiana no país. Ao lado de compositores, libretistas, cantores e bailarinos há também os arquitetos, como Luigi Chiari. Este, que principia a sua atividade na cidade do Porto, uma vez passado para Lisboa, trabalha como cenógrafo junto dos teatros de São Carlos e dos Condes. A estas atividades acresce a profissão de arquiteto, participando no projeto de construção da Basílica de Estrela (não é dele o mausóleo da rainha D. Maria I no interior da igreja, contrariamente ao que geralmente se pensa e o como se afirmou em estudos dedicados à sua

³⁹ FRANÇA, José Augusto – *Lisboa: história física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 483.

⁴⁰ Cf. ROSSI, Giuseppe Carlo – *Inediti di italiani a Cascais. Convivium raccolta nuova*. Torino (etc.): Società Editrice Internazionale. Nº 5-6 (1950), p. 812-824.

⁴¹ Cf. FRANÇA, José Augusto – *op. cit.*, p. 482-483.

⁴² MARQUES, António H. de Oliveira – *História da Maçonaria em Portugal*. vol. I – *Das origens ao triunfo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990. p. 195.

⁴³ *Ivi*, p. 194-195.

arte)⁴⁴. Luigi Chiari elabora o projeto e dirige as obras do palácio de Caldas Aulete, na área de São Roque (meados dos anos 30), tendo publicado também um opúsculo sobre as obras executadas no Real Teatro de São Carlos (1817), de que se torna empresário de 1818 a 1820. Em outubro de 1823 é chamado pela paróquia do Loreto a pintar as decorações fúnebres por ocasião das solenes exéquias em memória do pontífice Pio VII (falecido no verão daquele ano), celebradas na igreja dos italianos⁴⁵. Morre por volta de 1840⁴⁶.

Ainda entre os arquitetos, há que mencionar o bolonhês Francesco Saverio Fabri, a quem se devem os primeiros trabalhos de escavação arqueológica na área do teatro romano (1798). Fabri chega à capital do Reino em 1794, após intensa atividade no Algarve, onde desembarcara pela primeira vez em 1790, respondendo a uma convocação do bispo de Faro, Francisco Gomes de Avelar⁴⁷. Apenas um ano depois da sua chegada é nomeado arquiteto das obras públicas. Já sob a proteção dos marqueses de Castelo Melhor, recebe a incumbência de trabalhar na reestruturação integral do palácio da família, o imponente palácio Foz, localizado no então Passeio Público. Em 1802, após o seu projeto para a construção do novo palácio real, na área da Ajuda, ter sido aceite (em substituição do palácio de madeira), é nomeado juntamente com José da Costa e Silva arquiteto do palácio real. O arquiteto italiano mantém este cargo após a invasão francesa em 1807 e a fuga da família real para o Brasil, onde se refugiara também Costa e Silva alguns anos depois (1811). Assim, ficando sozinho em Lisboa, Fabri torna-se arquiteto único do palácio da Ajuda até 1817, ano em que morre, sendo sepultado na igreja paroquial de Santos-o-Velho, bairro onde morava.

Entre os pintores e restauradores recordamos também Luigi Tirinnanzi, ativo em Portugal ao longo de mais de 40 anos, depois de ter chegado a Lisboa na segunda década do século XIX. A sua obra junta-se à de outros artistas portugueses e italianos que ficam sob a proteção do 1º conde de Farrobo (e 2º barão de Quintela), par do Reino, homem de negócios e pertinaz mecenas (como demonstra o seu futuro empenho na construção do Teatro das Laranjeiras e do Teatro Nacional), figura ligada a Itália por laços de sangue, pois era casado, em primeiras bodas, com Mariana Carlota, filha do primeiro empresário do Teatro São Carlos, Francisco António Lodi. Tirinnanzi terá que abandonar o Reino na década de 50, sendo desconhecidas as razões por que o fez; contudo, deixará a marca da sua presença na cidade, além de vários discípulos portugueses⁴⁸.

⁴⁴ Por exemplo, João Pereira Dias afirma que “dirigiu as obras [...] do mausoleo da rainha D. Maria I, na Basilica da Estrela” (Cenógrafos italianos em Portugal. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura. Vol. IV [1941], p. 51). Mais fidedigno parece ser o estudo apresentado por Margherita Azzi Visentini no lema “Chiari, Luigi” (*Dizionario Biografico degli Italiani*. Roma: Istituto dell’Enciclopedia Italiana, 1996. vol. 24, p. 565-566). O mausoléu da rainha louca foi projetado e executado por portugueses, devendo atribuir-se a obra ao artista neoclássico Faustino José Rodrigues, discípulo de Machado de Castro (como confirma também FRANÇA - José Augusto - *op. cit.*, p. 459).

⁴⁵ FILIPPI, Sergio – *op. cit.*, p. 144.

⁴⁶ CARVALHO, Aires de – *Catálogo da coleção de desenhos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1977. p. 109.

⁴⁷ Sobre Fabri, veja-se: RIMONDINI, Giovanni; SAMOGGIA, Luigi – *Francesco Saverio Fabri: formazione e opera in Italia e Portogallo*. Medicina: Comitato Ricerche Storiche Medicinesi, 1979. Os autores desta obra citam também notícias do Fabri presentes em MACHADO, C. Volkmar – *Collecção de memórias, relativa às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portugueses, e estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Lisboa: na Impressão de Victorino Rodrigues da Silva, 1823. p. 229.

⁴⁸ Cf. ARAUJO, Agostino – O restauro de painéis e a atividade de alguns pintores italianos em Portugal. In TOPA, Francisco; MARNOTO, Rita (org.) – *Nel mezzo del cammin*. In Jornadas de Estudos Italianos em Honra de Giuseppe Mea, Porto, 2008 – *Actas*. Porto: Sombra pela Cintura, 2009. p. 33-38 e 41-45.

O caso que apresentamos agora – o de uma família de emigrantes de origem romana que chegou a Lisboa no final de Setecentos – é exemplar do percurso de núcleos familiares que, tendo nascido em Itália, se instalam em terra lusitana, onde deixam descendência. Estamos a falar dos Schioppetta (ou Schiopetta, ou Eschiopete), entre os quais se destaca Domingos (Domenico), cenógrafo e compositor, autor de várias músicas como *Eu namoro uma menina*, uma modinha com acompanhamento de piano e guitarra. O artista ficou ligado ao setor teatral, que, juntamente com o comércio, parece constituir uma importante vocação dos italianos em Portugal naqueles anos. Não é certo que a vinda da família para Portugal se realize após o nascimento do artista: Domingos nasce em 1788, muito provavelmente em Itália – na vila de Tivoli, perto de Roma – e não em Lisboa. Um dos primeiros testemunhos da sua ligação à comunidade italiana sediada na capital portuguesa é constituída pela relação das festas da paróquia do Loreto em 1814 aquando da derrota de Napoleão e da restituição do pontífice (Pio VII) à Santa Sé⁴⁹. Nesta ocasião, a fachada da igreja tinha sido ornamentada com uma estrutura triunfal de arte efémera, onde entre várias alegorias ressaltava o vulto do Santo Padre. O autor destas obras grandiosas era Schioppetta, que exibia o seu talento para orgulho de todos “os Italianos, que tão longe da sua pátria, existem em Portugal”.

Domingos Schioppetta, cujo pai chegara a Lisboa atraído pela abundante oferta de trabalho (tratava-se de um ebanista de teatro, falecido num acidente de trabalho enquanto trabalhava no Teatro do Salitre), rodeou-se de artistas e artesãos da família: os irmãos Giuseppe e Antonio Carlo, mais novos e que com ele dividem o domicílio (na rua do Loreto, 69), são identificados como “pintores”, ainda que Agostinho Araújo, nos seus estudos, identifique o segundo como “bijoteiro”⁵⁰. O momento de público reconhecimento de Domingos Schioppetta – o primeiro numa carreira artística – chega durante o triénio revolucionário de 1820-1823: tido em boa consideração pelo grupo dirigente liberal, com quem mantém ótimas relações, são-lhe encomendadas várias encenações e edificações efêmeras para as celebrações públicas da revolução. Trata-se de iniciativas propagandísticas do novo governo vintista que permitem ao artista italiano exibir a sua capacidade de representação alegórica. Aliás, a própria colaboração do cenógrafo italiano com o Teatro de São Carlos parece ter acompanhado o desenvolvimento das lutas constitucionais no país, tendo em conta as obras cenográficas que este produziu entre 1818 e 1822, e depois em 1826⁵¹. Por outro lado, ao longo de toda a sua realização artística, Domingos Schioppetta manifesta “uma importante sintonia com valores sociais e culturais da geração vintista, desde a crença no progresso irmanando as Artes e as Ciências até ao compromisso entre bem distintas camadas sociais, por via da convicção ideológica”⁵².

⁴⁹ *Relação das festas do Loreto*. Lisboa: na Imprensa Régia, 1814. p. 1-2; apud ARAUJO, Agostinho Rui Marques de – Artes várias, duros tempos: notas para o estudo de uma família ítalo-portuguesa (ca. 1788-1838). *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: [s.n.]. I Série Vol. 1 (2002), p. 156-157.

⁵⁰ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência da Intendência Geral da Polícia (1823-24)*, cx. 342, fasc. “1823”, f. 26. ARAUJO, Agostinho Rui Marques de – Artes várias, duros tempos. Notas para o estudo de uma família ítalo-portuguesa (ca. 1788-1838). *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: [s.n.]. I Série Vol. 1 (2002), p. 159.

⁵¹ DIAS, João - *op. cit.*, p. 51.

⁵² ARAUJO, Agostinho Rui Marques de - Algumas ideias de arte do pintor Domingos Schiopetta. In COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DE ARTE, 7, Porto, 2005 – *Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa: actas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, 2007. p. 28.

Nesta época, as ruas de Lisboa pululam de cantores e bailarinos de origem italiana, que evidentemente não se limitam ao exercício exclusivo da sua nobre arte num curto período temporal, que dependia, normalmente, da duração dos contratos. Alguns desses artistas decidem inserir-se no contexto social com perspetivas de permanecer no Reino. É este o caso, por exemplo, do napolitano Baldassarre Barattieri, bailarino, que se casa com uma portuguesa e tem um filho de nome Giovanni. Em princípios de 1820, os seus familiares residentes no sul de Itália pedem informações ao ministro dos negócios estrangeiros em Nápoles, Marchese di Circello, que solicita a intervenção do vice-cônsul em Lisboa, Giuseppe Calleja. Este envia para Itália a informação que o bailarino tinha morrido oito anos antes na Moita e que recentemente tinha falecido também o seu filho em Lisboa, onde deixava uma jovem mulher⁵³.

Muitos são os músicos italianos que passam por Lisboa e que deixam marcas evidentes na cultura musical. Pensamos em nomes como o de Carlo Coccia, destacado compositor musical em Lisboa entre 1819 e 1822 e autor, entre muitas peças, da música do hino da revolução vintista e da parte final da cantata alegórica *O Génio Lusitano Triunfante*. Mas há muitos outros italianos que, no primeiro quartel do século XIX, desempenham um papel de relevo no contexto musical lisboeta, onde ficam até à morte, acrescentando um valor político – não só liberal – à sua intervenção artística. Por exemplo, em 1818 chega a Lisboa o sopranista Domenico Lauretti, cantor da Patriarcal (até 1836) e membro da Irmandade de Santa Cecília. Na capital portuguesa manifesta simpatias miguelistas e compôs uma Missa a 4 vozes e orquestra dedicada ao príncipe usurpador⁵⁴. Nos anos 40 desempenhará a atividade de professor de canto no Conservatório. Um ano depois da chegada de Lauretti, aparece em Lisboa o compositor romano Luca Agolini (ou Angolini, segundo o seu registo nos elencos consulares)⁵⁵, que trabalha em diversos teatros da capital até 1828, deixando uma obra que manifesta as suas simpatias absolutistas (*Viva o Senhor D. Miguel I. Inno Imperiale com variazioni composte per Luca Agolini Romano*)⁵⁶. A emigração italiana para Portugal é também motivada por questões políticas: isto porque, como já referimos, Lisboa é naqueles anos ponto de chegada de exilados políticos italianos, entre os quais se destacam as figuras de Guglielmo Pepe, Giuseppe Pecchio e Giacinto Provana di Collegno⁵⁷.

⁵³ Archivio di Stato di Napoli (doravante ASN), Ministero degli Esteri, *Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi (1817-1829)*, busta 2692, f. sem número (em 4/1/1820).

⁵⁴ VALENTIM, Maria José Quaresma de Carvalho Alves – *A produção musical de índole política no período liberal (1820-1851)*. Lisboa: [s.n.], 2008. p. cxxxi. Tese de mestrado em Ciências Musicais (Musicologia Histórica), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.

⁵⁵ Luca Angolini, súbdito pontifício, professor de música (43 anos em 1823), residente em Lisboa, na rua das Salgadeiras (na Misericórdia), n. 2 (ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência da Intendência Geral da Polícia*, cx. 342, f. 26 [1823]).

⁵⁶ VALENTIM, Maria José Quaresma de Carvalho Alves – *op. cit.*, p. cxxv.

⁵⁷ Sobre o assunto, cf. DI GIUSEPPE, Francesca – *op. cit.*; BRON, Grégoire – *op. cit.*; CALZAVARA, Dario; CASSINO, Carmine – The nineteenth-century italian political migration to the Lusophone. *Mediterranean Journal of Human and Social Sciences*. Roma: MCSER. Vol. 3 Nº 8 (2012), p. 117-124.

4.2.2 - Ciências

O mundo intelectual lisboeta (e português) das primeiras décadas de Oitocentos enumera várias personalidades de origem italiana, algumas ligadas à emigração de cientistas que teve lugar durante o pombalismo e à qual nos referimos no capítulo antecedente. É este o caso do paduano Domenico Vandelli, chegado a Portugal em 1764 e fundador do jardim botânico de Coimbra (1772). Pelas suas competências nas ciências naturais é chamado a dirigir, nos anos seguintes, o real jardim botânico da Ajuda⁵⁸. Naqueles anos Vandelli distingue-se também pelos seus sentimentos “esclarecidos”, que lhe valem numerosas acusações de *afrancesado*, acabando por se ver envolvido na Setembrizada (1810). Vandelli, devido talvez à sua idade avançada (perto dos oitenta anos), consegue evitar a deportação para o Brasil e obter uma autorização especial para dirigir-se para Inglaterra. Contudo, são vários os italianos envolvidos nesta operação de repressão antiliberal, como o já mencionado pintor Domenico Pellegrini (que, como vimos, acaba por fixar-se novamente em Londres), o piemontês Urbino Pizzetti, o funcionário particular e professor Luís Francisco Risso, o copeiro romano Filippo Bernardini, o negociante genovês José Maria Cambiasso e o negociante romano Pietro Paolo Candidi⁵⁹. Domenico Vandelli morre em 1816, deixando descendência em Lisboa: o filho Alexandre torna-se, desde 1819, diretor da Intendência Geral de Minas e Metais do Reino, sendo incluído pelo geógrafo Adriano Balbi entre as pessoas a quem agradece pela ajuda recebida na realização do seu célebre ensaio estatístico sobre Portugal⁶⁰. Contrariamente ao pai, Alexandre Vandelli manifesta sentimentos políticos absolutistas e, por essa razão, será obrigado a abandonar o Reino em 1833.

Grande representante da população luso-italiana é o já evocado Marino Miguel Franzini, deputado nas Cortes Constituintes de 1821 e depois nas Ordinárias de 1822. Trata-se dum intelectual que sempre gozou de grande reputação no ambiente liberal; naquela mesma altura trabalha sobre assuntos próximos dos de Balbi, tendo começado desde cedo a publicar vários estudos no âmbito das estatísticas sobre a população portuguesa (de 1825 é a primeira edição do *Almanach Portuguez*). Marino Miguel é filho de Michele Franzini⁶¹, veneziano, chamado a Portugal pelo marquês de Pombal para trabalhar como professor de álgebra no Colégio dos Nobres (nos anos em que prestam seus serviços também Michele Ciera e Giovanni Brunelli). Após a abolição do ensino das ciências naquela instituição pombalina (1772), Franzini passa a lecionar na Universidade de Coimbra. A família

⁵⁸ Cf. LONGO, Biagio - Domenico Vandelli e la fondazione del primo orto botanico nel Portogallo. *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e documenti*. Roma: Reale Accademia d'Italia, 1940. p. 403-407; VIDAL, Angelina - *Lisboa antiga e Lisboa moderna*. 2ª ed. Lisboa: Veja, 1994. p. 41.

⁵⁹ Cf. MARQUES, António H. De Oliveira – *op. cit.*, p. 101-102; SÃO-PAIO, Marquês de. Para a História dos Setembrizados (o desembargador Sebastião José de São Paio). *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. II série, vol. 17 (1968), p. 33-58; Voz “Setembrizada”. In SERRÃO, Joël – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984. vol. 5, p. 554-556.

⁶⁰ Cf. BALBI, Adriano – *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*. Paris: Rey et Gravier, 2 tomos, t. I, 1822, p. XI-XII. O geógrafo veneziano não poupa elógios ao filho do naturalista paduano: “un des meilleurs chimistes portugais” (p. LIX).

⁶¹ Cf. NUNES, Maria Fátima – *O Liberalismo português. Ideários e ciências. O universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988. p. 23.

dos Franzini é totalmente italiana: a sua mãe é genovesa, Faustina Paola Costa. Nos manuscritos reservados da Biblioteca Nacional guarda-se ainda a certidão do casamento deste casal italiano, realizado em Lisboa em 1777⁶².

Michele morre em Coimbra em 1810, mas isso não impede a continuação da relação do filho com a vertente italiana da família, como demonstram por exemplo as cartas trocadas em 1823 com o seu cunhado, Giuseppe Gervasone, então residente em Génova⁶³ e marido da sua irmã, Anna Maria (o geógrafo tem mais duas irmãs, Sebastiana Maria e Joana Isabel, residentes em Lisboa pelo menos até 1817, ano em que cada uma pede ao rei D. João VI uma pensão de duzentos mil reis)⁶⁴. O alto perfil e o impacto duma figura como esta que acabámos de referir, a par de outras tão relevantes no panorama intelectual luso-italiano, evidenciam e corroboram a ideia segundo a qual “o signo «Franzini» implica o recordar da importação portuguesa do iluminismo italiano [...] alude a um imaginário que desagua no estatuto simbólico que os nomes italianos possuíram e conquistaram em Portugal”⁶⁵.

4.2.3 - Comércio

O comércio constitui o domínio em que a presença italiana adquire um papel mais relevante, comparável àquele que têm os artistas e trabalhadores dos teatros, ainda que se caracterize por uma maior estabilidade na presença e na permanência na capital. De facto, muitos são os casos de atividade comercial da comunidade italiana que se estabelece e permanece durante um período de tempo considerável na capital. Lisboa é, no período cronológico em foco, uma cidade de tradição comercial que desperta ainda considerável interesse pelas possibilidades de negócio que continua a oferecer, facto que condiciona a imigração que se define apesar das contingências de objetiva dificuldade para Portugal.

Por questões de espaço, não procedemos aqui a uma categorização da variedade das tipologias socio-laborais que distinguem este quadro profissional. É um facto que esta fase histórica apresenta dificuldades na definição e classificação deste grupo socioeconómico⁶⁶. Tentaremos fornecer um quadro de conjunto do panorama italiano dentro do comércio lisboeta – ver tabela inscrita mais abaixo –; caracterizaremos depois dois exemplos significativos que representam a presença italiana no mundo do comércio urbano nas primeiras décadas do século.

⁶² Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP), *Manuscritos Reservados*, mss. 260, n. 7.

⁶³ BNP, *Manuscritos Reservados*, mss. 260, n. 13.

⁶⁴ BNP, *Manuscritos Reservados*, mss. 260, n. 14.

⁶⁵ NUNES, Fátima – *op. cit.*, p. 21.

⁶⁶ Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana – Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Vol. XVII N. 116-117, (1992) (2^a-3^a), p. 407-440.

TABELA N. 2 - Comerciantes italianos em Lisboa nos anos 1825 e 1837

1825	
Nominativos	direção
Agostino Castelani	Rua do Crucifixo
Ambrogio Fassio	A Esperança
André Celesia	Rua das Portas de S. Catarina, 2
Antonio Bagnasco	Rua das Flores, 51
Antonio Marrara	Rua do Chiado
Antonio Perfumo	Rua do Crucifixo, 69
Antonio Rusca	Rua do Arsenal, 34
Angelo Polleri Nicolò	Travessa da Assunção, 24
Benedicto Antonio Sivori	Rua da Horta Seca, 6
Caetano Maggiolo	Travessa da Espera, 44
Carlos J. B. Bolelli	À Moeda
Estanislao Del Pinto	Rua Direita do Loreto, 40
Francisco Cogorno	Rua Nova do Carmo, 15
Francisco José Polleri	Rua d'Oiro, 148
Francisco Maria Durante	Rua da Horta Seca, 6
Francisco Ferrari	Rua dos Retroseiros, 95
Francisco Zignago	Rua do Ouro, 127
Hercules Stampa	Rua do Alecrim, 10
Giacomo Carbone	Rua das Flores, 46
João Armando	Rua do Chiado, 24
João Baptista Canal Murta	A Chagas, 10
João Baptista Sivori	Largo de Santa Catarina, 12B
João Baptista Sciello	Rua do Arsenal, 55
João D'Ambrosi	Rua do Chiado, 29
João Ghiglione	Rua do Ferrejal Debaixo, 19
João Salacco	Rua de São Francisco, 36
José Bernero	Rua da Rosa das Partilhas
José Caramassa	Rua dos Retroseiros, 120
José Massa	Rua Formosa, 31
José Massa Angelo	Rua de São Roque, 29
Ignacio Costa e C.	Rua dos Mártires, 21
Ignacio Satini	Rua do Chiado, 24
Irmãos Guidotti	Rua da Emenda
Manuel D'Ambrosi e C.	Travessa da Cara, 25
Oneto e Richini	Rua do Alecrim, 28
Pedro Scola	Rua da Horta Seca, 18
Rafael Gavazzo e C.	Rua de São Paulo, 18

1837	
Nominativos	direção
Agostino de Poli	Largo do Stephens, 1
Giuseppe Polleri	Largo do Carmo, 5
Antonio Rusca	Rua da Prata
Antonio Rusca Manuele	Calçada de São Francisco, 16
Gaetano Merea	Rua do Ouro, 20
Carlo Fr. Casaniza (Cazzaniga)	Rua da Prata, 173
Carlo Giovanni Battista Bolelli	Defronte da Casa da Moeda, 51
Francesco Ferrari	Rua dos Retroseiros, 95
Francesco Perfumo	Rua dos Capellistas, 15
J. M. Martelli	Rua Larga de S. Roque, 6
Geronimo Cogorno	Rua da Prata, 47
Giovan Battista Sivori	Monte de Santa Catharina, 12
Giuseppe Emanuellis	Rua Nova do Almada
Irmãos Guidotti	Rua Larga de São Roque
Lorenzo Antonio Polleri	Largo do Carmo, 5
Francesco Antonio Maggiolo	Arco da Bandeira, 27
Giovanni Stefano Maggiolo	Rua dos Douradores, 53
Manuele D'Ambrosi	Rua do Carvalho, 20
Giovanni Antonio Massa	Rua do Loreto, 69
Francesco Antonio Michelis	Rua do Ferragial de Baixo, 3
Oneto Richini	Rua da Emenda, 19
Pedro Caviglioli	Rua Direita de São Paulo, 23
Alberto Francesco Perfumo	Rua Nova do Carmo, 7G
Angelo Polleri	Largo do Carmo, 5
Giuseppe Antonio Sivori	Largo de São Paulo, 100
Maria Josefa da Cruz Tasso	Rua da Betesga, 4
Giuseppe Geronimo Tobino	Rua do Ouro, 23
(cognome Ligure)	
Viúva de Bernardo Casale e filhos	Rua do Alecrim, 31
Viúva de Manoel Segalerba e filho	Travessa de Água de Flor, 27
Francesco Zignano	Calçada dos Caetanos, 1

ANTT, Junta do Comércio, *Relações de empregados e negociantes para o Almanaque de Lisboa*, mc. 61 (cx. 199), f. sem número; FRANZINI, Marino Miguel – *Almanach Portuguez. Anno de MDCCCXXV*. Lisboa: na Impressão Regia, [s.d.], p. 549-550; *Almanak estatístico de Lisboa em 1837*. [Lisboa]: Impressão de M. G. Coelho e C.ª, p. 145-154. A lista de 1825 não é um elenco exaustivo, mas sim “dos que chegam ao conhecimento do Provedor da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento de N. S. do Loreto da Nação Italiana” (na altura, o genovês Manuele d'Ambrosi).

Em primeiro lugar, referimo-nos a uma figura que desempenhou um papel importante na vida social de Lisboa. Antonio Marrara (o Marrare, segundo corrupção na transcrição portuguesa), calabrês, originário da então província de Calábria Ultra (precisamente no atual território do distrito de Reggio di Calabria, entre as vilas de Calanna e Laganadi, onde residiam os seus familiares)⁶⁷, emigrado para Lisboa em finais do século XVIII, como copeiro do marquês de Nisa, que muito provavelmente o conheceu em Nápoles numa das suas missões militares, em 1792 ou 1799. Trata-se de uma figura histórica da cidade do romantismo, respeitada nos ambientes de vida mundana e pela alta burguesia lisboeta e dotada de elevadas capacidades de gestão. Na capital portuguesa, Marrara protagoniza uma rápida escalada empresarial no campo da restauração, chegando a controlar vários café da cidade (no total serão sete)⁶⁸, a partir do “Marrare do arco da Bandeira” (no homónimo lugar no Rossio) e do “Marrare do São Carlos” (na esquina entre as atuais ruas Anchieta e Cabelo, nas proximidades do Teatro). Estes são lugares de reunião de liberais e *afrancesados*, sobretudo o primeiro, que desempenhou esta função em 1820 (além de ser lugar de encontro habitual de toureiros)⁶⁹. Já o segundo é um espaço de interação e desenvolvimento da vida do público do Teatro, e por esta razão é constantemente vigiado pela polícia: por exemplo, em maio de 1828, aquando da ação de repressão policial que se segue ao restabelecimento do absolutismo, são espoliadas dos depósitos do Teatro – como sucede no Teatro dos Condes – as próprias armas que eram utilizadas nos espetáculos⁷⁰. Contudo, o lugar mais célebre gerido pelo calabrês em Lisboa será o “Marrare do Polimento”, inaugurado em 1820 na rua das Portas de Santa Catarina (atualmente rua Garrett, 56), “café de grande importância social, política e literária”⁷¹, onde se ia “como os romanos iam a Atenas”⁷². Antonio Marrara morre em 1839 e a gerência do seu café trespassa, após um período de controle do seu sobrinho José Marrare, à família Ferrari, que funda a firma histórica e de realce no mundo da restauração citadina.

O segundo caso diz respeito à mais importante das casas comerciais italianas em Portugal nesta centúria, a *Oneto e Richini*, fundada naqueles anos por Giacomo Oneto como filial da sua sociedade genovesa, especializada na importação e comércio de produtos coloniais, assim como na intermediação de produtos manufatureiros

⁶⁷ ASN, *Ministero degli Esteri. Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi (1817-1829)*, busta 2692, (12 aprile 1826).

⁶⁸ Vide AMORYM, Roby – *Da mão à boca: para uma história da alimentação em Portugal*. Lisboa: Salamandra, 1987. p. 225. Segundo Eduardo Sucena («Cafés», em *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 193), existiu um café gerido por António Marrara também no Caís do Sodré, no mesmo sítio que atualmente abriga o famoso British Bar.

⁶⁹ Refere o historiador conimbricense Francisco Câncio na sua obra *Coisas e loisas de Lisboa antiga* (Lisboa: Imprensa Barreiro, 1951. p. 49) que quer no Marrare do Polimento, quer no do Arco da Bandeira, aos sábados de manhã reuniam-se os amadores de tourada, que aí petiscavam alguma coisa antes de se dirigirem ao Campo Grande para assistir e participar nas afamadas touradas que aí se realizavam. Segundo Raul Brandão (*Vida e morte de Gomes Freire*, pref. de Victor de Sá. Lisboa: Editorial Comunicação, 1987. p. 95-96), o Marrare (do Arco da Bandeira) era também um lugar de encontro dos amigos e revoltosos de Gomes Freire na véspera da conspiração de 1817.

⁷⁰ ANTT, Intendência Geral da Polícia, *Contas Confidenciais*, liv. 224, p. 38v.

⁷¹ Lema “Marrare do Polimento”. In MATOS, Alfredo Campos (coord. e org.) – *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho, 1988. p. 585.

⁷² CARVALHO, Pinto de (Tinop) – *Lisboa d'outros tempos*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1899. p. 128.

genoveses, destinados às colónias e, geralmente, à América do Sul (mercado de referência, naquela altura, para as mercadorias lígures). A família dos Oneto possui, naqueles anos, o monopólio do tráfico dos produtos coloniais no porto de Génova⁷³.

Giacomo Oneto acompanha a atividade da sociedade lisboeta pelo menos até meados dos anos trinta: após esta data fixa-se definitivamente em Génova. Contudo, é em Lisboa que encontra a sua esposa, Maria Eugénia Roiz de Silva, que se transfere com ele para a cidade lígure, onde Giacomo Oneto começa a sua escalada no mundo da finança e da política. No entanto, Oneto tinha já ampliado a gama dos seus interesses na capital portuguesa, abrindo-se ao mundo financeiro: de facto, temos notícias de que, já desde 1830, a sua sociedade com Giovanni Richini (lígure, nascido em Nervi e treze anos mais velho do que ele) desenvolve também funções de casa de câmbio, como atesta uma crónica inglesa que dá conta da (difícil) tarefa dos agentes de intermediação dos credores internacionais do governo de D. Miguel⁷⁴.

CONCLUSÕES

Como vimos, a presença italiana na cidade de Lisboa alarga a sua importância até à primeira metade do século XIX, centúria fundamental pelo desenvolvimento das lutas pela independência italiana e para o surgimento duma consciência nacional. Lisboa é cenário das práticas de construção duma identidade comum pela comunidade italiana nela residente. Esta é composta por diferentes grupos regionais, entre os quais prevalece o do Reino da Sardenha, que desde 1815 inclui os territórios da antiga República de Génova, cujas relações com o Império Português e a presença na cidade de Lisboa remontam à idade média. Os genoveses (e lígures em geral) são os mais numerosos; a prevalência deste fluxo migratório nestes anos pode explicar-se por duas razões socioeconómicas. Em primeiro lugar, pela situação na cidade de origem (e sua região) na passagem entre os séculos XVIII e XIX, caracterizada por falências financeiras públicas e privadas, e alta dívida pública (herança do período napoleónico); isto é, uma situação de completa estagnação, particularmente logo após o Congresso de Viena⁷⁵. Em segundo lugar, e como consequência do que acabámos de referir, por um clássico fenómeno de cadeia migratória (em italiano: *fenomeno di richiamo*). Em relação aos outros grupos regionais interessados na emigração para Portugal, valem as razões da cadeia migratória, bem como o papel que Lisboa continua a desempenhar economicamente entre o Atlântico e o Mediterrâneo e a sua importância a nível cultural (teatro e belas artes).

⁷³ ROLLANDI, Maria Stella – Da ‘negozianti’ a banchieri: a famiglia Oneto nell'Ottocento. In SPINGARDI, Caterina Olcese (dir.) - *Ottocento in salotto. Cultura, vita privata e affari tra Genova e Napoli*. Firenze: Maschietto, 2006. p. 44.

⁷⁴ «The Portuguese government have thought fit to publish a pamphlet in reply to the Address of the Regency of Terceira, in which they deny the right of Don Pedro to abdicate in favour of his daughter Donna Maria, and assert that Don Miguel is the legitimate Sovereign of Portugal. Several bills of exchange drawn on Don Miguel's treasury by his diplomatic agent at Paris, and which had been endorsed by the banker of the King of Spain, in the French capital, having been forwarded to the house of Oneto and Richini, at Lisbon, were by them presented for payment; but after repeated applications, Oneto and Co. were compelled to protest the bills for non-payment. This avowal of the utter impoverishment of Don Miguel's government had put even his adherents to shame» (*London St. James Chronicle and General Evening Post*, edição de 1/06/1830, p. 1).

⁷⁵ ROLLANDI, Maria Stella - *op. cit.*, p. 41.

Em conclusão, o processo de “italianização” (ou seja, de crescente presença e influência da cultura material e imaterial italiana) que se faz sentir em Portugal a partir de meados do século XVIII alarga-se até ao período que consideramos, chegando à época da própria unificação italiana, em 1861. Na nossa análise não tivemos em conta esta segunda parte, que podemos restringir cronologicamente aos anos de 1834 a 1861. Isto porque é inevitável que o espírito da própria comunidade, reunida em torno dos seus centros aglutinadores, reforce a nova identidade ao aproximar-se dos acontecimentos cruciais da unificação da Península. Por isso, a investigação confere um interesse mais aprofundado ao percurso que precede estes momentos. Porque é naqueles anos que a questão nacional italiana encontra as suas bases, como tentámos demonstrar ao longo do texto: ou seja, é então que começa a esboçar-se um grupo homogéneo, reconhecido pelo ambiente que o acolhe e que desenvolve processos de autoidentificação – a que chamámos “práticas de nacionalidade” –, levados a cabo por uma comunidade luso-italiana, que é parte relevante da história Oitocentista da cidade de Lisboa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 9º de consultas e decretos de D. Pedro II.

Livro 9º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência da Intendência Geral da Polícia [1823-24]*, cx. 342.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência dos Consulados da Áustria, Suécia, Toscana e Roma*, cx. 233.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Correspondência da Legação de Sardenha em Lisboa*, cx. 511.

Junta do Comércio, *Relações de empregados e negociantes para o Almanaque de Lisboa*, mç. 61 [cx. 199].

Intendência Geral da Polícia, *Contas Confidenciais*, liv. 224.

Archivio di Stato di Napoli (ASN)

Ministero degli Esteri, *Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi (1815-1829)*, busta 2690.

Ministero degli Esteri, *Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi (1817-1829)*, busta 2692.

Biblioteca Nacional de Portugal

Manuscritos Reservados, mss. 260.

Fontes impressas e estudos

Almanak estatístico de Lisboa em 1837. [Lisboa]: Impressão de M. G. Coelho e C.^a, [1837?].

ALESSANDRINI, Nunziatella – La presenza genovese a Lisbona negli anni dell'unione delle corone (1580-1640). Genova y la Monarquia Hispánica (1528-1713). *Atti della Società Ligure di Storia Patria*. Genova: [s.n.]. Nuova Serie Vol. LI (CXXV) (2011), fasc. I, p. 73-98.

AMORYM, Roby – *Da mão à boca: para uma história da alimentação em Portugal*. Lisboa: Salamandra, 1987.

ARAUJO, Agostinho Rui Marques de – Artes várias, duros tempos: notas para o estudo de uma família ítalo-portuguesa (ca. 1788-1838). *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: [s.n.]. I Série Vol. 1 (2002), p. 149-172.

ARAUJO, Agostinho Rui Marques de – Algumas ideias de arte do pintor Domingos Schiopetta. In COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DE ARTE, 7, Porto, 2005 – *Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa: actas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, 2007. p. 21-30.

ARAUJO, Agostinho Rui Marques de – O restauro de painéis e a actividade de alguns pintores italianos em Portugal. In TOPA, Francisco; MARNOTO, Rita (org.) – *Nel mezzo del cammin*. Actas da jornadas de estudos italianos em honra de Giuseppe Mea. Porto: Sombra pela Cintura, 2009. p. 11-63.

BANTI, Alberto Maria – *Il risorgimento italiano*. 8^a ed. Roma-Bari: Laterza, 2013.

BARDET, Jean-Pierre; DUPÂQUIER, Jaques (ed.) – *Histoire des populations de l'Europe. Vol. II: La révolution démographique*. Paris: Fayard, 1998.

BHABA, Homi K. – Disseminação: tempo, narrativa e as margens da nação moderna. In BUESCU, Helena; DUARTE, João Ferreira; GUSMÃO, Manuel (org.) – *Floresta encantada: novos caminhos da literatura comparada*. Lisboa: Dom Quixote, 2001. p. 533-569.

BRON, Grégoire – *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie: les relations politiques luso-italiennes des lumières à l'Internationale libérale de 1830*. Paris [etc.]: [s.n.], 2013. Thèse de doctorat, Ecole Pratique des Hautes Etudes – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

CALZAVARA, Dario; CASSINO, Carmine – The nineteenth-century italian political migration to the Lusophone. *Mediterranean Journal of Human and Social Sciences* [Em linha]. Roma: MCSER. Vol. 3 N. 8 (2012), p. 117-124. Disponível na Internet: <http://www.mcser.org/images/stories/MJSS-Special-issues/mjss%20vol%203%20no%208%20april%202012.pdf>.

CARVALHO, Pinto de (Tinop) – *Lisboa d'outros tempos*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1899.

COSTA, Luiz Xavier da – *Francesco Bartolozzi: versão de estractos, em português, com anotações tiradas de outras fontes*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1943.

- CURTIN, Philip D. – *Mercanti: commercio e cultura dall'antichità al XIX secolo*. Bari: Laterza, 1988.
- DE FELICE, Emidio – *Dizionario dei cognomi italiani*. 2ª ed. Milano: Oscar Studio Mondadori, 1979.
- DI GIUSEPPE, Francesca – *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)*. Napoli: [s.n.], 2010. Tese de doutoramento em Ciências Históricas, Arqueológicas e Historicoartísticas (XXII ciclo), Università degli Studi di Napoli “Federico II”.
- DIAS, João Pereira – *Cenógrafos italianos em Portugal. Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura. Vol. IV (1941), p. 44-55.
- FILIPPI, Sergio – *La Chiesa degli Italiani: cinque secoli di presenza italiana a Lisbona negli archivi della chiesa di Nostra Signora di Loreto*. Lisboa: Fábrica da Igreja Italiana da Nossa Senhora do Loreto, 2013.
- FRANÇA, José Augusto – *Lisboa: história física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- FRANZINI, Marino Miguel – *Almanach portuguez. Anno de MDCCCXXV*. Lisboa: na Impressão Regia, [1825?].
- GABACCIA, Donna R. – *Emigranti*. Torino: Einaudi, 2003.
- GABACCIA, Donna R. – L'Italia fuori d'Italia. In CORTI, Paola; SANFILIPPO, Matteo (dir.) – *Storia d'Italia. Annali 24. Migrazioni*. Torino: Einaudi, 2009. p. 226-248.
- HOBBSAWM, Eric J. – *A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780*. 2ª ed. Lisboa: Terramar, 2001.
- LONGO, Biagio – Domenico Vandelli e la fondazione del primo orto botanico nel Portogallo. *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e documenti*. Roma: Reale Accademia d'Italia, 1940. p. 403-407.
- MACHADO, C. Volkmar – *Collecção de memórias, relativa às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portugueses, e estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Lisboa: na Impressão de Victorino Rodrigues da Silva, 1823. p. 229.
- MARQUES, António H. de Oliveira – *História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1990-1997.
- MATOS, Alfredo Campos (org.) – *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho, 1988.
- NUNES, Maria Fátima – *O Liberalismo português: deários e ciências: o universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1882-1911.
- PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana – Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. V. XVII Nº116-117 (1992), p. 407-440.
- RIMONDINI, Giovanni; SAMOGGIA, Luigi – *Francesco Saverio Fabri: formazione e opera in Italia e Portogallo*. Medicina: Comitato Ricerche Storiche Medicinesi, 1979.

- RODRIGUES, Teresa – Os movimentos migratórios em Lisboa: estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos. *Ler História*. Lisboa: ISCTE. Nº 26 (1994), p. 45-75.
- RODRIGUES, Teresa – Um espaço urbano em expansão: de Lisboa de Quinhentos à Lisboa do século XX. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. Lisboa: Quetzal Editores. Nº13 (1994), p. 95-117.
- RODRIGUES, Teresa – *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Cosmos, 1995.
- ROLLANDI, Maria Stella – Da ‘negozianti’ a banchieri. La famiglia Oneto nell’Ottocento. In SPINGARDI, Caterina Olcese (dir.) - *Ottocento in salotto: cultura, vita privata e affari tra Genova e Napoli*. Firenze: Maschietto, 2006. p. 41-47.
- ROMANO, Ruggero; VIVANTI, Corrado (coord.) – *Storia d'Italia. Dal Primo Settecento All'unità*. Torino: Einaudi, 1973. vol. 3.
- ROSARIO, Moraes do – *Genoveses na história de Portugal*. Lisboa: [s.n.], 1977.
- ROSSI, Giuseppe Carlo – Inediti di italiani a Cascais. *Convivium raccolta nuova*. Torino [etc.]: Società Editrice Internazionale. Nº 5-6 (1950), p. 812-824.
- SÃO-PAIO, Marquês de - Para a História dos Septembrizados (o desembargador Sebastião José de São Paio). *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. II série, vol. 17 (1968), p. 33-58.
- SASPORTES, José – Trajetória da dança teatral em Portugal. *Biblioteca Breve*. [Lisboa]: Instituto de Cultura Portuguesa. Vol. XXVII (1979).
- SERRÃO, Joël – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984. vol. 5
- SOARES, Ernesto – Francisco Bartolozzi em Portugal. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Italiana em Portugal. Fasc. 7-8 (1943), p. 110-118.
- SUCENA, Eduardo – Voz «cafés». In SANTANA, Francisco (dir.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 193.
- THOMAZ, Manuel Fernandez – *Repertorio geral, ou indice alphabetico das leis extravagantes do reino de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1815.
- VALENTIM, Maria José Quaresma de Carvalho Alves – *A produção musical de índole política no período liberal (1820-1851)*. Lisboa: [s.n.], 2008. Tese de mestrado em Ciências Musicais (Musicologia Histórica) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- VARGUES, Isabel Nobre – Liberalismo e independência: os exilados italianos em Portugal. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social. Tomo XXXI, vol. II (1996), p. 411-426.
- VASCONCELOS, José Leite de – *Antroponimia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.
- VENTURA, António – *Uma história da Maçonaria em Portugal. 1727-1986*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.
- VIDAL, Angelina – *Lisboa antiga e Lisboa moderna*. 2ª ed. Lisboa: Veja, 1994.



Documenta



NOTA INTRODUTÓRIA

Lisboa contou, entre os séculos XV e XVIII, com uma significativa população proveniente de África subsariana, do norte desse continente e da Índia, formada por escravos, assim como por libertos e seus descendentes. Também eles contribuíram para incutir na cidade o carácter multicultural e multiétnico que a distinguiu da maior parte das urbes europeias. Esses escravos e os negros, índios e mouriscos forros eram, apesar da função útil que desempenhavam, objeto da desconfiança e do receio da população branca e das autoridades citadinas, que os consideravam propensos ao roubo, à fuga aos donos e ao alcoolismo.

As posturas municipais aqui reunidas, bem como os exemplos de autos de fiança para que negros, mouriscos e índios pudessem servir como companheiros de barcas que navegavam no Tejo, são representativos quer dessa atitude discriminatória quer das atividades em que se inseriam na vida da cidade.

Posturas quinhentistas sobre escravos, libertos e seus descendentes

Livro das posturas da cidade de Lisboa, f. 46v., 83v., 84, 101, 101v., 103v., 104, 104v., 107v., 108, 108v., 111, 112, 114, 114v., 115, 115v., 141, 141v., 142, 143, 143v., 144, 144v., 152, 153, 153v., 154, 154v., 155, 193, 193v.

[f. 46v.]

Doc. 134

Postura xxv. que não vendão pescado molheres solteiras nem de mao viuer captiuos nem mocos nem moças

Foi Acordado *vossa senhoria* que nenhũa molher solteira *e* de mao viuer escrauas ou escrauos captiuos moços nem moças comprem nem vendão nem tratem no asoge do pescado em comprar e vender per via de trato sob pena de pagar dous mil *reais* do tromquo a metade pera quem os acuzar *e* somente venderão molheres cazadas ou veuvas honestas com aluara de licença *e* juramento da camara

[f. 83v.]

Doc. 246

Postura iij que nenhuns mouriscos serão enchedores de palha e os brancos tomem juramento

Foi acordado pellos sobreditos que nenhuns mouriscos enchão panaes de palha *em* barcas ou bateis, nem outra parte algũa nem uzem de enchedores somente poderão accarretar palha dos bateis pera casa de seus donos ou outras quaesquer partes onde lha mandarem levar *e* não poderão encher outras nenhũas pessoas os ditos panaes senão homens brancos os quaes terão aluara de juramento da camara *e* os ditos mouriscos *e* escrauos não serão ousados entrar nas barcas estando com palha ainda que digais que não entrauão pera encher nem estem enchendo nem lancarão suas forquilhas nas ditas barcas nem farão Conçerto Com algũas outras pessoas pera que enchão por elles mouriscos ou escrauos que o *contrairo* fizerem †¹ homens brancos que tem a dita licença *e* juramento encherem da cadea onde estarão vinte dias pagarão dous mil *reais* [f. 84] a metade pera a cidade *e* a

¹ O suporte encontra-se danificado não sendo possível ler a palavra em falta.

outra para quem accusar

[f. 101]

Doc. 303

Postura ij que as negras *que* vendem agoa não decão os potes mas na cabeça a vendão

Foi acordado pellos sobreditos que avendo diguo que nenhũa escraua nem escrauo nem outra pessoa algũa que por algũa que por esta Cidade andar vendendo agoa aos potes se ponha em algũa parte da cidade com os ditos potes decidos no chão vendendo a dita agoa *e* andarão vendendo na cabeça pela cidade sob pena de qualquer que o *Contraíro* fizer da cadea onde estara dez dias pagar mil *reais* a metade pera a cidade *e* a outra pera quem a acusar

Doc. 304

Postura iij que nimgem encha por *dinheiro* nos chafarizes da Cidade

Foi acordado pellos sobreditos que daqui em diante nenhum escrauo nem escraua nem outra pessoa algũa encham nos chafarizes publicos do *conselho* potes de agoa nem outras vasilhas por *dinheiro* *e* somente tomarão agoa per sj *e* para casa de seus senhores ou pessoas †² viuerem *e* o que o *contraíro* fizer *e* njsso †³ [f. 101v.] pagara do tromquo dous mil reais a metade pera as obras da Cidade *e* a outra pera quem o acuzar *e* sendo escraua ou escrauo não querendo seu *senhor* pagar a dita pena de *dinheiro* serão asoutados ao pé do pellourinho conforme a prouizão de sua alteza *e* os mouros ou mouriscos das galles que nos chafarizes forem achados que emchão por *dinheiro* seião asouttados sem remissão por muitos excecós que nisso fazem *e* violencias sob pretexto de tomarem agoa pera as galles

² O suporte encontra-se danificado não sendo possível ler a palavra em falta.

³ O suporte encontra-se danificado não sendo possível ler a palavra em falta.

[f. 103v.]

Doc. 310

Postura viij que não esteiã parados no chafaris

Foi acordado pellos sobreditos que *porquanto* se tinha entendido visto não estar prouido ate agora sobre a desolução que auia nas pessoas asim brancos como negros que estauão parados no chafaris d el Rey e de Redor delle asim com quartas e potes na mão cheos de agoa sem se irem com ellas como as maes pessoas que com as ditas Quartas e potes estauão detendo sse no dito chafaris e de Redor delle sem os emcherem podendo tomar agoa com elles e alem disto outras pecoas asim brancos como negros que estauão no dito chafaris e de Redor delle de fora parados sem quartas nem potes nem terem Que fazer ali so afim de com sua estada poderem estar tratando Algũas couzas danozas contra o seruico de deos nosso *senhor* e bem da Republica de que auia muito grande escandalo nella e querendo prouer sobre isto por maneira que se possa evitar acordarão como dito he que nenhũa pessoa das Sobre [f. 104]⁴ ditas asim negros como negras como pessoas brancas quaesquer que seião não esteiã parados nem asentados dentro no dito chafaris nem fora delle ao redor Com potes nem Com quartas nem outras vazilhas cheas de agoa porque tanto que estiuerm cheas della se hirão logo pera suas cazas sem hi fazerem nenhũa demora e pela mesma maneira nenhũa pessoa das sobreditas que forem buscar agoa ao chafaris com as ditas vazilhas nas mãos não esteiã parados nas mesmas partes com as ditas vazilhas por encher podendo as ter cheas da dita agoa. Porque não querem que lhe valha desculparen se como diserem que a guardauão encheren nas della saluo quando o prouassem loguo mui bastantemente e pela mesma maneira nenhũa pessoa das sobreditas não esteia parado nem asentado no dito chafaris nem de fora Ao redor delle posto que esteia sem vazilha nem que a elle não ouuesse de ir buscar agoa sob pena do que o *Contraíro* fizer Ou for achado contra forma do que aqui se manda ser prezo e estara na cadea trinta dias sem remissão e sendo pera negra ou negro captiuos pagar seu *senhor* dous mil *reais* pela *primeira* vez a metade para as obras da cidade e a outra pera quem o accuzar e sendo pessoa branca ter a mesma pena e pagar dous mil *reais* outrosi pela *primeira* vez a metade pera a cidade e a outra para quem o accuzar e esta mesma pena terão as pessoas negras que forem forros e pela segunda a pena em dobro e mandão a todos os alcaides e meirinhos desta cidade que vigiem o dito chafaris e prendão as pessoas sobreditas que dilynquem contra o que se aqui manda e requeirão as penas sobreditas aos almotaces das execusõis a quem outrosi mandão lha julgem conforme a proua da culpa de cada hum †⁵ [f. 104v.] [vere]adores e procuradores desta cidade e procuradores dos mesteres della Juizes do ciuel e crime abaixo assinados por todos foi assentado *que* considerando os *muitos* inconuenientes *que* auia d escrauos captiuos ou forros encherem no chafaris d el Rej e no chafaris dos cauallos da banda de dentro pellas *muitas* vexações que fazião as pessoas que hião encher a elles impedindo lhe tomarem agoa occupando todas as bicas

⁴ Reclamo: Sobre.

⁵ O suporte encontra-se danificado não sendo possível ler o final do f. 104.

e fazendo sse senhores dellas vendendo a liberdade de encherem por *dinheiro* fazendo outras muitas molestias de que o pouo recebe grande escandalo e perjuizo que se não pode euitar *com* outro modo mais conueniente *querendo* prohibir e defender como por esta defendem *que* *nhum* escrauo captiuo *nem* negro mulato forro *nem* mouros possam entrar no chafaris d el Rej a encher *nem* a outra algũa cousa *nem* outrosy poderão tomar a dita agua no chafaris dos cauallos da banda de dentro sob pena de qualquer dos sobreditos que no chafaris d el Rej de dentro ou no sobredito dos cauallos da banda de dentro for achado pague dous mil *reais* da cadea onde estara des dias a metade da pena do *dinheiro* para a cidade e a outra para quem o accusar *e* não querendo o *senhor* dos escrauos pagar sera vendido em pregão para satisfação da pena, e *alem* da dita pena os que encherem por *dinheiro* encorrerão nas penas das provisões d el Rej nosso *senhor* *e* este se apregoara nos lugares publicos *e* nos chafarizes sobreditos e se registara no liuro da caza d almotaçaria para se dar a execução do que se fes este assento *em* que todos assinarão Domingos da Cunha o escreui. Christouão de magalhães o fes escrever. O Presidente. Fonseca *Diogo* gomes ribeiro Mesquita Villasboas Borges Bastião *gomcaluez* Belchior gomes João Antunes Mi[guel]⁶

[f. 107v.]

Doc. 319

Postura ix que se não deite lixo nem outra sugidade senão ao marco de pedra alem do chafaris d el Rey

Foi acordado pellos sobreditos Que *nenhum* moço nem moça nem escrauo nem escraua nem outra *pesoa* seião tão ousados que deitem lixo ou qualquer outra sugidade que seia somente ao Marco de pedra que esta alem do chafaris d el Rey onde sohia estar a ponte da madeira sob pena de qualquer que acharem deitando fora deste lemite ou se lhe prouar que deitou pagar por cada vez mil *reais* da cadea e sempre serão obrigados deitar as ditas immundições dentro n agoa

Doc. 320

Postura x que não lancem lixo do caes da rainha ate o caes da pedra

Foi acordado pellos sobreditos que não lancem lixo do caes da rainha ate o caes da pedra assim ao longo da praia Como em todo o terreiro dos pacos da ribeira, nem carretoes lancarão maes no dito lugar sob pena de

⁶ O suporte encontra-se danificado não sendo possível ler a última parte da postura que termina no f. 104v.

qualquer [f. 108] escrauo ou escraua ou outra algũa pessoa ou carretão que deitar o dito lixo ou outras quaesquer immundições no sobredito lugar ou nelle fizer seus feitos pagara da cadea dous mil *reais* a metade pera as obras da cidade *e* a outra pera quem o accusar

Doc. 322

Postura xij Que não leuem bacios ou sisco ao mar senão en canastras

Foi acordado pellos sobreditos Que toda a negra ou pessoa Outra que andar ganhando a levar bacios *e* cisco ao mar Os leue assim de dia como de noite daqui em diante en canastras serradas *e* de tal altura que possão caber nella os ditos bacios *e* serrar se de maneira que não seião vistos pello Pouo *e* qualquer que for achada levar os ditos bacios ou cisco *em* outra cousa senão nas ditas canastras serradas sera preza *e* da cadea pagara a mil *reais* a metade pera as obras da cidade *e* a outra pera quem o accusar *e* sendo escrauo ou escraua captiuos não querendo seu *senhor* pagar a pena averão vinte asoutes ao pe do pelourinho †⁷ aos que não andarem a ganhar senão entenderão a dita defeza porque de dia *e* de noite poderão levar o cisco [f. 108v.] de sua casa no que quizerem *e* assim mesmo de noite os bacios Como quizerem *e* de dia os levarão en canastras sob a dita pena

[f. 111]

Doc. 335

Postura xxiiij Que nimgem faca seus feitos debaixo dos arcos do rocio nem nas ruas *e* traueças

Foi acordado pellos sobreditos Que nenhum moço nem escrauo nem outra qualquer pessoa se ponha a fazer seus feitos debaixo dos arcos do rocio nem em todo elle nem nas ruas *e* traueças *pubricas* *e* escuzas desta cidade sob pena de quem o *Contrairo* fizer pagar cem *reais* a metade pera a cidade *e* a outra pera quem o accusar

⁷ A tinta no suporte encontra-se descolorada não conseguindo ler uma palavra.

[f. 112]

Doc. 340

Postura xxix que as pessoas que andão a canastra deitem e vazem os bacios nos caizes e não em outra parte

Foi acordado pellos sobreditos que as escrauas ou escrauos e assim molheres brancas que andarem a ganhar a canastra seião tão ousados que lancem nem vazem os bacios que leuão em outra nenhũa parte de noite nem de dia senão nos caizes que a cidade pera isso tem ordenado em Alfama e boavista e os vazarão dentro n agoa jndo pellas escadas abaixo e em sima dos ditos caizes não deitarão nenhum lixo nem lauarão e emxauguarão Outrosi em sima delles os ditos seruiços sob pena de quem o *contrairo* fizer ou lhe for prouado pagar quinhentos *reais* a metade pera a cidade e a outra pera quem os accusar

[f. 114]

Doc. 350

Postura xxxix Que as negras que andarem a ganhar a Canastra e assi negros e outras pesoas não descamcem em nenhũa parte

Foi acordado pellos sobreditos Que nenhũa escraua nem escrauo nem outra qualquer pessoa que andar a ganhar a canastra a levar bacios a praia descanse nem ponha as ditas canastras vazias nem cheas em nenhũa parte da cidade nem farão ajuntamento **[f. 114v.]** Como fazem antes vão sempre seu caminho direito e o que for achado que faz o *contrairo* pagara quinhentos *reais* a metade pera a cidade e a outra pera quem os accusar

[f. 115]

Doc. 354

Postura xliij que se não deitem immundições no *terreiro* do corpo sancto nem no mar

Foi acordado pellos sobreditos Que nenhũa pessoa de qualquer calidade que seia, nem escrauos nem escrauas deitem nenhũa immundições no *terreiro* do corpo sancto e todo seu circuito ate o mar nem pela mesma maneira

deitarão no mar nenhũas immundições *em* toda a comfromtação do dito terreiro do corpo sancto sob pena de qualquer que o *Contraíro* fizer pagar quinhentos *reais* a metade pera as obras da cidade *e* a outra pera quem o accusar *e* os quadrilheiros do dito limite terão cuidado de uigiar que senão fação as ditas immundições *e* contra os dellimquentes demandem *e* executem as penas conforme a prouizão de sua majestade *e* seu Regimento *e* o mesmo fara qualquer outra pessoa do pouo conforme a dita prouizão

Doc. 355

Postura xliiij que se não laue cousa nenhũa no cano real do *terreiro* do paço

[f. 115v.] Foi acordado pellos sobreditos Que nenhũa pessoa de qualquer estado que seia assim *homens* como mulheres Mocos, mocas escrauos *e* escrauas não lauem roupa nem outra qualquer couza que seia no cano real que está no *terreiro* do paço sob pena que o que for achado pagar mil *reais* da cadea onde estara tres dias das quaes penas de *dinheiro* sera a metade pera a cidade *e* a outra parte quem o accusar

[f. 141]

Doc. 432

LIURO QUARTO DE posturas e defezas contra maos costumes, e dilictos; e de todas as posturas geraes.

Postura Primeira que escrauos captiuos não viuão per si *e* que asi os forros não agasalhem os captiuos nem fato nem outras couzas delles

Foi Acordado pellos sobreditos Pella informação que Ouuerão de muitos escrauos fazerem muitos roubos *e* furtos nesta cidade como occasião de viuerem sobre si Ou de outros forros os agasalharem que daqui em diante nenhum escrauo nem escraua captiuos quer seião brancos quer pretos viuão em casa per si *e* se seu senhor llo comsemtir page por cada vez dez cruzados a metade pera quem o accusar *e* a outra pera as obras da cidade

[f. 141v.] Que nenhum mourisco nem negro que seia captiuo assim homem Como mulher agasalhem nem recolhão nas casas onde viuerem algum escrauo ou escraua captiuo nem dinheiro nem fato nem couza algũa que lhe os taes Captiuos derem ou tragão as suas casas nem lhes comprem couza algũa nem haião delles per outro algum *titolo* sob pena de pagar por cada vez dez cruzados a metade pera a cidade *e* a outra pera quem os accusar alem da maes pena *que* por direito *e* ordenacoes per isso mereçerem

Doc. 433

Postura ij que os escrauos não fação bailos nem ajuntamentos dentro na cidade nem hũa legoa ao redor della

Foi acordado pellos sobreditos Porquanto se teue por certa informação que nos ajuntamentos *e* bailes dos escrauos *que* nesta cidade auia se fazião muitos aroidos *e* era cauza de se fazerem furtos *e* roubos *e* de serem seus senhores mal seruidos Que daqui per diante nesta cidade *e* hũa legoa ao redor della senão fação ajuntamentos dos escrauos nem bailes nem tangeres seus de dia nem de noite em dias de festa nem pella somana sob pena de serem todos presos *e* de os que tamgerem ou bailarem pagarem mil *reais* pera quem os prender *e* os que não bailarem *e* forem presos per estar prezemtes pagarem quinhentos *reais* a metade pera as obras da cidade *e* a outra pera quem os accusar *e* a mesma defeza se emtemdera nos pretos forros que nos taes bailes *e* ajuntamentos forem achados

Doc. 434

Postura iij que nenhum moço nem escrauo corraõ caualos ou Mulas demtro na Cidade

[f. 142] Foi Acordado Pellos sobreditos Que daqui em diante não seia escrauo *algum* nem outras pessoas algũas tão ousadas que corraõ nenhum caualo nem mula no rocio desta cidade nem ao lomgo do mar hao chafaris d el Rey nem em outra qualquer parte da cidade por o muito perigo que corre a gente com os ditos escrauos *e* *pesoas* correrem os ditos caualos *e* mulas *e* qualquer que o *contrairo* fizer da cadea onde estara dez dias pagara mil *reais* a metade pera as obras da Cidade *e* a outra pera quem os accusar *e* sendo escrauos se seu *senhor* não pagar por elle a dita pena sera publicamente asoutado por esta cidade

[f. 143]

Doc. 440

Postura ix que ningem arme aos passaros com ramos de oliueira

Foi Acordado Pellos sobreditos que nenhũa pessoa assim Moco como escrauo nem outra algũa pessoa arme aos pasarinhos nem outra couza com ramos de oliueira pola perda que recebem os senhorios dos oliuaes por lhe quebrarem suas oliueiras pera as ditas armadilhas *e* qualquer pessoa que for achada que cortou *algum* ramo de

oliueira ou for achado com elle nas taes armadilhas estara na cadea simquo dias *e* pagara mil *reais* a metade pera a cidade *e* a outra pera quem o accusar

[f. 143v.]

Doc. 442

Postura xj Que nimgem tire na Cidade fogetes de dia nem de nocte nem vendão poluora a mocos

Foi acordado Pellos sobreditos Que nenhum moco nem escrauo nem outra pessoa algũa de qualquer estado *e* condição que seia tão ousado que pela cidade ande tirando fogetes de dia nem de nocte nem com espingardas de osos nem de outra couza de poluora sob pena de qualquer que nisso for achado ser prezo *e* da cadea onde estara octo dias pagara quinhentos *reais* e a tendeira que vemder poluora aos moços ou a outra pessoa pera os ditos fogetes sera preza *e* da cadea pagara dez cruzados onde estara vinte dias das quaes penas sera a metade pera a cidade *e* a outra pera quem os accusar

[f. 144]

Doc. 444

Postura xiiij que não joguem as pedradas nem tragão fundas nem as facão os cordoeiros

Foi acordado pellos sobreditos que não seião mancebos alguns mocos ou negros ou outra algũa pessoa tão ousados que ioguem as pedradas nesta cidade ou arrabaldes dellas *nem* tragão fundas nas sobreditas partes sob pena de qualquer *que* o *contrairo* fizer pagar do tronquo onde estara dez dias dous mil *reais* a metade para as obras da cidade e a outra para quem o accusar *e* a mesma pena auera do cordoeiro que se prouar que fas as ditas fundas e o que iogar as pedradas na costa do castello ou ao pe della pagara outrosy a mesma pena

Doc. 445

Postura xiiij que não tragão paos feíticos para jogar as porradas

Foi acordado pellos sobreditos que nhuns mocos *nem* escrauos *nem* outra pessoa algũa jogue assi nesta cidade como arredor della as porradas com paos feíticos *nem* d outra maneira *nem* seião achados Com os ditos paos para o effeito E o que o *contraíro* fizer do tronquo onde estara tres dias pagara quinhentos †⁸ [*reais* a metade] para a cidade e a outra para quem o accusar *e* a †⁹ [mesma pena] auerão os que esgrimirem na ribeira ou pellas ruas †¹⁰ ou arcos de pipa ou qualquer outra cousa que seia

Doc. 446

Postura xv que não joguem as laranjadas *nem* fareladas

[f. 144v.] Foi acordado pellos sobreditos que daqui em diante nhum moco *nem* escrauo *nem* outra pessoa algũa jogue as laranjadas *nem* andem com farelos *nem* com fogo *nem* com paos pello entrudo *nem* nos dias chegados a elle, *nem* com outra couza algũa facão uniões *nem* ajuntamentos *e* inquietações ao pouo sob pena de qualquer que for achado que fas o *contraíro* ser preso trinta dias e pagar des cruzados a metade para as obras da cidade e a outra para quem o accusar

[f. 152]

Doc. 476

Postura xlvij que não vendão roupa escrauos pella feira *nem* pella Cidade

Foi Acordado pellos sobreditos Que nenhum negro *nem* negra mourisco *nem* mourisca Jndio *nem* Jndia vendão na feira desta cidade *nem* em outra parte algũa della roupa velha *nem* noua *nem* outro algum fato e somente poderão vender na dita feira e pella cidade as adellas *que* pagão pencão a cidade *e* tem dadas suas fiancas na camara della segundo ordenanca sob pena do que o *contraíro* fizer sera prezo *e* da cadea onde estara trinta dias pagara dez cruzados a metade pera as obras da cidade *e* a outra pera quem o accusar

⁸ Suporte rasgado não sendo possível ler algumas palavras.

⁹ Suporte rasgado não sendo possível ler algumas palavras.

¹⁰ Suporte rasgado não sendo possível ler algumas palavras.

[f. 153]

Doc. 481

Postura lij sobre a ordem que se ha de ter nas bicas do chafaris d el Rey

Foi acordado pellos sobreditos Pellos grandes inconuenientes que a experiença tinha mostrado de não aver opreção das bicas do chafaris d el Rey se uendia agoa delle ordinariamente *e* auia homens brancos *e* negros *e* Mouros que se hão por as bicas a vender a dita Agoa A quem a hia buscar de que sosedião brigas mortes *e* ferimentos *e* querendo evitar isto foi asentado *e* detreminado como dito he que pera bom gouerno *e* ordem da repartição da dita agoa que as bicas se repartisem pellas pessoas que no titulo dellas hora estão assignadas a saber. Que na primeira bica indo da ribeira pera ella encherão pretos *e* captiuos [asy mulatos] jndios como os maes captiuos que seião homens [e logo] na segunda seginte poderão encher os mouros das [galles] somente agoa que for necessaria pera suas agoadas *e* tendo cheos seus barris ficara a dita bica [para os ditos negros *e* mulatos conforme a declaração atras].

[f. 153v.] Na terceira *e* quarta que são as duas do meo encherão nellas os homens *e* molheres brancos. Na quinta seginte logo encherão as molheres pretas mulatas jndias forras *e* captiuas Na derradeira bica da banda de alfama encherão as molheres *e* mocas brancas conforme a declaração das bicas sob pena de quem o *contrairo* fizer do que esta dito sendo pessoa branca *e* forra assim homens como molheres pagarão dous mil *reais* de pena *e* des dias da cadea sem remissão de que avera a metade da pena de *dinheiro* quem o accusar *e* a outra ametade pera a cidade *e* a mesma pena avera os ditos brancos mulatos pretos jndios forros que encherem por dinheiro ou achando se que enchem em qualquer outra bica das que se lhes nomea posto que corra a dita Agoa chão *e* não poderão encher nas declaradas *e* os negros captiuos *e* mouros *e* os maes escrauos *e* escrauas Como foi em pessoas captiuas que o *contrairo* fizerem do que esta dito serão publicamente asoutados com barão *e* pregão de redor do dito chafaris sem remisão conforme a prouizão d ell Rey nosso *senhor* nouamente passada as quaes penas se executarão despois desta postura apregoada a tres dias pera vir a notícia de todos.

[f. 193]

Doc. 555

Postura x que não entrem escrauos nas barcas á acarretar pescado nem o dem a vender a vendedeiras

[f. 193v.] Foi Acordado pellos sobreditos Que nenhum negro nem mouro nem outra qualquer pessoa entre nas barcas a acarretar *e* apanhar pescado nem o de a vendedeira algũa de pescado pera o vender *e* o que for achado

em qualquer barca ou batel ou der a vender o dito pescado sera prezo *e* não saira do tronquo ate a cidade o mandar soltar *e* pagara mil *reais* *e* perdera o pescado que lhe foi achado pera o *rendeiro* *e* qualquer vendedeira que vender o dito pescado aos sobreditos pagara mil *reais* pera o *rendeiro* *e* sera priuada do *officio*

Fianças de escravos

Livro 1º de fianças de escravos, f. 16, 16v., 18, 18v., 34v., 35, 38v., 39, 57v., 58, 87v., 119 e 119v.

[f. 16]

Fiamça de Jmdio de yoam Jmgres piloto d almada

Aos vj dias do mes de mayo de mjl e v^c L^{ta} Anos nas casas da morada de mym *crisptouam* de magalhaes esprivam da camara desta cidade de *lixboa* pareceo / *vasco fernandez* ferrador morador na vila d allmada e dise que Joam ymgres piloto da *carreira* da Jmdia trazia por companheiro em huña barqua d allmada A Joane seu *esprauo* Jmdio e que por o dito *esprauo* nam poder Amdar por companheyro na dita barqua sem ter dado Fiamça segundo Forma da pustura da camaraa elle se Apresmtaua por fiel e primçipall pagador do dito *esprauo* nesta maneira que sendo que o dito *esprauo* Fuja em halguum batel ou barquaa pera fora do Reyno e leue comsyguo Algua barqua ou *esprauos* ou *esprauas* ou fazemda em que allguña pessoa ou pessoas reçeebam dapno elle dito Vasquo Fernandez se obryga per esta fiamça A todo pagar per sua Fazemda que pera ysso obrigou [f. 16v.] sem pera ysso ser mais çitado nem demandado somente Respondera peramte os allmotações da cidade pera o qual Renomciou Juizes de seu Foro e eu *crisptouam* de magalhaes aceitou A dita Fiamça em nome do pouo da dita cidade e Asynou Aquy *testemunhas* que estam presentes diogo barbosa e Francisco da costa Criados de mjm *crisptouam* de magalhaes / a quall comtia são cem cruzados *crisptouam* de magalhaes o fiz spreuer

(Assinado:) Vasco Fernandez

(Assinado:) Francisco da costa

[f. 18]

palos e *crisptouam* *esprauos* de Jeronjmo Roodriguez d allcouchete

E loguo no dito dia mes e Anno de mjl v^c L^{ta} Anos em casa de mym *Cristouam* de magalhaes pareceo Jeronjmo Roodriguez em allcouchete morador e dise que elle traaz por companheiros em huña barqua *cetera* dous omeis bramquos dous *espravos* seus *scilicet* pallos e *crisptouam* omeis pretos de guine E que por bem da pustura da cidade elles não podem Andar na dita barqua sem primeiro darem Fiamça nesta camara A toda perda ou dano que por sua parte vyer Ao pouo desta cidade segundo se comtem Na pustura dela per bem do qual elle se offrecia

pera Fiador dos ditos espraues Nesta maneira que semdo caso *que* os ditos espraues ou cada huum por sy fugam em ha dita barqua ou outra allguã E leuarem [f. 18v.] outros espravos / ou espravas ou Fato ou Mercadoria elle paguaria tudo A seus donos A custa de sua Fazenda pera o qual obriguou toda a sua Fazenda mouel e Raiz que pera elle obriguou e Ficou Responder Amte os allmotaces da cidade e Renomciou Juizes de seu Foro e eu crisptouam de magalhaes que Açeitey esta Fazenda per parte do pouo desta cidade e elle Fiador Asynou Aquy testemunhas / diogo barbosa e francisco da costa criados de mjm crisptouam de magalhaes / o quall ficara hi em comtia de cem cruzados crisptouam de magalhaes o fez spreuer

(Assinado:) Jeronymo Rodriguez

(Assinado:) Francisco da costa

[f. 34v.]

Fiamça de Simão escravo de João amdre de tãoquos

Aos omze dias do mes de maJo de I [mil] v^c L^{ta} anos nas Casas de mjm crisptouam de magalhais / escryvão da camara / desta cidade de Lixboa / pareço João amdre / barqueiro morador em tãoquos e dise *que* elle tynha hum escravo preto de gujne / per nome symão o qual queria trazer comsygo na barqua por companheiro / e *que* por coamto o não podya fazer por *ser* postura da cidade *que* nhum escravo catyvo / amde em barca / nem em batell / por companheiro do aRais / sem prymeiro dar fiamça em comtia de cem Cruzados / pelo aReço *que* se tem de hos ditos escravos Fogirem nas ditas barcas / pera terra de mouros / Como se Ja acomteço / e *que* portamto elle dito yoam amdre / dise *que* elle Fycava / por fiador do dito symão seu escravo / na dita comtia dos cem cruzados pera *que* semdo caso *que* o dito / simão seu escravo fuga / na sua barqua ou batell / ou em qualquer outra pera terra de mouros / llevar comsygo alguns escravos / ou escravas / machos ou Femeas / ou outra qualquer cousa / em *que* allgã parte Receba perda / elle dito fiador se hobrigou / ao pagar / a parte ou partes denefyCadas / os djtos cem cruzados ou pera as hobras [f. 35] da dita cidade quando asy parte não ouVese pera ello / obrigou toda sua fazemda / movell e de Raiz e de Respomder peramte os allmotaseys e Juizes / outros / desta cidade de Lixboa / e a Renumciou pera ello / Juizes de seu foro / e qualquer outros preuilegios / *que* tenha / lamçados e por gamçar elle dito João amdre Ficou de comprar e manter todo o sobredito / eu crisptouam de magalhaes aceytej a dita fiamça / em nome da dita cidade / e povo della e por Verdade de tudo elle dito João amdre asynou aquy testemunhas *que* erão prezemtes diogo barbosa / e Framcisco da costa meus criados Eu crisptouam de magalhaes o fiz spreuer

(Assinado:) João andre

(Assinado:) dioguo barbosa

[f. 38v.]

Fiamca Fernam martinz escravo bramquo / do capitão dos ginetes

Aos treze dias do mes de maJo de I [mil] v^c L^{ta} anos / nas casas de mJn *crisptouam* de magalhais escrivão da camara desta cidade de *Lixboa* / pareço / *pero* llopez Feitor de dom joam mascarenhas / capitão dos¹¹ gynetes / morador nesta cidade / ao quarmonas casas do djto capitão *e* dise / que o dito capitão tjnha / hum escravo bramco / *per* nome Fernão *martjnz* / o qual esta na sua qujmta de momtijo / *e* que porquanto / o dito escravo tem mujtas vezes / necesydade / de *amdar em* hũa barca / *por* companheiro do aRais della *e* o não pode Fazer / *por ser* defezo / *por* postura da dita cidade / *que* nhum / escravo catyvo / *amde em* barqua sem primeiro / dar Fiamça de comtia de *çem* cruzados / pelo aReço *que* se tem / de os djtos escravos Fogirem nas dJtas barcas / *pera* terra de mouros / *e* llevarem comsygo outros escravos como se Ja aqueceo¹² / *elle* dito *pero* llopez dyse *que* hera comtemte / de Fiquar *por* fiador Como de Fejto ficou / do dito Fernam *martjnz* escravo / do dito capitão dos gynetes em comtya / de cem cruzados / *per* esta maneira *que* sendo caso *que* ho dito / Fernão *martjnz* Fuga [f. 39] *pera* terra de mouros na dita barca *em* *que* *amdar* ou *em* *qualquer* *e* llevar comsygo alguns escravos machos ou Femeas / ou *qualquer* outra cousa / *em* *que* algũa parte Reçeba dano / *elle* dito *pero* llopez se obrigou a o pagar / *pela* dita Fiamça / a parte ou partes danificadas ou *pera* as obras da cidade / *quando* asy parte não ouver *e* obrygou *pera* ello / todos seus beis moves *e* de Raiz avidos *e* *por* aver *e* ficou / de Respomder *peramte* / os allmotaçeis *e* Juizes *e* Justicas desta cidade *e* a Renunciou *pera* ello preujlegios de seu foro gamçados *e* *por* gamçar *e* *porque* de todo ho sobredito / o dito *pero* llopez Foy comtemte / asynou aquy / *testemunhas* *que* Forão prezemtes diogo barbosa / *e* *Framcisco* da costa / criados de mjm sobredito *crisptouam* de magalhaes E aceitey esta fiamça em nome da dita cidade / *e* do povo della Eu *crisptouam* de magalhaes o fiz spreuer

(Assinado:) Pero lopez

¹¹ Segue-se repetido: dos.

¹² Sic.

[f. 57v.]

fiamça de Joane escravo de *afomso* moreno d abramtes

Aos xiiij dias do mes de Junho de mjl e quynhemtos e symquoemta anos nas casas de mjm espriuam de magualhais stprívam da camara / desta cidade de Lixboa pareceo *afomso* moreno / ¹³barquejro morador em abramtes e dyse / que elle tynha hum escravo / preto de gujne / o qual se chama Joane e o queria trazer / em hũa barqua ou batel por companheiro do aRais / e que porquanto o não podia fazer sem primeiro dar fiamça de comtya de cem cruzados por ser defeso por postura da djta cidade que nhum escravo amde em barqua sem primeiro dar a dita fiamça pelo aReção que se tem dos djtos escravos fogirem pera teRa de mouros / na dita barqua llevarem comsygo outros escravos / como se Ja aqueção¹⁴ / E que portamto elle dito *afomso* moreno / se ofereçia por fiador do dito yoane seu escravo como de Feito ofereção e dyse que era comtemte de fyquar pela djta fyamça que semdo caso que o djto Joane seu escravo fuga / pera terra de mouros na barqua em que amdar ou em qualquer outra lle [f. 58] var comsygo outros escravos machos ou femeas / ou qualquer outra cousa / em que algũa pessoa Receba dano de ele djto *afomso* moreno o pagar a sua custa ate comtya dos djtos cem cruzados e obrygou pera Iso todos seus beis moveis e de Raiz avidos e por aver / e ficou de Respomder peramte os almotações da djta cidade e asy peramte quoaissquer outros Juizes e Justicas dela / e a Renunciou pera ello os Juizes de seu foro e da terra omde vive e asy quoaissquer outras Liberdades e pryvilegyos que tenha gamçados / ou por gamçar e que tudo lhe não valha e ficou por abonador da djta fiamça amtonjo moreno / Jrmão do dito *afomso* moreno outrosy morador em abramtes o qual dise que ele abonava a fiamça per que o djto seu Jrmão fiquava / per toda sua fazemda mouel e de Raiz e se obrygava a pagar per o dito seu Jrmão quamdo se pela fazemda da sua mão ouver ate dyta comtya dos cem cruzados / e em testemunho de verdade asy o outorgarão e mamdarão fazer este estromemto de fiamça testemunhas que erão presentes diogo bar<bosa> e framcisco da costa cryados de mjm *crisptouam* de magalhais que em nome da dita cidade e povo dela aceytey a dita fiamça / Eu *crisptouam* de magalhaes o fiz spreuer

(Assinado:) *afomso* moreno

(Assinado:) amtonjo moreno

(Assinado:) dioguo barbosa

¹³ Letra rasurada: e.¹⁴ Sic.

[f. 87v.]

Fiamça de symão esclauo preto catiuo de *francisco* neto *morador* em *abramtes*

Aos xix dias do mes de agosto de 1551 Annos nas pousadas de mim cristouam de magalhaes escriuam da camara desta çidade de *lixboa* pareceo Rui *Fernandez* mercador e *morador* nesta çidade de *lixboa* e dise *que* symão esclauo preto catiuo de *francisco* neto *morador* em *abramtes* queria amdar em barca por *companheiro* do aRaez della e porquamto o nam podia fazer por ser defeso por pustura da dita çidade sem primeiro dar Fiamca em contia de çem *cruzados* pello aReço *que* se tem dos ditos esclauos fogirem *pera* tera de mouros nas ditas barcas e levarem comsiquo outros esclauos como se Ja aqueço¹⁵ elle dito Rui *Fernandez* dise *que* elle lhe aprazia e era comtente de ficar por fiador como de feito Ficou na dita comtia de çem *cruzados* pello dito symão esclauo *pera que* semdo caso *que* elle Fuja em allgũa barca *pera* tera de mouros o leuar comsyguo outros esclauos machos ou femeas ou qualquer outra cousa em *que* allgũa parte Reçeba perda ou dano *que* elle dito Ruy *Fernandez* o aja de pagar por sua fazenda ate a dita contia de çem *cruzados* a parte ou partes deneficadas ou *pera* as obras da dita çidade *quando* asi partes nam ouuer e obrigou *pera* ello toda sua fazenda movel e de raiz auido e por aver e ficou de Respomder peramte quaesquer Juizes ou Justiças da dita çidade peramte quem demandado For e a Renumcihou *pera* ello Juiz de seu foro e en testemunho de verdade asy o outorgou e ficou de conprir como asyma he decrarado e eu sobredito cristouam de magalhães em nome da dita çidade e pouo della aceitey a dita Fiamça *testemunhas que* eram presentes dioguo barbosa e *francisco* da costa meus criados Eu *crisptouam* de magalhaes o fiz spreuer /

(Assinado:) *francisco* neto(Assinado:) *francisco* da costa

(Assinado:) diogo barbosa

[f. 119]

fiamça de *francisco* esclauo preto catiuo de *guaspar pirez* *morador* em *coina*

Aos sete dias de Julho de Ī [mil] v^c L^{ta} e tres annos nas pousadas de mjm *crisptouão* de magalhaes *escrivão* da camara desta cidade de *lixboa* pareceo *guaspar pirez* *morador* em *couna* e dise *que* elle tinha huum esclauo preto

¹⁵ Sic.

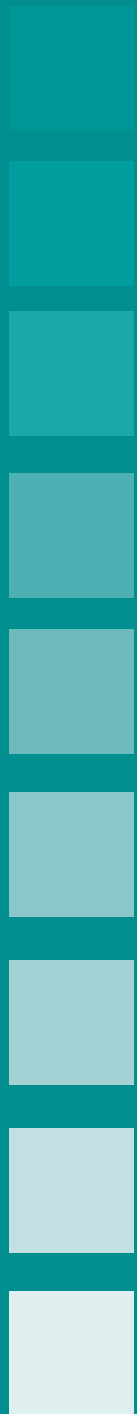
per nome *francisco* o quall queria trazer *em* hũa barqua ou *em* batell por companheyro da aRaiz dela *e* porquanto o não podia fazer por *ser* defeso por postura da cidade sem primeiro dar fiamça *em* comtia de çem cruzados pelo aReço *que* se tem dos ditos escrauos fugirem *pera* tera de mouros nas ditas barqas *e* bateis *e* leuarem comsigo outros escrauos como se ja aqueseo¹⁶ dise elle dito guaspar pirez *que* era comtemte de ficar por fiador como de feyto ficou pelo dito *francisco* escrauo preto seu catiuo na dita comtia de çem cruzados *per que* semdo caso que o dito escrauo fuya *pera* tera de mouros nas ditas barquas ou bateis ou quaisquer outras *e* levar comsygo outros escrauos machos ou femeas ou outra allgũa cousa *e* que allgũa parte Receba perda ou dano ele dito fiador o aver de pagar por sua fazemda movell *e* de Rajz avida *e* por aver *que* *pera* elo obrigou / ¹⁶ate a dita comtia de çem cruzados ou *pera* as obras da dita cidade quando ahy parte não ouuer *e* ficou de Respomder *peramte* quaisquer Juyzes *e* Justicas *peramte* quem demandado for *e* a Renunçiou *pera* ello Juiz de seu foro *e* outro *qualquer* previllejo *que* tenha ou adiante posa aver *e* em testemunho de *verdade* asy o outorgou *e* mamdou dello / feito [f. 119v.] esta fiamça a qual eu sobredito *crisptouão* de magalhais aceitey em nome da dita çidade *e* pouo dela testemunhas *que* erão presentes amdre machado *e* amtonio varella *que* esta fiz meus Criados não faça duujda o Riscado *que* dezia *pera* as obras da dita cidade porque se *vera* tudo por *verdade*. Eu *crisptouam* de magalhaes o fiz spreuer

(Assinado:) guaspar pirez

(Assinado:) amtonio varella

(Assinado:) Andre machado

(Assinado:) afomso de gouuea



Varia



Lisboa na confluência das rotas comerciais: efeitos na saúde pública (séculos XV a XVII)

António Augusto Salgado de Barros*

I - INTRODUÇÃO

A posição estratégica de Lisboa é suportada por características que a tornaram ponto de encontro de várias rotas, terrestres mas sobretudo marítimas, desde a antiguidade. Quem circulava do mar Mediterrâneo para o oceano Atlântico encontrava, no estuário do Tejo, um porto seguro, onde era possível aprovisionar víveres e fazer aguada. A cidade estava bem defendida militarmente o que conferia proteção aos que a ela se acolhessem. Mas se por um lado a sua situação favorecia o comércio que contribuía para o seu desenvolvimento e prosperidade, a sua localização, pondo-a em contacto com povos das mais diferentes origens, tornava-a vulnerável à contaminação com doenças que, por vezes, ocasionavam grandes danos à população. A frequência com que se dava a transmissão dessas doenças levaram ao estabelecimento de regras de proteção e isolamento temporário dos forasteiros e marinheiros, que eram tanto mais rigorosas quanto mais crítica era a situação dos países vizinhos.

A situação de Lisboa, no extremo ocidental da Europa, tornava-a um local apetecido para quem pretendia ter fortes ligações com o mar e quem, como os reinos das ilhas Britânicas, pretendiam manter uma ligação segura ao continente europeu que quebrasse o seu isolamento territorial. Neste sentido as guerras que tinham como objetivo o domínio desta situação privilegiada constituíram, também, um risco de propagação de doenças entre a sua população.

* António Augusto Salgado de Barros é membro conselheiro da Ordem dos Engenheiros e sócio do Grupo Amigos de Lisboa. Engenheiro pelo Instituto Superior Técnico exerceu, ao longo de 43 anos, atividade profissional no Departamento de Matemáticas do Instituto Superior Técnico, na Junta de Energia Nuclear, na SETENAVE e no grupo CUF-QUIMIGAL. Concebeu e implementou o processo de Acreditação de Cursos de Engenharia promovido pela Ordem dos Engenheiros. A partir de 2009 tem-se dedicado à história de Lisboa tendo cinco trabalhos concluídos, um publicado e mais dois aceites para publicação.

Correio eletrónico: salbarros@sapo.pt

II - A IMPORTAÇÃO DAS DOENÇAS¹

1. Os surtos epidémicos

A situação de Lisboa, no centro das rotas mundiais, tornou-a vulnerável aos surtos pestíferos, que surgiam recorrentemente². É, por vezes, muito difícil tirar conclusões com base nos documentos contemporâneos disponíveis: nem as doenças estavam identificadas com base científica nem os sintomas e condições de contágio eram registados com rigor, porque a superstição e a credence imperavam e a “origem divina” das pragas, interpretadas como castigo, constituía a justificação popular para a propagação das pestes.

A falta de higiene, nos aglomerados populacionais, era uma das principais razões da propagação das doenças; após o retrocesso, verificado na Idade Média, relativamente às condições sanitárias criadas pelos Romanos, este era ainda um problema agudo no século XVII: ruas estreitas com casas altas, impedindo a penetração do sol cuja radiação ultravioleta tem efeitos benéficos na inativação de alguns micro-organismos patogénicos, a falta de ventilação das ruas contaminadas por imundícies que eram lançadas para fora das casas sem que houvesse limpeza continuada e animais domésticos que deambulavam, sem qualquer contenção, contribuindo para piorar as condições existentes³.

As populações não eram afetadas de igual forma na medida em que os mais ricos se protegiam mais facilmente, por vezes afastando-se fisicamente do foco infeccioso: “Na verdade, esses flagelos golpeiam sobretudo os pobres devido à subalimentação e à promiscuidade em que vivem”⁴.

Relativamente ao diagnóstico das doenças, as descrições fornecidas são, frequentemente, confusas porque é hoje sabido que elas podem ter variações ao longo do tempo, nomeadamente por mutações genéticas dos agentes infecciosos, o que pode ocasionar a alteração dos respetivos sintomas. Algumas, devido aos sinais que evidenciavam, são bem conhecidas nos dias de hoje⁵. São exemplos a malária, das zonas tropicais, a sífilis, que da Europa chega à China, em 1506. A lepra mantém-se na Ásia, mas retrocede na Europa onde, em princípios do século XVII, quase desaparece. A peste, porém, continuou, sem dar tréguas, em qualquer das suas duas variantes: a pulmonar e a bubónica, esta transmitida pela pulga do rato, mantendo-se incubada no sul da China, na Índia, na África do Norte e, durante quase dois séculos, na Europa, onde reaparece em surtos por vezes devastadores⁶.

¹ A principal base de apoio deste texto são os trabalhos de OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1887. tomo I, p. 452 a 595 e de RODRIGUES, Teresa - *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

² Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 12º de registo de consultas*, f. 5v. (consulta do Senado de 26 de outubro de 1808). Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, tomo I, p. 455.

³ RODRIGUES, Teresa - *op. cit.*, p. 145.

⁴ CORVISIER, André - *O mundo moderno*. Lisboa: Edições Ática, 1976. p. 15.

⁵ Idem, p. 16.

⁶ Idem.

Em 1348, surgiu o que é considerado o primeiro grande surto de peste, junto ao lago Balkhash, a oriente do Kazaquistão. A doença propagou-se para ocidente, para a cidade de Astrakan, junto do mar Cáspio, e contaminou os Tártaros que cercavam a cidade de Caffa (atual Feodosiya), a oriente da península da Crimeia, cidade então ocupada pelos genoveses. Afetando sitiados e sitiadores propagou-se, depois, para a Sicília e, por fim, por toda a Europa, tendo chegado à Península Ibérica em 1348⁷. O Médio Oriente, o Egito e a China não escaparam ao flagelo.

O agente patogénico da peste bubónica, a bactéria *Yersinia pestis*, contamina, em permanência, as pulgas de um enorme número de roedores que, em contacto com os humanos, podem transmitir a doença a milhões de pessoas. A peste pode permanecer, por vezes durante séculos, no estado latente, renascendo quando as condições se tornam favoráveis. Na antiguidade o período médio de retorno oscilava entre quatro e doze anos.

2. Surtos epidémicos no século XV

1414 a 1416 - Contaminada por um surto de peste que grassou nesta época, faleceu, em 19 de julho de 1415, em Sacavém, a rainha D. Filipa de Lencastre, esposa do rei D. João I. Esta peste parece ter sido iniciada no oriente como fr. Cláudio da Conceição insinua no *Gabinete Histórico*: “... quando a peste veio derramar em Portugal seus terríveis flagellos, depois de ter assolado as províncias de Levante”⁸.

1483 a 1496 – Houve vários surtos de peste neste intervalo de tempo⁹, assumindo diferentes níveis de gravidade, tendo ficado “incubada” mas pronta a emergir logo que as condições favoráveis se manifestavam¹⁰.

1492 – O Decreto de Alhambra, assinado em Granada em 31 de março de 1492, foi promulgado pelos Reis Católicos de Espanha, ordenando a expulsão ou conversão forçada dos judeus sefarditas de Castela, levando-os a fugir para os países vizinhos, nomeadamente para Portugal. Tendo havido alguns locais onde se propagou a peste, a sua origem foi atribuída àqueles fugitivos vindos de Espanha, tendo motivado o rei D. João II, em carta de 25 de setembro de 1492, a recomendar à Câmara de Lisboa um controlo efetivo sobre os judeus no sentido de impedir a sua entrada caso viessem de lugares contaminados¹¹. Um mês depois, o mesmo rei dirigiu à Câmara uma carta prevenindo-a, agora, da possibilidade de contaminação por via marítima, fazendo recomendações sobre a necessidade de fiscalizar navios com o sentido de verificar se os portos de origem poderiam oferecer algum perigo de contágio à população de Lisboa¹².

⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira; RAU, Virgínia - Para o estudo da peste negra em Portugal. *Bracara Augusta*. Braga: [s.n.]. Vol. 14-15 Nº 1-2 (1949-1950). Separata.

⁸ CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da - *Gabinete histórico*. Lisboa: Imprensa Régia, 1818. tomo II, p. 62.

⁹ Idem.

¹⁰ AML, *Livro 1º do provimento da saúde*, f. 12. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, tomo I, p. 461.

¹¹ AML, *Livro 1º do provimento da saúde*, f. 12. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, tomo I, p. 461.

¹² Idem, f. 13. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, p. 462.

3. Surtos epidémicos no século XVI

1505 a 1507 – Neste período grassou em Lisboa uma epidemia, de origem tifoide¹³, após o desembarque em Lisboa do arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa¹⁴, que originou a deslocação do rei e da corte para Almeirim para fugir à epidemia, que se espalhou por todo o país e foi considerada uma das mais mortíferas que alastrou pelo país¹⁵. O rei D. Manuel I, tendo tido conhecimento de algumas situações análogas no estrangeiro, recomendou a evacuação de Lisboa¹⁶. A quantidade de mortos de doença foi de tal modo elevada que, em carta datada de 20 de março de 1506¹⁷, foi ordenada a construção de dois cemitérios fora das portas da cidade.

1520 a 1521 - Segundo os elementos datados de abril a junho de 1520¹⁸, houve um recrudescimento da peste que originou a suspensão de algumas manifestações e ajuntamentos públicos, tendo regredido em julho do mesmo ano. A morte de D. Manuel I, em 13 de dezembro de 1521, foi atribuída a uma doença mortal que se difundiu pela cidade e cujos sintomas eram febre alta, sonolência e prostração¹⁹.

1523 – A peste propagou-se pela cidade, tendo sido dadas instruções para a construção de dois cemitérios, um fora do postigo de São Vicente e um segundo, no outro extremo da cidade, fora do postigo de São Roque, próximo da ermida de São Roque que, em 1553, passou para a jurisdição dos jesuítas. Esta peste, cuja origem se desconhece, teria sido acompanhada de um período de fome devido a uma seca prolongada²⁰.

1525 – A peste recrudescceu em 1525 com grande violência, originando a fuga da cidade por todos aqueles que o podiam fazer, “deixando-a quase deserta”²¹. O abandono da cidade, por causa da doença, foi assumido por carta régia ao Senado²², manifestando preocupação pela salvaguarda do funcionamento administrativo de Lisboa.

1569 a 1570 - Surgiu uma peste na Europa, a partir de 1563, atingindo as zonas de “Saragoça, Logronho e Navarra, Bilbao, Burgos e noutras regiões a norte da Meseta e para ocidente”. Chegou, depois, a Sevilha, à Galiza e por fim a Lisboa, irradiando para algumas zonas periféricas²³. Ao atingir a capital fê-lo com excecional violência,

¹³ OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, tomo I, p. 464.

¹⁴ CASTILHO, Júlio – *Lisboa antiga: o Bairro Alto*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Câmara, 1954. vol. I, p. 70.

¹⁵ OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, tomo I, p. 464.

¹⁶ AML, *Livro 1º do provimento da saúde*, f. 36. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, tomo I, p. 466.

¹⁷ AML, *Livro 1º do provimento da saúde*, f. 37. Transcrito OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, tomo I, p. 466.

¹⁸ Idem, f. 62, 63, 64 e 65. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, tomo I, p. 469.

¹⁹ OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, tomo I, p. 470.

²⁰ Idem.

²¹ AML, *Livro 1º do provimento da saúde*, f. 94, 96, 97 e 98 (cartas régias de 15 de julho, 9 e 13 de agosto, e 18 de outubro de 1524). Referido por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, tomo I, p. 470.

²² AML, *Livro 1º do provimento da saúde* (carta régia de 23 de Junho de 1525). Referida por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, tomo I, p. 470.

²³ RODRIGUES, Teresa - *op. cit.*, p. 102.

originando sucessivos pedidos de auxílio divino que se consubstanciaram em manifestações religiosas de grande devoção. A razão do início deste surto ficou por explicar²⁴. Eduardo Freire de Oliveira refere o testemunho de fr. Cláudio da Conceição²⁵, embora conteste o exagerado número de óbitos por ele contabilizado. Refere, também, o Assento da Vereação, de 10 de abril de 1572²⁶, que esta epidemia foi a mais violenta que atingiu o país nos setecentos anos anteriores²⁷. O impacto social desta doença foi, ainda, agravado pelo estado de penúria em que se encontrava a maioria da população²⁸. A epidemia durou de julho de 1569 até à primavera de 1570²⁹. O povo, sofrendor, pediu o auxílio de Nossa Senhora, realizando procissões de penitência. Tendo a peste iniciado o seu declínio em 1570 foi feita, em ação de graças, uma procissão em honra de Nossa Senhora da Saúde, com a promessa de a repetir anualmente. A imagem venerada encontra-se, hoje, na pequena Capela de Nossa Senhora da Saúde³⁰ e de São Sebastião da Mouraria, na freguesia de Santa Justa, próxima ao Rossio. O culto de Nossa Senhora da Saúde constitui uma tradição que, iniciada em 1570, ainda hoje se mantém³¹.

1579 a 1580 - Uma peste, iniciada em diferentes países da Europa, percorreu a Itália, Alemanha, Inglaterra e parte da França até chegar à Espanha e a Portugal, tendo alcançado Lisboa em setembro de 1579, com grande ímpeto, transmitindo-se, rapidamente, a todo o país³². Segundo La Clede³³, ela surgiu em 1580, em conjunto com uma outra série de infortúnios como a fome e a guerra³⁴ e as razões para a sua rápida expansão são recorrentes: contaminação de pessoas e mercadorias em trânsito originários de países infestados, temperaturas elevadas,

²⁴ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, tomo I, p. 472.

²⁵ Idem.

²⁶ Após o recuo da peste, que grassou com uma força inusitada, “a cidade fizesse em cada hum ano huma procissão de graças ao s^{nor}, em huma qymta ffr^a, que cair mais chegada, aos vlmté dias do mes d’abril, por no dito dia de quinta f^{ta} em que se a prim^{ra} procisam fez, serem vimte dias do dito mes do ano de 1570, e q se faça com a mesma solenidade, por não cairmos e tão feio pequado, como he o da imgratidão...”. AML, *Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara (Livro Carmesim)*, f. 50 v. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, tomo I, p. 474.

²⁷ Idem, p. 473.

²⁸ Idem, p. 477.

²⁹ Idem, p. 475.

³⁰ Capela de Nossa Senhora da Saúde. *Portal Câmara Municipal de Lisboa* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 2015. Disponível na Internet: www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/capela-de-nossa-senhora-da-saude.

³¹ “Os artilheiros de São Sebastião que ocupavam a pequena ermida da Mouraria, fizeram um voto a Nossa Senhora para que terminasse a grande peste, o que veio a acontecer pouco tempo depois. Em agradecimento, instituíram a devoção e a procissão em honra da Senhora da Saúde que se realizou pela primeira vez a 20 de Abril de 1570, saindo a imagem do Colégio dos Meninos Órfãos. A tradição manteve-se até 1661, quando e devido a desentendimentos, a imagem ficou perpetuamente depositada na Ermida de São Sebastião que mudou de nome para Ermida de Nossa Senhora da Saúde, unindo-se desta forma as duas Irmandades que tomaram a designação, em 1662, de Senhora da Saúde e de São Sebastião”. Procissão de Nossa Senhora da Saúde. *Portal Câmara Municipal de Lisboa* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 2015. Disponível na Internet: www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/patrimonio-cultural/procissoes.

³² OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, tomo I, p. 477.

³³ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, tomo I, p. 477.

³⁴ Idem.

mau estado sanitário da cidade e debilidade física dos cidadãos devido à fome³⁵. A morte era rápida para os infetados e os socorros eram dificultados pelo receio de contágio. Mais uma vez as classes abastadas tinham possibilidade de fugir do flagelo, afastando-se da cidade. Os cemitérios tornaram-se escassos em face da tragédia. Algumas fontes referem a morte de quarenta mil pessoas, o que parece exagerado uma vez que a população estimada de Lisboa, nessa altura, era de cerca de cem mil almas³⁶.

4. Surtos epidémicos no século XVII

1598 a 1603 - Esta peste, que fez milhares de mortos, surgiu em outubro de 1598, manteve uma grande virulência durante dez meses decrescendo, então, de intensidade³⁷. Porém, um ano depois recrudesceu, vindo a enfraquecer progressivamente e desaparecendo, finalmente, em 1603³⁸. A sua origem, em Portugal, parece estar ligada a uma “urca³⁹ vinda da Galiza”, em 1598. A epidemia, porém, espalhou-se por uma larga área que incluía toda a Península Ibérica, por alguns dos portos europeus do Atlântico norte de Hamburgo a Dunquerque, pela Bretanha e Normandia e, a sul, do Algarve e Andaluzia⁴⁰. Frei Luís de Sousa, na sua *Historia de S. Domingos*, refere que a virulência desta epidemia foi menor que a de 1569, embora maior que a de 1579⁴¹, tendo este autor salientado a importância que a experiência adquirida em surtos anteriores teve na tomada de medidas para fazer frente à crise nascente.

1615 a 1623 – No início do século XVII, as principais causas de mortalidade na Europa foram, sobretudo, o tifo e a difteria⁴². A chegada da armada de D. Afonso de Noronha (capitão mor da armada), em 1617, que trazia a bordo um surto de tifo e que, embora sujeita a quarentena, não impediu a transmissão da doença para a população da cidade, mostra a dificuldade de evitar a progressão das doenças que grassavam fora do país⁴³. Entretanto, criaram-se as condições adequadas para promover um surto epidémico uma vez que se registaram maus anos agrícolas de 1596 a 1600 seguidos, em 1620⁴⁴, pela eclosão de uma praga nas searas alentejanas⁴⁵. A fome surgiu,

³⁵ Idem.

³⁶ Idem, p. 487.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

³⁹ Embarcação seiscentista de grande tonelagem e alto bordo.

⁴⁰ RODRIGUES, Teresa – *op. cit.*, p. 117.

⁴¹ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, tomo I, p. 487.

⁴² RODRIGUES, Teresa - *op. cit.*, p. 124.

⁴³ Idem, p. 125.

⁴⁴ RODRIGUES; António Simões (coord.) - *História de Portugal em datas*. Lisboa: Temas e Debates, 2000. p. 109 e 114.

⁴⁵ RODRIGUES, Teresa - *op. cit.*, p. 125.

em 1597, prolongando-se, por vários períodos, na década seguinte: em 1609, em 1612⁴⁶ e em 1623⁴⁷ agravada, neste último ano, pela necessidade de alimentar os cerca de 14000 homens das armadas espanhola e francesa, fundeados em Lisboa⁴⁸.

1636 - A decadência da cidade de Lisboa, no período que antecedeu a Restauração, era um facto bem evidenciado pela redução da atividade comercial e pela grande falta de alimentos que atravessou toda a parte final do domínio filipino e conduziu a frequentes situações de fome. Em 1636, surge na cidade, com grande ímpeto, um surto de varíola, em simultâneo com outros verificados no Algarve e em Madrid⁴⁹ tendo a maior parte dos óbitos ocorrido entre forasteiros que se concentravam no centro da cidade, fugindo da epidemia⁵⁰. A intensidade da epidemia aumentou até a meio do ano reduzindo-se, a partir de então, até ao fim de 1637⁵¹. Em conjunto com esta epidemia surgem outras causas de morte, supostamente gripe e catarro, que afetaram indivíduos que chegaram à cidade provenientes do centro e sul do país⁵². Como é usual, a periferia e os bairros de habitantes com maiores recursos foram os menos afetados⁵³.

1642 - Uma epidemia de tifo⁵⁴, que lavrou com maior intensidade entre dezembro de 1641 e junho de 1642, fez um grande número de vítimas mortais e parece ter tido origem nos militares castelhanos aprisionados durante a Guerra da Restauração. O inverno de 1641 foi um fator do agravamento, altura em que as cadeias estavam contaminadas, atingindo, depois, a população civil⁵⁵, especialmente aquela que residia junto das margens do rio, progredindo, então, para a periferia da cidade e interior do território⁵⁶. Como é habitual nestes períodos em que cresce o receio da importação de doenças, aumentou a vigilância dos portos, muito especialmente sobre as naus provenientes de portos franceses, italianos e de Cádiz, “com os portugueses fugidos ao recrutamento da Catalunha ou à ira castelhana, que intensificara as perseguições contra os nacionais residentes em Espanha”⁵⁷.

⁴⁶ Idem, p. 124.

⁴⁷ Idem, p. 125.

⁴⁸ Idem, p. 125.

⁴⁹ Idem, p. 136.

⁵⁰ RODRIGUES, Teresa - *op. cit.*, p. 138.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ RODRIGUES, Teresa - *op. cit.*, p. 139.

⁵⁴ RODRIGUES, Teresa - Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI a XIX: uma análise global. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*. XIII, 2 (1995), p. 68.

⁵⁵ RODRIGUES, Teresa - *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 139.

⁵⁶ Idem, p. 140.

⁵⁷ Idem, p. 139.

1647 a 1652 - No verão de 1645, Lisboa foi atingida por uma epidemia, também identificada noutros pontos da Europa, que pressionou a população para o abandono da cidade⁵⁸. Em 1647 o porto de Tavira foi alvo de uma contaminação, pretensamente com origem num navio procedente de Argel⁵⁹, onde a peste chegou a bordo, e rapidamente se disseminou entre os habitantes, só perdendo intensidade “no fim do ano”⁶⁰. A doença progrediu, em Março de 1649, até Lagos, “onde mata durante o período estival sob a forma bubónica (na sua primeira fase) e, mais tarde, também pulmonar”⁶¹. A partir de outubro, por efeitos da peste e da guerra da Restauração, então em curso, verificou-se uma grande carência de produtos alimentares com a consequente expansão de uma situação de fome. “No fim do Verão de 1649, o mal de peste, até então circunscrito ao Algarve, propagava-se a outras comarcas”. Sendo 1649 “o pior ano de crise”, os anos de 1647 e 1651 corresponderam a uma fase de grande incidência da doença⁶². Neste período emergiram surtos de peste “de extrema virulência” no sul da Europa, especialmente nas zonas litorais e nos portos marítimos⁶³. “Valência e os portos do sul peninsular são progressivamente afetados” e, depois, chega a Sevilha, onde assumiu uma violência tal que a cidade, entre 1649-1650, perdeu metade da sua população⁶⁴.

1657 a 1659 – Após uma epidemia não identificada, em 1657, que alastrou “nos cinco bairros baixos da cidade de Lisboa”, em 1658 verificou-se um “surto de tifo exantemático”⁶⁵. Os sucessivos surtos de epidemia neste período especialmente relevantes nos anos de 1658 e 1659⁶⁶, fez reear uma significativa carência de milicianos para combater na Guerra da Restauração contra a Espanha⁶⁷. “Em Novembro de 1657 o terço⁶⁸ chega a Lisboa com menos de quatrocentos soldados, entre os quais alguns feridos de doença”. No início de 1659, chegam a Lisboa “cerca de cinco mil prisioneiros ou feridos na Batalha de Elvas”⁶⁹, resultado de uma guerra que só viria a terminar em 1668 com o tratado de Vila Viçosa, que pôs em perigo a população de Lisboa e que acabou por ser atingida. Várias outras doenças se seguiram ao tifo de 1658; no inverno seguinte foram as doenças do aparelho respiratório, no verão imediato a disenteria e, novamente no inverno subsequente, gripes, tendo o surto sido dominado no “início do Verão seguinte”⁷⁰. A análise dos elementos disponíveis permitiu concluir que “a crise foi

⁵⁸ Idem. p. 141.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ RODRIGUES, Teresa - *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 142.

⁶² Idem, p. 143.

⁶³ Idem, p. 141.

⁶⁴ CORVISIER, André - *op. cit.*, p. 190.

⁶⁵ RODRIGUES, Teresa - *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 145.

⁶⁶ Idem, p. 146.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Unidade de infantaria correspondente a um regimento, nos exércitos espanhol e português do século XVI e XVII.

⁶⁹ RODRIGUES, Teresa - *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 145.

⁷⁰ Idem, p. 146.

simultânea e de semelhante duração e intensidade em toda a cidade e arredores”⁷¹, nos locais mais densamente povoados e de maior atividade económica, afetando os “moradores em Lisboa, mas sobretudo aos imigrantes trabalhadores... vindos em busca de melhores condições de subsistência, numa época agravada por sucessivas crises económicas e sociais”⁷².

1662 a 1663 - Desde 1659 que se sucediam maus anos agrícolas que, associados a uma débil situação económica, ajudaram a ampliar os efeitos das recorrentes epidemias que assolaram o país⁷³, em parte devido à guerra com Espanha, que dificultava a criação de medidas cautelares relativamente à crise que se manifestava. Foi intensificado “o controlo dos navios chegados a Belém, quando do Norte de África chegam notícias de grassar forte surto pestífero, desde sempre a doença mais temida”⁷⁴. Nesta altura, a melhoria das condições sanitárias, uma das principais contribuições para a disseminação das epidemias, está ainda longe de estar resolvida⁷⁵; “a ingerência de produtos comestíveis impróprios e as águas inquinadas, a par da promiscuidade vivida nos bairros populares, são fatores propícios para que epidemias de origem tifoide façam o seu aparecimento”⁷⁶. Em novembro de 1662 foi isolado um navio inglês, vindo de Tânger, e que se acreditava vinha contaminado⁷⁷. Mas a epidemia continuou a progredir, obrigando a reabrir o hospital militar do Castelo de São Jorge para acolher os soldados doentes, tendo-se espalhado a doença pela população devido à falta de saneamento afetando, como habitualmente, as pessoas de menores recursos⁷⁸. Em Lisboa, no verão de 1663, “perto da metade das freguesias são atingidas pelo flagelo”⁷⁹. A crise tem um abrandamento e termina em 1664. “As características e sazonalidade...permitem suspeitar de um novo surto de tifo, que na cidade encontrara condições ideais de propagação”⁸⁰.

1665 a 1666 - Em 1665 a peste espalha-se pela Europa, atingindo muitos dos nossos parceiros comerciais: a Holanda, em 1664, Londres, no verão de 1665, temendo-se que outros possam ser atingidos como a França e as cidades hanseáticas do mar Báltico. Impôs-se, então, um regime de quarentena na Trafaria, na margem sul do Tejo, às pessoas e bens originárias desses locais, dificultando ainda mais o abastecimento da cidade e agravando os efeitos da fome⁸¹. Também, entre 1665 e 1668, houve “uma sucessão de maus anos agrícolas” que, em conjunto com as dificuldades de importação de bens alimentares, contribuiu para a vulnerabilidade da população à

⁷¹ RODRIGUES, Teresa - *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 146.

⁷² Idem, p. 149.

⁷³ RODRIGUES, António Simões (coord.) – *op. cit.*, p. 132 e 133.

⁷⁴ RODRIGUES, Teresa - *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 150.

⁷⁵ BARROS, António A. Salgado de - *O saneamento na cidade pós-medieval: o caso de Lisboa*. Lisboa: Ordem dos Engenheiros, 2014. p. 46.

⁷⁶ RODRIGUES, Teresa - *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 152.

⁷⁷ Idem, p. 150.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem, p. 151.

⁸⁰ RODRIGUES, Teresa - *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 151.

⁸¹ Idem, p. 154.

doença⁸². Renasce o tifo que, supostamente, afetou grande parte da população da cidade. Também “o fenómeno migratório” para Lisboa contribui para o espalhar da doença e a contaminação da população da cidade⁸³.

1675 a 1685 - Em junho 1676 a peste, vinda de Argel, atinge Cartagena, a Alta Andaluzia, Granada, Castela e Aragão. Em Portugal a epidemia chega “durante o Verão de 1677”, quando Múrcia é afetada⁸⁴. É uma epidemia tipo tifoide que, como habitualmente, se propagava nos meses quentes e regredia no inverno. Tomaram-se medidas relativamente à proteção da fronteira terrestre e fecharam-se os portos marítimos. Devido à crise económica e social “aumenta o número de pobres e mendigos e sucedem-se as falhas de abastecimento alimentar...”⁸⁵ e cerca de três quartos da população da cidade foi contaminada, até fins de 1685⁸⁶. As mortes por peste, que grassara entre fins de 1679 e 1683, sofreram uma nova escalada, em meados de 1684, devido aos problemas de má nutrição da população, afetando, como habitualmente, a população mais pobre e os refugiados⁸⁷.

III - NOTAS FINAIS

As más condições sanitárias da cidade antiga impulsionaram a disseminação das doenças, reforçadas por dificuldades alimentares crónicas originadas pelos problemas recorrentes com as colheitas que afetavam, sobretudo, a população de menores recursos⁸⁸. As guerras, a consequente destruição das searas e o despovoamento dos campos pelo recrutamento dos homens para o serviço militar condenava à fome os residentes. Também a mobilidade da população, do campo para a cidade, carenciada e à procura de melhores condições de vida, constituía um risco acrescido para os cidadãos⁸⁹. Finalmente, o contacto com pessoas e bens contaminados⁹⁰ e o comércio feito por terra mas, sobretudo, por mar, constituía outra via de transmissão de doenças.

No quadro que se segue estão assinalados dados sobre algumas das epidemias que assolaram Lisboa entre os séculos XV e XVII e que, supostamente, tiveram origem externa:

⁸² Idem, p. 153.

⁸³ Idem, p. 155.

⁸⁴ Idem, p. 156.

⁸⁵ Idem, p. 156.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem, p. 157.

⁸⁸ RODRIGUES, Teresa – *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 69.

⁸⁹ RODRIGUES, Teresa - Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI a XIX, uma análise global. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*. XIII, 2 (1995), p. 61.

⁹⁰ “El-rei D. Duarte, que tanto fugira à mortífera epidemia, d'ella faleceu em Thomar, a 9 de setembro de 1438. N'uma carta que lhe entregaram em Ponte de Sor, vinda de Santarém, recebeu o infeliz rei o pestífero contagio”. OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, tomo I, p. 458.

ORIGEM PROVÁVEL DE ALGUNS SURTOS EPIDÉMICOS QUE ATINGIRAM LISBOA
(século XV a XVII)

DATAS	DIAGNÓSTICO	AGENTE CONTAMINANTE	PROCEDÊNCIA PRÓXIMA
1414 a 1416	PESTE		ORIENTE
1492	PESTE	EMIGRANTES JUDEUS	CASTELA
1505 a 1507	TIFO	NAU	
1569 a 1570	PESTE		GALIZA
1579 a 1580	PESTE		ESPANHA
1598 a 1603	PESTE	URCA	GALIZA
1615 a 1623	TIFO E DIFTERIA	ARMADA	
1636	VARÍOLA		ALGARVE E MADRID
1642	TIFO	SOLDADOS E PRISIONEIRO	CASTELA
1647 a 1652	PESTE		EUROPA
1657 a 1659	TIFO EXANTEMÁTICO	SOLDADOS	ESPANHA
1662 a 1663	PESTE E TIFO	NAVIO	NORTE DE ÁFRICA
1665 a 1666	TIFO	EMIGRANTES	EUROPA
1675 a 1685	PESTE E TIFO	REFUGIADOS	MÚRCIA

A partir dos elementos apresentados podemos inferir que:

- A aparição de surtos epidémicos pode ser justificada com a existência de focos infecciosos nos territórios próximos com os quais existiam relações comerciais. Assim, Castela, Galiza, Algarve e outras zonas vizinhas constituíram algumas das fontes de contágio identificadas. São estes os casos assinalados dos surtos de 1414 a 1416, 1569 a 1570, 1579 a 1580, 1636, e 1647 a 1652.
- A contaminação, a partir de um navio comercial ou de transporte militar com a tripulação doente, era outra das situações a considerar. Se havia suspeita de um foco infeccioso a bordo, a equipagem era isolada

a fim de permitir que a doença, eventualmente incubada, se manifestasse. Como se viu atrás, nem sempre a identificação de uma situação de risco impedia a dispersão da doença, ou pelo facto de ela ter sido assinalada tardiamente ou porque a eventual fuga de um tripulante pudesse comprometer todo o processo. Esta preocupação originou a criação de uma série de procedimentos⁹¹, nomeadamente a manutenção da embarcação em quarentena, para certificação de que não eclodia nenhuma doença. Este diagnóstico parece corresponder à origem das epidemias de 1505 a 1507, 1598 a 1603, 1615 a 1623 e 1662 a 1663.

- Constituíam, também, uma fonte potencial de contaminação as deslocações de emigrantes, empurrados por perseguições, pela fome ou pela doença, que demandavam a capital em busca de auxílio ou, simplesmente, à procura de melhores condições de vida. A proveniência da epidemia identificava-se pela emergência abrupta do surto após a receção do grupo de recém-chegados, como aconteceu nas crises de 1492, 1665 a 1666 e 1675 a 1685.
- As guerras conduziam, igualmente, a situações de grande fragilidade para a saúde pública, havendo, por vezes, uma intencionalidade no contágio. O contacto entre os exércitos podia conduzir à transmissão de doenças; embora o movimento das tropas pudesse ser contido à custa de um forte dispositivo militar, havia sempre a possibilidade de alguém conseguir ultrapassar um qualquer bloqueio. Estas situações ocasionaram, expressamente, a dispersão de epidemias, em 1642 e 1657 a 1659.
- A contaminação podia, ainda, fazer-se de uma forma difusa, no contacto entre vizinhos, forasteiros e mercadores, nas peregrinações religiosas e na navegação de cabotagem que, sendo feita com embarcações de pequeno porte em viagens de curta distância, dificultava o seu controlo. Para contenção destes surtos era usual a proibição de ajuntamentos públicos, nomeadamente em procissões e mercados, processos que ainda hoje se usam.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 6º de consultas e decretos de D. Pedro II.

Livro 1º do provimento da saúde.

Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara (Livro Carmesim).

⁹¹ AML, *Livro 6º de consultas e decretos de D. Pedro II*, f. 134 v. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, tomo I, p. 485.

Bibliografia

- BARROS, António A. Salgado de – *O saneamento na cidade pós medieval: o caso de Lisboa*. Lisboa: Ordem dos Engenheiros, 2014.
- Capela de Nossa Senhora da Saúde. *Portal da Câmara Municipal de Lisboa* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 2015. Disponível na Internet: www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/capela-de-nossa-senhora-da-saude.
- CASTILHO, Júlio - *Lisboa antiga: o Bairro Alto*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Câmara, 1954.
- CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília – *Livro de ouro da cidade: Lisboa, 750 anos de capital*. Lisboa: Dinalivro, 2005.
- CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da - *Gabinete histórico*. Lisboa: Imprensa Régia, 1818.
- CORVISIER, André - *O mundo moderno*. Lisboa: Edições Ática, 1976.
- MACHADO, José Pedro – *Grande dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, Amigos dos Livros, 1981.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; RAU, Virgínia - Para o estudo da peste negra em Portugal. *Bracara Augusta*. Braga. Vol. 14-15 Nº 1-2 (1949-1950). Separata.
- MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno – *História económica de Portugal, uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- MOITA, Irisalva (coord.) – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1887.
- Procissão de Nossa Senhora da Saúde. *Portal Câmara Municipal de Lisboa* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 2015. Disponível na Internet: www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/patrimonio-cultural/procissoes.
- RODRIGUES, António Simões (coord.) - *História de Portugal em datas*. Lisboa: Temas e Debates, 1997.
- RODRIGUES, Teresa – *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- RODRIGUES, Teresa - Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI a XIX: uma análise global. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*. XIII, 2 (1995).
- TORRES, José Veiga – *Introdução à história económica e social da Europa*. Coimbra: Almedina, 2003.



A digitalização dos processos de obra particulares no Arquivo Municipal de Lisboa

Maria Inês Ferreira Morais Viegas*

Paulo Jorge dos Mártires Batista**

NOTA INTRODUTÓRIA

Os processos de obra particulares do município de Lisboa afirmam-se como a série mais consultada e expressiva, em termos de volume documental, do Arquivo Municipal de Lisboa (AML), sendo bastante diversificada do ponto de vista cronológico e informativo. Trata-se de um conjunto de processos, independentemente do formato ou suporte, respeitantes a um determinado edifício, desde o primeiro requerimento a solicitar a construção até ao final da sua existência, isto é, à demolição total.

I – PASSADO E PRESENTE

A série processos de obra particulares teve início em 1940, com apenas 47 ruas¹. O primeiro processo de obra particular a ser constituído pela Direção dos Serviços de Urbanização e Obras da câmara municipal de

* Maria Inês Ferreira Morais Viegas é chefe de divisão do Arquivo Municipal de Lisboa desde 1996. Licenciatura em História pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Pós-Graduação em Ciências Documentais/Arquivo, pela UAL. Mestre pela Universidade de Alcalá, área Gestão de Informação, em 2011. Assistente universitária de Paleografia Diplomática na UAL, de 1987 a 1997. Coordenadora do Projeto QREN/Operação 2-Gestão Documental e Reengenharia de Processo, em 2009. Coordenação do projeto SIGA (Sistema Integrado de Gestão de Arquivo), a partir de 2013. Apresentação da comunicação “A digitalização dos processos de obra no AML” no Congresso BAD nos Açores em 2007. Publicação do artigo “O AML: novas portas, novos desafios” na Revista Municipal de Torres Vedras, em 2008.

Correio eletrónico: ines.viegas@cm-lisboa.pt

** Paulo Jorge dos Mártires Batista é licenciado em História (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Mestre em Ciências da Informação e da Documentação (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Doutorando em Documentación (Universidad de Alcalá de Henares). Exerceu funções de investigador no IICT/CEHCA, de técnico superior no IPPAR (IGESPAR) e no IAN/TT (DGLAB), e de professor no mestrado de Ciências da Informação e da Documentação, da FCSH-UNL. Atualmente desempenha funções de técnico superior no Arquivo Municipal de Lisboa. Correio eletrónico: paulo.jorge.batista@cm-lisboa.pt

¹ «Iniciou-se em 1940 a organização do arquivo de obras, trabalho dispendioso e demorado, mas indispensável para eliminar as atuais e constantes perdas de tempo na procura de antecedentes dos projetos; abrangeu 47 ruas, deixando concluídos 905 processos». (Reunião de 16 de janeiro de 1941. *Actas da câmara municipal de Lisboa*. Lisboa, p. 27-28. Acta nº 39).

Lisboa (CML) iniciou-se com um projeto de construção de 12 de novembro de 1943 e diz respeito ao cineteatro Monumental, na praça Duque de Saldanha, projetado pelo arquiteto Raul Rodrigues Lima e inaugurado a 14 de novembro de 1951, que foi demolido, após grande polémica, em 1984. Procurou-se que o processo de obra particular da CML a receber o número 1 fosse o de um edifício emblemático, neste caso, por onde passaram, entre o início dos anos 50 e 80, os grandes clássicos do cinema e os maiores nomes do teatro e da música portuguesa.



Figura 1 Cineteatro Monumental. Negativo de gelatina e prata em vidro (195?), de António Passaporte.

Arquivo Municipal de Lisboa (AML) - Fotográfico PT/ AMLSB/PAS/002976



Figura 2 Cineteatro Monumental

Processo de construção: alçado sobre a praça Duque de Saldanha (1944), de Raul Rodrigues Lima. AML.

O objetivo era reunir a documentação produzida pelos diferentes serviços municipais, que estava disseminada por vários espaços da capital, relativos a edificações de origem particular, situadas em Lisboa. Desta forma, a partir dos anos 40² do século XX, período de grande urbanização desta cidade (tornando urgente reunir toda a documentação referente a cada imóvel) qualquer processo de obra particular passou a ter todos os processos respeitantes a um determinado edifício, documentando a sua história desde a construção até à demolição total.

Atualmente, a série processos de obra particulares, que está localizada no Arquivo Municipal de Lisboa³, em Campolide, constitui a mais significativa, no que respeita à dimensão, do município de Lisboa, com aproximadamente 68.000⁴ processos de obra particulares, com mais de 2.650.000 processos, que diariamente aumenta, repartidos por cerca de 270.000 volumes, não se incluindo nestes números os processos de obra particulares que se encontram nos serviços de Urbanismo por ainda estarem em processo administrativo (pelo que só ingressarão no AML após encerramento do processo) ou, simplesmente, porque ainda não foram enviados por estes para o Arquivo.

Esta série ocupa, em depósito, perto de 6.200⁵ metros lineares de documentação, dos quase 20.000 que compõem o AML, fazendo com que, em termos de volume documental, seja apenas ultrapassado pela Torre do Tombo, constituindo o segundo maior do país e o primeiro a nível autárquico.

² Segundo Vasco Brito, “até à década de 40, para se consultar toda a documentação à guarda do município referente a um único edifício era necessária uma pesquisa morosa e paciente, uma vez que os documentos recebidos e produzidos pelos serviços camarários responsáveis pelas obras eram arquivados respeitando uma ordem cronológica e temática que não levava em consideração o edifício de per si”. Este autor acrescenta que, a partir dessa data, os técnicos municipais, para lá de passarem a constituir os processos de obra particulares de todas as novas construções posteriores aos anos 40, vão reconstituir estes processos para os edifícios anteriores a essa década, pondo em causa, acrescentamos nós, o princípio da ordem original. Tal provocou que nem todos os processos de obra particulares reflipam a história do imóvel desde a sua construção inicial, iniciando-a, por vezes, a meio da existência do edifício, pelo que a evolução arquivística do número dos processos de obra particulares não reflete a antiguidade dos respetivos edifícios (BRITO, Vasco – Os processos de obra no município de Lisboa: origem documental, estrutura tipológica e classificação patrimonial. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. N.º 5 (2001), p. 130-131 e 132).

³ A Divisão do Arquivo Municipal de Lisboa encontra-se fisicamente repartida pelos seguintes locais: bairro da Liberdade, junto à estação da CP de Campolide e que funciona como sede do Arquivo Municipal de Lisboa; Arco do Cego, na rua Nunes Claro, n.º 8 A, no bairro social do Arco do Cego; Fotográfico, na rua da Palma, n.º 246; e Alto da Eira, na Graça, que apenas tem a função de depósito, estando encerrado ao público. Em termos orgânicos a Divisão de Arquivo Municipal está dependente do Departamento do Património Cultural, que, por sua vez, faz parte da Direção Municipal de Cultura.

⁴ 6.419 referem-se a processos de obra particulares demolidas.

⁵ Estes valores não contabilizam a documentação que não ingressa nos processos de obra particulares por ser irrelevante para o seu historial, como sejam os pedidos de consulta ou de reprodução, ou os pedidos indeferidos ou arquivados que são objeto de avaliação e eliminação de acordo com os prazos estabelecidos pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de Outubro, que altera a tabela de seleção constante do anexo n.º 1 do Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais, constante da Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, em virtude da entrada em vigor do Código de Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, segundo o qual os prazos de conservação dos processos de aquisição de bens e serviços foram reduzidos. Esta metodologia foi adotada a partir de 2003, como resultado do grande aumento da documentação produzida pelos serviços de Urbanismo a partir dos anos 90 do século XX, contribuindo, por um lado, para a normalização dos processos que vão ingressar nos processos de obra particulares e, por outro, iniciando aqui, a avaliação desta documentação. Todos os processos que se encontram nos processos de obra particulares são de conservação permanente.



Figura 3 Arquivo Municipal de Lisboa (bairro da Liberdade). Fotografia do autor



Figura 4 Processos de obra particulares em depósito. Arquivo Municipal de Lisboa (bairro da Liberdade). Fotografia do autor

II – IDENTIFICAÇÃO, TIPOLOGIAS E ORGANIZAÇÃO FÍSICA

Como destacámos na nota introdutória, um processo de obra particular é composto pela documentação, respeitante a um determinado imóvel, acumulada ao longo da sua vida. Deste modo, ingressam num processo de obra particular, além do projeto de construção, os projetos de alterações, ampliações, beneficiações com as respetivas memórias descritivas, licenciamentos, autos de vistoria, prorrogações de licença, baixas de responsabilidade, ou seja, toda a documentação produzida relativa a um edifício específico, que se vai avolumando ao longo do tempo, à medida que são incorporados novos documentos, sendo encerrado apenas com o projeto de demolição total⁶.

Na sua fase inicial a organização dos processos de obra particulares é responsabilidade dos serviços de Urbanismo, que lhes atribuem o número aquando do pagamento da licença de construção, ou seja, com a entrada do primeiro requerimento, análise e aprovação. Por vezes, no início, os processos de obra particulares têm moradas provisórias, como por exemplo, rua A ou rua B, sendo-lhes posteriormente atribuído o nome definitivo de rua com o respetivo número de polícia. Compete à Divisão do Arquivo Municipal de Lisboa a manutenção dos processos de obra particulares, isto é, o ingresso sistemático de processos respeitantes ao imóvel, nas várias vertentes (atualizações toponímicas, ingresso de processos de alteração, etc.).

Um processo de obra particular é identificado de forma inequívoca por um código numérico e respetivo local (rua e número de polícia, incluindo, caso haja, os torneamentos), que é o denominador comum⁷ a esta documentação, atribuído sequencialmente pelos serviços de Urbanismo, quando se efetua o pagamento da licença de construção inicial. O número de volumes de cada processo de obra particular varia em função da dinâmica das intervenções a que o edifício foi objeto, ou seja, sempre que um volume já não tem capacidade física para receber mais processos é criado um novo volume. Cada volume de um processo de obra particular apresenta, no início⁸, o respetivo índice, discriminando os processos que o integram. Desta forma, existem processos de obra particulares com 1, dezenas ou mesmo mais de 100 volumes⁹, dependendo este número do tipo de obra, isto é, caso se trate de uma zona habitacional, comercial ou desportiva.

⁶ Importa distinguir o projeto de demolição total, que encerra o processo de obra particular podendo vir a existir uma nova obra no local, do projeto de demolição com contenção de fachada (corresponde à demolição de todo o interior, com manutenção da fachada principal, não originando uma obra nova, pelo que, neste caso, o respetivo processo será ingresso no processo de obra particular correspondente) e do projeto de demolição parcial (respeitante a demolições de parte/s do edifício, em que o processo de demolição referente deve ingressar no respetivo processo de obra particular).

⁷ Como mencionámos, este procedimento espelha a necessidade que os serviços produtores de documentação sentiram, nos anos 40 do século XX, de simplificar o acesso à documentação e de dar resposta administrativa à sua área de negócio, permitindo recuperar rapidamente o historial do edifício, ao contrário do que sucederia se esta fosse organizada por tipologias.

⁸ Ver figura 10.

⁹ Existem processos de obra particulares com apenas uma unidade de instalação e outros com mais de 100, como o do estádio Alvalade XXI – Alvaláxia, do Sporting Clube de Portugal, com 184 volumes, o do conjunto habitacional praça central de Telheiras, com 133 volumes e ainda o do centro comercial El Corte Inglés, com 101 volumes. Outros processos de obra particulares que se destacam pela dimensão são os do centro comercial Colombo, com 95 volumes, e o do estádio Nova Luz, do Sport Lisboa e Benfica, com 82 volumes.

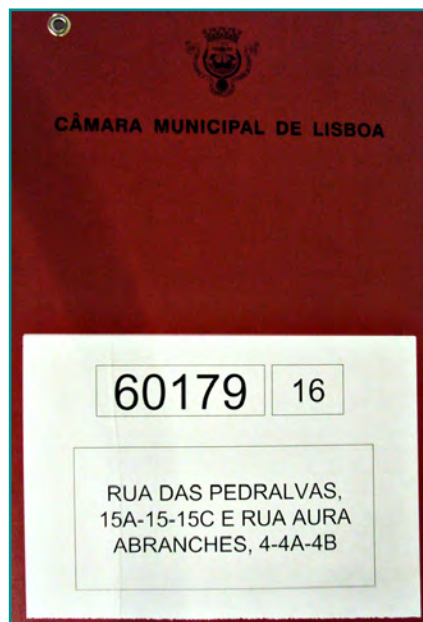
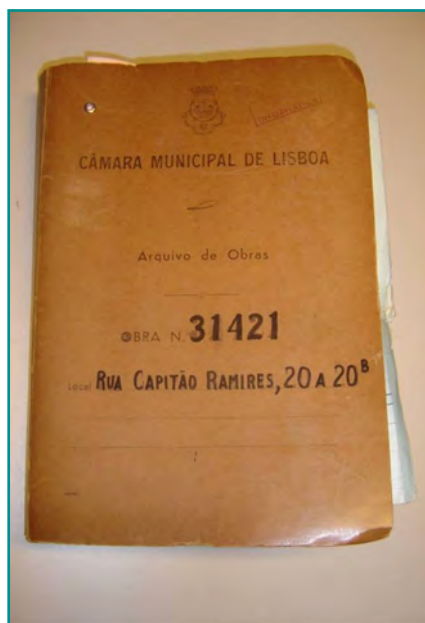


Figura 5 Processo de obra particular com o respetivo número associado à morada. Fotografia do autor

Figura 6 Processo de obra com o respetivo número associado à morada e seu torneamento. Fotografia do autor

Como assinalámos, quando um imóvel é totalmente demolido, o processo de obra particular é encerrado podendo originar um novo número de processo de obra particular no caso de ser construído um edifício no lugar do que desapareceu.



Figura 7 Processo de obra particular demolido (2 volumes). Fotografia do autor

Cada processo de obra particular é constituído por um conjunto organizado de processos que, apesar de pertencerem ao mesmo imóvel, são independentes entre si, estando sujeitos a tramitação administrativa própria, com circuitos próprios e bem definidos, e com um código alfa numérico exclusivo, de acordo com a sua tipologia documental, pelo que é fundamental estarem corretamente organizados.

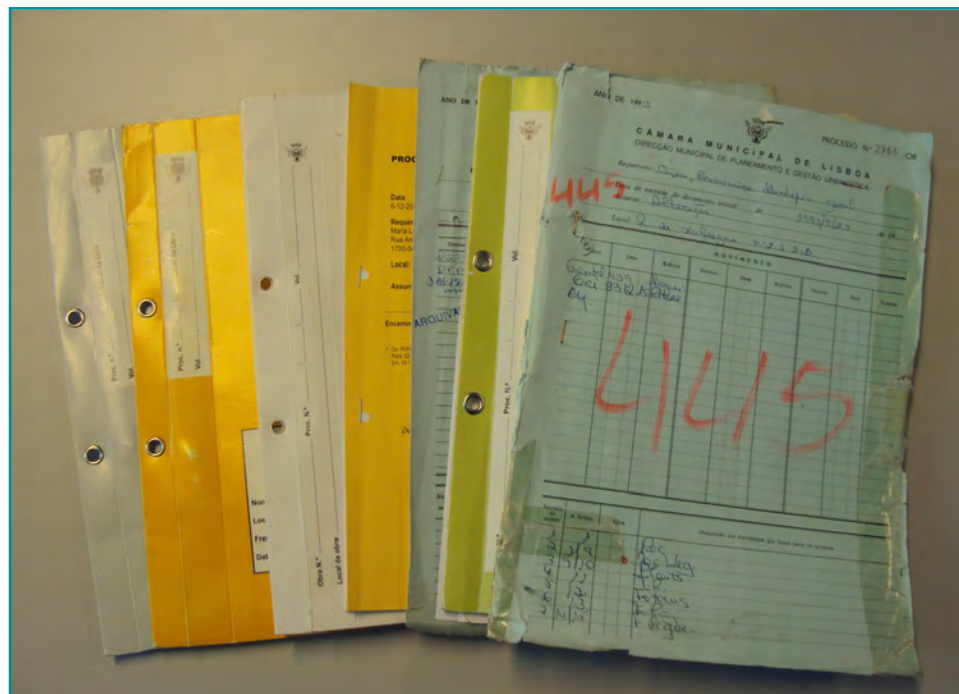


Figura 8 Exemplos de tipologias de processos que podem ingressar nos processos de obra particulares.
Fotografia do autor

Nesse sentido, os diferentes processos de cada processo de obra particular encontram-se ordenados por ordem cronológica, do mais antigo para o mais recente, dispostos em pastas, normalmente, correspondentes a décadas distintas. Cada processo que ingressa no processo de obra particular é identificado pela data, assunto, tipologia, nome do requerente e recebe um número de ordem sequencial por pasta. A organização dos processos de maiores dimensões a colocar no processo de obra particular é feita através do seu desdobramento em tomos, de forma a facilitar o tratamento documental e arquivamento. Deste modo, podemos sintetizar a organização física dos processos que ingressam nos processos de obra particulares da seguinte forma: Volumes> Pastas> Processos> Tomos. A organização e manutenção da integridade de um processo de obra particular apresentam como grande vantagem permitir a recuperação eficaz e eficiente da documentação, acedendo a todo o historial do imóvel. Um processo de obra particular perdido ou desorganizado implica a perda de parte ou de toda a memória do edifício a que respeita.

Esta série apresenta-se no quadro de classificação documental, orgânico e funcional, do AML, no X-ARQ, que desenvolvemos no ponto V – Aplicações informáticas e digitalização, da seguinte forma:

- ED PT/AMLSB (Arquivo Municipal de Lisboa)
- F CMLSB (Câmara Municipal de Lisboa)
- SC UROB (Urbanismo e Obras)
- SUBC OP (Obras Particulares)
- DC (documento composto)

III – EQUIPAS ENVOLVIDAS NO PROJETO

No AML existem várias equipas de trabalho, cada qual com um gestor de processo. Os processos que estão diretamente relacionadas com o projeto de digitalização dos processos de obra particulares são os seguintes, articulando-se entre si:

A23 – Gestão de documentos

O objetivo deste processo é criar infraestruturas e mecanismos que permitam a custódia, o depósito, o armazenamento, a preservação e a gestão da documentação que integra o acervo documental do AML, atual e futuro.

A231 – Aquisição e captura de documentos

A2311 – Registo, análise, conferência e validação de documentos

A232 – Armazenamento e gestão de documentos em depósitos

A2321 – Acondicionamento/Ingresso de documentos

A2322 – Gestão de localização de espaços físicos e virtuais

A233 – Transferência de suporte

A234 – Descrever, indexar e selecionar para digitalizar documentos

A24 – Serviços de acesso à informação e conteúdos

O objetivo deste processo é criar mecanismos que permitam o acesso à informação por parte dos utilizadores, de acordo com as suas necessidades.

A241 – Pedidos de informação, consulta, reprodução, certidão e requisição de documentos

A242 – Serviço de atendimento

IV – CLIENTES

Podemos considerar dois grupos de clientes que consultam os processos de obra particulares.

O primeiro, clientes internos, são os colaboradores do município de Lisboa, destacando-se o Urbanismo (serviços de Reabilitação Urbana, Gestão Urbanística e Obras), os únicos que podem efetuar “empréstimos” da documentação, ou seja, que podem requisitar e consultá-la fora do AML, no bairro da Liberdade.

O segundo, clientes externos, é constituído, para lá do cidadão comum ou munícipe, por arquitetos e engenheiros, advogados, estudantes e professores do ensino secundário e superior, historiadores e investigadores, arquivistas, bibliotecários e documentalistas, agências imobiliárias e gabinetes de arquitetura, jornalistas, etc., que podem efetuar consultas presenciais na sala de leitura do AML, no bairro da Liberdade, e/ou solicitar a reprodução de documentos e pedir certidões e informações.



Figura 9 Sala de leitura do Arquivo Municipal de Lisboa (bairro da Liberdade). Fotografia do autor

V – APLICAÇÕES INFORMÁTICAS E DIGITALIZAÇÃO

A par da organização física dos processos de obra particulares (apresentada no ponto II – Tipologias, identificação e organização física), o AML utiliza duas aplicações informáticas fundamentais para a prossecução da sua missão¹⁰ e respetiva difusão da informação aos clientes – o CI-ARQ e o X-ARQ – que refletem a grande aposta deste Arquivo nas novas tecnologias de forma a atingir a gestão integrada de documentos e a construir um efetivo sistema de informação.

O CI-ARQ é uma aplicação de gestão intermédia que efetua o pré-registo dos processos entrados no AML, sobretudo os processos de obra particulares, e o seu circuito a partir desse momento, mas que não permite, ao contrário do X-ARQ, a associação de imagens digitais nem possui interface de pesquisa para os clientes externos.

No CI-ARQ preenchem-se os seguintes campos com os elementos dos processos aquando da sua descrição:

- N.º do processo;
- Entidade produtora;
- Tipologia documental;
- Ano;
- Requerente;
- Assunto;
- Local;
- Freguesia;
- N.º de tomos do processo;
- Estado¹¹;
- N.º de processo do processo de obra particular;
- N.º de volume;
- Observações (indicação de que o processo se encontra digitalizado).

¹⁰ “A missão do AML é: recolher, guardar, tratar e preservar a documentação relativa à memória da cidade. Promover a gestão integrada dos documentos produzidos pela CML desenvolvendo produtos e serviços de informação com o objetivo de satisfazer as necessidades das partes interessadas”. LISBOA. Arquivo Municipal de – *Missão, visão e competências* [Em linha]. [Consult. 25 jan. 2015]. Disponível na Internet: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/arquivo/missao-e-competencias/>.

¹¹ Arquivado, requisitado, conferência, desaparecido, ingresso, espera obra, novo, para ingressar, devolvido, restauro, cativo, Sala de Leitura, eliminado.

Após o tratamento documental dos processos, é feita a migração automática (sincronização) entre as aplicações, isto é, exportam-se os dados do CI-ARQ para o X-ARQ, onde a descrição arquivística dos processos ficará completa com os índices Web dos volumes dos processos de obra particulares que vão ser digitalizados. A correta execução da descrição documental é fundamental para que exista uma descrição validada para indexar à imagem, no Gabinete de Digitalização, já que o CI-ARQ, ao contrário do X-ARQ, não se rege por normas arquivísticas e, como referimos, não permite associar imagens ao registo.

O X-ARQ é uma aplicação de gestão integrada de arquivos definitivos, criada pelo Município de Lisboa em parceria com a MIND – Soluções Industriais e Digitais, SA, que segue as normas internacionais e portuguesas de descrição arquivística comumente aceites, designadamente a ISAD (G) *General International Standard Archival Description*, a ISAAR (CPF) *International Standard Archival Authority Record*, e as Orientações para a Descrição Arquivística (ODA), para lá da NP 405. Pese algumas limitações¹², o X-ARQ apresenta aos seus utilizadores a grande vantagem de permitir, através de linguagem controlada, a consulta à distância da informação digitalizada, através do acesso a um índice digital dos processos de obra particulares, com a indicação dos volumes em que os processos que o compõem se encontram.

Quer se trate de processos que já se encontram no AML, quer sejam processos que chegam, diariamente, em suporte papel, ao Arquivo, após a sincronização entre as aplicações informáticas, no X-ARQ, serão preenchidos os seguintes campos quando se efetua a sua descrição, antecedendo a sua digitalização:

- Data de produção inicial;
- Data de produção final;
- Dimensão;
- Suporte;
- N.º de folhas;
- Autor(es)¹³;
- Nome associado;
- Tomo;
- Volume;
- Pasta;
- N.º de ordem;

¹² O X-ARQ ainda não possui a componente de gestão documental, não permitindo a gestão e monitorização dos encaminhamentos de documentos, e o Quadro de Classificação Documental existente não possui correlação com o Plano de Classificação Documental a implementar.

¹³ Arquiteto, engenheiro civil, engenheiro técnico civil, engenheiro mecânico, agente técnico de engenharia responsável, construtor civil, etc.

- Página inicial;
- Página final;
- Nota(s) do arquivista(s);
- Regras ou convenções;
- Data(s) da(s) descrição(ões).

O resultado da descrição documental de cada volume, respeitante a cada processo de obra particular, é um índice em suporte papel (que é colocado no início de cada volume) e em suporte digital, permitindo efetuar a pesquisa através dos pontos apresentados. Apenas as imagens dos processos de obra têm acessibilidade pública através da Internet, devido aos direitos de autor, das ordens dos Engenheiros e dos Arquitetos, e também pelos direitos de privacidade e de segurança.

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA									
OBRA Nº 27885						VOLUME 1			
Índice do conteúdo do volume									
Pasta	Nº ordem	Data	Natureza do documento	Assunto	Total tomos	Nº fls.	Info. do Tomo nº pgs.		
1	1	1924	19824/DAG/PG	ENVIO DE INTIMAÇÕES AOS LEGÍTIMOS	1	2			
1	2	1929	4602//PET	ALTERAÇÕES	1	4			
1	3	1930	6565//PET	PRORROGAÇÃO DE LICENÇA	1	1			
1	4	1930	7050//PET	REPARAÇÕES INTERIORES E EXTERIORES	1	1			
1	5	1930	5116//PET	REPARAÇÕES	1	2			
1	6	1931	889//PET	LIMPEZA E REPARAÇÕES	1	2			
1	7	1934	6928//INF	VISTORIA SANITÁRIA	1	3			
1	8	1935	9359//INF	VISTORIA SANITÁRIA	1	3			
1	9	1938	19516/DAG/PG	REPARAÇÃO DO TELHADO	1	6			
1	10	1938	15509//PET	REPARAÇÕES INTERIORES	1	2			
1	11	1940	443/DSUO/I	EXPOSIÇÃO SOBRE OBRAS A EFECTUAR	1	4			
1	12	1940	46165//PET	LIMPEZAS E PINTURAS INTERIORES	1	2			
1	13	1940	55309//PET	LIMPEZA GERAL	1	6			
1	14	1940	58393//PET	PRORROGAÇÃO DE LICENÇA	1	1			
1	15	1945	30318/DAG/PG	ALTERAÇÕES	1	17			
1	16	1945	37582/DAG/PG	PRORROGAÇÃO DE LICENÇA	1	7			
1	17	1945	34832/DAG/PG	LICENÇA PARA OBRAS	1	5			
1	18	1945	39304/DAG/PG	ALTERAÇÕES	1	12			

Figura 10 Índice em suporte papel de um volume de um processo de obra particular.

Pasta	Número de ordem	Data	Natureza do documento	Assunto	Total de Tomos	Número de folhas	Info. de Tomo nº	Info. de Tomo págs.
	1804		1484/CAG/PG	APRESENTAÇÃO DE PROJECTO	1	3		0
	1804		5443/DAG/PG	APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ALTERAÇÕES	1	7		0
	1911		814/DAG/PG	ATRIBUIÇÃO NÚMERO DE POLÍCIA	1	2		0
	1814		5241/DAG/PG	ALTERAÇÕES	1	5		0
	1832		1488/DAG/PET	LICENÇA PARA OBRAS	1	2		0
	1839		3264/DAG/PG	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	1	11		0
	1840		12463/DAG/PET	REPARAÇÕES	1	3		0
	1846		19861/DAG/PET	PRORROGAÇÃO DE LICENÇA	1	1		0
	1846		22524/DAG/PG	BAIXA DE RESPONSABILIDADE DA OBRA	1	4		0
	1848		28907/PET	LICENÇA PARA OBRAS	1	1		0
	1881		791/DAG/PG	INTIMAÇÃO	1	5		0
	1872		555/DAG/PG	INTIMAÇÃO	1	5		0

Figura 11 Índice digital de um volume de um processo de obra particular¹⁴.

A médio prazo o município de Lisboa pretende implementar uma aplicação informática transversal a todos os serviços camarários.

O projeto de digitalização dos processos de obra particulares visa, em termos estruturais, dotar o município de Lisboa de um ambiente totalmente digital no contexto da gestão integrada de documentos.

Este projeto piloto em Portugal começou em janeiro de 2005. Segundo Inês Viegas¹⁵, responsável pela Divisão do Arquivo Municipal, e Irene Catarino, técnica superior deste Arquivo, não foi hipótese iniciar a digitalização dos processos de obra particulares a partir do número 1, já que se percebeu, de imediato, que só bastante mais tarde essa opção traria vantagens, ou ainda pelos processos mais solicitados, já que esta opção pode mudar anualmente, ou mesmo no próprio ano. Fizeram-se cálculos de repetibilidade, tendo-se apurado o valor de 11% de pedidos do

¹⁴ Na margem direita, a azul escuro, identificam-se os processos que estão digitalizados, neste caso a totalidade dos mesmos.

¹⁵ VIEGAS, Inês; CATARINO, Irene; – Projeto de digitalização no Arquivo Municipal de Lisboa: os processos de obra. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 7, Torres Vedras, 2006 – *Modernização administrativa e qualidade* [Em linha]. [Consult. 25 jan. 2015]. Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/projectodedigitalizaconoarquivomunicipaldelisboas_processosdeobra.pdf.

mesmo processo de obra particular por diferentes clientes, pelo que se optou por digitalizar, em primeiro lugar, a documentação solicitada. No mesmo sentido, escolheu-se digitalizar apenas as tipologias documentais mais solicitadas, previamente descritas e classificadas, nomeadamente e por esta ordem de importância:

- Projeto inicial de arquitetura;
- Plantas de implantação/localização;
- Telas finais de alterações;
- Planta da fração;
- Planta geral dos andares;
- Alçados e cortes;
- Autos de vistoria;
- Memória descritiva;
- Licença de utilização;
- Projeto de esgoto;
- Último projeto de alteração;
- Requerimento inicial;
- Licenças de obras;
- Comprovativo de pagamento da licença;
- Informação relativa ao andamento da obra.

Deste modo, sempre que há um pedido de reprodução de um processo do processo de obra particular, digitaliza-se não só a documentação solicitada, mas as tipologias acima indicadas, antecipando futuras solicitações. Por conseguinte, os pedidos de reprodução seguintes já serão satisfeitos através da documentação que se encontra digitalizada. Nesta, imprimem-se apenas os documentos solicitados. Importa salientar que as imagens obtidas são a cores, para que os técnicos do Urbanismo, arquitetos, engenheiros, etc., pudessem distinguir as alterações efetuadas nos imóveis, que estão marcadas a encarnado e a amarelo. Da mesma forma, as plantas são digitalizadas à escala, para que os referidos técnicos possam efetuar medições e cálculos, nomeadamente para pagamento de taxas de imposto municipal sobre imóveis (IMI), imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT), entre outros.



Figura 12 Gabinete de Digitalização do Arquivo Municipal de Lisboa (bairro da Liberdade). Fotografia do autor

As razões da opção pelo digital são evidentes: preservação dos originais¹⁶, difusão da informação¹⁷, e qualidade de resultados¹⁸. Os objetivos a alcançar são: maior acessibilidade e rapidez na circulação dos processos de obra particulares, normalização de procedimentos e maior eficiência dos circuitos documentais, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da gestão integrada de documentos do município de Lisboa, ao melhorar o acesso à informação, permitir um maior intercâmbio com os clientes externos, impedir a degradação documental e garantir a transparência dos procedimentos arquivísticos, facilitando, através da *Internet*, o acesso à informação.

¹⁶ O manuseamento e a reprodução constante da documentação levaram ao acelerar do seu estado de degradação, agravada por se tratar de suportes frágeis, de grandes formatos, com cores e escalas. A digitalização assegura a preservação dos processos de obra particulares já que estes são digitalizados apenas uma vez, ficando os originais armazenados no depósito e a cópia digital num servidor, sendo os pedidos de reprodução posteriores assegurados por esta, uma vez que a utilização frequente e cópias sucessivas alteram a qualidade da imagem e a integridade do ficheiro.

¹⁷ Clientes internos, com permissões atribuídas pelo AML, podem aceder em simultâneo, através da *Internet*, aos documentos digitalizados dos processos de obra particulares, assim como os clientes externos podem solicitar a consulta dessa documentação, resolvendo, deste modo, o eventual conflito entre as requisições diárias (e o extravio da documentação) pelos serviços do município de Lisboa e as consultas na sala de leitura do Arquivo Municipal de Lisboa, no bairro da Liberdade, já que grande parte dos processos de obra particulares deixam de ser requisitados. A digitalização permite um acesso simples, distribuição em rede, com consulta simultânea por vários clientes, reduzindo o tempo de resposta às suas solicitações. O objetivo é que brevemente todos os serviços camarários e os clientes externos do município da capital possam aceder à documentação pretendida através de imagens em formato *thumbnails*, mediante permissões, evitando deste modo a movimentação diária dos processos de obra particulares, e dos respetivos processos que os integram, e criar postos de atendimento aos clientes onde se forneça, na hora, os documentos digitalizados previamente solicitados.

¹⁸ A cópia digital obtida pela digitalização tem mais qualidade do que a fotocópia tradicional, já que esta implicava que os processos fossem desatilhados, organizados e novamente atilhados, com custos significativos em termos de tempo e de afetação de colaboradores. Ao invés, com a digitalização o processo não é desagregado do processo de obra particular e qualquer reprodução pode ser satisfeita imediatamente sem necessidade de se recorrer ao original. Por outro lado, como já referido, as digitalizações são sempre efetuadas a cores e à escala dos originais, permitindo aos clientes do AML substituir a cópia tradicional pela impressão digital ou gravação em CD/DVD.

A solução tecnológica proposta, no que diz respeito à transferência de suporte dos processos de obra particulares, é composta por três equipamentos destinados à digitalização de documentos de grande formato (com dimensões superiores a A3 e A0) e outros três para a digitalização de documentos com dimensão A4 até A3, equipadas com elementos de compensação (berço) adequados à digitalização de livros com lombadas. As máquinas de grandes formatos utilizam um sistema de captura a partir de várias câmaras fotográficas, que digitalizam os documentos sobre um tabuleiro com vácuo, mantendo a cor e a escala dos originais, sem que seja necessário retirá-los dos volumes ou dossiers em que se encontram acondicionados. Estas inovações permitiram aumentar consideravelmente a velocidade da digitalização, além de garantir a integridade dos originais e a qualidade das cópias digitais.

Para a impressão das imagens digitalizadas utilizam-se duas *plotters* e uma copiadora impressora para a impressão da documentação até ao tamanho A3. Para a impressão das cópias digitais utiliza-se uma *plotter* HP DesignJet 4000 que permite obter cópias a cor com rolos de papel de largura máxima 914mm. Para a satisfação da maior parte dos pedidos de impressão é utilizada uma fotocopiadora laser de grandes formatos (Xerox 6279 Wide Format), a preto e branco, com a possibilidade de uso de vários rolos de papel com largura diferenciada, permitindo uma impressão mais barata e rápida do que usando a *plotter*, pese o facto de, ao contrário desta, não efetuar impressões a cores. Para a impressão de documentação digital em A4 ou A3 é utilizada uma copiadora impressora multifunções Xerox Worcentre 5632.

É usado ainda equipamento de dobragem automática de papel para a correta dobragem de documentação impressa em grande formato, nomeadamente uma dobradora de duas passagens OCE 940 e uma dobradora de uma passagem Eestefold 4210.

Para obter cópias de segurança foi instalado um servidor de *Tapes* HP Storage Works MSL6000 para realização de *backups* incrementais diários e totais semanais. Como referido, o aplicativo utilizado pelos colaboradores do AML é o X-ARQ e a base de dados está alojada num servidor *Windows server* a trabalhar em ambiente Oracle. As imagens digitalizadas são armazenadas num servidor HP Proliant DL380 com um NAS em *file system* de 14 discos UltraSCSI de 300 Gb em RAID 5 com *s pares*.

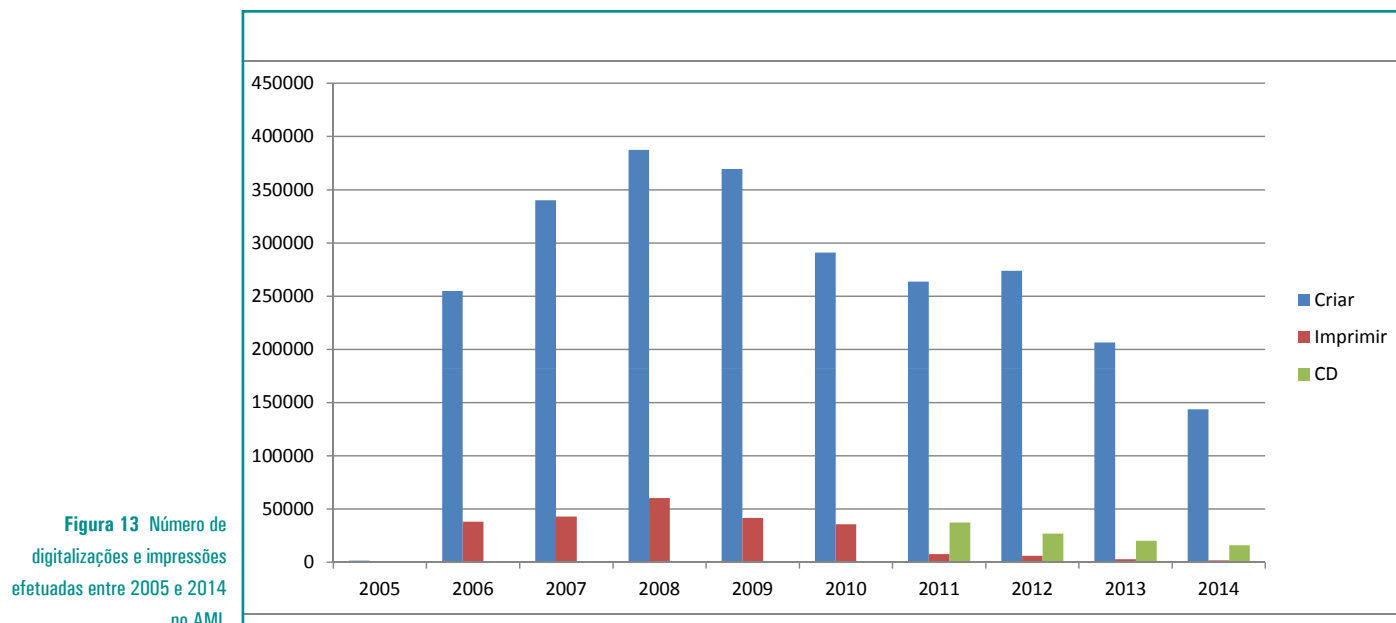
Com o desenrolar do projeto de digitalização colocou-se o problema de falta de *storage* no servidor NAS, obrigando o município de Lisboa a adquirir o Centera para repositório digital. É neste servidor que são guardadas as matrizes de digitalização e as imagens geradas automaticamente pelo sistema, para visualização no ecrã e *thumbnails*.

No que diz respeito aos formatos produzidos, e com objetivo de ir ao encontro do plano de preservação digital, sempre que se captura a imagem matriz (em formato TIFF ou JPEG consoante a série ou fundo documental que está a ser digitalizado) é automaticamente gerado um ficheiro JPEG redimensionado a 2048 pixels de comprimento para visualização em ecrã, e outro JPEG com 100 pixels para ser usado como *thumbnail* no *site* do AML. A imagem matriz (um ficheiro RGB à escala) é armazenada em Centera e os JPEG de 2048 e 100 *pixels* são armazenados em *file system*. As imagens são obtidas simultaneamente em três formatos (*thumbnails*, 20 ou 30 megas para impressão de imagens, e médio de 700 KB para a leitura em ecrã). Somente para a série de processos de obra particulares é impossível aplicar o TIFF, por gerar ficheiros com centenas de MB, devido a constrangimentos

inerentes ao facto de se estar a capturar documentação com uma grande dimensão grande e de essa captura ser feita a 300 dpis, à escala, para uma impressão fidedigna do original. Neste caso gravando a matriz original em formato JPEG a ocupação de espaço é só de 20% do espaço de armazenamento que é necessário. Para além de que a largura de banda ocupada, quer no ato de digitalização, quer depois ao recuperar esse objeto digital, a partir de pesquisas à base de dados a que está associado ser bastante menor, proporcionando uma resposta mais célere à disponibilização dessa informação. As duas tipologias de formatos adotadas na generalidade são o formato PDF para as peças escritas e o formato DWF para as peças desenhadas, bem como o formato TIFF dado o seu carácter de leitura livre e universal e a sua impossibilidade de manipulação/edição.

Após a realização de captura dos documentos, o *software* permite validar se a imagem corresponde ao respetivo código de referência, cortar e endireitá-la automaticamente. Findas estas operações existem dois postos para a verificação da qualidade das imagens capturadas por todos os técnicos, das diferentes máquinas em cada dia de trabalho. Caso sejam detetadas imagens mal associadas, são de imediato corrigidas.

Finalmente, no que diz respeito às reproduções (como referimos, destinam-se normalmente para atos administrativos como o pagamento do IMI, IMT, escrituras, ou para estudo, investigação, exposições, trabalhos escolares, ou ainda edição e comercialização), estas são fornecidas em papel ou em CD/DVD, preferencialmente em ficheiros PDF/A ou, em casos específicos, em ficheiros TIFF ou JPEG. Os formatos são: A5, A4, A3, grande formato, superior a A0, a metro e parte de um documento.



O impacto de projeto de digitalização tem sido considerável à medida que este avança, como a análise do gráfico acima apresentada permite observar, destacando-se de imediato o período entre 2006 e 2009 pelo elevado número de digitalizações. Tal explica-se por ter sido nesses anos que o número de colaboradores atingiu o seu ponto mais alto. A partir dessa altura, até à atualidade, o mesmo foi progressivamente reduzido, encontrando-se neste momento em cerca de metade comparativamente ao valor desses anos. Por outro lado, fruto da evolução do projeto de digitalização, desde 2008, em que foram impressos 42.912 documentos, que o número de impressões tem diminuído, encerrando 2013 com apenas 2.869, sendo previsível o seu desaparecimento num curto espaço de anos.

No que diz respeito às impressões em suporte papel estas têm diminuído progressivamente desde 2010 até à atualidade. Tal explica-se pela possibilidade de satisfação dos pedidos de reprodução em CD/DVD e envio por email a partir de 2011, levando ao quase total desaparecimento dos mesmos em suporte papel.

VI – DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO

É possível obter reproduções em suporte papel e suporte digital desta documentação salvaguardando as limitações decorrentes da conservação das espécies e das restrições impostas pela lei. Os pedidos são, quase exclusivamente, relativos a plantas, normalmente, relacionados com o IMI ou com avaliações e devem-se a questões legais, como a obrigatoriedade de apresentar essa documentação em tribunal, ou a questões particulares, como, por exemplo, poder efetuar alterações na própria habitação. Em menor número verificam-se pedidos de reprodução para fins de investigação ou, simplesmente, porque querem ter o projeto na sua posse e saber como o edifício foi construído. Um pedido frequente é o das licenças de utilização, requeridas, na maior parte dos casos, para efetuar escrituras, já que são obrigatórias para o efeito. Estas licenças existem desde 1904, mas apenas os imóveis construídos depois de 7 de agosto de 1951 é que são obrigados a possuí-la.

Os clientes internos, no exercício das suas funções, têm também possibilidade de efetuar pedidos de consulta e/ou reprodução de documentação, devendo, todavia, fazer-se acompanhar de um ofício nesse sentido, assinado pelo respetivo superior hierárquico.

Para lá das consultas e pedidos presenciais no AML, no bairro da Liberdade, os clientes podem pesquisar, requisitar e efetuar pedidos de reprodução dos processos de obra particulares *on-line*, através do X-ARQ, a partir do Módulo de Sala de Leitura disponível no portal de pesquisa¹⁹ do *site*²⁰ do AML, que são encaminhados para a sala de leitura deste Arquivo, para efetuar a sua reserva de modo a serem consultados posteriormente. O objetivo é facilitar o acesso e difusão da informação de forma mais eficaz e eficiente aos clientes, pelo que, naturalmente, esta forma de acesso à distância ganha cada vez mais predominância sobre as tradicionais.

¹⁹ Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Consult. 25 jan. 2015]. Disponível na Internet: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/Sala/online/ui/readerlogin.aspx>.

²⁰ Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Consult. 25 jan. 2015]. Disponível na Internet: URL: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/>.

O acesso aos documentos digitais e/ou em outro suporte (papel vegetal, papel marion, tela, cartão, etc.), independentemente dos seus formatos (A3, A4, A5, A0, superior a A0, entre outros), que ainda não foram digitalizados, é efetuado, como referimos, através do *site* do AML²¹, presencialmente na sala de leitura do AML²², no Balcão de Atendimento Municipal²³ (também conhecido por Balcão Único Municipal²⁴), do edifício central do município, no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, ou em qualquer outro posto de atendimento municipal, podendo, nesta situação, ser enviados à cobrança e, finalmente, pelos serviços camarários (cujos técnicos tenham permissão de acesso) quando necessitam de um processo de obra particular para instrução de um ato administrativo ou processual²⁵.

Em relação aos pedidos de certidões, quer sejam efetuados no Balcão de Atendimento no Campo Grande, quer diretamente no Arquivo, o procedimento é igual ao que descrevemos para os pedidos de reprodução, com exceção de o pagamento ter de ser feito no momento do pedido e após a sua digitalização e reprodução as mesmas serem enviadas para a Divisão de Relação com o Município, no Campo Grande, com vista à sua certificação, já que o AML apenas disponibiliza as reproduções e elabora as informações para certificação. Só depois deste procedimento é que o cliente pode levantar a certidão.

VII – Conclusões

A digitalização dos processos de obra particulares tem como objetivo estrutural dotar o município de Lisboa de um projeto num ambiente totalmente digital, sustentada no esforço de implementação do modelo de gestão integrada de documentos, de forma a desenvolver um verdadeiro sistema de informação, ao longo do seu ciclo de vida.

²¹ No caso de a documentação não se encontrar digitalizada, os técnicos do AML precedem à sua reserva para consulta presencial na sala de leitura do Arquivo, no bairro da Liberdade, contactando o cliente nesse sentido, por e-mail, sms ou telefone, para marcação do dia e hora para que, quando este se deslocar ao Arquivo, tenha a documentação disponível para consulta podendo esta resultar, ou não, em pedido de reprodução. Caso origine um pedido de reprodução as cópias solicitadas são entregues na receção do AML, no bairro da Liberdade, caso se trate de um pedido de reprodução em papel ou CD, ou são enviadas por email.

²² O procedimento é igual ao acima descrito.

²³ Apenas para os documentos que já estão digitalizados sendo estes fornecidos no momento – impressos, gravados em CD/DVD em formato PDF ou enviados por email - depois de efetuado o pagamento. Os pedidos que não estão nessa situação, ou seja, quando a documentação solicitada não está digitalizada, são enviados pelos técnicos deste Balcão para o AML, no bairro da Liberdade, onde se verifica se, de facto, a documentação não se encontra digitalizada, para que a mesma seja pedida ao depósito e, se necessário, descrita no X-ARQ, selecionando-se os documentos a digitalizar, consoante o pedido. Só depois é que a documentação é encaminhada para o Gabinete de Digitalização. Após esta tarefa, o gestor do pedido informa o Backoffice da Divisão de Relação com o Município de que os documentos já estão digitalizados e, após confirmação por parte deste serviço, notifica-se o requerente para ir pagar e levantar as reproduções. A título excecional, estas reproduções podem ser levantadas no Arquivo Municipal, no bairro da Liberdade.

²⁴ Câmara Municipal de Lisboa [Em linha]. [Consult. 25 jan. 2015]. Disponível na Internet: <http://www.cm-lisboa.pt/servicos/atendimento-municipal>.

²⁵ O pedido é feito ao AML, através do módulo de sala de leitura do site do Arquivo que vai verificar se o processo de obra particular está digitalizado e se já se encontra descrito no X-ARQ. Quando a documentação solicitada está digitalizada, esta é consultada digitalmente no serviço requisitante, não se disponibilizando o original (a exceção a esta regra é quando os processos de obra particulares são solicitados, por exemplo, para efeitos de certidão de áreas). Se a documentação solicitada não está digitalizada, o AML permite a requisição do original.

Trata-se da reconversão analógico digital dos processos de obra particulares do AML, rigorosamente fiel ao original na cor, escala e conteúdo do documento. Pese algumas desvantagens como a largura de banda de rede, a capacidade de armazenamento dos servidores, custos financeiros para a manutenção do projeto, dificuldades relativas ao passivo acumulado e escassez de colaboradores, a digitalização apresenta-se como resposta mais adequada às necessidades do AML e aos serviços de Urbanismo do município de Lisboa, permitindo o acesso remoto às imagens desta documentação através da *Internet*. Uma das razões fundamentais que impulsionou este projeto foi a grande diminuição da requisição dos processos de obra particulares por parte desses serviços, evitando o manuseamento e extravio de documentos, com ganhos evidentes na sua conservação, já que estes são obrigados a consultar a imagem digital, em vez do documento original, desde que esteja digitalizado.

Para lá da modernização administrativa do município, com evidências positivas na sua imagem, e do grande impacto na organização interna do AML, possibilita aos munícipes visualizar o índice digital por volume, requisitar *on-line* a imagem pretendida (como referido, a disponibilização dos documentos digitais na *Internet* não foi adotada por razões de privacidade segurança, e dos direitos de autor da Ordem dos Engenheiros e Ordem dos Arquitetos), substituindo a cópia tradicional pela impressão digital ou em gravação em CD/DVD, otimizando o processo, e criar postos de atendimento ao cidadão onde se fornecem, de imediato, os documentos já digitalizados e solicitados. Desta forma, com a implementação deste projeto os processos de obra particulares são digitalizadas uma única vez, ganhando-se tempo, recursos humanos e materiais, traduzindo-se na grande adesão e elevada satisfação dos clientes.

Estes projetos são essenciais nas organizações, mas sempre acompanhados de um plano de classificação, descrição documental e de um plano de preservação digital. O público foi fundamental na implementação do projeto de digitalização dos processos de obra particulares do AML, já que se procurou previamente conhecer as suas necessidades de informação, planeando políticas mais eficazes com vista a uma resposta mais célere e eficaz resposta. Por outro lado, a tecnologia e os equipamentos foram essenciais para o sucesso deste projeto, mas tendo sempre presente que servirão para outras organizações e fundos e/ou séries documentais, com características diferentes e finalidades distintas perante o cidadão, de tal forma que tem vindo a ser implementado em outros municípios, após visita ao projeto desenvolvido no AML.

BIBLIOGRAFIA

Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Consult. 25 jan. 2015]. Disponível na Internet: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/>.

BATISTA, Paulo – La série documental Expediente de Obras Particulares en el Municipio de Lisboa: análisis de su sistema de gestión. *Anales de documentación: revista de biblioteconomía y documentación de la Universidad de Murcia*. Murcia. Vol. 14 N.º 1 (2011).

BATISTA, Paulo – *O Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa: caracterização dos grupos de trabalho e da sua metodologia*. Lisboa: [s.n.], 2008. Tesde de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

BRITO, Vasco – Os processos de obra no município de Lisboa: origem documental, estrutura tipológica e classificação patrimonial. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. N.º 5 (2001), p. 128-142.

Câmara Municipal de Lisboa [Em linha]. [Consult. 25 jan. 2015]. Disponível na Internet: <http://www.cm-lisboa.pt/servicos/atendimento-municipal>.

LATORRE TAFANEL, Roser – El cuadro de clasificación y los documentos de urbanismo. In JORNADAS DE ARCHIVOS MUNICIPALES DE CANTABRIA, 4, Castro Urdiales, 2003 – *Actas de las IV Jornadas de Archivos Municipales de Cantabria*. Santander: Asociación para la Defensa del Patrimonio Bibliográfico y Documental de Cantabria, 2003. p. 121-137.

LISBOA. Câmara Municipal – Acta n.º 39 da reunião da Câmara Municipal de Lisboa efetuada em 16 de janeiro de 1941. *Actas*. Lisboa: Câmara Municipal. (1941), p. 27-28.

MURILLO FARCI-ATANCE, Maria Isabel – La identificación y la valoración para la selección de documentos del área de obras y urbanismo en el Ayuntamiento de Logroño. In JORNADAS DE ARCHIVEROS MUNICIPALES DE CANTÁBRIA, 4, Castro Urdiales, 2003 – *Obras para los archivos*. p. 101-117.

NP 4041. 2005. *Informação e Documentação – Terminologia arquivística. Conceitos básicos*. Lisboa: IPQ.

VIEGAS, Inês – O Arquivo Municipal de Lisboa no tempo: modelos de gestão e organização. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. N.º 6 (2002), p. 100-111.

VIEGAS, Inês Moraes – A digitalização dos processos de obra: projeto-piloto. *Arquivos Nacionais: boletim*. Lisboa. Nº 17 (2006).

VIEGAS, Inês – O Arquivo Municipal de Lisboa: modelos em prática. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. N.º 8 (2006), p. 10-17.

VIEGAS, Inês – *A digitalização dos processos de obra no Arquivo Municipal de Lisboa*. Madrid: [s.n.], 2011. Tese de Mestrado em Gestão de Informação, apresentada à Universidad de Alcalá.

VIEGAS, Inês; CATARINO, Irene – Projeto de digitalização no Arquivo Municipal de Lisboa: os processos de obra. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 7, Torres Vedras, 2006 – *Modernização administrativa e qualidade* [Em linha]. [Consult. 25 jan. 2015]. Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/projectodedigitalizacaoarquivomunicipaldelisboas_processosdeobra.pdf.

VIEGAS, Inês; CATARINO, Irene - Arquivo Municipal de Lisboa: caminhar para uma gestão integrada. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. N.º 9 (2007), p. 192.



Normas



Os Cadernos do Arquivo Municipal são uma revista científica de periodicidade semestral, com artigos sujeitos a avaliação por uma Comissão Externa de Avaliadores.

Com esta publicação pretende-se reforçar o papel do Arquivo Municipal de Lisboa junto da comunidade científica através da divulgação de estudos académicos, projetos de investigação e fontes de pesquisa que tenham por base o seu acervo documental.

Organização Técnica da Publicação

Os Cadernos do Arquivo Municipal têm como diretor o responsável pelo Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa ou quem detenha as competências que lhe são atribuídas. É da sua responsabilidade garantir a publicação da revista de acordo com a periodicidade pré-estabelecida, assim como o cumprimento das normas determinadas para os Cadernos. O diretor delega no Conselho Editorial da revista a função executiva inerente à edição da publicação.

O Conselho Editorial é o responsável pela política editorial da publicação e é constituído no mínimo por quatro elementos (entre eles o secretário executivo), que pertencem ao Arquivo Municipal, escolhidos pelo diretor, podendo ser alargado a outros membros externos à instituição. Os elementos do Conselho Editorial devem possuir o título de mestre ou doutor.

Como órgão de natureza consultiva, conferindo acreditação científica à publicação, o Conselho Científico dos Cadernos é constituído por investigadores doutorados, de reconhecido mérito e com elevada experiência em publicações científicas, convidados pela direção do Arquivo Municipal de Lisboa. Aos seus membros compete validar a política editorial dos Cadernos, avaliando a escolha do coordenador científico, do tema e das linhas orientadoras de cada número; propor autores e revisores; sugerir coordenadores científicos e temas a estudar; e promover a divulgação da publicação.

Para cada número é convidado um Coordenador Científico, a quem compete definir a temática e as linhas orientadoras da publicação, convidar autores para a apresentação de artigos

científicos, propor ao Conselho Editorial novos avaliadores e proceder à apreciação e seleção prévia dos artigos recebidos por candidatura espontânea.

Todos os artigos passam por um processo de revisão anónima efetuado pelo menos por dois membros da Comissão Externa de Avaliadores. Este órgão é constituído por um painel de investigadores de reconhecido mérito, de diversas áreas científicas, provenientes de instituições nacionais e estrangeiras. Compete aos seus membros proceder à revisão e validação dos artigos propostos para publicação, apontar alterações e sugestões de melhoria e garantir a qualidade dos artigos publicados. Os revisores não têm acesso a qualquer informação que identifique os autores, sendo todos os contactos assegurados pelo Conselho Editorial. Poderão ser convidados novos investigadores a integrar a comissão se a especificidade temática dos artigos propostos para publicação assim o exigir. Aos revisores é facultada uma ficha onde registam os seus comentários e sugestões (ver em anexo).

Normas de redação e instruções aos autores

Os artigos propostos para publicação são submetidos a um processo editorial que se desenvolve em várias fases. Em primeiro lugar, os artigos recebidos são objeto de uma avaliação preliminar por parte dos membros do Conselho Editorial e do Coordenador Científico responsável por cada número da revista. Uma vez estabelecido que o artigo cumpre os requisitos formais e os temáticos, são enviados a dois revisores externos que determinarão de forma anónima: a) publicar sem alterações, b) publicar depois de se terem

cumprido correções menores, c) publicar se for efetuada uma revisão de fundo, ou d) recusar. Em caso de discrepância entre as duas revisões, o artigo será enviado a um terceiro revisor, cuja decisão determinará a sua publicação ou não. O resultado do processo de arbitragem será inapelável em todos os casos.

Os artigos que se proponham para publicação nos Cadernos do Arquivo Municipal deverão ser originais, inéditos e não estar simultaneamente propostos para integrar outra revista (ver declaração de autorização para publicação).

Os artigos devem ser redigidos em língua portuguesa, segundo o novo acordo ortográfico. Poderão ainda ser aceites textos em espanhol, francês ou inglês, caso a pertinência do seu conteúdo justifique a inserção na revista.

Os artigos devem ser apresentados em formato digital, com tamanho A4 e datilografados em ficheiro Word, com ipo de letra Times New Roman, número 12 e espaço 1,5 entre linhas.

As imagens que não pertencem ao acervo do Arquivo Municipal de Lisboa deverão ser entregues em formato digital JPEG ou TIF, com uma resolução mínima de 300 dpi para uma dimensão igual à largura da mancha (12,4 cm). A revista será impressa a uma cor.

O artigo deve incluir: a) título e subtítulo (se aplicável), em português e inglês; b) nome completo do autor, sem abreviaturas; c) notas curriculares do autor (máximo 80 palavras) e endereço eletrónico; d) resumo com o máximo de 150 palavras, em português e inglês; e) até 5 palavras-chave que caracterizem o conteúdo do artigo, em português e inglês; f) texto no máximo com 25 páginas (cerca de 40000 caracteres); g) índice de todas as ilustrações (imagens, tabelas, etc.) numeradas sequencialmente, com legenda associada, e menção ao seu local exato a inserir no texto; h) citações e referências a autores em notas de pé de página, que, como outras notas, deverão ser reduzidas em número e dimensão; i) citações de documentos ou textos até três

linhas no corpo do texto, entre aspas; j) citações com mais de três linhas em parágrafo próprio, destacado do corpo do texto, em tamanho 11 e com recuo de 1,25 cm à esquerda, sem aspas e a espaço simples; k) bibliografia no final do texto, organizada de acordo com a Norma Portuguesa (NP 405-1, 2, 3 e 4), mencionando todos os autores citados ao longo do texto (ver em anexo exemplos); l) no caso de serem introduzidas citações de documentos históricos, as transcrições paleográficas devem seguir as normas definidas pelo Arquivo Municipal de Lisboa (ver em anexo).

Os direitos sobre as imagens que não sejam reproduções relativas ao acervo do Arquivo são da exclusiva responsabilidade dos autores. As imagens somente serão publicadas mediante o envio do comprovativo para o Conselho Editorial da autorização de publicação.

A revista Cadernos do Arquivo Municipal requer que os autores concedam a propriedade dos direitos de autor, para que os seus artigos sejam reproduzidos, publicados, editados e transmitidos publicamente em qualquer plataforma ou meio. A aceitação de um artigo supõe a transmissão dos direitos de publicação do autor para o editor da Revista.

ANEXOS

Resumo das normas para elaboração de referências bibliográficas

As referências bibliográficas devem ser apresentadas de acordo com a Norma Portuguesa 405-1, 2, 3 e 4. Apresentam-se alguns exemplos relativos às situações mais comuns. Para outras referências deverá ser consultada a respetiva norma.

Monografias

APELIDO, Nome – *Título*. Edição. Local da publicação: Editor, Ano de publicação. Volumes.

Ex.: SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1939-

1941. 3 vol.

CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga: bairros orientais*. 4ª ed. Lisboa: Sociedade Tipográfica, 1981.

Contribuições em monografias / atas de congressos

APELIDO, Nome – Título da parte ou do volume. In APELIDO, nome(do autor , coordenador ou diretor do livro) – *Título do livro*. Edição. Local de publicação: Editor, Ano de publicação. Localização no livro (p.).

Ex.: CAETANO, Joaquim - O Aqueduto das Águas Livres. In MOITA, Irisalva (coord.) – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 293-312.

Artigos em publicações em série (revistas, jornais)

APELIDO, Nome – Título do artigo. *Título da publicação*. Local de publicação: Editor. Volume (vol.) Número (Nº) Ano de publicação (algarismos entre parêntesis), Localização na publicação (p.).

Ex.: GIULIANO, Frédéric – La référence en archives au XXI siècle: l’impact du numérique sur le travail de référencier: état des lieux. *Archives*. Québec: Association des Archivistes. Vol. 43 Nº 1 (2011-2012), p. 3-18.

FERREIRA, Rosa Trindade – Quinta das Conchas. *Olisipo: boletim do grupo “Amigos de Lisboa”*. Lisboa: [s.n.]. II Série Nº 26 (2007), p. 78-91.

Teses, dissertações e outras provas académicas

APELIDO, Nome – *Título*. Local: Editor, Ano. Nota suplementar (Tese de) .

Ex.: LEAL, Joana Cunha – Arquitectura privada: política e factos urbanos em Lisboa: da cidade pombalina à cidade liberal. Lisboa: [s.n.], 2005. Tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

Documentos eletrónicos (monografias, bases de dados)

APELIDO, Nome – *Título* [Em linha]. Local da edição: Editor, Ano de publicação [Consult. Data da Consulta]. Disponível na Internet: <URL: Endereço do acesso>.

Ex.: BRAGA, Joana - *Instrumentos de descrição dos fundos e colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo* [Em linha]. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2013 [Consult. 22.11.2013]. Disponível na Internet: <http://antt.dgarq.gov.pt/files/2010/08/ID-2013-vfinal.pdf>.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional – *Porbase* [Em linha]. Lisboa: BNP, 1988- . [Consult. 10.02.2012]. Disponível na Internet: <http://porbase.bnportugal.pt/>.

Artigos em publicações eletrónicas

APELIDO, Nome – Título. *Título da publicação em série* [Em linha]. Volume, Número (ano), Páginas. [Consult. Data da Consulta]. Disponível na Internet: Endereço do acesso.

Ex.: JÚNIOR, Hilário Franco – *Similibus simile cognoscitur: o pensamento analógico medieval, Medievalista on-line* [Em linha]. 14 (julho-dezembro 2013), p. 1-37. [Consult. 04.12.2012]. Disponível na Internet: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA14/junior1402.html>.

Gravuras / Imagens

APELIDO, Nome – *Título*. Local de publicação: Editor, Ano de publicação. Designação específica: outras indicações físicas; dimensões e extensão do material.

Ex.: NEGREIROS, Almada – *Nós queremos um estado forte*. [Lisboa: s.n, 1933]. 1 cartaz: color.; 117x91 cm.

Manuscritos

Instituição, Fundo ou coleção, *título do livro ou documento*, localização no livro (f.).

Ex.: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, *D. João V*, Livro 115, f. 36.

ANTT, Tribunal do Santo Ofício - Inquisição de Lisboa, *Processo de José Ferreira*, proc. 314.

Documentação do Arquivo Municipal de Lisboa: exemplos

Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro 3º de assentos do Senado*, f. 5-5v.

Arquivo Municipal de Lisboa, *Obra nº 32052*, Processo 5767/1ªREP/PG/1904, f. 2.

Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal, *Comemorações do Duplo Centenário - Exposição do Mundo Português*, PT/AMLSB/EDP/001560.

Arquivo Municipal de Lisboa, *Parque da Liberdade: plano geral*, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/497.

Citações seguintes: AML,

Citações em nota:

1 APELIDO, Nome – *Título* (restantes elementos apresentados como nas referências bibliográficas)

Resumo das normas de transcrição paleográfica

Para a transcrição deverão ser seguidas, de um modo geral, as normas propostas por Eduardo Borges Nunes (*Álbum de Paleografia Portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, s.d.):

- Transcrever de seguida, respeitando a disposição original (títulos e parágrafos), com indicação de mudança de fólio. Ex: [f. 222];
- Respeito absoluto pela ortografia original do texto,

mantendo maiúsculas e minúsculas, mas separando as palavras que estiverem no original unidas ou reunindo as sílabas ou letras de uma mesma palavra que se encontrem separadas;

- Conservar sem alteração o uso de u/v e i/j, nas letras simples, dobradas, etc.;
- Manter os antropónimos (apelativo + patronímico + apelido) incluindo Nomini Sacra e os topónimos;
- Manter os sinais diacríticos com significado fonético (acentos, cedilhas do ç e ê), mas não aos meramente gráficos;
- Manter a pontuação original, bem como a grafia e disposição das letras numerais, exceto o b que passa a v.;
- As abreviaturas resolvem-se tendo em conta a forma extensa usada pelo escriba, ou de uso na época, respeitando as variantes, no caso de mais do que uma forma extensa. As abreviaturas resolvem-se, com a indicação dos elementos ausentes a itálico. As abreviaturas de nasal resolvem-se em “m” ou “n”, consoante a forma extensa, segundo o caso e a época. Nos ditongos e nas vogais antes de vogal de outra sílaba utiliza-se o til;
- As vogais geminadas monossilábicas tratam-se como vogais simples, levando o “m” ou o “n” e o til em ditongos;
- Separação simples de palavras ligadas entre si por crase ou elisão, sem uso de apóstrofo nem hífen:
- Acidentes de texto: omissão do autor/adição do editor: <...>; erro do autor corrigido: em nota de rodapé; erro do autor não corrigido: [sic] e correção do editor em nota de rodapé; adições heterógrafas: transcrever em nota de rodapé; adições autógrafas na entrelinha: acrescentar entre <>; adições autógrafas na margem: tratar como as adições heterógrafas, mencionando por exemplo nota marginal à esquerda ou à direita ou à margem esquerda ou à margem direita; repetição não cancelada: eliminar e

indicar em nota de rodapé; lacuna de suporte: resolvida [nnn] e não resolvida [...] ou (†); dúvida de leitura: ... (?).

Modelo de declaração de autorização para publicação

DECLARAÇÃO

Autor:

Título do artigo:

Autorizo a publicação do artigo acima mencionado nos Cadernos do Arquivo Municipal; confirmo a originalidade do mesmo e que não foi proposto para publicação em qualquer outra edição.

Local

Data

Assinatura

Ficha de avaliação dos artigos submetidos

FICHA DE REVISOR

Dados da proposta

Título:

Número:

Nome (do revisor):

Avaliação

a) Originalidade do tema

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

b) Relevância do tema

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

c) Coerência do tema

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

d) Profundidade do tema

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

e) Adequação do título, resumo, introdução e conclusões

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

f) Lógica da argumentação

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

g) Adequação dos métodos de investigação

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

h) Adequação da análise e interpretação de fontes

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

i) Rigor na análise e interpretação de fontes

Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Bom ☐ Muito Bom ☐

Para mais informações relativas à política editorial desta publicação deverá ser consultado o regulamento em http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/regulamento_editorial.pdf



Alterações propostas (obrigatórias)

Alterações propostas (secundárias)

Observações pertinentes

Apreciação Final

(a disponibilizar ao autor)

O texto pode ser publicado como foi apresentado

O texto pode ser publicado com pequenas correções

O texto pode ser publicado com consideráveis correções

O texto não deve ser publicado

Correções necessárias

Cadernos do Arquivo Municipal
Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa
Telefone: 213 807 111
E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt

